

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 9 n. 3 • Setembro-Dezembro de 2019 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê Editorial: Jorge Leite Júnior, Fábio José Bechara Sanchez, Samira Feldman Marzochi e Ana Carina Sabadin (editora assistente)

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales – France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente – EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 9, n. 3, setembro – dezembro (2019) – , – São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2019.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR – Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Sumarios.org (nacional) e LA Referencia; RCAAAP e REDIB (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Trajetórias, trabalho e gênero

ORGANIZADO POR ADRIANA FERNANDES E NATACHA BORGEAUD-
-GARCIA

O fazer-cidade entre deslocamentos e *vizinhanças*: reflexões a partir de trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo 723

THAÍS TRONCON ROSA

Mulheres pobres que amam demais: a vida dos direitos e das políticas sociais 745

ADRIANA FERNANDES

Uma mobilidade social localizada: a carreira biográfica de uma artesã do sertão mineiro 771

YUMI GARCIA DOS SANTOS

El trabajo, la (des) cronologización del ciclo vital y la trayectoria laboral de los trabajadores de mayor edad 803

MARÍA JULIETA ODDONE

La construcción social de gramáticas juveniles: reflexiones sobre la desigualdad a través de estudios longitudinales 823

MILENA ARANCIBIA E ANA MIRANDA

A terceirização do controle: uma análise sobre a fiscalização do comércio ambulante, entre trabalho e gênero 847

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

Artigos

O conceito de trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT): trajetória e dilemas (1970 – dias atuais) 875

PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ

A radicalização neoliberal e os processos de subjetivação com base no trabalho dos professores temporários (pss) 899

EVERSON ARAUJO NAUROSKI E MARIA APARECIDA BRIDI

As dimensões morais de classe social: Avaliações do mercado de trabalho e das experiências de vida de recém-diplomados em Direito 917

RICARDO BERNARDES PEREIRA

<i>A ralé hídrica e a elite da água</i> no semiárido brasileiro: a articulação entre o mercado dos carros-pipa, as cisternas residenciais, as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos.....	943
JAIRO BEZERRA SILVA, LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO E RAMONILDES ALVES GOMES	
<i>Streeteiros</i> e a cidade: Sociabilidades, itinerários e institucionalização do <i>skate</i> em Imperatriz-MA.....	963
JESUS MARMANILLO PEREIRA	
A evitação do assédio sexual no transporte público: uma leitura pragmatista das práticas de desconfiança de mulheres na cidade do Rio de Janeiro	989
VITTORIO DA GAMMA TALONE E ANNA BÁRBARA ARAUJO	

Resenhas

O Lazer subordinado ao capital recreativo	1009
NILDO VIANA	
Em tempos de ódio emergente e candente, à reflexão	1015
MATEUS PRANZETTI PAUL GRUDA	
O capítulo final do lulismo?	1023
LEONARDO OCTAVIO BELINELLI DE BRITO	

Contents

Dossier Trajectories, work and gender

DOSSIER ORGANIZED BY ADRIANA FERNANDES E NATACHA BOR-
GEAUD-GARCIANDIA

The make-city between displacements and neighborhoods:
reflections from urban trajectories of women in search of housing
in the state of São Paulo 723

THAÍS TRONCON ROSA

Poor women who love too much: the life of social rights and policies 745
ADRIANA FERNANDES

Situated mobility. The biographical career of an artisan from
Minas Gerais' hinterland..... 771

YUMI GARCIA DOS SANTOS

Employment, the (de)chronologization of life cycle, and the
career path of older workers 803

MARÍA JULIETA ODDONE

The social construction of youth grammars: reflections on inequality
through longitudinal studies 823

MILENA ARANCIBIA E ANA MIRANDA

The outsourcing of control: an analysis of the street vending inspection
through gender and work perspectives..... 847

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

Articles

The Pastoral Land Commission (CPT) concept of slave labour:
trajectory and dilemmas (1970 – nowadays) 875

PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ

The neoliberal radicalization and the processes of subjectivation
from the work of temporary teachers (pss) 899

EVERSON ARAUJO NAUROSKI E MARIA APARECIDA BRIDI

The moral dimensions of social class: Labor market and life experience
evaluations of newly-graduates of Law 917

RICARDO BERNARDES PEREIRA

The 'water rabble' and the 'élite of water': Articulations Among Water Trucks, Residential Cisterns, Water Biopolitics and their Agencyings	943
JAIRO BEZERRA SILVA, LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO E RAMONILDES ALVES GOMES	
Streeteiros and the city: Sociabilities, itineraries and institutionalization of skateboarding in Imperatriz-MA	963
JESUS MARMANILLO PEREIRA	
The avoidance of sexual harassment in public transportation: a pragmatistic reading of women's distrust practices in the city of Rio de Janeiro.....	989
VITTORIO DA GAMMA TALONE E ANNA BÁRBARA ARAUJO	

Book reviews

The Leisure subordinated to recreational capital.....	1009
NILDO VIANA	
In emergent hatred, to the reflection.....	1015
MATEUS PRANZETTI PAUL GRUDA	
The final chapter of Lulism?	1023
LEONARDO OCTAVIO BELINELLI DE BRITO	

Dossiê Trajetória, trabalho e gênero

ORGANIZADO POR ADRIANA FERNANDES E
NATACHA BORGEAUD-GARCIANDIA



O fazer-cidade entre deslocamentos e *vizinhanças*: reflexões baseadas nas trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo

Thaís Troncon Rosa¹

Resumo: O texto apresenta reflexões de pesquisa que tomou trajetórias urbanas e suas narrativas como entradas privilegiadas para o estudo de processos de produção e apropriação de periferias urbanas. Explora a dimensão dos deslocamentos habitacionais, em seus atravessamentos de gênero, enunciando tanto os imbricamentos entre as trajetórias e as políticas urbanas, habitacionais e sociais empreendidas no Brasil nas últimas décadas, quanto algumas dinâmicas socioespaciais situadas e instituintes de outros “regimes de urbanidade” que tencionam permanentemente tais políticas e os territórios por elas produzidos, e têm na vizinhança e nas redes de relações suas principais ancoragens.

Palavras-chave: trajetórias urbanas, moradia, gênero, periferias urbanas

The make-city between displacements and neighborhoods: reflections from urban trajectories of women in search of housing in the state of São Paulo

Abstract: *The text presents reflections of research that took urban trajectories and its narratives as privileged inputs for the study of urban skirts production and*

1 Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia (PPGAU – FAUFBA) – Salvador – Brasil - thaisrosa@yahoo.com

appropriation processes. It explores the dimension of housing displacements, in its gender crossings, stating both the interlinkages between the trajectories and the urban, housing and social policies undertaken in Brazil in recent decades, as well as some situated socio-spatial dynamics that establishes other “regimes of urbanity”, which permanently stress such policies and the territories they produce and have their main anchorages in the neighborhood and networks of relations.

Keywords: *urban trajectories, housing, gender, urban skirts*

Trajétórias urbanas: breves aproximações teórico-metodológicas

“*Não sou eu que mudo a história, é a história que muda todo dia*”. Assim, Marielen² procurou justificar, quase sem graça, o fato de que, a cada nosso novo encontro de pesquisa, a narrativa recente de sua trajetória e de sua família se alterava: naquele momento, o envolvimento de seu filho mais velho com o *mundo do crime*³ foi identificado por ela como o elemento central a operar essa transformação cotidiana nos planos, rumos e certezas de suas trajetórias urbanas e nas narrativas sobre ela. Entretanto, essa seria apenas mais uma dentre muitas. Mobilidade, instabilidade, deslocamento: assim se trama, em grande medida, a cidade de Marielen e, nela, sua própria história. Assim, sua justificativa envergonhada, se levada a sério, pode ser o fio condutor de um emaranhado socioespacial tecido cotidianamente nas cidades, fornecendo pistas importantes dos modos como espaços, trajetórias, narrativas e experiências urbanas se constituem mútua e dinamicamente.

A pesquisa⁴ que movimenta este artigo propôs apreender o espaço urbano por meio das trajetórias urbanas e suas narrativas, as quais, ao invocar

2 Os nomes de todos os sujeitos da pesquisa, bem como de pessoas por eles referidas, foram alterados, na tentativa de preservar sua identidade. Ainda restam, entretanto, “dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’”, na esteira das reflexões desenvolvidas por Fonseca (2005), tendo em vista que, na tese, não alterei os nomes de bairros, por exemplo. Aqui reside uma dimensão crucial a ser refletida no trabalho com trajetórias.

3 Ao longo do artigo, serão utilizados os seguintes critérios gráficos: termos ou expressões êmicas serão indicados em itálicos; quando se tratar da reprodução de um trecho mais longo no corpo do texto, este constará ainda entre aspas. Palavras, expressões ou citações entre aspas e não em itálicos referem-se a conceitos, categorias, fontes bibliográficas e virão acompanhadas das respectivas referências.

4 Pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que resultou na tese *Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares* (Rosa, 2014), desenvolvida com apoio da FAPESP. Mais recentemente, atuando como docente na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, as questões movimentadas por esta pesquisa têm sido desdobradas em outras atividades acadêmicas, como a pesquisa “Urbanidades Liminares: moradia e dinâmicas socioespaciais nas margens da cidade”, contemplada em edital PROPEQ UFBA/2016.

percursos habitacionais, ocupacionais e os deslocamentos cotidianos pela cidade, evidenciam a condensação de práticas espaciais⁵ de indivíduos e de suas famílias: “uma espacialização demarcada pelas temporalidades urbanas corporificadas nos espaços e territórios da cidade”, conforme proposição de Telles (2006a:70). Trata-se de uma abordagem que possibilita uma mudança na escala de compreensão das já bastante debatidas relações entre pobreza e espaço urbano no Brasil, a qual se distancia de designações genéricas para se aproximar dos fluxos, dos trânsitos, das práticas e, fundamentalmente, das narrativas que produzem não configurações urbanas à parte da cidade, senão a própria cidade.

Ao articular espaços e tempos urbanos diferenciados, as abordagens centradas em “formas de mobilidade” (Grafmeyer, 1995) – fluxos migratórios, deslocamentos habitacionais, percursos ocupacionais, trânsitos cotidianos de indivíduos e suas famílias pela cidade – configuraram-se como perspectiva renovada aos pesquisadores urbanos (Telles, 2006), em especial aqueles inseridos nos debates sobre pobreza e espaço urbano, uma vez que a atenção aos trânsitos sociais e espaciais das camadas populares na cidade permitiria captar a complexidade das novas realidades urbanas, bem como os deslocamentos, processos e práticas dos sujeitos, superando muitas das limitações de noções, categorias e parâmetros estabelecidos para medir e caracterizar a segregação urbana.

De fato, como explicita Telles (2006a) a articulação entre temporalidades (tempos biográficos, geracionais, sociais e históricos), e espacialidades (marcos espaciais, referências urbanas, pontos de condensação dos deslocamentos) é constitutiva da análise de trajetórias urbanas, além dos “eventos políticos” que as atravessam (políticas urbanas, programas habitacionais, conflitos sociais, formas de ação coletiva, práticas de tutela). Nessa perspectiva, as dinâmicas de produção do espaço urbano se fazem ver por meio das trajetórias urbanas: do cruzamento entre elas, de seus múltiplos pontos de conexão e condensação; é possível apreender os sujeitos em jogo nas disputas pelo espaço, suas variadas posições e deslocamentos, as temporalidades urbanas coexistentes, as tramas relacionais de caráter e extensão variada⁶. Tal perspectiva se mostrou funda-

5 Para Certeau (2003:175), “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social”, sendo constituídas tanto por meio do diálogo permanente entre passado, presente e imaginação de futuro, como por justaposição das dimensões qualitativamente heterogêneas de tempo e espaço.

6 Bourdieu (1998:189), em crítica à abordagem biográfica como sucessão longitudinal e coerente de acontecimentos, invoca, como contraponto, a noção de trajetória “como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Por sua vez, algumas críticas à tal perspectiva questionam o fato de que, para o autor, o que interessaria apreender sociologicamente sobre um indivíduo seria tão somente seu

mental à pesquisa em questão, cujo objetivo foi investigar, a título de hipótese, os nexos entre mobilidades socioespaciais, deslocamentos habitacionais, dinâmicas familiares e políticas urbanas nos processos de produção e apropriação de periferias urbanas.

A exploração etnográfica em que se configurou a pesquisa⁷ se deu por meio do acompanhamento de trajetórias urbanas de moradoras(es) de periferias que, nas últimas décadas, vinham transitando em busca de moradia por São Carlos, cidade de cerca de duzentos e quarenta mil habitantes no interior do estado de São Paulo-SP – Brasil, campo ampliado de pesquisa. Considerando, com Lepetit (2001), Revel (1998) e Smith (2002), a “variação da escala” como operação analítica que pressupõe um “jogo de escalas” para além de uma taxonomia do urbano, São Carlos, mais do que uma abstração escalar e categorial, é o posto de observação, no qual as relações, processos e trânsitos que emergem das trajetórias urbanas foram investigados, atentando para a relação entre o que é geral, estruturante, que reverbera em outras realidades e aquilo que é singular, específico, localizado. Ao possibilitar apreender continuidades e pontos de inflexão da produção do espaço e da experiência urbana recente, de forma situada, a investigação de trajetórias urbanas traz à tona a “cidade como plano de referência” (Telles, 2013) – não como ‘cenário’ ou ‘reflexo’ – evidenciando dimensões que colocam as questões observadas em São Carlos em diálogo com os processos em curso no mundo contemporâneo, mediante transversalidades e ressonâncias.

Apostando na radicalização de uma postura epistemológica que se pautasse efetivamente pelas trajetórias e pelas experiências urbanas das/os

deslocamento no espaço social, nas estruturas objetivas, desconsiderando aspectos subjetivos e, principalmente, o lugar das temporalidades em tal deslocamento (Kofes, 2004). Em Grafmeyer (1995), as noções de biografia e trajetória são reaproximadas, uma vez que, conforme apresenta Frúgoli (2009:61), o autor propõe a primeira “não apenas como sucessão regrada de posições ao longo da vida, mas um mapeamento das rupturas nos pertencimentos, das reorganizações nas atitudes e comportamentos e das mudanças de espaço da vida, levando, por conseguinte, a trajetórias situadas simultaneamente no tempo e no espaço – esse último, simultaneamente registro particular da vida social, mediação e unidade de observação.”

7 A pesquisa de campo, de caráter qualitativo e com preocupação descritiva, privilegiou a realização de entrevistas semiestruturadas (e sua combinação com entrevistas abertas e conversas informais), além de visitas de observação reflexiva de atividades cotidianas, bem como coleta de documentação de interesse da pesquisa. Explorou-se, ainda, o acompanhamento de alguns deslocamentos (cotidianos, mas não somente) da/os interlocutora/es pela cidade. Foram, portanto, inúmeros “encontros de pesquisa” (Feltran, 2011; Bourdieu, 2008) com moradores de periferias urbanas, realizados ao longo de pouco mais de dois anos (entre 2011 e 2013). Após uma fase exploratória inicial, definiu-se, mediante uma rede de interlocutora/es, por quatro famílias cujas trajetórias de seus/suas integrantes seriam investigadas em profundidade, tendo sido realizadas entrevistas com ao menos dois/duas integrantes de cada uma delas, totalizando vinte e cinco entrevistas, além de inúmeras outras interlocuções. Uma reflexão metodológica se encontra em Rosa (2014).

interlocutoras/es⁸, a sistematização e a análise dos dados coletados/produzidos tatearam a composição de cartografias espaço-temporais das mesmas, em uma concepção em que estas tratam de acompanhar deslocamentos não apenas físicos/espaciais, mas também nas próprias narrativas, nas significações e, em última instância, nas subjetividades e experiências a elas emaranhadas (Rolnik, 1989; Guattari; Rolnik, 2000; Braidotti; 2000).

Ao possibilitarem o cruzamento entre cronologias urbanas, políticas, biográficas, as trajetórias evidenciam cortes geracionais e políticos frente à produção e à experiência da cidade, permitindo cartografar, ainda, as transformações das últimas décadas no âmbito da “pobreza” e de seus territórios na cidade, nas dinâmicas socioespaciais das periferias (e as vulnerabilidades vinculadas à expansão do mundo do crime), nas políticas públicas destinadas aos “pobres” e nas formas de acesso à moradia pelas camadas populares.

Nesse sentido, a trajetória de Núbia (uma mulher negra, com 63 anos, 5 filhos e 7 netos) trouxe para o primeiro plano a questão dos deslocamentos em busca de moradia, vivenciados por ela ao longo dos últimos quarenta anos; o entrelaçamento à de seu filho, Jimmy (negro, 39 anos, 4 filhos), evidencia cortes geracionais e políticos frente à produção e à experiência da cidade, permitindo cartografar as transformações nas formas de acesso à moradia e nos destinos dos deslocamentos nesse período. Ao longo desse período, Núbia, por três vezes, se aproximou da possibilidade de acessar efetivamente uma moradia, mediante três momentos distintos das políticas habitacionais no país, tendo todas elas resultado em *frustração* e *sofrimento*. A temporalidade expandida dessa trajetória (e da contínua busca por uma moradia) faz emergirem as transformações das últimas décadas no âmbito da “pobreza” e de seus territórios na cidade, nas dinâmicas socioespaciais das periferias, nas políticas públicas destinadas aos

8 Dessa opção deriva, não apenas os recortes temporais e espaciais da pesquisa, mas, sobretudo, a multiplicidade de temas e questões pelos quais a mesma transita: não se tratou de elencar, *a priori*, um ou mais temas centrais por meio dos quais se daria toda a pesquisa e análise (como, por exemplo, o “mercado informal de habitação”, o Programa Minha Casa Minha Vida, o *mundo do crime*); antes, das trajetórias emergiram os temas a serem tratados, que não foram abordados em si mesmos, mas por meio das questões e relações que eles permitiam iluminar, em diálogo com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, alinho-me a todo um debate acadêmico em curso em torno da questão das “periferias”, como bem expressou Birman (2013:7): “Pesquisadores de diferentes gerações e tradições acadêmicas abordam as periferias por intermédio de análises que valorizam certa transversalidade de campos temáticos fundamentais. Não é suficiente, pois, saber que família, trabalho, religião e gênero, entre outros domínios sociais, andam juntos e se entrelaçam nas práticas sociais mais diversas. É preciso direcionar o foco e valorizar os nexos que permitem destacar certas relações de sentido que hoje se disseminam, como entre trabalho ilegal e legal, entre evangélicos e criminalidade, entre mediação feminina e políticas públicas etc. Valorizar nexos quer dizer, em muitos casos, perceber como trazem inovações na vida social”.

“pobres” e nas formas de acesso à moradia pelas camadas populares no país, evidenciado as redes, os mercados e as políticas que as constituem cotidianamente. Permite, ainda, apreender o quanto as políticas habitacionais são parte fundamental da construção (histórica) de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade, bem como os imbricamentos entre tais políticas e a movimentação de todo um mercado imobiliário informal – e, em alguns casos, também ilegal – vigente entre as camadas populares na cidade, o qual se articula a potentes mecanismos de produção de demanda para tais políticas, bem como de “gestão dos ilegalismos” (Foucault, 1987) a elas associados⁹.

Já as trajetórias de Beatriz e Jefferson (um jovem casal, ela branca, ele negro, com um filho pequeno à época), aproximadas às de Joana (mulher negra, 44 anos, casada, 3 filhos e 1 neta,) e seu filho adolescente, possibilitaram iluminar a relação entre a conformação do que vinha sendo considerada uma “nova pobreza” (ou, em sentido inverso, uma “nova classe média”¹⁰) e a constituição de ‘novas periferias’ produzidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)¹¹ no país, atentando especialmente para os longos processos de fixação nesses novos territórios e para as dinâmicas movediças implicadas nesse contexto. São duas famílias nucleares cujos deslocamentos habitacionais desembocaram, simultaneamente (em 2011), em dois empreendimentos produzidos sob duas modalidades distintas desse Programa em uma mesma região periférica da cidade¹², mas que acabaram atingindo “públicos” semelhantes. O acompanhamento dessas trajetórias evidenciou continuidades e rupturas na produção de territórios e dinâmicas socioespaciais nas periferias das cidades brasileiras contemporâneas (observadas,

9 Esta trajetória foi reconstruída e desdobrada analiticamente em Rosa (2014), no capítulo intitulado “Os meandros do acesso à moradia: redes, mercados, políticas”.

10 Além do estudo de Neri (2008), responsável, em grande medida, por cunhar e popularizar a expressão, destaque, em especial, as abordagens críticas que então se seguiram, como as de Pochman (2012) ou Souza (2010).

11 O Programa Minha Casa Minha Vida emergiu em meu campo como nova, absolutamente central e praticamente única forma de acesso à “casa própria”, na cidade, para as camadas populares, à época. Lançado em 2008, o Programa seria “o apogeu de uma linhagem de políticas públicas visando à redução da desigualdade social – materializada na ocupação diferencial da terra – e do *déficit* habitacional brasileiro”. Em conjunção com outras políticas econômicas e sociais visando a superação da pobreza (como o Programa Bolsa Família; o estímulo ao crédito popular e ao mercado de consumo interno; e o aumento real do salário mínimo) o Programa foi um dos grandes responsáveis pela melhoria de indicadores socioeconômicos do país (Kopper, 2016:187). Para alguns estudos sobre o referido programa ver, por exemplo: Cardoso (2013); Ferreira (2012); Santo Amore *et al* (2015).

12 No caso de Beatriz e Jefferson, pela via da aquisição privada, em que se evidencia uma perspectiva de integração urbana e social pelo consumo mercantil da casa (financiada); no caso de Joana (e aqui não se trata de um projeto do casal, mas de uma aposta dela, na qual o marido vem a reboque), por meio do modelo em que mais se evidencia a articulação política pública/mercado, pela via da consecução da casa por meio de sorteio promovido por órgão público municipal.

na pesquisa, com base na realidade de São Carlos), bem como alguns efeitos dessa ‘política habitacional’ nas trajetórias urbanas investigadas e nos territórios onde elas têm seus pontos de condensação, como o acirramento da territorialização da pobreza e a consolidação da diferença social inerente à consolidação do território periférico em foco, evidenciando, ainda, a produção simultânea de territórios periféricos e de linhas de clivagem internas às camadas populares que resulta das políticas urbanas e habitacionais historicamente no país.¹³

Ainda, a trajetória de Marielen (mulher negra, 41 anos, casada, 3 filhos) e seus dois filhos adolescentes permitiu apreender algumas dinâmicas socioespaciais e vulnerabilidades¹⁴ vinculadas à expansão do *mundo do crime* nas periferias (Feltran, 2011), e o lugar da casa nesse contexto. Sendo a única trajetória cuja fixação em um território se encontrava já relativamente consolidada quando do início da pesquisa (por vieses bastante específicos, se tratando de uma casa *doada* por uma patroa), evidencia o quanto a consecução desta casa – a experiência de ter um *pé fixo* –, embora seja apontada por ela como uma *salvação* (econômica, social, familiar, simbólica), não significou, em definitivo, a eliminação de outras dimensões de vulnerabilidade que atravessariam sua trajetória desde então, trazendo à tona uma miríade de outros trânsitos socioespaciais para além daqueles atrelados ao acesso à moradia, cujos efeitos desestabilizariam, inclusive, tal fixação, conquistada a duras penas. O ingresso de seu filho mais velho no *mundo do crime* desencadearia uma série de deslocamentos, mediações e ajustes em sua trajetória, tendo como ápice a transformação de sua casa em uma *casa manjada*¹⁵ e uma série de inseguranças e violências decorrentes de tal classificação. Nesse sentido, introduz outras dimensões ao contexto de velhas e novas pobrezas/periferias/dinâmicas socioespaciais perscrutadas pela pesquisa, possibilitando evidenciar alguns ordenamentos nas periferias urbanas que têm a *casa* como polarizador, e os modos pelos quais se produzem, se disputam, são vividos e significados pelas/os moradora/es desses territórios¹⁶.

13 Estas trajetórias constituem o cerne empírico e analítico do capítulo “Novas pobrezas, novas periferias?” em Rosa (2014).

14 As reflexões propostas na tese que movimenta este artigo ancoram-se na concepção ampliada de “vulnerabilidades socioeconômicas e civis”, tal como proposta por Kowarick (2009), e na distinção entre “vulnerabilidade” e “vitimização”, como proposta por Das (2011).

15 A *casa manjada* seria “uma casa conhecida pela polícia”, que passa a fazer parte das rotas de policiamento no bairro, a ser alvo recorrente de *invasões*, e também a sofrer assédios mais sutis, espécies de ameaças veladas (ou nem tanto). A expressão parece sintetizar uma dimensão fundamental, referente à extensão do ato criminal ao corpo do sujeito que o realiza e de seus pares e, conseqüentemente, a seus espaços – o bairro e, em última instância, a casa.

16 No capítulo intitulado “Para além da moradia e da pobreza: vulnerabilidades territorializadas”, em Rosa (2014), bem como em Rosa (2015) estas trajetórias foram narradas e analisadas em profundidade.

Neste artigo¹⁷, revisitei estas trajetórias buscando explorar reflexivamente, *a posteriori* (isto é, estabelecendo um conjunto de reflexões por meio delas, baseadas nos esforços anteriores de observação, entrevistas, incursões realizados no âmbito da referida pesquisa), cruzamentos analíticos em torno de algumas dimensões de gênero que as mesmas evidenciaram, tomando como ponto de partida o fato de que os deslocamentos habitacionais e a contínua busca por moradia conectam todas as trajetórias femininas investigadas. Nesse sentido, o texto enuncia, por um lado, os imbricamentos entre tais trajetórias, alguns de seus atravessamentos de gênero e as políticas urbanas, habitacionais e sociais empreendidas no Brasil nas últimas décadas; por outro, chama atenção para algumas dinâmicas socioespaciais situadas e instituintes de outros “regimes de urbanidade” que tencionam permanentemente as normatividades inerentes a tais políticas, aos territórios e espaços urbanos por elas produzidos, e têm na vizinhança e nas redes de relações suas principais ancoragens.

Deslocamentos em busca de moradia: gênero, políticas, mediações

À medida que a pesquisa se desenvolvia, os deslocamentos habitacionais em torno dos quais gravitam as trajetórias e experiências urbanas narradas se mostraram centrais em termos analíticos, por colocarem muitas dimensões (individuais, familiares e sociais; concretas e simbólicas; e, sobretudo, espaciais) em dinâmica e relação frente ao universo das periferias: a contínua busca por um lugar na cidade (e as vicissitudes, inseguranças e violências decorrentes), assim como sua dialética com os pontos de fixação destas trajetórias em determinadas casas e territórios orientam significativamente a relação de minhas interlocutoras com a cidade e a construção, desconstrução e reconstrução de relações com pessoas, espaços e políticas.

Faz-se importante, aqui, destacar que, embora a dimensão de gênero não tenha sido um recorte apriorístico da pesquisa, foi no curso de seu desenvolvimento (ou seja, uma consequência do seu próprio campo), e por meio das próprias questões que as trajetórias traziam à tona, que tal dimensão foi se fazendo presente, até o ponto em que todas as interlocutoras principais foram mulheres: de um lado, constatou-se a recorrência de deslocamentos habitacionais e trajetórias

17 O presente artigo é uma versão adaptada da comunicação apresentada no Seminário Internacional “Trajectories, Trabajo y Género”, organizado pelo Laboratorio Misto Internacional (LMI) – Social activities, gender, markets and mobilities from below (Latin America) e o Programa Envejecimiento y Sociedad da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina), em 2018, em Buenos Aires. Tendo em vista a temática do evento, tratou-se de um exercício preliminar que, ainda que revise a pesquisa de campo e as trajetórias etnografadas/cartografadas, caminhou no sentido de uma reflexão teórico-analítica. Nesse sentido, para a densidade do campo, remeto uma vez mais à Rosa (2014).

de busca por moradia entre estas mulheres das camadas populares; de outro, a reafirmação, por meio das narrativas, da centralidade da moradia nesses atravessamentos de gênero, ancorados em arranjos matrifocais que perpassam relações familiares ampliadas, conjugais, filiais ou mesmo de *vizinhança*.

Para além das muitas camadas de vulnerabilidades recorrentes nessas trajetórias de mulheres em “situação periférica” (Almeida *et al*, 2009) – migrações interurbanas, violências domésticas na infância e adolescência, o trabalho precoce como empregadas domésticas e relações de obrigação para com patroas, a gravidez na adolescência, o abandono ou expulsão da casa da família, processos de subordinação e libertação da dependência masculina, a intermitência laborial em função de gravidezes e filhos, para citar algumas¹⁸ -, os deslocamentos habitacionais e a contínua busca por moradia são, de fato, aquelas que aproximam todas as trajetórias femininas investigadas (e não apenas as quatro desdobradas em profundidade na tese): estão diretamente relacionadas aos diversos arranjos entre mulheres, sobretudo quando *mães solteiras*, para construir as mediações necessárias para a persistência na vida na cidade, dentre os quais destacam-se a coabitação feminina, o intercâmbio de tarefas domésticas, a circulação de crianças, ou as redes de informações, para citar algumas, e que vinculam sobremaneira as possibilidades de algum tipo de fixação (em termos de moradia) e o enfrentamento das incidências gestonárias do estado (mas também do *mundo do crime*) sobre suas vidas e, principalmente, de seus filhos.

Assim, a experiência urbana de minhas interlocutoras está absolutamente entramada a essa dinâmica de deslocamentos habitacionais sucessivos, migrações intraurbanas cuja regularidade demarca uma certa condição de “nomadismo” (Lindón, 2007; Rizek, 2014), que parece ser parte estruturante dos processos simultâneos de produção de subjetividades e territorialidades para os quais a pesquisa atentou, e configura-se mesmo como aspecto banalizado das condições de habitação e inserção urbana das camadas populares.

Núbia, por exemplo, se valia recorrentemente da expressão *caçar rumo*, que acaba por sintetizar não apenas sua condição durante grande parte de sua trajetória, mas também a de diversas outras interlocutoras, associando-se a constatação de “*ter que se virar sozinha*”, em tudo distante tanto dos direitos como das tutelas sociais. Evocada por ela em relação ao contexto de ruptura completa com os vínculos

18 Ainda nesse sentido, tais trajetórias evidenciam o que a literatura denominou “feminização da pobreza”, bem como os caminhos e descaminhos da incorporação de um corte de gênero nas políticas públicas (como as políticas sociais, ou mesmo as habitacionais): destaca, nesse sentido, o fato de três de minhas quatro interlocutoras principais terem recebido o Bolsa Família durante intervalos de tempo em que estiveram sem um companheiro contribuindo no sustento da família.

familiares (pais, irmãos etc) e construção de novas redes de relações, em grande medida mediadas por seu então novo papel de mãe, a ideia de *caçar rumo* aponta para uma introyeção da dimensão do acesso a moradia como dever privado, algo que dependeria exclusivamente dela, individualmente e/ou articulada a suas redes.

Essa talvez seja a principal dimensão a estruturar uma experiência urbana comum dentre minhas interlocutoras, moradoras das periferias de São Carlos: aquela de, em algum momento da vida (ou em toda ela), “*não ter lugar*”, “*não ter para onde ir*”, “*morar de favor*”, “*ter de caçar rumo*” em que se vislumbra uma forte marcação de gênero – da qual a figura da mãe é emblemática, por ocupar lugar decisivo como definidora dos rumos das trajetórias familiares e das concepções de cidade que constroem e nas quais se pautam. Trajetórias marcadas por sequências de rupturas e recomeços, desenraizamentos sucessivos vividos muitas vezes como traumas, em que a ausência de moradia se vincula à presença do estado como ator de violências múltiplas no campo do urbano, apontando para a coexistência de mecanismos históricos de gestão das diferenças sociais na cidade e processos contemporâneos de gestão diferencial de territórios.¹⁹

Suas trajetórias permitiram entrever uma ampla envergadura de dimensões relativas à problemática do acesso à moradia ao longo dos últimos quarenta anos, na qual os deslocamentos entre cortiços, casas de cômodos, coabitações, barracos, aluguéis informais e seus atravessamentos por dimensões de violência estatal, como as remoções forçadas ou mecanismos de exclusão seletiva dos programas habitacionais apontam para os imbricamentos entre tais trajetórias e as políticas habitacionais no Brasil, em especial a desconexão entre tais políticas e a realidade urbana e social das camadas populares, bem como os efeitos da mudança de escala operada na última década (por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV) e seus efeitos sobre toda uma geração.

E, se tal dimensão ‘nômade’ se faz presente nestas trajetórias como condição de vida, mostra-se também elemento estruturante dos processos de produção da cidade: levando em consideração as trajetórias se evidencia o quanto a expansão urbana se produz, em grande medida, para e pelas camadas populares, em um contínuo “fazer cidade em suas margens” (Agier, 2011). À experiência

19 Nunca é demais destacar que, muito além de um ‘elogio ao nomadismo’ (presente em diversos estudos que têm seu foco na mobilidade e nos deslocamentos contemporâneos), os deslocamentos de que falam as trajetórias aqui tratadas têm uma dimensão bastante trágica e falam ora da ausência de lugar na cidade, ora de uma espécie de detenção em lugares (limiaries) indefinidos e incertos (aproximando – com as devidas mediações – a concepção de desenraizamento às de “desplazamientos” ou à de “destierro”, que, apesar de referirem-se primordialmente a refugiados de conflitos armados extremos, também estão presentes na literatura latino-americana acerca da pobreza e das periferias urbanas, cf. pe. Lindón, 2007), apontando para a violência imanente aos processos de urbanização e às dinâmicas relativas ao acesso à moradia.

comum dos deslocamentos habitacionais se soma, portanto, a do viver em bairros por fazer, do morar em casas *inacabadas*, do contínuo refazer de relações e espaços. Disso decorrem concepções de casa, *vizinhança*, bairro, cidade, vividos como processo (sempre inacabado), entendidos como constructos dinâmicos, e não como estruturas fixas no tempo, pautados sempre por um horizonte de *melhoria* progressiva, espécie de “imaginação do futuro” (Cavalcanti, 2007).

E esse é um dos pontos de vista pelo qual se deve compreender a centralidade da casa (como presença ou ausência) nessas trajetórias: articulada às experiências anteriores de deslocamentos – e de, por vezes, “*não ter pra onde ir*” –, a “casa própria” se configura não somente como este horizonte de *melhoria*, mas como possível ponto de repouso (ainda que não, necessariamente, de fixação), como desejo de permanência frente a esse nomadismo continuado. A construção dos sentidos de “*ter uma casa*” se faz em íntima relação com a experiência vivida dos múltiplos deslocamentos, das vicissitudes e sofrimentos decorrentes de “*não ter casa*”. De modo complementar, as vivências anteriores da casa como lócus de violências (sobretudo no caso das mulheres) dão lugar ao ideal da casa como *abrigo*; as inseguranças e incertezas nas demais esferas da vida fazem depositar na casa (própria) a dimensão mais ontológica de *segurança* – ainda que tais dimensões ideais (dentre outras) estejam em contínua tensão com a realidade cotidiana, com outras esferas de vulnerabilidade que a atravessam, mesmo quando o acesso à moradia se concretiza de alguma maneira.

A presença ou ausência da casa relaciona-se diretamente com inúmeros atravessamentos, nas trajetórias, em termos de relações com o estado: para além da aproximação (ou não) às políticas habitacionais. Dessa forma, as trajetórias de minhas interlocutoras são atravessadas, em diversos momentos, por relações com assistentes sociais, juízes, delegados e policiais. Atravessamentos em grande medida pautados pela própria dimensão de gênero (nos quais ter ou não moradia é algo decisivo), quase sempre vinculados ao lugar de “mãe” ocupado por essas mulheres, em dinâmicas por tentar garantir a guarda dos filhos, ou, em sentido mais extremo, preservar sua vida, nos quais poder mobilizar a existência de uma *casa fixa* se sobrepunha, inclusive, à mobilização da identidade de trabalhadora por essas mulheres²⁰.

20 De fato, nas trajetórias de Núbia e Marielen (e em diversas outras evocadas por elas, ou acompanhadas por mim de maneira informal), em mais de uma ocasião a ausência de moradia (ou, sobretudo, o argumento de autoridade sobre a ausência de “moradia adequada”) quase as impediriam de criar os próprios filhos. Nesse sentido, também uma passagem da trajetória de um ex-interno da Febem reconstituída por Mallart (2011:47) chama a atenção para essa questão, apontando para uma experiência comum, em que gênero, raça e classe se articulam em termos da impossibilidade de vida digna para as mães solteiras e pobres (em sua maioria negras) na cidade, em que a questão da moradia desempenha papel fundamental.

É dessa perspectiva que a busca por moradia emerge nas trajetórias como foco principal, entre minhas interlocutoras, dentre as táticas de persistência na vida, condição que antecede até mesmo a busca por trabalho, porque considerada primordial para poder, inclusive, trabalhar. Núbia, aos dezoito anos, somente consegue deixar a casa do pai – lócus de inúmeras violências sofridas por ela – ao conseguir um trabalho como doméstica fora da cidade natal, porque este tinha como garantia a moradia na “*casa da patroa*”. Desde então, nos mais de quarenta anos de “*praga de cigano*”, como ela se refere à sua trajetória de deslocamentos habitacionais na cidade de São Carlos, entre um trabalho mais perene como doméstica na casa de uma única família, e os diversos momentos desempregada ou atuando como *catadora* de frango ou de materiais recicláveis, em nenhum momento em suas narrativas a busca por trabalho foi evocada como algo que direcionou os rumos de sua trajetória urbana, que se pautava sobretudo nas possibilidades de arcar com os custos de uma moradia, transitar facilmente pela cidade, ter acesso às instituições e redes de relações que favorecessem o cuidado com as crianças.

Mesmo no caso de Joana, cujo trabalho como costureira, na oficina situada na casa de sua mãe (onde ela também morava), se mostraria completamente sacrificado em função do deslocamento para a “*casa própria*” conseguida “*do outro lado da cidade*” via PMCMV, o investimento em garantir uma *casa fixa* se colocava acima da própria manutenção do trabalho, o qual ela considerava que conseguiria reestabelecer, inclusive, por meio de sua nova moradia, invocando as inúmeras experiências de intermitência laborial ao longo da vida: “*trabalho a gente dá um jeito, agora casa... é mais difícil, né?*” De fato, diante de um *pé fixo*, se faz possível tecer redes de relações que viabilizam não apenas a própria consecução de trabalhos, mas também os apoios nos cuidados com as crianças para que as mulheres possam trabalhar. Além disso, “*não ter casa*” representa, entre minhas interlocutoras, uma das principais marcas associadas a uma ideia de pobreza, conforme apontam também Guedes e Lima (2006:133): “O acesso a uma casa – que representa sua inclusão em uma família – pode representar a diferença entre a possibilidade de se manter nos segmentos mais estabilizados da classe trabalhadora ou de se transformar em um morador de rua, naquele ‘trabalhador que não deu certo’(...)”.

Na tensão entre as incidências gestionárias do estado sobre suas vidas (quase sempre vinculadas aos enquadramentos da maternidade²¹ e, em menor grau, do trabalho) e as violências delas decorrentes, em associação com uma

21 Destaco novamente, nesse sentido, a recorrência, nas trajetórias, da perversa relação entre ter ou não ter moradia e poder ou não assumir o cuidado dos filhos.

dimensão de vulnerabilidade cada vez mais multifacetada (e cuja aproximação de diversas formas ao “mundo do crime” tende a acentuar), a fixação em uma moradia permite ampliar as possibilidades de manejar, responder ou desviar de tais incidências e violências, mobilizando configurações familiares e a composição de diversos outros arranjos cotidianos, dentre os quais se destaca a árdua construção da *vizinhança*, quase sempre numa articulação entre mulheres.

Da busca por moradia à *vizinhança* como *luta*: ancoragens e tessituras possíveis em meio aos trânsitos

Como contraponto às dinâmicas cambiantes em diversos aspectos da vida (trabalho, renda, arranjos familiares, vínculos sociais etc.), a perspectiva de fixação em uma casa e um território é, portanto, um dos principais horizontes das trajetórias, ao qual se articula a dimensão fundamental de construção de redes de relações situadas, de uma territorialidade propriamente dita²² – a *vizinhança*.

A investigação das trajetórias urbanas evidenciou a construção de um sentido bastante elástico de família – e, conseqüentemente, de casa²³ – os quais se mostraram intrinsecamente ligados ao sentido de *vizinhança*, cujas experiências de construção e reconstrução são mobilizadas continuamente nas narrativas de minhas interlocutoras, e orientam, em grande medida, toda sua experiência urbana e suas dinâmicas habitacionais. A *vizinhança* expressa, mesmo, uma espécie de síntese entre família, casa e território, a qual vincula-se à possibilidade de construção de redes de relações no tempo e no espaço e configura uma experiência urbana traduzida nas categorias êmicas *ser conhecido* e *ter conhecimento*.

Tais categorias (mobilizadas não apenas pelas mulheres, mas sobretudo por elas, em especial nas batalhas cotidianas pela *segurança* dos filhos, seja perante o tráfico ou a polícia) referem-se, simultaneamente, às pessoas e ao espaço, de forma imbricada: *ser conhecido* significaria estar imerso em redes de relações sociais que implicam necessariamente algum tipo de vinculação ao território, seja pelo fato de ser *nascido e criado* ou, ao menos, *morador antigo* em um determinado lugar (“*aqui todo mundo me conhece*”; “*aqui, onde eu vou tenho um conhecido*”; “*aqui todo mundo sabe minha índole*”), opondo-se àqueles considerados *estranhos*; de forma complementar, *ter conhecimento* expressa o outro

22 Lindón (2005:4) irá destacar a importância, para as camadas populares, de “ter alguma certeza territorializada”.

23 Para uma reflexão mais aprofundada sobre essa plasticidade da família, da casa e da vizinhança entre as camadas populares, remeto à tese (Rosa, 2014), e a alguns trabalhos que me foram esclarecedores nesse sentido: Marcelin (1999), Guedes (1998, 2008), Guedes e Lima (2006), Duarte e Gomes (2008).

lado da balança, reunindo tanto os contatos e *boas relações* cultivadas no tempo e no espaço, quanto o domínio físico e simbólico sobre um território (“*eu conheço esse lugar como a palma da minha mão*”; “*conheço cada buracinho aqui*”; “*aqui eu sei quem é quem*”; “*aqui eu sei onde encontrar ajuda*”).

Essas categorias, que ajudam a delinear a noção de *vizinhança* – delimitação simbólica de um território sobre o qual se tem conhecimento socioespacial e no qual se é reconhecido – são apreendidas a um só tempo como fonte de pertencimento e de segurança, sintetizadas na distinção êmica entre *lugar tranquilo* e *lugar pesado*: a construção da *vizinhança* remete, entre outros aspectos, a práticas cotidianas e elaborações simbólicas que permitem vivenciar estes territórios periféricos como “lugares seguros”²⁴, mesmo em casos de convívio cotidiano com o crime, o tráfico e a violência policial.

Na construção dessa ideia de *vizinhança*, uma terceira dimensão se expressa na categoria *movimento*, que possui dupla acepção, associada respectivamente às noções de *lugar tranquilo* e *lugar pesado*. De um lado, há o *movimento* referente ao cotidiano corriqueiro do bairro, que minhas interlocutoras tanto valorizam: são as pessoas nas ruas, a conversa entre vizinhos, a troca de informações entre colegas, os encontros rotineiros. A essa ideia positiva de movimento ainda se associa a possibilidade de circular pelo bairro para suprir demandas rotineiras por serviços e também, nesses deslocamentos cotidianos, estabelecer essas trocas sociais que animam a vida local. De outro, refere-se às dinâmicas do “*tráfico de drogas*” e a uma presença significativa do *mundo do crime* em um determinado território, do qual a faceta mais visível seria a constante presença de meninos *envolvidos* na rua, nas esquinas, a circular “*dia e noite*”. Entre minhas interlocutoras, tal *movimento* foi, em geral, valorado negativamente, sobretudo pelo fato de que, onde este é mais intenso, a presença policial também seria.

Tais categorias êmicas, brevemente apresentadas, reiteram os já mencionados imbricamentos entre espaço e redes de relações inerentes à ideia de *vizinhança*, e sustentam a dimensão, frequentemente apreendida em campo, de que as redes de relações situadas se configurariam como o principal “bem” de minhas interlocutoras, em alguns casos ainda mais valorizado que a casa (embora diretamente vinculado à ela). Trata-se mesmo de uma possível distinção geracional: se a dimensão processual de autoconstrução da casa, a que se associava

24 Para desdobramentos nesse sentido, vejam-se as reflexões de Segura (2009); Rocha (2009), Machado da Silva e Leite (2007). Veja-se também o que aponta Guedes (2008:8): “as relações de vizinhança expressam-se também em avaliações discursivas frequentes conectando a tranquilidade do lugar e a vizinhança”.

a ideia uma *luta* familiar vinculada diretamente às dinâmicas do mundo do trabalho, marcou historicamente a produção das periferias brasileiras e toda uma economia moral em torno da “casa própria”²⁵, mais recentemente, em um contexto em que a expansão dos mercados formal e informal de compra e aluguel se associa à retração da autoconstrução como forma principal de acesso à moradia, é a *vizinhança* que parece congrega tal dimensão de *luta* (ancorada menos em dimensões materiais do que simbólicas), em razão dos árduos processos de construção, reconstrução e consolidação de redes de relações locais vinculados aos múltiplos deslocamentos habitacionais.

Mas, se por um lado a perspectiva de fixação em uma casa e um território é um dos principais horizontes das trajetórias, por outro – e, paradoxalmente, tendo em vista o contexto de produção habitacional massiva pelo PMCMV na última década – a “casa própria” parece já não configurar, necessariamente, um horizonte de estabilidade das camadas populares (como ideal, talvez; mas na prática, não), não representa o ponto final de condensação das trajetórias habitacionais. Mesmo no contexto recente, em que as políticas sociais e habitacionais brasileiras se direcionaram, cada vez mais, a territorializar a pobreza, amplificando e espraiando em cidades ao longo do país a produção de novos territórios periféricos – a persistência, a renovação ou o acirramento de certas condições e vulnerabilidades impulsionam outros deslocamentos, pondo em xeque a própria questão da fixação.

De fato, o “nomadismo” evidencia-se como força estruturante que vai além, inclusive, do atendimento pelas políticas habitacionais, em uma dinâmica que não necessariamente se interrompe pela *conquista* da “casa própria”. Os processos de fixação nas novas casas e nos novos bairros são tensionados, o tempo todo, pelas constantes mudanças e instabilidades em todos os outros aspectos da vida, como arranjos cotidianos envolvendo situações de emprego e desemprego, trânsitos religiosos, circulação dos filhos entre casas e bairros, para citar alguns, sendo muitas delas também decorrentes da mudança de bairro e de casa. As mulheres, sobretudo em sua condição de mãe, têm papel determinante não apenas nos processos de conquista da casa e de mudança, mas também nos rumos do processo de fixação nos novos territórios, que envolvem novas relações entre casa, trabalho, cuidados com os filhos e os deslocamentos cotidianos na cidade.

São diversos os vetores observados a incidir sobre a continuidade dos deslocamentos habitacionais mesmo após a consecução de uma casa: para além das

25 Para duas referências contemporâneas deste debate, dentre outras, ver: Kopper (2013, 2014) e Cavalcanti (2007, 2009).

dimensões financeiras aí implicadas (dificuldades em arcar com os custos das novas moradias e da infraestrutura urbana formalizada, aumento nos gastos com transporte em função da localização da nova moradia, distância em relação a possibilidades de obtenção de trabalho e renda, para citar alguns exemplos), muitos destes vetores relacionam-se, em alguma medida, com as próprias concepções de *vizinhança* aqui esboçadas. Dentre eles, três merecem destaque por terem se mostrado, em maior ou menor grau, também dimensões constituintes da mencionada experiência urbana comum, aspectos estruturantes das trajetórias em foco.

O primeiro trata das já mencionadas dinâmicas familiares cambiantes e seus rearranjos constantes: os movimentos de constituição, destituição e restituição das famílias, assim como o caráter plástico das mesmas, que permite que se conciliem modelos nucleares e conjugais com modelos de família extensa, imersos nas relações de vizinhança ou parentesco por afinidade, acabam sendo responsáveis por pautar, em grande medida, direções, escalas e intensidades dos deslocamentos, bem como por tensionar significativamente os processos de fixação nos novos territórios e nas novas casas.

O segundo refere-se ao atravessamento das trajetórias por dinâmicas inerentes à “expansão do *mundo do crime* nas periferias” (Feltran, 2011): sua maior ou menor presença, concentração e capilaridade em um determinado território são fatores a motivar deslocamentos mais recentes (voluntários e involuntários), seja pela intenção de *fugir* dessas dinâmicas, muitas vezes sob a perspectiva de “*poder criar um filho de forma decente, com segurança*”; de desvincular-se dessa proximidade, corporal inclusive; de tentar escapar ao estigma e à suspeição dirigidos a determinados territórios; de tirar a família dos limites imediatos de ação e domínio do *crime*; ou mesmo de tentar eliminar os efeitos de tais dinâmicas de dentro da própria casa, entre outros fatores, a depender do *envolvimento*, direto ou não, com tal universo. Trata-se de uma dimensão mais ampla de vulnerabilidade que, inclusive, desestabiliza famílias relativamente enraizadas em um certo território.

O terceiro, embora presente em outros contextos, ganha força significativa após a implementação do PMCMV e a expansão do mercado habitacional às camadas populares, e articula-se diretamente aos outros dois vetores mencionados: trata-se dos projetos individuais e familiares de mobilidade socioespacial em que a mudança de casa é apreendida ora como espécie de ‘conversão’, visando a distanciar-se das marcas da pobreza, dos estigmas territorializados, de uma “*vizinhança ruim*”; ora como perspectiva de *negócio* futuro, nos casos em que a mudança envolve planos de aquisição e subsequente venda ou aluguel da “*casa própria*” como uma etapa planejada deste projeto, mirando o deslocamento subsequente rumo a um território e uma vizinhança “*mais valorizados*”.

Há, portanto, uma relação de tensão e complementaridade entre o lugar da casa nas trajetórias urbanas e os múltiplos trânsitos (territoriais, sociais) que as configuram, a qual parece ser central nessas experiências urbanas “periféricas”: de um lado, as dimensões de territorialização e fixação presentes na concepção mesma de moradia, mas, sobretudo, historicamente, nas políticas habitacionais (e sociais) no país, extremamente amplificadas no contexto da produção massiva implementada pelo PMCMV; de outro, o caráter dinâmico e transumante inerente às trajetórias investigadas, que tem como cerne arranjos familiares e redes de relações cambiantes que não se pautam unicamente pela estabilidade e rigidez dos vínculos, mas, ao contrário, por sua plasticidade (aqui incluídas também a plasticidade das noções de casa e vizinhança), e são atravessados por múltiplas camadas de vulnerabilidades e violências. Tal complexa relação é sistematicamente ignorada pelas políticas públicas brasileiras, que seguem pautando-se por uma imagem fixa de família, de casa (e mesmo de cidade), ignorando tal plasticidade (e a diversidade) presente nas experiências de família, casa e, sobretudo, *vizinhança* nas camadas populares, associadas que estão às experiências de deslocamentos, e que são constituintes do que denomino ‘cidades outras’, invocando a alteridade para o centro dos debates sobre políticas urbanas e habitacionais no Brasil.

* * *

Ao perscrutar que cidades se configuram do ponto de vista de tais deslocamentos habitacionais e seus pontos de fixação (casas, vizinhanças, bairros), deparei-me com uma dimensão indelével dessas trajetórias, qual seja, o fato de conformarem experiências urbanas absolutamente mediadas pelas redes de relações estabelecidas no tempo e no espaço, por trânsitos e deslocamentos no espaço físico e no espaço social, entre mundos sociais e territorialidades (Graffmeyer, 1995).

Assim, mesmo em meio a uma inegável intensificação da territorialização da pobreza, a cidade que emerge da pesquisa empírica se apresenta como campo de trânsitos e mediações, em que se articulam temporalidades, espacialidades e universos sociais distintos (*mundo do crime*, religião, trabalho, família, políticas públicas, instituições etc.). Os trânsitos compulsórios ou voluntários (e aqui me refiro aos deslocamentos não apenas físicos, já que envolvem também dimensões simbólicas) empreendidos por estas mulheres, moradoras das periferias, parecem se configurar como um elemento fundamental para a reflexão em termos da produção das cidades contemporâneas, e se mostraram aspectos importantes para uma aproximação à complexidade socioespacial das periferias urbanas investigadas.

As interlocutoras da pesquisa são operadoras de conexões de mundos, “figuras de fronteira” (Foote-Whyte, 2005): suas identidades e ações são situacionais, compõem-se de uma superposição de estados situados. Os dispositivos acionados, as instâncias mobilizadas, os espaços atravessados evocam relações e mediações que configuram simultaneamente territórios e experiências urbanas pautadas sob ordenações e normativas múltiplas (muito além das dicotomias formal/informal; legal/ilegal), em movimento, muitas vezes em disputa, e quase sempre coexistentes (quicá superpostas), acionadas conforme dinâmicas cotidianas que evidenciam espécies de ‘saberes de deslocamentos’: rituais cotidianos de atualização dos conflitos, das violências, das rupturas, dos descaminhos como modos de reconstruir cotidianamente a própria vida na cidade, bem como os espaços onde ela transcorre.

Os lugares de moradia – e as *vizinhanças* aí construídas – são fundamentais nesse sentido, e influenciam sobremaneira as extensões, dimensões e capilaridades de tais trânsitos e dos saberes deles decorrentes, e vice-versa. Vistos no tempo, trânsitos e saberes mostram-se mesmo indissociáveis das motivações que poderão produzir novos deslocamentos pela cidade. Paradoxalmente, a casa – ponto de fixação – é também um polo irradiador dessas tramas e mediações de que se faz a cidade, a começar pela *vizinhança*. É baseado no lugar da casa (ou das várias casas pelas quais já passaram) que se tecem redes de conhecimento e relações que constroem e interconectam *vizinhanças*, bairros, territórios e as “cidades outras” que aí se tramam: cidades feitas de deslocamentos, desenraizamentos, ajustes e ausências, mas também de relações, mediações, projetos e afetos, cuja multiplicidade de dimensões históricas, concepções em ato ou devires possíveis somente se dão a apreender por meio das trajetórias e narrativas dos sujeitos.

Apreendidas deste modo, as motivações dos deslocamentos habitacionais e de seus momentos de fixação se mostraram muito mais complexas do que o imediato das explicações socioeconômicas ou de categorias como “segregação” ou “exclusão” podem fazer parecer e mostraram-se fundamentais para se repensar os sentidos de cidade, bairro, casa e as políticas que a eles se entrelaçam. A despeito dos bloqueios e constrangimentos, as “cidades outras” que emergem das trajetórias não se pautam exclusivamente pela “lógica da necessidade”, evidenciando um campo de experiência e significação da cidade (a um só tempo comum e diverso). Como atesta Lindón (2005), os habitantes dessas sucessivas “novas periferias” não seguem passivamente as pautas de especuladores, mercados ou políticas: “Estes atores também produzem valorações, tomam decisões, perseguem objetivos, (...) são ativos neste processo que não se reduz a estender os limites da cidade, mas que implica construí-lo em um ‘lugar’”.

Mesmo considerando-se que, a despeito de melhorias nas condições econômicas das camadas populares ao longo das primeiras décadas dos anos 2000 no Brasil (que fizeram a pobreza ainda mais heterogênea), manteve-se a experiência da cidade sob o signo da vulnerabilidade²⁶, evidenciando dimensões de “produção da vida nua nas circunstâncias concretas de vida e trabalho dos que habitam e transitam por esses territórios” (Telles, 2013:361), levar a sério as trajetórias e suas narrativas implica constatar que também se desvelam horizontes de *projetos* – por meio de determinados “campos de possibilidades” (Velho, 1994), é verdade –, que podem reconfigurar experiências urbanas atravessadas por variadas formas de violência e vulnerabilidade.

E é dessa perspectiva que propus aqui, apreender a noção de *vizinhança*, tão cara às minhas interlocutoras: na inegável dimensão de agência inerente à sua construção processual, como momentos de criação de territorialidades (mesmo que transitórias) entre deslocamentos; nas disputas cotidianas por conformar dimensões outras de produção do espaço urbano por meio de outros significados de casa e família, e mesmo perante os enfrentamentos cotidianos da vulnerabilidade. Mas, sobretudo, na sempre renovada insistência em dotar de urbanidade, em “tornar cidade” esses sempre novos territórios produzidos de forma a confinar a pobreza. A investigação das trajetórias urbanas faz emergir a *vizinhança* como espaço-tempo relacional, apontando para a existência de outros “regimes de urbanidade” (Agier, 2011) que tensionam permanentemente as normatividades inerentes às políticas urbanas, habitacionais e sociais. Construídos com base nas experiências dos deslocamentos habitacionais, acabam por tensionar, também, as dimensões gestórias e territorializadoras da pobreza sob as quais se delinearão boa parte de tais políticas no Brasil, em um “fazer-cidade” construído, cotidianamente, como *luta*.

Referências

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Terceiro Nome, 2011.
- ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiaraju; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 2009.
- BIRMAN, Patricia. Apresentação. CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. (orgs). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Faperj/Lamparina, 2013.
- BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2008.

26 Acentuadas brutalmente nos últimos anos, após a conclusão desta pesquisa, sobretudo a partir de 2016, e com maior intensidade na entre 2018 e 2019.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.
- BRAIDOTTI, Rosi. *Sujeitos nômades*. Buenos Aires, Paidós, 2000.
- CAVALCANTI, Mariana. *Of shacks, houses, and fortresses: An ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, University of Chicago, 2007.
- . Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2009.
- CARDOSO, Adauto (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, 2011, pp. 9-41.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.
- FERREIRA, João Sette Whitaker (coord). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos*. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.
- FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico. Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Anais da VI RAM*, Mesa Redonda Trayectorias y diversidad: las estrategias en investigación etnográfica, Montevideo, 2005.
- FOOTE-WHYTE, Willian. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. A cidade no diálogo entre disciplinas. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (Org.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina, 2009, pp. 53-67.
- GRAFMEYER, Yves. *Sociologia urbana*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1995.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- GUEDES, Simoni Lahud. Redes sociais urbanas: casa, família e vizinhança. *Anais 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, 2008.
- . Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, 1998.
- ; LIMA, Michelle da Silva. “Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores”. BARROS, Myriam Lins. (org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.

- KOFES, Suely. Os papéis de Aspern: anotações para um debate. In: KOFFES, Suely (org.). *Histórias de vida, Biografias e trajetórias*. Unicamp: Cadernos IFCH, n. 31, 2004, pp. 5-16.
- KOPPER, Moisés. *Arquiteturas da esperança: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo*. Tese (doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- _____. Da 'Nova Classe Média' ao Mercado da Casa Própria: Etnografia dos processos de mobilidade social e espacial no Brasil Contemporâneo. *Anais X RAM*, Córdoba – Argentina, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco – sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Editora 34, 2009.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo, Edusp, 2001.
- LINDÓN, Alicia. Espacialidades, desplazamientos y transnacionalismo. *Papeles de Población*, v. 13, n. 53, 2007, pp. 71-101.
- _____. El mito de la casa propia y las formas de habitar. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. IX, n. 194, 2005.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 3, Brasília, set./dez. 2007, pp. 545-591.
- MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: Dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. Dissertação (mestrado em antropologia social), Universidade de São Paulo, 2011.
- MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. *Mana*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 31-60.
- NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, CPS/ FGV, 2008.
- POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIZEK, Cibele Saliba. Cotidiano, cidade e experiência. Questões e apontamentos de pesquisa. *Anais XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Brasília, 2014*.
- ROCHA, Lia. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 1989.
- ROSA, Thaís Troncon. *Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), IAU – USP, São Carlos, 2014.

- _____. Da casa própria à casa manjada: dinâmicas socioespaciais e vulnerabilidades territorializadas nas periferias urbanas. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu. 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015.
- SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha casa... E a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.
- SEGURA, Ramiro. Paisajes del miedo en la ciudad. Miedo y ciudadanía en el espacio urbano de la ciudad de La Plata. *Cuaderno Urbano*. Espacio, Cultura, Sociedade, v. 8, n. 8, 2009, pp. 59-91.
- SMITH, Neil. Geografia, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*. São Paulo, v. 18, n. 19, 2002, pp. 127-146.
- SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, pp. 359-373.
- _____. Debates: a cidade como questão. _____. CABANES, Robert. (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, 2006.
- _____. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: _____. CABANES, Robert. (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, 2006a.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

Recebido em: 18/07/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Como citar este artigo:

- ROSA, Thaís Troncon. O fazer-cidade entre deslocamentos e vizinhanças: reflexões baseadas nas trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 723-744.

Mulheres pobres que amam demais: a vida dos direitos e das políticas sociais¹

Adriana Fernandes²

Resumo: O artigo se dedica a discutir a relação entre acusações morais, compaixão e as políticas de direitos referentes a grupos em situação de vulnerabilidade, no caso, mulheres acolhidas em um abrigo municipal no Rio de Janeiro. Abordaremos o cenário de direitos e de políticas em condições de precariedade, tendo como fio condutor os jogos de linguagem e as disputas nesse cotidiano.

Palavras-chave: abrigos – vulnerabilidade – gênero – direitos – compaixão

Poor women who love too much: the life of social rights and policies

Abstract: *This paper is dedicated to discussing a relationship between moral accusations, compassion and how copyright policies of vulnerable groups, in no case women taken to a municipal shelter in Rio de Janeiro. Disorder or scenario of rights and policies in precarious conditions, having as a thread the language games and as disputes in this daily life.*

Keywords: *shelters – vulnerability – gender – rights – compassion*

-
- 1 Esse texto é fruto de pesquisa financiada com bolsa FAPERJ e contou com a interlocução do coletivo de pesquisa Distúrbio (UERJ/UFRRJ). Sou grata a Patrícia Birman, a Mariana Ferreira e a Paula Lacerda pela leitura e comentários; agradeço a Cibele Rizek e a Isabel Georges pelo convite para apresentar um primeiro esboço no encontro organizado pelo LMI/SAGEMM-FLACSO, em Buenos Aires; agradecimento especial a Adriana Vianna.
 - 2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil – dricafernandes@yahoo.com.br

Durante o trabalho de campo em um abrigo municipal para mulheres, no Rio de Janeiro, me chamou a atenção o comentário recorrente realizado pela diretora e direcionado a um grupo numericamente significativo que chegava a esse equipamento: elas seriam “mulheres que amam demais”. A esta caracterização somou-se a notícia de que aproximadamente metade das abrigadas que passavam pela Unidade de Reinserção Social Rose Marie Muraro portavam sífilis: “Largam tudo, os filhos, a família, para ir atrás de homem e ficar mamando pau na Central!”³.

Juízos morais e normativos sobre o corpo feminino e suas formas de existência, como sabemos, foram inscritos como política de população no Brasil por meio da instalação, não sem resistências (Rago, 1997; Chalhoub, 1996; Lopes, 2000), de *uma ordem médica conjugada à norma familiar* (Costa, 1979). A mãe dedicada, circunscrita à esfera doméstica, responsável pela reprodução, higiene e formação dos filhos foi um dos pilares da política higienista desde o final do Século XIX, intensificando-se na reforma sanitária, permanecendo até o regime biomédico. Esse conjunto teria como missão final engendrar uma *nação saudável* (Lima; Hochman, 1996; Seyferth, 1996; Stepan, 2004; Costa, 1980). Tal padrão normativo, todavia, esteve circunscrito aos estratos médios e urbanos, não se podendo imputar a mesma normatividade às camadas populares⁴ (Fonseca, 2004; Engel, 2004; Soihet, 2004).

Os vários casamentos entre as mulheres pobres demonstram como uma economia moral menos estreita marcava essas camadas urbanas. Se a vida sexual era mais movimentada, a maternidade se constituiu como um ponto fundamental no processo de disciplinarização dos corpos e de controle. A mãe das classes populares e de cor precisou ser escrutinada, em especial, pelo potencial papel de impureza e contágio que carregava em seu corpo negro ou mestiço. Sabemos como a eugenia marcou o processo de formação das cidades brasileiras, sendo ponto central na construção do imaginário da nação civilizada e moderna, protegida de degenerescências morais ou epidêmicas (Stepan, 2004; Seyferth, 1996).

Se as ideias de perigo e de contágio permanecem imputadas aos corpos das mulheres e mães negras e pobres, tidas como “relapsas” ou “suspeitas” como bem mostra a tese de Camila Fernandes (2018)⁵, nas reflexões a seguir produzi-

3 Os nomes das pessoas e dos equipamentos da prefeitura que aparecem no texto foram trocados, conservei apenas um apelido tal como era.

4 Utilizo os termos camadas populares e estratos médios ou burgueses durante o texto para fins de análise, creio indispensável observar que esse recorte não ignora a heterogeneidade presente nesses estratos.

5 Nessa etnografia, a autora reúne e analisa acusações morais recentes em torno da sexualidade e maternidade entre jovens e mulheres de camadas populares em uma favela no Rio de Janeiro. A “mãe nervosa”, a “mãe abandonante”, a “novinha”, todas figuras da “causação” surgem como categorias que reatualizam marcadores morais, ao mesmo tempo que, incorporam direitos e políticas públicas para mulheres nos mais variados registros. A luta por uma vaga na creche como um direito, os exames de DNA para

das com base no trabalho de campo em abrigos municipais da cidade do Rio de Janeiro, novas disputas em torno de direitos e moralidades foram incorporadas nesse conjunto. Raça, gênero, poder, maternidade, sexualidade e desejo surgem imbricadas ao repertório de políticas e de direitos. Proponho explorar como esse reportório de políticas e direitos relacionado à vulnerabilidade ou ao sujeito moral da vulnerabilidade é manejado de forma a se *reerguer* ou *retomar a vida*⁶ por outros caminhos, com novas parcerias, ou ao menos para se conseguir dar um tempo das situações aflitivas, persecutórias e de precariedade material, nas quais ameaças e agressão física e psicológica mantêm-se muitas vezes a espreita.

Como apontaram as autoras antes mencionadas, pensar outros padrões de normatividade e as disputas morais em torno destes, permanece fundamental para entender como mulheres pobres inventam e experienciam suas relações, casamentos, modalidades de família, maternidade, redes de apoio e o que este conjunto é capaz de interrogar a pobreza, as desigualdades, sua produção, as rupturas e as continuidades na sociedade brasileira.

Uma primeira observação que o trabalho de campo com mulheres em um abrigo municipal no Rio de Janeiro, início do Século XXI, nos faz perceber, é que tanto os discursos e práticas referentes ao higienismo e aos dispositivos disciplinares, quanto as formas libertárias, menos normativas, de vivenciar a sexualidade e as relações, são capazes de combinar e de conviver. *A linguagem dos direitos*, nesse conjunto, pensados como práticas e modalidades de encarnação, na esfera pública, de conflitos e formas de existência até então silenciados,

reconhecer a paternidade, os usos de métodos anticoncepcionais ("a injeção no posto"), as falas sobre a violência doméstica, as denúncias de maus-tratos de crianças e violência sexual, os questionamentos em torno do machismo, enfim, um mundo de exigências que adentrou via políticas de direitos, nas camadas populares, recompondo esses conflitos e os poderes envolvidos, (re)colocando velhos e novos dramas, termos e dilemas. Nesse conjunto, não podemos deixar de assinalar, atravessando esse cotidiano, o alto número de mortes e assassinatos perpetrados pelo Estado.

- 6 Expressões que escutei com alguma frequência e que considero centrais no cotidiano dos abrigos estarão grafadas em itálico e não remetem a diálogos estabelecidos e registrados seguindo uma situação ou cena específica, estas aparecerão grafadas sempre em aspas; a intenção, ao trazê-las em itálico, é de desenhar um campo ou ambiente semântico, assim, expressões e palavras recorrentes são utilizadas com alguma liberdade, na tentativa de demarcar sentidos, apropriações, criações de linguagem que me parecem significativos para entender as questões que apresento. Nessa pesquisa não fiz entrevistas ou utilizei gravador, tentei registrar o que escutei ou conversei em geral algumas horas após estar no abrigo ou, no mais tardar, na manhã do dia seguinte. O campo foi realizado em dois abrigos, um feminino e um masculino, ambos próximos a área central da cidade; antes de fincar neles, foram feitas visitas em um abrigo de mulheres em situação de violência e ao abrigo de Antares, conhecido como Abrigão, com muitas denúncias de superpopulação, casos de tuberculose, presença do tráfico etc., ambos os abrigos estavam localizados na zona oeste da cidade. Estive nos abrigos em períodos dos anos 2015 a 2016, a pesquisa teve que ser interrompida após eu trazer percevejos de cama para a minha casa. Com Raquel Carriconde dividi o início do campo, seu trabalho resultou em tese de doutorado defendida recentemente no PPCIS/UERJ (Carriconde, 2019).

resultam mesmo em uma *ética do ordinário* (Das, 2012) desenhada não por “representações dramáticas” e “lutas heróicas entre o bem e o mal”, mas por “fios entrelaçados na trama da vida” (p.134). Nas palavras de Adriana Vianna (2013): “(...) a linguagem dos direitos reafirma dissensões morais, oferecendo espaço para que sejam tecidas contranarrativas e para que novos sujeitos se façam presentes em cenas públicas” (p.16).

Em tempos de agenda neoliberal autoritária, caracterizada pelo esvaziamento das políticas sociais, da precarização do trabalho e do agravamento das condições materiais dos pobres e mais pobres, tudo isso é alimentado por uma subjetividade empreendedora e meritocrática, porém, não devemos supor que nesse processo houve (e há) uma conversão irrestrita das camadas populares a tal racionalidade⁷. As observações de Veena Das e Shalini Randeria (2015) são aqui inspiradoras:

Não temos o desejo de romantizar os pobres ou de subestimar as formas pelas quais a pobreza pode corroer a capacidade de ação coletiva ou individual, mas parece-nos que uma compreensão da pobreza deve vê-la em relação aos estreitos laços com outras condições da vida, como a possibilidade de participação democrática, a erosão da infra-estrutura, a negação da cidadania como no caso dos refugiados, o efeito da raça e das políticas de encarceramento, ou o modo pelo qual os meios de subsistência podem se enredar o tráfico de drogas ou o vício ou são destruídos intencionalmente em nome do desenvolvimento ou do funcionamento do livre mercado. Em cada uma dessas constelações, podemos discernir as diferentes maneiras pelas quais a pobreza é vivenciada e até que ponto o potencial para a ação política (visto como o esforço para produzir um tipo diferente de cotidiano) é alcançado (p. 54)⁸.

*

O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, destaca-se algumas características dos abrigos e suas diferenças por gênero, para isso, menciono os diferentes usos que os residentes fazem desse

7 Para uma discussão bibliográfica sobre o tema e por matizar a presença do mercado nas periferias nas últimas décadas remeto ao artigo de Miagusko, Jardim e Cortes (2018).

8 Os trabalhos de Patricia Birman (2019) e Camila Pierobon (2018) têm apontado o cuidado como um elemento fundamental para pensarmos uma *ética do ordinário* entre os pobres e que passa necessariamente pelas mulheres. No caso de Leonor, moradora de uma ocupação na cidade do Rio de Janeiro e principal interlocutora da tese de Camila Pierobon, o cuidado está nos modos como ela lida com as doenças graves da mãe em meio à precariedade da vida na ocupação (ameaças e conflitos de vários tipos, possibilidade de remoção etc.); e, igualmente, quando Leonor maneja todo um repertório mágico-religioso para reverter a prisão da filha. Sobre o tema do cuidado em um viés filosófico e associado à vulnerabilidade remeto à Sandra Laugier (2015). Nesse trabalho a autora enfatiza o papel fundamental das relações sociais para a análise.

espaço, e faço uma apresentação das mulheres que ocupam o abrigo feminino Rose Marie Muraro e as acusações morais das quais elas são depositárias. Nas seções seguintes trago algumas cenas etnográficas que acompanhei nos abrigos de maneira a mostrar como quatro residentes constituem seus modos de corpo compassivo e se combinam ao imaginário de políticas e de direitos para reivindicar melhores condições de existência, na linguagem nativa, com o desejo de “se reerguer”.

Em termos mais explicitamente teóricos, a pista pela qual insistimos vem da proposição de Sergio Carrara (2015) de que o *dispositivo da sexualidade* de Michel Foucault (1979) estaria sofrendo inflexões importantes graças à “chegada” das minorias e de pautas identitárias na política e no Estado. Este protagonismo seria responsável por questionar a produção da vida inscrita na verdade sobre a sexualidade e sobre o sexo, e estaria experimentando arranjos sociais, econômicos, políticos, familiares e de construção de si que revolvem o próprio dispositivo. Por sua vez, o campo dos abrigos põe ênfase em como o corpo compassivo/vulnerável e as disputas morais em torno da sexualidade feminina estão sendo afetadas por esses novos repertórios de direitos.

As formas materiais do abrigo por gênero

Diferentemente do abrigo para homens, o abrigo feminino tinha sempre a porta de entrada fechada com cadeado, sendo necessário que um funcionário pudesse abri-la. O controle sobre as saídas das usuárias era muito mais rígido do que a realizada no abrigo de homens. As vagas para as mulheres que esperavam na fila do abrigo de origem eram em número muito menor do que as existentes no abrigo masculino. Ser portadora de sífilis ou HIV, por sua vez, não as impedia de vivenciarem uma intensa vida amorosa após a chegada nesse abrigo de origem, no qual se esperava de um a dois meses a distribuição para os abrigos disponíveis em outras partes da cidade. Como sabemos, é, muitas vezes, uma forma de proteção material e física contar com um parceiro “marido” quando se está na rua ou em condições econômicas mais delicadas. Os dispositivos de saúde e da assistência social presentes desde a entrada no abrigo funcionavam como uma nova tentativa de cuidado, mas também de enquadramento e controle desse corpo pobre feminino que *se excede* (Guimarães, 1996).

Por meio de passagens nesse campo dos abrigos proponho seguir as pistas dos enunciados – “mulheres que amam demais, largam família e filhos, e só querem mamar pau na Central” – suas apropriações e os efeitos na normatização e produção de corpos generificados e o que escapa desse enquadramento ou tenta escapar. Igualmente para pensar tais passagens como formas não pacificadas de habitar a cidade, se apropriar de políticas e exigir direitos.

Como Michel Foucault (2010) observou, a cidade e seu desenho urbano foi fruto a partir da modernidade de formas de segregação originais: o corpo era percebido baseado em um ordenamento que seguia o modelo de evitação ao “corpo leproso”, ou seja, era preciso retirar leprosos e anormais do convívio, afastando-os para lugares distantes da cidade. Com a epidemia da peste, esse modelo se transforma, e permanece até nossos dias. Qualquer corpo, alguns corpos mais que outros, em qualquer lugar, se torna suspeito. São reconhecidos como corpos passíveis de contágio e de transmissão, portadores de perigo sem saber. Com esse novo paradigma epidemiológico, uma série de práticas individualizadas, localizadas, de controle corpo a corpo, casa a casa, bairro a bairro se fixará como centro das políticas sanitárias e do higienismo vigentes até hoje.

Esse corpo feminino que se *excede* (Guimarães, 1996), *demoníaco* (Bretas, 1997), *assombroso* (Butler, 2014) e que é desde sempre uma ameaça ao ideário da mulher dedicada: “(...) elas largam tudo para ir atrás de homem”, “(...) amam demais”, “(...) só querem mamar pau na Central”, “(...) deixam filhos e família e vão para seguir homem na rua”. Nas palavras também de Flora: elas têm no abrigo “a chance de se levantar”, “(...) porque fica ali quem está querendo seguir, não fica quem está querendo sacanear; a gente agiliza os documentos para elas se reestruturarem”.

Mas quem afinal são as mulheres que querem “sacanear” e quais as que se tornam objeto de reconhecimento de compaixão por políticas e agentes governamentais? As mulheres aptas a obter uma chance para se reerguer, se levantar através de políticas de vulnerabilidade são parte de um mercado de vulnerabilidade, que opera manejando marcadores morais, de raça e gênero. Os temas da impureza e contágio fazem parte do repertório cotidiano do abrigo feminino e passavam quase inaudíveis no abrigo masculino.

As exigências para a realização de exames e consultas formavam uma das jornadas principais do Rose Marie Muraro, assim como tirar os documentos e se cadastrar em algum banco de trabalho. O tema do cuidado mediante recuperação de alguma enfermidade aparece, e se sobrepõe, à forma de recuperar o corpo visto inicialmente como “encardido”, degenerado, ou ao menos para tentar reerguê-lo de uma perda sem volta. Os corpos que não reconhecem esse traço de perigo ou que não se arrependem desse passado-presente podem ser considerados corpos indignos, corpos abjetos, corpos fadados à recusa. Vulnerabilidade e economia moral se somam às técnicas de cuidado, saúde, disciplinarização, controle e de descarte (ser “desligada” do abrigo), de maneira a produzir deslocamentos de enunciados, palavras de ordem e modos de vida. Ao mesmo tempo, a pauta de direitos e de acesso às políticas sociais

complexificaram esse conjunto, propiciando que modalidades de gênero heterotópicas interroguem a cena política dominante.

A ideia de mulher guerreira, e que rápido desliza para brigona ou quizumbeira, “por onde passa arruma confusão” desdobra o estigma desse corpo que se excede, marcante desde o higienismo para uma bioidentidade pela vulnerabilidade que exige direitos, questiona a desigualdade e o caráter assistencialista que endossa a vitimização e a subalternidade, chegando até as políticas sociais.

Corpo da Compaixão no limiar

É tentando escapar das vozes que insistem em lhe visitar, que Brenda busca deixar a cocaína, parar com tudo, e faz planos para morar com Chaveirinho, que conheceu no abrigo da Ilha do Governador. Ela o chama de marido, diz que ele quer ter um filho seu, bem como desejam alugar uma casa no bairro de Santa Cruz, zona oeste da cidade, cerca de 80 quilômetros do abrigo onde estávamos. Brenda se recupera de uma internação de 10 meses, por conta de uma tuberculose. Por conta da tuberculose diz que lhe sobrou 10% de um dos pulmões. Vivia na Av. Brasil após largar o trabalho como endoladora de drogas na Fazendinha, Bonsucesso (na zona norte, bem próximo ao centro, conhecido pelos tiroteios, pela a presença de facções e de incursões policiais). Gosta agora de escutar “louvores”, “esses do Irmão Lázaro e da Elaine [Martins/ex-ADUD, Assembleia de Deus dos Últimos Dias]”. “A minha estória está todinha nesse louvor”. Tenta fazer com que eu escute, mas o rádio que ganhou de Chaveirinho e que ela feliz leva no quadril, falha; anoto os nomes dos cantores e digo que vou procurar na *internet*. “Porque meu problema é a-bs-ti-nên-cia” – diz alto, soletrando lentamente cada sílaba. “Tenho problema de nervos, sabe?”

Esperamos, as duas, a chegada de Chaveirinho. Ele vem sempre às 16hrs da tarde. Vou ficando ansiosa percebendo ela ansiosa, já passa em muito da hora combinada e nada dele. “Ele ficou de me trazer cigarro, geralmente vamos até a praça”. Ele lhe paga um picolé ou um lanche. O assunto sobre Chaveirinho querer ter um filho é recorrente, Brenda a princípio não está favorável, já possui uma filha e justifica sua recusa dizendo ser muito ruim ter de ficar meses acordando de noite, sem poder dormir. Em outra ocasião conta que faz quatro meses que não vai ao posto de saúde receber a megadose do anticoncepcional, entretanto, não acha que esteja grávida. A barriga é porque está comendo muito – ela observa – aproveitando para elogiar a cozinheira do abrigo e lembrar a cozinheira do abrigo da Ilha, que era “sapatão, cozinhou muito, era muito gente boa”. Antes de disparar com Chaveirinho, mostra as várias camisinhas que a

psicóloga acabara de lhe dar e comenta que esta marcou para ela fazer “aqueles exames”. Chega Chaveirinho, ela me apresenta, ambos comentam sobre uma outra residente⁹, muito magra, pouco fala, sempre com cigarro na mão, geralmente apagado.

Brenda lembra então que já foi daquele jeito, aqueles meses todos, ela chegou a ter menos de 40kgs, ficava na Av. Brasil depois que perdeu o trabalho na endola. Acabou conhecida no hospital, “conhecia todo mundo, falava com todo mundo”. O médico lhe disse que teria que parar com tudo, ela tenta, desde domingo não colocou nada para dentro (estávamos na quarta-feira). “Quero parar mesmo” – ela repete. As educadoras e cozinheira escutam nosso diálogo e a incentivam com frases motivacionais bem distantes do programa de redução de danos, diretriz principal do Sistema Único de Saúde (SUS), que orientou as políticas sobre uso de psicoativos até as portarias de 2019, que indicam o modelo de abstinência. As frases motivacionais diziam mais ou menos assim: “(...) isso mesmo, tem que ter força de vontade”, “(...) não desiste!”, “tudo depende da força de vontade da pessoa”, “tem que querer”, “é uma questão de ter cabeça”. Comento se ela está frequentando algum CAPS AD (Centros de Atenção Psicossocial para tratamento de usuários de álcool e drogas) ou já frequentou. Ela diz que a psicóloga estava vendo isso. “Tenho problema nos nervos” – repete – a última vez que ficou sem tomar o remédio terminou seguindo uma voz que lhe dizia para tacar o cabo de vassoura em Chaveirinho porque ele queria proibi-la de fazer algo. Mostra suas mãos, negras e trêmulas, comenta que sente muita instabilidade nelas. “Já aprontei muito, beijei muito, agora quero me acalmar”.

O abrigo de mulheres, diferentemente do abrigo dos homens, parece mesmo ter uma função “pedagógica”. “Ali a gente orienta para as mulheres que querem seguir com as suas vidas” – repete Flora, a diretora mão forte e “mãezona”, como algumas usuárias a chamam e que “gosta de trabalhar com a verdade” (palavras suas). Essa função “pedagógica”, portanto, como um *checkpoint disciplinar/normativo*, ao menos em termos de limitar ou dar um tempo dos perigos da rua e outras situações. Como uma chance de retornar ao papel de mãe e mulher ciosa de boas condutas. Brenda, algumas semanas depois, caiu na vida, reencontrou os amigos no bairro de Santa Cruz, fez noitada, Chaveirinho achando que não a encontraria mais. Tinha arrumado outras companhias, ele me disse inconsolável, o rosto inchado de uma noite insone.

9 A forma de chamar quem utilizava os serviços dos abrigos variava dependendo da situação e de quem o fazia, se técnicos ou os próprios “usuários”, então, além deste, “usuário”, escutei: “abrigado/a”, “acolhido/a” e “residente”. Aqui eles aparecerão como sinônimos, sem discriminação.

Essa função “pedagógica” do abrigo – esse *checkpoint disciplinar/normativo* – garantia, por sua vez, o manejo e a possibilidade de apropriações e usos diversos da *linguagem de direitos*. Foi dessa forma, manejando um novo código para escapar ou contornar de zonas de perigo que Brenda portou sua munição (em termos simbólicos) contra seu ex-parceiro que cria a sua filha, agora com 11 anos. Ao perceber que ele não iria facilitar seus encontros com a menina, acusou-o e afirmou que daria queixa da casa dele no Conselho Tutelar. A assistente social certamente logo veria que a casa do ex-parceiro era um “lugar insalubre para criar uma criança”, “com esgoto saindo no quintal e outras coisas”, ainda por cima ela – Brenda – contaria que não é o nome dele que consta no registro de nascimento da menina. A estória é embaçada – e isso é algo esperado – mas o importante é sublinharmos como Brenda sabe usar os dispositivos da assistência social para se defender de uma possível recusa do pai de não deixá-la vê-la após tanto tempo.

Para Sergio Carrara (2015), a partir de leitura da bibliografia sobre direitos e movimentos de minoriais pós-1988, o *dispositivo da sexualidade* (Foucault, 1979), a vontade de saber e de dizer a verdade de si pela sexualidade – estaria vivendo, no Brasil (e no mundo), inflexões importantes e estaria distante de uma dicotomia “avanços” *versus* “retrocessos”. Essa vontade de dizer e falar sobre o si a partir da verdade do sexo/sexualidade se conjuga agora a um amplo repertório de direitos, de políticas sociais e de bioidentidades, responsável por produzir efeitos outros, assim como encena conflitos não disponíveis anteriormente:

(...) talvez mais importante seja o fato de que trabalhar no nível de tais políticas sobre a possibilidade de abordar o próprio dispositivo da sexualidade, indagando sobre suas fissuras, tensões e horizontes de transformação, em suma, sua própria historicidade. Em tempos em que a sexualidade e o gênero são matéria para afirmação de direitos humanos, continuaria o célebre dispositivo a articular com a mesma precisão uma anatomopolítica dos corpos a uma biopolítica das populações? Ou estaríamos assistindo, em seu interior, à implantação de um novo regime de sexualidade? E, nesse caso, quais seriam suas principais linhas de força? Em que pontos haveria rupturas e em que pontos, continuidade? (Carrara, 2015:325).

Seguindo a pista de Carrara, a apropriação desse repertório de direitos não se restringiria a marcadores reificadores de identidades, mas sugere que eles têm se constituindo como possibilidade de ampliação de direitos das minorias e como contornamento dos mecanismos da *vida matável*, *vida nua*, *mecanismos de exceção* (Agamben, 2004). Direitos e políticas são assim elementos que alimentam a *arte de contornar* (Telles, 2010; Fernandes, 2013) as ameaças que se

apresentam ao cotidiano dessas populações. Proporcionando o combustível da “máquina de curar” (Canguilhem, 2005) e do “fazer circular”, ambos fundamentais na vida e no controle dos pobres desde a instalação do paradigma sanitário nas cidades e nas metrópoles.

A circulação não é ampla no sentido subjetivo, são redes que se tecem e se repetem, numericamente não são mundos tão diversos e heterotópicos, podem até envolver trânsitos translocais, circuitos que ganham força após os fluxos migratórios internacionais, igualmente suas interpelações e bloqueios. A circulação envolve senhas, interdições, paradas, tempos de espera, intervalos, novos fluxos e intensidades. Todo um circuito está presente, mas o risco de ser detido em algum dos pontos permanece sempre no horizonte e, muitas vezes, é isso o que ocorre.

No caso de Brenda seu ponto de parada foram os 9 meses que passou no hospital Raul Gazzolla, em Acari, na zona norte do Rio de Janeiro. Lá ela gostava de dizer que tinha conhecido todo mundo, ao final perdera um pulmão, ficou muito magra, e estava ali, no abrigo, procurando se “reerguer”, escutando louvores, esperando o cigarro de Chaveirinho, seu companheiro conhecido semanas antes no abrigo da Ilha, cada qual esperando uma vaga, e agora planejavam alugar uma casa em Tancredo Neves, zona oeste, para morarem os dois. Chaveirinho e ela fariam bicos pela cidade, como ela já os fazia. Quem sabe Brenda conseguiria um benefício (BPC). Embora ela fizesse questão de trabalhar, como gostavam de frisar. Eu tentando convencê-los de que o benefício era um direito de Brenda, e isso não a impediria de trabalhar no mercado informal, quem sabe entrassem em um cadastro do Minha casa Minha vida, também na zona oeste, lá perto de onde tinham amigos e planejavam se estabelecer.

Corpo da compaixão e direitos

Assim como Brenda, que manejou os enunciados “ambiente insalubre” para convencer seu ex-parceiro a aceitar suas visitas à filha e a falsa paternidade, Simone, outra residente, recém-chegada, também procurou se defender das acusações de Flora diretora, logo que esta levantou a suspeita de que ela, Simone, poderia perder a guarda dos dois filhos. O clima não é dos melhores, Simone logo que chegara da rua interrompeu o atendimento de uma nova usuária que era recebida naquele momento. Queria saber se elas, a diretora e a psicóloga, poderiam lhe informar se a van do abrigo, que é responsável pelo transporte de usuários e residentes conforme deliberação da direção, a levaria no dia seguinte até a Defensoria Pública do Estado para ela pegar as certidões de nascimento dos filhos. Flora se exalta com a interrogação de Simone, diz que a van não

estará disponível porque na verdade retonará com ela de volta para o abrigo de origem (na Ilha). E foi dessa forma que Flora comunicou a Simone que não a aceitaria mais no Rose Marie Muraro. Tento convencer Simone, sem sucesso, a conversar com Flora sobre seu desligamento do abrigo e o retorno ao acolhimento de origem, e sua provável longa espera (que podia chegar nessa época a dois meses) para ser realocada em um outro equipamento.

Mas Simone não parece preocupada com a volta para o abrigo que é superlotado e as condições – segundo as próprias abrigadas (e abrigados) – não são nada boas. Marcando em sua fala o *deles* da sentença: “É que aqui eu estou sob a lei deles” – Simone explica que o principal é que os filhos estão bem. Encontram-se em uma *família acolhedora*¹⁰, de maneira transitória, “(...) eles estão muito bem, a família é ótima, estão mais calmos”. E ela está positivamente impressionada com a ideia de que o ambiente é mesmo importante, porque as crianças andavam muito nervosas por causa dos tiroteios e agora estavam bem. Tem como plano conseguir um trabalho e alugar uma casa. Seu marido segue preso, uma facção rival a dele tomou o morro, a permanência da mulher e das crianças na casa se tornou desde então inviável.

Manejando a *linguagem dos direitos*, Simone reclama, na frente de todas, que o abrigo não é aquilo que prometiam. Flora, a diretora, rompe de sua mesa e vem interpelá-la. Termina por encostar a mão no braço de Simone, um gesto que seria corriqueiro para chamar a atenção do próximo para o que se quer dizer, mas que naquele contexto significava um gesto de violência e ameaça, e lhe diz, novamente, que o juiz pode tirar os filhos de Simone. Esta fica furiosa. “Pesquisadora, você é testemunha, ela não pode fazer isso comigo, não pode botar a

10 Uma matéria no site do Conselho Nacional de Justiça, em 2017, explica tal modalidade: “As famílias acolhedoras se responsabilizam por cuidar da criança até que ela retorne à família de origem ou seja encaminhada para adoção. No Brasil existem mais de 46 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, que vivem atualmente nas quase 4 mil entidades credenciadas junto ao Judiciário de todo o País, conforme dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) (...). (...). De acordo com o censo do Sistema Único de Assistência Social (Suas) de 2016, o serviço de acolhimento está presente em 522 municípios brasileiros e, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), há 2,341 mil famílias cadastradas para acolher 1,837 mil crianças e adolescentes. (...). A criança ou o adolescente é encaminhado a um serviço de acolhimento quando se encontra em situação de risco, teve seus direitos violados e foram esgotadas as possibilidades que permitiriam colocá-lo em segurança. Quase sempre o acolhimento ocorre quando o Conselho Tutelar entende necessário o afastamento do seu convívio familiar e comunica o fato ao Ministério Público, prestando esclarecimento sobre os motivos de tal entendimento e sobre as providências já tomadas no sentido da orientação, apoio e promoção social da família. Para ingressar no programa, a futura família acolhedora passa por avaliação e treinamento e pode receber crianças em casa por um período que varia de seis meses a dois anos. Esta família terá uma ajuda de custo de um salário mínimo por mês”. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85134-cnj-servico-o-que-sao-familias-acolhedoras>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

mão em mim”. Estou entre as duas, a situação é tensa, o abrigo fica em uma casa pequena, embora de dois andares, suas áreas eram espremidas, muitas vezes, se fez presente um ar denso.

Simone dispara pelas escadas em direção ao quarto coletivo que fica na parte de cima da casa. Flora desfia a ficha de Simone para mim e de forma que todos escutem. “A filha não quer ficar com ela, porque aonde vai arruma barraco, a filha disse que não aguenta mais”. Segundo Flora, a mãe era “conhecida da Secretaria desde 2000, para na rua desde esse tempo, depois vai para algum equipamento, depois volta para a rua”. Simone agora desce a escada tão possessa quanto antes. Sobre o que ela disse da filha responde que “não tem nada a ver”, “é outra coisa”. “Eu não sou população de rua, o juiz vai logo ver que sou boa mãe” – replica. Achou inclusive que ali no abrigo aprenderia coisas, mas percebeu que as oficinas não eram o que prometiam. Pede para eu ir com ela ver o cartaz com a programação das oficinas na sala de atendimento. Ali ficam uma ou duas pessoas trabalhando – técnicos/educadores e a diretora – às vezes passam o tempo fazendo artesanato, nesse dia pintavam palhacinhos para uma festa de aniversário do filho da educadora. Simone pede para eu acompanhá-la e mostra o cartaz que vai lendo na frente de Flora diretora e de Goreti, educadora, com as oficinas. “Oficina Dia de beleza” – ela diz e completa em tom de queixa: “Poxa, como a gente pode fazer uma oficina de beleza se o abrigo não oferece um alicate?!”, “Dia de Passeio”, tudo bem, saíram uma vez, foi ótimo, foram passear na Lagoa [Rodrigo de Freitas, área abastada da cidade], aliás, os educadores são ótimos” – frisa, “(...) não tem nada o que dizer deles, aliás, não tem nada do que dizer de todos ali”. Goreti e Flora não reagem mais à provocação de Simone, concentradas se mostram na pintura dos palhacinhos. Simone me puxa para fora da sala, para o *hall* que é aberto.

Começa um bate-boca mais ameno com quatro das residentes que estão por ali – nesse espaço há uma mesa coberta e um espaço aberto onde é possível fumar um cigarro e ver o céu – das doze que ocupam, naquele momento, o abrigo. Alguém acusa Simone de acender a luz quando acorda, mesmo que ainda esteja escuro, faz barulho, não se importando com as outras residentes. Ela justifica sua atitude: como ela conseguiria botar a roupa para sair se não consegue enxergar no escuro? E completa em alto e bom tom que ela não precisa “puxar saco de ninguém”, “nem da Dona Flora”. As mulheres estão sentadas no *hall*, não discutem, parecem impassíveis frente aos comentários de Simone, que continua: “porque não acho certo fazer do abrigo hotel”. E agora em voz baixa, sobre Brenda: “Ela é uma que adora dizer ‘ah que banho maravilhoso, que comida, que cama quentinha’”. Porque disseram que o abrigo seria para conseguir os

documentos, uma vaga de trabalho e assim alugar uma casa. Flora reaparece, e não está mais contida: “Querida, escuta bem, se o prefeito quiser que você fique aqui, mas se eu não quiser, você não fica – você entendeu? Se o cara do morro quiser que você fique aqui, mas se eu não quiser também, você não fica – você está entendendo?”. Flora trabalha há muitos anos no abrigo e é originalmente nascida e criada num morro localizado próximo dali.

Segue o bate-boca, Flora esbraveja: “Ah como ela é vítima, ah como ela é vítima!”. De repente o telefone fixo do abrigo toca, o clima de tensão é suspenso, do outro lado da linha está a mãe de Simone querendo falar com ela. Goreti educadora avisa que ela teria que falar rápido com a mãe, não poderá ficar meia hora ocupando o telefone como ela fez no dia anterior. E Simone: “*Dá licença, será que posso conversar com ela no particular?*”.

Mais do que apenas uma “conhecida da assistência” que “por onde passa arruma confusão” Simone encarna, pelos menos nessas passagens que eu acompanhei pelo Rose Marie Muraro, a interrogação, quase uma afirmativa, de Sergio Carrara, já mencionada, de que haveriam inflexões no *dispositivo da sexualidade* que apontam para a presença de outras linhas de força e disputas. Nas considerações finais retornaremos a essa questão.

Corpo máximo da compaixão

E é com sarcasmo que Marli diz que o Bolsa Família que recebe está mais para “Bolsa Farinha”, porque o benefício mal dá para tomar algumas cervejas com salgado em um bar. Marli é etilista, consome diariamente muitos remédios, seu corpo é o corpo exemplar do dispositivo das agências de direitos humanos, o corpo reificado da compaixão. Negra, já parou na prisão por “puxar a faca” para a dona da pensão em que morava com o marido e a mesma vir a óbito; anos depois, foi presa de novo após sair pela rampa do Extra, com uma peça inteira de carne sem pagar. O segurança seguiu atrás de Marli que acabou detida, agora as passagens pela psiquiatria fizeram com que ela fosse solta, eis que chegou no abrigo e Flora se esmera para conseguir reintegrá-la à família, realizar os exames que precisa e levá-la ao Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ) para que possa refazer a medicação. No meio do percurso até o CPRJ, na van da Secretaria de Desenvolvimento Social, uma parada na praia do Leme porque Marli queria muito ver o mar.

O “Bolsa Farinha” portava não apenas uma face crítica, assuntos de ordem doméstica e da maternidade estavam presentes, como ela revelou em seguida ao tentar convencer uma de nós a ir no Saara (centro comercial localizado no

centro da cidade e com mercadorias com preços mais em conta) quando o dinheiro do BF saísse, quem sabe por lá dava para comprar uma mochila que a filha lhe pedira (seria para a neta). Marli me pergunta se tenho carro, na época da pesquisa eu tinha, disse então que sim, me pediu para que pudesse ir com ela até Bangu ver essa filha e levar o presente para a neta. Eram tentativas de reaproximação de Marli com Luana. Concordei que podia levá-la. Dias após esse combinado um educador e Flora perguntaram para mim se era verdade que eu estava combinando de ir aonde a filha de Marli mora, e se mostraram céticos quanto à ela lembrar o caminho.

A situação de saúde de Marli se agravou, um dia sentiu tonteira com os remédios e terminou por se “jogar” ou “cair” – os verbos foram usados por duas técnicas quando contaram o fato, uma achou que foi intencional, a outra que fora efeito dos muitos remédios, “um apagão” – da escada do segundo andar que dá no *hall* do térreo. A situação de saúde de Marli não era das melhores, um longo percurso no etilismo, consumidora crônica de benzodiazepínicos (medicamentos para dormir), para labirintite, para os nervos e suas mãos trêmulas, tudo isso provavelmente consequência do longo tempo de medicalização. Foi ela uma vez que comentou para mim que não gostava do abrigo da Ilha [do Governador] porque lá tinha muita gente sempre falando alguma coisa, era um lugar “muito povoado”, que “fazia mal a cabeça”.

Marli era uma dessas abrigadas que deixaria qualquer antropóloga/o empenhada/o a conseguir acompanhá-la ou saber de seus percursos. Sua trajetória por vários equipamentos, duas passagens pela prisão, uma pelo manicômio, passagens pelo abrigo, o etilismo crônico, a pele negra, o roubo da peça de carne no Extra com fins comemorativos, queria fazer um churrasco, e sua saída altiva pela rampa do supermercado levantando a suspeita do segurança e em seguida sua detenção. Suas falas balbuciantes, ao mesmo tempo argutas. Era uma interlocutora que mobilizava a atenção minha, das técnicas, de Raquel Carricone (pesquisadora que na mesma época fazia campo para o seu doutorado), bem como de outras residentes. Ao mesmo tempo, seus esquecimentos, olhares ao longe, corpo dopado, dificuldade de andar, pouca autonomia, desmaios, vertigens, inteligência e comentários, às vezes, enigmáticos, outras críticos e surpreendentes, a transformavam em uma lenda viva do *corpo compassivo* (Fassin, 2014):

Como Didier Fassin (2014) assinalou, o dispositivo estar doente, ou medicalizado, se tornou importante moeda de troca para as populações em situação de vulnerabilidade. Em *Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França*, o autor mostra como ocorreram as

transformações de políticas de asilamento entre os anos 90 e 2000. O humanitarismo que se intensificou nos anos 70 até os 90 (anos de ascensão do neoliberalismo) foi abalado com a “invasão” de imigrantes na Europa. O discurso dos direitos humanos passou a ser conjugado com o direito securitário, o que significou, em termos práticos, a diminuição da concessão de refúgios e asilos políticos, e o aumento de uma população migrante em situação irregular e precária. A partir dos anos 2000 o dispositivo de possuir uma doença severa passou a ser acionado como estratégia de permanência e de regularização de sua condição (em alguma das modalidades disponíveis, quase nunca em definitivo) (Fernandes, 2018:89).

O reconhecimento da compaixão e de um sujeito de direitos está, nessa genealogia, atravessado pelas marcas do adoecimento e a vulnerabilidade percebida mediante o sofrimento individual que procura redenção ainda nessa vida e nesse mundo. O testemunho desse *turning point* é imprescindível nessa construção (Côrtes, 2014) e para que as agências e políticas responsáveis por assegurar direitos e reparação se sintam obrigadas a agir¹¹.

A importância dos Benefícios e do Bolsa Família na construção de uma outra relação entre cidadania e Estado, o que alargaria o papel da *sociedade política*, nos termos de Chatterjee (2004) assinalado por Fabiana Jardim (2017). Segundo ela, a cidadania regulada que associava trabalho e direitos sociais veiculada desde Getúlio Vargas, nos anos 30, ganharia finalmente uma versão mais igualitária e efetiva de proteção e de garantia de direitos às camadas não apenas consideradas ativas da sociedade. “De fato, e articulada a outras políticas que têm alvo e beneficiário justamente os pobres ativos (refiro-me aqui ao Benefício de Prestação Continuada, por exemplo), o Bolsa Família se afirma como um programa que transforma de maneira incisiva as relações estado-cidadão (...)” (p.198). Jardim pondera que essa inclusão não está baseada, porém, no igualitarismo, mas na continuidade de políticas neoliberais, em que a inserção de massas marginalizadas socialmente se dá por meio do consumo e do mercado.

(...) nas duas últimas décadas, algumas táticas destravaram o governo dos pobres ativos brasileiros. Isso significa dizer que as práticas neoliberais adotadas no Brasil desde o final dos anos 1980, tornaram possível pela primeira vez que o estado tocasse o cotidiano e a vida de imensos contingentes da população que sempre estiveram aquém do direito. Assim, tais acontecimentos,

11 Para uma discussão sobre a compaixão a partir do diálogo entre budismo, filosofia ocidental, psicologia e direitos humanos ver Ferreira (2017).

no que produziram de novos objetos e superfícies de exercício de poder, têm transformado de maneira profunda a estrutura social brasileira, inclusive as relações entre estado e sociedade (Jardim, 2017:199).

A estória de Marli e o uso do Bolsa Família, todavia, significa uma curva, a meu ver fundamental nesse quadro. Bens, mercados e consumo, como mostrou Mary Douglas e Isherwood (2009) não podem ser pensados apenas pelo viés mercantil, mas pelos usos sociais de que são capazes, e o trocadilho do nome de Bolsa Família para *Bolsa Farinha* sempre me fez lembrar a importância que a farinha (de mandioca) possuiu na história dos pobres no Brasil (segundo Câmara Cascudo, “a rainha do Brasil”) e como, de alguma forma, a mandioca garantiu o sustento e existência dessas camadas por séculos. No Rio de Janeiro, “farinha”, no ambiente da drogadição, é também um dos nomes pelo qual se refere e se chama a cocaína.

Esse deslizamento entre o pó que esconde a fome por algum tempo e garante ficar “ligado” por turnos ou noites, mas que também sustentou a sobrevivência dos índios no país durante a colonização tem com Marli, em sua condição de abrigada, a tarefa mais imediata de tentar uma aproximação com a filha. Essa possibilidade que o bolsa família insere no horizonte afetivo e doméstico-familiar de Marli possibilita-nos de novo pensar nas apropriações e usos que esses bens de política social e distributiva ganharam desde a sua implantação¹². Levar em conta esses usos pode nos ajudar a qualificar melhor os efeitos que eles possuem nos modos de subjetividade e como forma de entender a cidadania incorporada ao cotidiano das camadas populares, o que é convocado e mobilizado para além do mercado ou da financeirização da vida entre os pobres.

Corpo da compaixão e cuidados

E havia Mônica, corpo infame/corpo de um *déficit* cognitivo significativo, corpo que foi abandonado pela família na Avenida Brasil e vai parar no abrigo. Ficávamos muito tempo juntas na mesa comum do *hall*. Ou sentávamos próximas vendo novela na sala de *tv*. “Eu nunca vou sair daqui”. No verão, as pintas vermelhas se alastraram pelo corpo, ela se queixou da intensa coceira. Seus

12 O BPC, o Benefício de Prestação Continuada, tem servido a diferentes fins; trabalhos apontam para os gastos relativos ao consumo doméstico e familiar como algo significativo (Costa, 2017; Pereira; Ribeiro, 2017). Ana Flávia de Oliveira, médica sanitária, professora da USP, pesquisadora de violência contra a mulher, aproxima um estudo realizado em Bangladesh à condição da mulher pobre no Brasil. Nesse estudo, “mulheres beneficiadas por programas de microcrédito podem ficar mais vulneráveis porque tornam-se mais assertivas, têm o dinheiro delas e isso quebra a hierarquia de gênero” (Batalha, 2015:14).

olhos grandes e atentos, que no princípio me intimidaram, depois pareciam sinalizar que eu era bem-vinda. Os olhares viraram, outras vezes, e conversas deixaram de ser completamente ininteligíveis. Mais adiante, nos acompanhávamos mutuamente por lanches ou no jantar, vendo novela, aguardando a van para levar alguma residente a consultas ou agendamento para resolver pendências referentes a tirar documentos, entrada em benefício, ser atendida no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para tentar uma aposentadoria por invalidez ou incapacidade. Às vezes ela colocava a cadeira ao lado de mim e de alguma outra abrigada com quem eu estivesse conversando, geralmente isso acontecia no *hall* do abrigo, lugar de passagem entre a sala onde ficava uma técnica e a diretora e o portão de saída.

O “eu nunca vou sair daqui” foi dito quando outras usuárias contavam sobre as expectativas alimentadas, principalmente pelo *plano terapêutico*, traçado entre elas e a psicóloga, sobre possibilidades de retomar a vida, um passo a passo para lidar com o cotidiano e traçar metas a médio prazo. Eu olhei para ela surpresa com a frase abrupta e dita de forma artificialmente natural e que parecia esperar que eu comentasse algo, mas eu não o fiz, embora tenha me deixado perturbada. Sua vida correria para sempre no abrigo?¹³

Um dia uma das duas educadoras da manhã não poderia comparecer, a outra teria que acompanhar uma usuária que precisava fazer exames de urgência (tinha um câncer de mama em estágio evoluído). O exame com o ginecologista na Clínica da Família do bairro estava marcado há alguns meses, ela estava com uma barriga pontiaguda protuberante, e reclamava de dores na mesma. Disse que eu poderia ir então, chegaria bem cedo no abrigo. Flora titubeou um pouco, mas depois concordou. O posto estava a dois quarteirões do abrigo. No dia fiquei preocupada em estar sozinha com Mônica. Flora e a educadora tinham

13 Em outro texto explorei quais os usos realizados pelos residentes dos abrigos, em resumo, podemos dizer que o abrigo é utilizado em três modalidades: a) como lugar de passagem, por conta de alguma situação extraordinária, porque se perdeu os documentos, brigou na família, teve que largar a casa por ameaças diversas, porque já vive na rua mas alguma situação fez com que procurasse dar um tempo no abrigo ou por motivo de doença; b) como “hotel”, uma “segunda casa”, possuindo um sentido pejorativo e era um termo que escutei bastante, utilizado como forma de fazer do abrigo um lugar para se recompor e onde se irá retornar outras vezes, um lugar que faz parte de um circuito de deslocamentos pela cidade, são os “conhecidos da assistência”, como comentou Flora e outros técnicos, aproximando o usuário da imagem do vagabundo ou do malandro, daquele que “não quer nada da vida” ou é “folgado”, noutros termos, próximo dos juízos que acompanham os indesejáveis, *infames*, não-disciplinizados das cidades; e 3) “brinel”, “junção de abrigo com pinel”, nas palavras de um usuário repetindo o termo de um educador com muitos anos trabalhando no abrigo, possui um sentido de institucionalização e permanência, numa dimensão mais dramática e próxima do sujeito reconhecido pelo dispositivo da compaixão e das políticas de direitos humanos (Fernandes, 2018).

contado que uma vez, de tanto insistir, elas deixaram Mônica sair para ir namorar. Dias se passaram alguém do CREAS do Centro ligou para a central de abrigos perguntando se conheciam uma garota etc. “Como ela estava encardida quando chegou no abrigo!”. E repetiram esse comentário algumas vezes de forma sarcástica. Um homem a tinha achado e levado ela no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) próximo da Providência. Mônica ficou pela Central naqueles dias, tinha dito que conseguiu namorar, e voltara para o abrigo “encardida”. Fiquei com receio de que ela pudesse sair pelas ruas próximas, e eu não teria pernas para segui-la, então pedi para segurar sua mão logo que viramos a esquina, eu segurei firme, ela me olhou com surpresa, depois um riso travesso, eu continuei séria, seguimos até a Clínica da Família.

E foi alentador como lidou com as instruções de cores, cada cor um morro ou área da região, a Clínica estava ocupada por mulheres, muitas com crianças e bebês, agentes comunitários de saúde com suas pranchetas, seguranças, alguns poucos homens e mulheres dormiam nas cadeiras em frente às atendentes em seus computadores e o sempre mencionado SISREG (o sistema em rede do SUS que agenda as datas das consultas e os lugares para onde o paciente será encaminhado). Em meio a tudo isso, conversas entrecruzadas, conhecidos que se viam no posto, mulheres grávidas. Subimos até a sala onde seríamos atendidas por uma enfermeira. Antes na fila, Mônica olhou para um homem que sentara a seu lado, ele puxou conversa, ela sem cerimônia anunciou: “Estou grávida!”. Ele arregolou os olhos, “Verdade?”. E virou-se para mim para tentar alguma cumplicidade, me fiz de desentendida.

Já na sala com a enfermeira eu expliquei que era pesquisadora e que a educadora social do abrigo que viera teve que acompanhar outra residente e a diretora, a psicóloga e assistente social, cada qual estava com algum compromisso inadiável. Mônica então respondeu que não era virgem, mas não disse que estava grávida, os estagiários e a enfermeira de qualquer forma ficaram nervosos. “Como assim?!”, e se dirigiram a mim, eu disse que não saberia responder e ligaria para Flora para perguntar. Pelo celular, Flora confessou que não tinha certeza e isso motivou uma silenciosa onda de pânico entre os técnicos da sala. Indaguei se não achavam melhor fazer o exame do abdômen porque era essa a queixa principal nas últimas semanas. A enfermeira disse que caso Mônica estivesse grávida, o exame poderia prejudicar a gravidez e resolveu chamar o médico que conhecia a paciente, assim ela foi encaminhada para a sala de exames, nesse outro recinto uma técnica recolheu o sangue, todos os resultados deram negativo e retornamos a sala de consulta. A enfermeira resolveu que não faria a ultrassonografia, nem o preventivo, e reagendeu o exame.

Como Lilia Lobo (2008) inventariou em trabalho precioso as formas da loucura e dos anormais no Brasil, os corpos dos portadores de deficiência, nesse caso, o corpo e a sexualidade da mulher portadora de retardo foram desde os Séculos XVIII, vistos como monstruosidade e sacralidade, ao mesmo tempo. A monstruosidade ganhará contorno de degenerescência com as teorias de eugenia do Século XIX, em seguida, as mais diferentes lutas em prol de minoriais, incluindo os deficientes entrarão em voga na segunda metade do Século XX, mas mesmo ainda hoje, a maternidade ou o desejo sexual e o erotismo dos deficientes sobrevivem quando signos de práticas de desejo e de vida permanecem objeto de apagamento.

No abrigo não era diferente, o rompante para namorar fez com que as técnicas abrissem o abrigo e deixassem Mônica sair pelo mundo. Até que alguém a levou a um CRAS e ela retornou para o Rose Marie Muraro. Esse retorno foi sempre lembrado pelas técnicas por ela ter voltado “encardida”. A rua e sua sexualidade (não atrelada ao casamento ou a relações fixas) perduram ainda como impurezas na trama sanitária, da assistência e da saúde, mas o contra-ataque dela como alguém que não é mais virgem, ou que está grávida, ou que vai permanecer para sempre no abrigo, colocam questões sobre a presença dos “sem família” e “deficientes” em equipamentos do Estado. São os *embebidos no Estado* (Birman, 2018), a vida experienciada em seu interior, o Estado domesticado, a vida tutelada como direito.

Na Reforma Psiquiátrica, o incentivo a autonomia é um de seus pilares. O objetivo é produzir uma sociedade livre de todos os tipos de manicômios, portanto, produzir sujeitos autônomos e que possam viver em redes (de assistência, de saúde, familiares etc.). Os “sem família” colocam outras questões como Mônica o fez, pretendem se instalar no Estado para sempre, agora não como pedinte ou mendicante, mas como alguém que precisa de cuidados, diz isso quando reclama e mostra as pintas vermelhas que coçam e que não deseja mais ficar pela rua.

Conclusão: Os clamores do abrigo

Brenda, Simone, Marli e Mônica, institucionalizadas, mas por diferentes graus de vulnerabilidade, lidam com imperativos disciplinares e acessam direitos e políticas (mesmo que atravessados por precariedade e *vida nua*). Recaem na vida desviante, na vida do excesso, são mulheres pobres que amam demais. A educadora da noite, Vania, insiste para que as residentes evitem juntar colchão durante o sono porque teve gente reclamando que não conseguiam dormir durante a noite. “Ninguém aqui está em casa, gente, vocês aqui estão dividindo um lugar por um tempo,

precisam respeitar o espaço uma da outra”. E que não deixassem calcinhas sujas na cama: “(...) porque ninguém precisa dormir com cheiro de bacalhau na cara; desculpa aí pesquisadora!”. “E nada de ficar fumando na janela do quarto, seja lá o que for, nem deixar seus pertences espalhados pelo chão ou em outras camas”.

Segundo Vania, era necessário puxar essas “reuniões de comportamento” quando sentia que as coisas estavam correndo de maneira “muito solta”. Explicou que trabalha ali como educadora social do noturno tem alguns anos, conseguiu a vaga porque era egressa de presídio. A ideia de empregar ex-presidiários nos Centros de Acolhimento se deu na gestão do ex-prefeito César Maia. “Como uma forma de aproximar funcionários e acolhidos” – ela justificou.

O abrigo feminino mais do que encarnado na diretora “mãezona” Flora, me parece melhor condensado em Vania, a educadora da noite. Ou pelo menos é esta que funciona como um contraponto fundamental à Flora e sua maneira de levar o abrigo a “mãos de ferro”. Como bem comentou Walter Benjamin (1987 [1934]) sobre os ajudantes, personagem que aparece frequentemente na obra de Kafka, e que seriam as únicas criaturas a terem êxito de escaparem do círculo familiar e que se parecem como um “grande novela”, dessa forma, são capazes de encontrar saídas para continuar a narrativa¹⁴:

Vania conduz as residentes em um misto de correr solto e com auxílio de marcadores disciplinares pontuais, menos disciplinares e como produção de subjetivação. “O cuidado”, “a consciência”, “o levar em consideração” eram palavras sempre usadas em suas reflexões enquanto conversávamos sobre o Rose Marie Muraro. Assim, o Centro de Acolhimento aparece como um ponto de checagem (*checkpoint*) seja como uma chance de *reinserção* (Carriconde, 2019), seja para minimizar a atração pela *vida degradante* (Scabio, 2013), a *condição nervosa* ou os *estados nervosos* (Duarte, 2010; Fernandes, 2017), os traços da *vida infame* (Foucault, s/d) ou, de modo mais concreto, na linguagem de Flora, diretora: “de parar de arrumar confusão por onde passam”.

Habitar ou passar por abrigos é, portanto, se deixar disciplinarizar, em alguma medida, e é também dispor e ser atrevassada pela linguagem e repertório dos direitos. Taniele Rui e Fábio Mallart destacam uma observação na trama entre “Cracolândia” e cadeias de detenção provisória que incita-nos a conjugar a disciplinarização que ocorre nesse circuito – entre rua e equipamentos

14 (...) são criaturas inacabadas, ainda em estado de névoa. (...) não pertencem a nenhum dos outros grupos de personagens e não são estranhos a nenhum deles – são mensageiros que circulam entre todos. (...) Sua ambição era... ocupar um mínimo de espaço, e para isso, sempre sussurrando e rindo, faziam várias experiências, cruzavam seus braços e pernas, (...) na penumbra pareciam um grande novela. Para eles e seus semelhantes, os inábeis e inacabados, ainda existe esperança” (Benjamin, 1987 [1934], p.142).

assistenciais, de saúde e confinamento – a esse repertório: uma assistente social do lugar, por exemplo, valoriza usuários que já passaram por “cadeias PCC” porque são disciplinados, assim, é muito provável que causarão menos problemas, caso obtenham uma vaga no albergue (Rui; Mallart, 2017). Na rede da Assistência Social também ocorria algo próximo, usuárias reincidentes conhecidas na rede por suas histórias de vida e, em alguma medida, habituados a rotina e regras dos abrigos, eram tratados com maior tolerância e parcimônia.

Da mesma forma, Vanda modula fronteiras menos duras sobre o corpo “pestilento”, da sífilis, tuberculose, HIV, DSTs, mas também um corpo passível de controle, igualmente capaz de disciplinarização para acessar direito que servirão na *arte de contornar a vida nua*, a *vida matável*. Não se proíbe a junção de camas, mas quem o faz não pode exagerar quanto a incomodar as outras parceiras de quarto; e ainda, precisa cuidar das partes íntimas, precisa cuidar da saúde, endossando as tentativas do abrigo de referenciar usuárias e seus tratamentos a equipamentos de atenção à saúde básica. E acessar direitos para *contornar a vida matável* também pode significar – como assinala Flora, a diretora – uma ampla dose de coragem; funcionam como revivificações de Antígona, a mulher-assombro que se nega a obedecer a lei do soberano de não enterrar o seu irmão, e ao fazer isso demonstra que, além da cidade e da história, a lei, o poder e o esquecer não estão pacificados (Butler, 2014): novas forças e rupturas são capazes de rever as posições de poder, as palavras de ordem, outras subjetividades capazes de ganhar consistência. Mas o que essa lei, o poder e o esquecer não pacificados contam da história das mulheres pobres e negras em um país periférico?

Acusações morais no rastro das revivificações de Antígona assombram o presente. Flora narra para mim que Raiana, que chegara aquela semana, foi parar no abrigo depois que brigou em um hotel na Central do Brasil. Ela estava fazendo programa, o cliente já havia pago, mas quando ela repara que “o pau estava muito babão” se negou a continuar. O cliente a ameaçou, Raiana se manteve firme, não devolveria o dinheiro, discutem, ela termina por chamar a polícia (sempre há uma viatura na esquina da rua principal da Central), a contenda foi dissolvida. “Menina, que garota corajosa!” – repetia Flora enquanto narrava a estória. Vale um breve contraponto a uma possível e esperada idealização de Raiana. Uma parcela da coragem de Raiana atém-se ao fato de que o espaço é protegido pela polícia, rumores dizem que isso acontece a pedido dos comerciantes locais, o que inclui também os donos de hotéis/moteis a custo módico e por frações espalhados por várias das ruas dali.

Nessa governança dos pobres, em especial, nessa governança das mulheres pobres e de seus corpos estariam sobrepostos dois regimes: o regime disciplinar das

corporeidades femininas dissonantes, de modulação e controle do corpo pestilento que se *excede*, mas também apropriações e composições, um *fazer-se no Estado* (Aguião, 2018) por parte dessa população dos dispositivos de controle atravessado pelo repertório das políticas sociais, securitários, de saúde, religiosos, de assistência e terapêuticas¹⁵. E também como uma tentativa de se proteger das várias formas de violência da lei masculinista do Estado sobre suas existências (Vianna, 2014).

Brenda ao ameaçar chamar o Conselho Tutelar para denunciar que a filha estava vivendo em um “ambiente insalubre” buscava uma chance de voltar a visitar a filha que havia crescido e de retomar os laços com ela; Marli está no abrigo porque precisa se tratar e também é ali que poderá retomar o contato com a família, para quem sabe voltar a viver com a filha e seguir em seus tratamentos que devem durar para sempre; Simone desejava, por meio das políticas de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade social, resguardar os filhos e também retomar a vida conseguindo uma vaga com ajuda dos contatos e chances (não muitas) que o abrigo disponibilizava; por fim, Mônica, que exige ficar no abrigo e ao acessar as políticas de saúde para mulheres e deficientes recoloca a pauta do erotismo e da sexualidade e da maternidade nos corpos femininos como direito, mas na prática biomédica ainda é um corpo “mostruoso”, “degenerado”, “incapaz”, nesse caso, as políticas públicas de saúde para deficientes são tensionadas pelos enunciados de Mônica – “não sou virgem”, “estou grávida” e pelo desejo de viver sob a tutela do estado, o que não significa fazer da vida algo sem agência.

No caso do *fazer-se no Estado* pelos abrigos/assistência, uma corporeidade por gênero e contabilizada pelo que é considerado excesso. O *excesso* de coragem: uma coragem medida, remediada, pesada, no sentido de reivindicar e afirmar outras formas de inscrição de gênero e de sexualidade, “a mulher barraqueira que exige direitos”, “a mulher deficiente, mas sexualizada e erótica”, “a mulher pobre que ama demais”; o *excesso da fuga*: que pode significar retornar a uma condição material muito precária e que ameaça a própria existência, como o “cair na vida de Brenda”; por último, sem ser menor importante, o *excesso do regime de poder*: via coerção, coação, punição, violência física e morte, empenhados em conter suas demandas e afirmação de existência, e funcionar para evitar o contágio de outros corpos pela sede de direitos e reparações.

15 Várias pesquisas têm se debruçado sobre esses dispositivos, cito duas coletâneas que a meu ver continuam atuais, uma organizada por Cabanes; Georges; Rizek; Telles (2011), a outra foi organizada por Birman, Patricia; Leite, Marcia; Machado, Carly; Carneiro, Sandra (2015). Sobre dispositivos religiosos associados a formas de controle territoriais e morais, remeto a Machado (2017); sobre dispositivos sociais nos anos do Lulismo, ver Georges e Santos (2016). Além destes, os artigos de Veena Das (2015) em *Affliction: health, disease, poverty* são uma referência fundamental sobre o assunto, o livro infelizmente encontra-se sem tradução no Brasil.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, UFMG, 2004.
- AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado*. Uma etnografia sobre o processo de constituição dos LGBT como sujeitos de direitos no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2018.
- BATALHA, Elisa. Violência contra a mulher é problema do agressor e da sociedade inteira. Entrevista com Ana Flavia de Oliveira. *Radis*, 152, maio, 2015. Rio de Janeiro, ENSP/Fiocruz, pp. 13-15.
- BENJAMIN, Walter. Franz Kafka: a propósito do décimo aniversário de sua morte. In *Obras escolhi-das I. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1987 [1934], pp. 137-164.
- BIRMAN, Patricia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In BIRMAN, Patricia, MACHADO, Carly, LEITE, Marcia Pereira; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs.). *Dispositivos Urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV, 2015.
- BIRMAN, Patricia; Machado, Carly. A Violência dos Justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, out. 2012.
- BIRMAN, Patricia. Assistências governamentais, precariedades, gêneros e trajetórias. Projeto CNPq, 2018.
- BIRMAN, Patricia. Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: as fronteiras do humano no governo dos pobres. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2019, pp. 111-134.
- BRETAS, Marcos Luiz. Cáp. A polícia e as mulheres. In: _____. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*. Florianópolis, Editora UFSC, 2014.
- CABANES, Robert; Georges, Isabel; Rizek, Cibele; Telles, Vera (orgs.). *Saídas de Emergência. Ganhar/Perder a vida nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- CANGUILHEM, Georges. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro, Forense Universidade, 2005.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, 2015, pp. 323-345.
- CARRICONDE, Raquel. “Cair na rede”: Circulações desde os abrigos da cidade. Tese de doutorado. PPCIS/UERJ, 2019.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

- CHATERJEE, Partha. *The politics of the governed: reflection on popular politics in most of the world*. New York, Columbia University Press, 2004.
- CORTES, Mariana. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. *Religião e Sociedade*. Dossiê Religião e Mídia. *Religião e Sociedade*, v. 34, n. 2, 2014.
- COSTA, Jurandir Freire da. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- . *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.
- CUNHA, Flavia Melo da. Notas sobre “vulnerabilidade” e “proteção social” na tríplice fronteira Brasil-Peru- Colômbia. Comunicação. *XVIII Congresso de Sociologia*, GT 07 – Fronteiras e deslocamentos: o fazer sociológico nos espaços fronteiriços. Brasília, 2017.
- DAS, Veena; RANDEIRA, Shalini. Politics of the urban poor: aesthetics, ethics, volatility, precarity. In: *Current Anthropology* v. 56, n. 11, 2015, pp. 3-14.
- DAS, Veena. Ordinary ethics in Fassin, Didier (org.). *A Companion to moral anthropology*. West Sussex, Inglaterra, John Wiley & Sons Inc, 2012.
- DAS, Veena. *Affliction. Health, Disease, Poverty*. New York, Fordham University Press, 2015, pp. 133-149.
- DISTÚRBIO (grupo de pesquisa UERJ/UFRRJ). *Projeto do grupo de pesquisa*. Selecionado pelo Edital Humanidades/Faperj, 2016.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.
- DUARTE, Luis Fernando Dias. O nervosismo como categoria nosográfica no começo do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, dez. 2010, pp. 313-326.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2004, pp. 270-297.
- FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. *Ponto Urbe*, 15, 2014, pp. 1-27.
- FERREIRA, Mariana. Direitos humanos e psicologia: sobre cascas, feridas e lampejos em Experiências em psicologia e direitos humanos. Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (1º lugar, Prêmio Beatriz Sá Leitão, 2016). *Caderno Anual*, n. 2, ano 2017.
- FERNANDES, Adriana. Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro. Tese de doutorado, PPCIS/UERJ, 2013.
- . Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos. In: BARROS, Joana; COSTA, André Dal’bó da; RIZEK, Cibele (orgs.). *Os limites da acumulação. Movimentos e resistência nos territórios*. São Carlos, IAU/USP, 2018, pp. 85-99.

- FERNANDES, Camila. Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese de doutorado, PPGAS/MN/UFRJ, 2017.
- FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2004, pp. 428-463.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- _____. *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Trad. Thereza Albuquerque e J. Guillon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. A vida dos homens infames. In: _____. *O que é um autor?* Trad. Antonio Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa, Passagens e Vega, s/d, pp. 96-97.
- GEORGES, Isabel; Santos, Yumi Garcia. *As novas políticas sociais brasileiras na Saúde e na Assistência. Produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. Mais merece: o estigma da infecção sexual do HIV/AIDS em mulheres. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, 1996.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.
- JARDIM, Fabiana. Pobreza e cidadania no Brasil (1985-2015): olhares a partir das relações entre trabalho e educação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 20, n. 2, 2017, pp. 187-201.
- LAUGIER, Sandra. La vulnerabilité des formes de vie in *Raisons politiques*. n. 57, 2015/1, pp. 65-80.
- LIMA, Nisia; Hoschman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: Chor, Marcos; Ventura, Ricardo (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996, pp. 23-40.
- LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.
- LOPES, Myriam Bahia. O Rio em movimento. Quadros médicos em história (1890-1920). Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000.
- MACHADO, Carly. Conexões e rupturas urbanas. Projetos, populações e territórios em disputa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93, 2017, pp. 2-21.
- MIAGUSKO, Edson; Jardim, Fabiana; Cortes, Mariana. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, 2018. <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/242>
- PEREIRA, Milena Cassal; Ribeiro, Fernanda Bittencourt. No areal das mulheres: um benefício em família. *Política e Trabalho*, n. 38, abril 2013, pp. 87-104.

- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930). Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997 [1985].
- RUI, Taniele; Mallart, Fabio. Cadeia ping-pong: entre o fora e o dentro das muralhas. *Ponto Urbe* (no prelo), 2017.
- PADOVANI, Natália. Casos e casamentos. Afetos e amores através de penitenciárias em Barcelona e São Paulo. Tese de doutorado, PPGAS/UNICAMP, 2015.
- PIEROBON, Camila. Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, PPCIS/UERJ, 2015.
- SCABIO, Jeferson. Não dá para amarrar: uma etnografia da interação entre agentes de saúde e usuários de crack a partir do Consultório na rua. Dissertação de mestrado, PPGSA/UFRJ, 2013.
- STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego. (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004. pp. 330-391.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Chor, Marcos; Ventura, Ricardo (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996, pp. 41-58.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2004.
- TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argumentum, 2010.
- , Vera. *Direitos Sociais. Afinal de que se trata?* Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In.: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GARCÍA-ACOSTA, Virginia. (Orgs.) *Margens da Violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília, ABA, 2014, pp. 209-237.
- . Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: VIANNA, Adriana. (org.) *O fazer e o desfazer dos direitos*. Rio de Janeiro, E-papers, 2013.

Recebido em: 12/06/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Como citar este artigo:

FERNANDES, Adriana. Mulheres pobres que amam demais: a vida dos direitos e das políticas sociais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.-dez. 2019, pp. 745-770.

Uma mobilidade social localizada: a carreira biográfica de uma artesã do sertão mineiro¹

Yumi Garcia dos Santos²

Resumo: Este artigo apresenta a carreira biográfica de uma artesã do sertão mineiro que se deu inicialmente com as artesãs do seu meio socio-familiar para posteriormente simbolizar a cultura regional. Sua formação, que extrapola a arte, não passa pelo ciclo de vida feminino convencional na modernidade como os estudos formais, emprego e casamento, mas pelos acontecimentos contextualizados por seu tempo, como o intercâmbio com pessoas vindas de fora (Frei Nicolau e alunos do projeto Rondon) e a presidência do Partido dos Trabalhadores (PT) de sua cidade. A consequente projeção pública se deu no que chamamos de uma mobilidade social localizada.

Palavras-chave: carreira biográfica, turning point, mobilidade social, cultura popular, política

1 Este texto tem como base pesquisas realizadas no âmbito de dois projetos. O primeiro, “Construção de alternativas sócio-ocupacionais de mulheres entre Estado, mercado e família: uma comparação regional”, coordenado por Isabel H. P. Georges e financiado pelo CNPq (Chamada Universal CNPq, 2013-2016). O segundo, “Território, política e mercado: formas de mobilização das mulheres do Vale do Jequitinhonha”, coordenada por Yumi Garcia dos Santos, se desenvolve no âmbito da Chamada Universal FAPEMIG – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais 01/2017 (início dezembro de 2017, segue vigente). Da mesma forma, tem como ponto de partida o seminário internacional “Trayectorias, trabajo y género” realizado em março de 2018 em Buenos Aires pelos Laboratório Misto Internacional (Social activities, gender, markets and mobilities from below) e o Programa Envejecimiento y Sociedad da FLACSO, Argentina. Os nomes próprios de pessoas, cidades e instituições foram modificados ou velados.

2 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG – Brasil – yumigarciasantos@gmail.com

Situated mobility. The biographical career of an artisan from Minas Gerais' hinterland

Abstract: *This article presents the biographical career of a craftswoman of Minas Gerais state's hinterlands. It began with women artisans of her socio-familiar environment and developed to symbolize regional culture. Her life formation that extrapolates arts did not go through conventional feminine life cycle such as formal studies, employment and marriage, but events that were contextualized by that time, such as the exchange with foreigners (Frei Nicolas and students of the Rondon Project) and the presidency of Workers Party of her city. The public projection that she then obtained gave birth to what we call localized social mobility.*

Keywords: *biographical career, turning point, social mobility, popular culture, politics*

1. Apresentação

Quando iniciamos nossa pesquisa de campo na cidade de Veredas³, situada no Vale do Jequitinhonha, sertão de Minas Gerais em janeiro de 2015 no âmbito da pesquisa “*Construção de alternativas sócio-ocupacionais de mulheres entre Estado, mercado e família: uma comparação regional*”, uma das vias de acesso às informantes que havia sido vislumbrada era a do artesanato e de suas artesãs⁴. A feira de artesanato realizada pelo Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha chamou-me a atenção para esse setor que tem sido promovido como um diferencial regional no contexto da forte característica rural da região e a escassez de possibilidades de inserção no mercado de trabalho para as mulheres e os homens (Matos; Santos; Simoes, 2015; Georges; Santos; Araujo; Lima, 2017; Reis, 2018). Como mostram as pesquisas citadas, as ocupações para pessoas que não possuem educação superior são limitadas à pequena produção rural, a serviços públicos que não permitem carreira como as de agentes comunitários de saúde e agentes sanitários, limpeza urbana, serviços gerais assim como empregos domésticos e hoteleiros (id.). As escassas

3 “Veredas” se localiza a quase 700 km de Belo Horizonte, contando com uma população de mais ou menos 36.000 habitantes e possui em torno de 70 comunidades rurais. Conforme nos contaram os informantes da cidade, registros literários e site da prefeitura, foi fundada por uma fazendeira no final do Século XIX.

4 Conjuntamente foram programadas (e realizadas) entrevistas com mulheres das comunidades rurais visitadas na pesquisa “O Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Vida das Mulheres nos Meios Rural e Urbano: Cotidiano e projeções para a autonomia feminina. O caso de Minas Gerais” (CNPq/SPM 2013-2014) coordenada por Marlise Matos (DCP/UFMG) no qual fiz parte como pesquisadora.

alternativas de trabalho têm feito com que homens, principalmente, migrem para outros estados para o corte de cana, colheitas de frutas e construção civil, sob instabilidades conjunturais e impactos sobre a saúde que tem comprometido o lugar de chefe de família desses homens (Georges; Santos; Araujo; Lima, 2017; Reis, 2018). Não poucas mulheres têm, então, se tornado as principais provedoras do lar por meio do Programa Bolsa Família por significar a posse de uma renda estável⁵ (Georges; Santos; Araujo; Lima, id.).

Se a população pobre da cidade vive de ocupações que são vistas como “trabalho sujo” (Hughes, 1958), marcada por relações contratuais instáveis, invisibilidade e baixo *status* social, os artesãos do Vale do Jequitinhonha parecem se dedicar ao trabalho mais reconhecido, autônomo e que permite uma realização pessoal (Dubar, 2012) ainda que o retorno financeiro seja baixo.

Na medida que íamos conhecendo a cidade, emblematicamente relatada pelos moradores que havia sido fundada no Século XIX por uma mulher, sabemos que o município havia sido governado mais recentemente, entre 1997 e 2004 por Aparecida dos Santos, uma mulher negra, solteira e formada em serviços sociais com seus pouco mais de quarenta anos⁶. Fomos então instigados a nos adentrar na história política da cidade, revelando ser um lugar em que se efetiva uma liderança feminina. Contudo, Veredas, por muito tempo, foi marcada por relações de dominação de grandes proprietários fundiários, os “coronéis”⁷, cujo poder hoje, não sendo mais hegemônico, convive com novas formas de poder. De um lado, um governo petista de longa duração desde 1997, quando no ano anterior elegeu Aparecida. Cida, como é mais conhecida,

5 A renda dos homens é mais importante em termos de valor, mas tende a diminuir ou ser intermitente pelas razões anteriormente citadas. O benefício do PBF substitui ou se conjuga com as ocupações tradicionais das mulheres da região, como a da pequena agricultura familiar, a de lavadeira, a de trabalhadoras em tendas de mandioca e a de profissionais de limpeza e cuidados às pessoas (Georges; Santos; Araujo, 2015).

6 Nasceu no norte de Minas Gerais e migrou para Belo Horizonte com a família ainda criança. Fez seus estudos básicos em colégios públicos e cursou serviços sociais em uma importante universidade particular. Sua ida a Veredas se deu pela primeira vez por meio do Projeto Rondon, em 1978. Depois de formada foi contratada para assumir a função de assistente social em uma organização filantrópica em Veredas. Foi também professora, entre 1984 e 1997, de uma escola de habilitação em agropecuária, geometria e mineração, na época referência na região.

7 Diferente do que pode se pensar, o coronelismo é um modo de dominação política do Brasil moderno, republicano. Para Leal (2012) trata-se de um ordenamento social do meio agrário brasileiro sob o regime representativo, quando o eleitorado rural era maior que o eleitorado urbano. Embora o autor não afirme o exato período da fase em questão, parece se referir principalmente ao Estado Novo (1930-1945), época em que remanecia a “política de governadores” da República Velha (1899-1930) (id.). Seria a manifestação de um sistema de mando local que operou quando o poder público ganhava forças e o poder privado dos senhores de terra entrava em decadência, garantindo o eleitorado para o grupo de interesse desses últimos por meio de troca de favores (voto de cabresto) (ibid.).

rompeu com a política tradicional da cidade concentrada nas mãos de homens brancos, proprietários de fazendas, comércio ou profissionais liberais para governar junto aos pequenos agricultores, às mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas LGBT. De outro lado a região é objeto de interesse de grandes corporações privadas, e apesar da controversa presença por meio da plantação de eucaliptos e exploração de minérios, como a Companhia Nacional do Lítio (CNL), continua atrair interesses não somente nacionais, mas também internacionais (Cadernos de campo, 2015 e 2018).

Quando iniciamos a pesquisa de campo em Veredas em 2015⁸ visitamos uma loja onde se comercializa principalmente as peças confeccionadas pelos jovens integrantes de uma cooperativa. Lá há uma sala onde estão expostas as obras dos artesãos do Vale do Jequitinhonha. Entre elas chamou a atenção a existência da artesã Tereza no seu estilo singelo dos desenhos em pedras que lembram a arte rupestre. Uma descrição de sua biografia acompanhava a exposição, por meio da qual podia ser constatada a sua residência na cidade. A procuramos para pedir para nos conceder uma entrevista sobre sua trajetória depois de nos apresentarmos como equipe de pesquisa acadêmica e explicar-lhe sobre o tema de nossa pesquisa. O pedido foi prontamente atendido, resultando em agendamento do nosso encontro que se realizou durante nossa estadia. Sem esperar que faça as perguntas iniciais, que dizem respeito à sua origem familiar conforme o roteiro, Tereza começou seu relato espontaneamente: “Eu sou filha de uma lavadeira, minha mãe chamava Emília e... minha mãe gostava muito de fazer o artesanato, mas naquela época ela não vendia, ela fazia por prazer né, e eu... meu pai era sapateiro (...)”. Percebeu-se de imediato que essa mulher simples, mas que expressa uma vivacidade que esconde sua idade mais avançada, é acostumada a responder às entrevistas.

Se a primeira entrevista percorreu toda a sua trajetória, centrada na construção da carreira de artesã e a relação com Frei Nicolas que se iniciou com sua entrada no Coral Cancioneiros do Sertão, espontaneamente relatados, a segunda foi realizada com o intuito de saber especificamente sobre sua atuação

8 Nesse primeiro momento a equipe de pesquisa de campo era composta, além de Yumi Garcia dos Santos, pelos então estudantes de pós-graduação e graduação Alexandre Nogueira, Erica Dumont, Juliano Fonseca e Monique Salomão, da Universidade Federal de Minas Gerais. A primeira entrevista com Tereza foi realizada em janeiro de 2015 por mim e o doutorando Alexandre Nogueira. A segunda entrevista, realizada no trabalho de campo de outubro de 2018 com equipe composta por Isabel Georges, Juliano Carvalho Fonseca, Rafael Cerqueira Pinheiro e Yumi Garcia dos Santos, foi realizada com Georges e Fonseca e Santos. Ambas as entrevistas foram gravadas e transcritas. A primeira entrevista baseou-se no roteiro de entrevista semi-diretiva elaborado no âmbito da pesquisa “Construção de alternativas sócio-ocupacionais de mulheres entre Estado, mercado e família: uma comparação regional” anteriormente citada. Já a segunda foi realizada com o intuito de obter as informações que não foram colhidas na primeira entrevista.

enquanto fundadora e presidente do PT em Veredas, fato que não foi dito na primeira entrevista e que foi posteriormente conhecido por informantes terceiros⁹. Tal informação nos despertou particular interesse depois de termos avançado no conjunto de nossas pesquisas e procurado compreender as formas de mobilização das mulheres do Vale no que chamamos de mercado político e social, atrelado ao território (Georges, Santos, Araujo E Lima, Op. Cit.; Santos, 2017). O fato de Tereza, sem ter tido a experiência de militância política, ter se tornado a primeira presidente do PT municipal nos causou espanto e fez indagar porque ela, uma artesã sem envolvimento político evidente, foi quem assumiu uma função politicamente central, apesar dela.

Apresentar nossa informante como artesã pareceu-me insuficiente para refletir a originalidade e a criatividade expressas em suas peças, o que tem me tentado chamá-la de artista. Contrariamente, Tereza nas entrevistas não se coloca como artista plástica, ou simplesmente artista, mas sim como aquela que se insere no mundo dos artesãos do Vale do Jequitinhonha (associado às condições socio-culturais regionais, ao mercado e as organizações voltadas para a categoria)¹⁰. Ao ouvir sua trajetória, é possível compreender que mesmo seu entendimento sobre o artesanato se modificou, passando de uma atividade realizada no meio familiar e comunitário para um mercado que ela passaria a se inserir enquanto representante de uma expressão cultural regional. Assim, nossa atenção se volta para compreender como se deu a “construção de si” de Tereza, que vai de par com o processo de construção de uma *personagem* que simboliza a cultura do Vale do Jequitinhonha¹¹?

9 Realizada em outubro de 2018, com Isabel Georges e Juliano Fonseca, no âmbito da pesquisa “Território, política e mercado: formas de mobilização das mulheres do Vale do Jequitinhonha” (Universal FAPEMIG Chamada 2017).

10 De acordo com Dabul (2013), que pesquisou sobre as artes plásticas nas feiras de artesanato em Fortaleza, Ceará, a demarcação da fronteira entre artista plástico e artesão é principalmente traçada pelos artistas plásticos: a criatividade de suas obras em contraponto à “repetitividade” do artesanato. Além da originalidade das obras de arte, o que se torna constitutivo na diferenciação entre o “verdadeiro artista” e os demais (artista comercial, artista popular, artesão) seria a ausência do contato direto com a venda por parte do primeiro, em uma construção do artista que se dedica exclusivamente à criação. A autora mostra como tal condição é vista como ideal para os artistas plásticos, marcados principalmente por sua condição de classe, e que na realidade esbarra com a necessidade de sobrevivência. De outro lado, os artesãos apresentam por vezes um grau muito semelhante de criatividade e originalidade com os artistas plásticos em suas obras, tornando questionável a diferenciação entre a “arte de artesão” e a “arte de artista” (Elias, 1995), talvez, nos dias de hoje. Empregamos em princípio o termo “artesã” para Tereza por ela se autodefinir enquanto tal, sem demarcar uma rígida fronteira com a arte, pela originalidade e criatividade de suas obras.

11 Tereza foi tema da peça de teatro que foi apresentado nacionalmente (2007) como também tem atraído artistas, estudantes, pesquisadores, escritores, documentaristas, ativistas culturais de várias localidades brasileiras em sua residência.

Percorremos aproximadamente 30 anos da trajetória de Tereza, da infância da primeira metade dos anos 1950 até sua idade adulta no início dos anos 1980. É possível considerar que foram nessas três décadas que ela pode cimentar uma “carreira” particular que, para além de ser uma artista nacionalmente reconhecida, se deu pela sua atuação no Coral Cancioneiros do Sertão (criado pelo frei holandês Nicolas), na vasta pesquisa que realizou sobre as manifestações musicais e religiosas do Vale do Jequitinhonha (também com Frei Nicolas), e a função de primeira presidente do Partido dos Trabalhadores de Veredas. Sua formação nos domínios cultural e político se deu fora do percurso escolar clássico, assim como pela sua não conformação ao percurso de vida esperado para as mulheres leigas em geral que passa pelo namoro/noivado, casamento e maternidade, e mais especificamente às mulheres de sua geração e meio social, regional e religioso. No caso de Tereza tal realização não teria sido possibilitado sem as dimensões da interação social com atores e atrizes que nele participaram de modo determinante: sua mãe Emília, a artesã Dona Flora, Frei Nicolas, estudantes do Projeto Rondon e militantes do Partido dos Trabalhadores; e a dos contextos históricos particulares (além do geográfico), nesse caso sendo a guinada da Igreja Católica brasileira que se volta para os pobres¹², a ditadura militar (1964-1985) e a fundação, em todo território nacional, do Partido dos Trabalhadores em 1980. Assumimos que esses contextos, que se traduziram em eventos/acontecimentos concretos que incidiram mais ou menos sobre a camada popular de Veredas, significaram especialmente para Tereza o que Hughes (1958) chamou de *turning point*. Trata-se de momentos de inflexão/bifurcação e mesmo de ruptura em relação a um percurso biográfico traçado até então pela socialização primária, fazendo com que o indivíduo passe a se definir de outra maneira em relação à educação familiar ao se deparar com eventos e vivendo experiências singulares (Dubar; Nicourd, 2017). Nosso propósito é, portanto, interpretar *como* nossa interlocutora viveu tais experiências, o que refletiu sobre

12 A fundação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952 criou bases para a formação de diretrizes e ações voltadas para a questão social. Segundo Costa *et alii* (2010), até os anos 1980 a CNBB foi desde então orientada pela Teologia da Libertação, que fundamentava a teologia em contextos socio-econômicos, apoiada no postulado de que “embora Deus ame igualmente os pobres e os ricos, favorece os pobres em sua luta pela libertação das estruturas opressoras do capitalismo, criados pelos ricos” (Theije, 2002: 23 *apud* Costa *et alii*, 2010: 34). Organizados por Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), seus agentes tinham como objetivo despertar a consciência política e social dos fiéis (id: 34), transformando-os em sujeitos políticos e não receptores de caridade (Sader, 1995). Em 1980 o CNBB adota a chamada linha seis que determina a opção preferencial pelos pobres por meio da realização de ações sociais (CNBB, 1980), diretriz que parece apenas sistematizar a prática da organização há quase trinta anos. A ligação da CNBB com a Teologia da Libertação enfraquece com o banimento dessa linha da Igreja Católica (especificamente latino-americana) pelo Vaticano, na segunda metade dos anos 1980.

elas e como mobilizou a si mesma e as relações sociais ao seu alcance ao construir sua carreira biográfica. Em nível analítico, tentamos articular o que Dubar (1998) chamou de trajetórias objetivas e trajetórias subjetivas: as primeiras formando as “sequências de posições em um ou mais campos da prática social”; e as segundas como um enredo (Ricoeur *apud* Dubar, id.) pessoal que se extrai precisamente no processo interativo com o(a) entrevistador(a), atualizando “visões de si e do mundo” assim como sua lógica cognitiva/afetiva e de ação.

Esse artigo é organizado, além da introdução e conclusão, em quatro seções que se traduzem em contextos sociais e eventos que constituem em *locus* de vivência, por meio do qual nossa interlocutora desenvolveu sua narrativa. Foram extraídos com base no que foi evocado por ela mesma no curso do relato da primeira entrevista, complementado pelo que coletamos como informação de outros informantes de campo, o que nos fez realizar uma segunda entrevista para pedir-lhe que nos conte a propósito. Assim, as sessões “2. Família e infância”; “3. Frei Nicolas e o Coral Cancioneiros do Sertão”; “4. Os estudantes do Projeto Rondon” derivam do nosso primeiro encontro, e a “5. O PT de Veredas e a presidência”, do segundo. Interpretamos que são marcos em sua trajetória que ofereceram condições para que Tereza reorganize sua vida, concomitantemente ao fato de que suas mobilizações nesses contextos com base em seu “modo de fazer” próprio tiveram efeitos na dinâmica social da cidade. Por fim, antes da conclusão reservamos a sessão “6. Mobilidade social localizada”.

2. Família e infância

Tereza nasceu em 1945¹³, em Veredas, sob o Brasil getulista, e cresceu na parte urbana da cidade, próximo ao centro, onde mora até hoje. Filha do sapaiteiro Otávio e da lavadeira e artesã, Emília, é a mais velha de três filhas de seus pais. Depois da morte de seu pai, quando ainda era criança, sua mãe recasou e teve mais uma filha. Tereza vive com essa irmã caçula, que é, como ela, solteira. Com muitos sobrinhos por parte de uma outra irmã que ajudaram a criar, disse que “nem precisou casamento”. Enquanto sua mãe era viva (faleceu com 78 anos) morou também com ela e sua irmã, depois de se tornar viúva do segundo casamento. Era uma mulher forte, como Tereza descreve, por ter passado por uma infância difícil de orfandade. Foi criada pela madrinha e, malgrado sua vontade, não teve oportunidade de estudar, mas desenvolveu a arte do artesanato, do canto, da declamação de poesias, se envolveu no teatro e possuía

13 Assim, na primeira entrevista ela estava perto de completar 70 anos, e na segunda estava com 73.

conhecimentos sobre raízes e chás para curar doenças. Diferente dos artesãos do Vale do Jequitinhonha, cujo aprendizado das técnicas do artesanato “vai passando de geração pra geração”, e aprende-se “com a mãe, com avó, com a tia ou porque vê um vizinho trabalhar”, não pode aprender dessa forma, mas desenvolveu um jeito próprio. Como contou Tereza, “fazia tudo cru”, não queimava as peças. Emília confeccionava peças de um jogo que era disputado na rua (o jogo chamava-se douradinha, douradão, e a peça, toco) inspiradas em figuras populares da cidade, assim como peças para presépios de Natal que ela oferecia às pessoas, sem nunca vender. Além disso Emília confeccionava figurinos e adereços das peças de “dramatização” (teatro) que seu marido organizava.

De teatro, como eu estou te falando, o pessoal do lado do meu pai que era muito festeiro e gostava de fazer. Eles falavam naquele tempo dramatização e minha mãe era dessa parte e eles falavam “a Emília tem muito jeito pra isso”. Então é minha mãe que ia fazer os vestidos de papel costurados a mão que ia pôr um pano cabeça, fazia uma rosa, ela que ajeitava as pessoas.

Já Tereza aprendeu com sua mãe a trabalhar com o barro, aos cinco anos de idade. Quando ia ao mercado percebia que as peças vendidas eram objetos utilitários e não figuras representativas como as de sua mãe. Tal observação a fez buscar por conhecimento sobre as técnicas mais elaboradas de trabalho com essa matéria-prima. Foi atrás de sua vizinha Dona Flora “poteira” que lhe ensinou todo o processo necessário, desde a coleta do barro até a queima no forno. Tereza não soube precisar a idade que tinha na época, e quando perguntada se estava com por volta de dezoito anos, respondeu “estava mais velha, né”.

Aí eu procurei a Dona Flora que era mais perto pra mim conversar mais com ela que eu queria saber onde ela tirava o barro, como que era a forma, por que nada disso a gente... porque minha mãe fazia tudo cru. Aí ela falou que “vou te levar no barreiro”, ela falava barreiro ou então “olaria” é onde lá do outro lado do afluente de Veredas. Lá tinha, tem esse barro que é de rio lá eles faziam telha, faziam tijolo, mas tudo artesanal, é diferente aqui já tem a cerâmica. Aí ela me explicou me levou lá no local me explicou “oh, o barro é aqui que tira, a gente tem que procurar tirar o barro mais profundo, não essa terra que fica por cima, ela não é boa pra trabalhar.” Ela me explicou também a ocasião de lua pra tirar esse barro tem toda assim um ritual pra fazer isso né. Que não podia ser tirado em qualquer lua porque o barro às vezes quebrava, rachava. Aí a gente tirava eu vinha com a bacia cheia de barro ela trazia também o barrinho dela né. Ela caminhava e nem suspendia mais, era corcundinha (Tereza).

Aí ela foi me explicar como que fazia um forno, ela foi me explicar que tipo de lenha que eu usava pra queimar, como que arrumava as peças, os tipos de folhagem que colocava pra queimar pra dar um brilho nas peças e com todo esse mistério do fogo, de tudo. Aí eu mandei fazer o forquinho, tá lá o forquinho lá no fundo. Tem que fazer esse forquinho no pé de barranco né. E aí ela ficou trabalhando aqui em casa. Ela fazia as coisas dela e eu fazia as minhas e quando foi no dia de queimar ela foi me explicar e eu encomendei a lenha, ela me explicou tudo, os tipos de lenha a serem usadas ela me explicou “olha, a lenha para nós queimar nosso material tem que ser lenha fraca. Fraca significa que não pode ser lenha que tem cerne, por exemplo, com marueira.” (...) Aí eu fui e encomendei as lenhas por que eu conheço muita lenha por que eu buscava lenha, então eu conheço os tipos de madeiramento também. Aí eu encomendei a lenha e no dia de queimar as peças ela arrumou as dela, arrumou as minhas, explicou tudo direitinho e como colocar esse fogo. Tinha que ser na boca do forno até as peças irem se acostumando com a quentura até a gente colocar meio fogo e depois vinha o fogo mesmo pra queimar (Id.).

Sua mãe gostava que Tereza aprendesse com Dona Flora. Sua formação como artesã não se deu por uma formação escolar especializada, como a de Belas Artes, mas com as mulheres muito próximas e posteriormente por meio de intercâmbio com outros artesãos em feiras e exposições. As várias experimentações impulsionadas pela sua curiosidade e criatividade tem estado na base do seu fazer artístico: “a criatividade tá em primeiro lugar”, como disse.

Seu pai era, também, artesão que confeccionava sapatos. A “tenda” de artesanato de couro onde trabalhavam seu pai e outros trabalhadores ficava no centro da cidade da época que hoje está em estado de abandono desde a grande enchente que ocorreu em 1979. De dia funcionava o comércio em volta do mercado municipal e à noite se transformava em zona de prostituição. Segundo descreve Tereza,

Quando era o dia que ele ia lá na tenda que todo mundo que trabalhava com sola fazendo sapato, chapéu, essas coisas, era lá na zona. E hoje essa rua foi demolida e tem lá uma bomba de gasolina; as casinhas todas foram demolidas. Lá era a zona, mas a gente podia ir lá durante o dia então o artesanato de couro era todo lá na zona. Tudo na casa lá das mulheres, né. Então a gente podia ir lá, o mercado era lá, o mercado municipal, então essa parte toda da cidade que é a ruína; agora tem o coreto. (...) A gente só não podia ir lá na parte da noite. Ali era o horário delas mesmo, das coisas, mas durante o

dia todo mundo andava lá e era respeitado. Era o centrão e hoje não existe mais a zona, né (Tereza).

Tal proximidade entre trabalho e vida noturna facilitava para que seu pai bebesse muito e permanecesse na zona, o que tornava o casamento, para sua mãe, sofrido. “Eu sempre via o sofrimento de mãe casada com meu pai, que ele bebia muito, muito, muito”, explicou Tereza para expor o motivo de permanecer solteira. Quando sua mãe precisava do dinheiro para fazer as compras não havia mais por ele ter gastado com as prostitutas, mais para ajudá-las. No relato de Tereza:

Mas, então minha mãe ia lá buscar o dinheiro pra fazer feira ele tinha gastado tudo com as mulheres. Comprava comida, “oh Tavito”, que ela chamava ele de Tavito, muita mulher me agradecia: “Deus que ajude seu pai que matou minha fome”. Às vezes pedia sem interesse nele “Oh, Tavito paga um prato de comida aí”. Ele pagava ou paga uma pinga. Então mãe ia buscar o dinheiro pra feira e não tinha uma isca de nada de dinheiro que ele tinha já bebido pagado pinga e pagado comida pra elas (Tereza).

Para alimentar a família restava à sua mãe a opção de vender os porcos e as cabras que criava: “a gente criou muito porco e aí mãe vendia e naquele tempo punha o dinheiro em uma trouxinha e guardava né. Era salvaguarda dela”. Tereza presenciou situações em que sua mãe batia em seu pai por causa do nervosismo que passava com ele. “O que matava meu pai era a cachaça por que ele não judiava, ele só falava “ah mulher, eu vou te bater”, só ele falar assim e mãe é que pegava ele e punha no chão e batia mesmo e não dava pra nada”. Para Tereza era manifestação do grande sofrimento de sua mãe no casamento. Para ela, que era criança, foi a maneira como conviveu com seu pai, mas que lhe deixou impressões negativas sobre o que é um matrimônio.

Eu vi muito, por exemplo, sexta pra sábado era um inferno por que ele bebia e gastava tudo e chegava um ponto aí eu lembro que mãe falava “toma sua filha, vai embora”. Ela me dava banho me vestia um vestido bonitinho que ela era muito caprichosa, cuidadosa e meu pai saía comigo dada a mãozinha – e eu lembro disso – pra zona. Por que lá ele tinha essas amigas esse povo e elas “oh Tavito que gracinha traz aqui pra mim ver”. Uma me dava uma coisa a outra me dava outra coisa (...). No final ele vinha aqui pra rua Mármore, uma rua que tem aqui próximo aqui da nossa rua aí ele tinha um colega que também trabalhava no couro, ele vinha comigo pra aí e acabar de chegar aqui era só passar nesse matinho e chegar aqui pra ver se mãe já estava melhor né. Ele chegava naquele cantinho assim e ela já tinha passado

todo aquele nervo, mas então eu cresci vendo essas brigas. Então sempre eu tive aquele pavor do casamento (Tereza).

Otávio faleceu antes de completar 40 anos, bruscamente. Ocorreu enquanto Tereza, quando tinha entre oito e nove anos, viajou com sua mãe e irmãs para ver seu tio, que morava para a mais de 200 km de distância. Seu pai havia ficado com sua avó paterna, que morava junto.

Meu pai trabalhou até meia noite fazendo sapato pra nós. Pra mim, Clara e Fernanda pra gente viajar. Aí mãe ficou sem jeito por que ele tinha deixado a passagem. Mãe viajou pra baixo de Boa Esperança pra baixo de Santa Rosa deixando meu pai só, mas ele era muito farrista, bebia muito, muito festeiro, gostava de comer coisas indigestas, fígado, coração de boi essas coisas, chegava tarde da rua, muito assim farrista. E a gente deixou ele só, ele trabalhou até meia noite. Com dez dias que nós saímos a gente recebeu o telegrama dele falecido.

O caminho da inesperada volta antecipada foi particularmente longa. Quando chegaram em casa seu pai havia sido sepultado há cinco dias. Tereza acredita que se sua mãe não tivesse viajado, seu pai não teria falecido pois ela saberia tratá-lo. Pouco tempo depois outra morte ocorreu na família, o falecimento da irmã caçula Fernanda, de coqueluche.

A adolescência e a juventude seguiram sem que haja necessidade de sair de casa, seja para estudar/trabalhar longe seja por casamento. Estritamente vigiada por sua mãe, não teve possibilidade de desenvolver muitas amizades, muito menos namorar. Sua vida acontecia entre a casa (com as atividades domésticas, as roupas encomendadas para lavar e o trabalho com o barro) e a igreja.

Minha mãe ela criou a gente e eu não sei o que que é baile. (...) eu não sei o que que é estar indo em clube pra dançar, por que minha mãe falava “minha filha, estou cansada, lavei roupa o dia inteiro, passei roupa o dia inteiro”. Não tinha a confiança de deixar a gente sair com uma amiga ela nunca teve, por que minha mãe era muito sistemática, criou a gente sempre de igreja pra casa da casa pra igreja, então eu não sei o que é estar indo em clube pra dançar nem estar saindo com pessoas pra estar passeando. Então minha vida mudou muito depois que eu comecei a participar do Coral.

Indagada se se relacionou afetivamente com alguém na sua vida, respondeu:

Não. Olha, muita gente pergunta e eu falo que eu tenho muitos amores. Por que eu acho que pra fazer mal o casamento não precisa a gente querer casar

a todo custo. Eu sempre via o sofrimento de mãe casada com meu pai, que ele bebia muito, muito, muito.

Emília teve uma relação que Tereza considerou boa com seu novo marido, que era mais velho e não bebia, “era uma pessoa mais da cabeça no lugar”. Mesmo assim, Tereza continuou rechaçando a ideia do namoro e do casamento “a todo custo”. O que talvez veio a colaborar na sua conformação com a proibição materna de desenvolver amizades.

Tereza vê mudanças em sua vida quando, em 1970, foi convidada para participar no coral da igreja Cancioneiros do Sertão, e no mesmo ano, em uma exposição em São Paulo (que aconteceu no SESC Pompéia) junto com os artesãos Dona Tina e Hermano, também do Vale do Jequitinhonha. Ela estava com 25 anos. Depois participou das feiras de artesanato promovidas por uma universidade em Belo Horizonte, por sete ou oito edições segundo sua contagem. Foi também convidada para exposições individuais em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. “Aí que minha vida começou a mudar”. Os dez anos seguintes constituíram para Tereza o período em que, com o rompimento com sua vida atrelada à casa, desenvolveu um lugar de atuação na esfera pública como foi pontuado anteriormente. Tal processo se deu com o encontro com Frei Nicolas, religioso holandês e fundador do Coral Cancioneiros do Sertão, ainda com pouco tempo de estadia em Veredas. Ele a convidou para um amplo trabalho junto às comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha para registrar suas expressões histórico-culturais e religiosas. O aprendizado por meio da convivência com os moradores dessas comunidades se tornou constituinte na adoção de uma noção de pertencimento regional para Tereza, o que irá refletir em suas obras (como por exemplo as máscaras de mulheres, índias e negras que remetem o povo da região) e no seu modo de fazer política como veremos mais adiante.

A seguir uma breve trajetória de Frei Nicolas com sua chegada no Brasil e em Veredas, a criação do Coral e o trabalho com Tereza, até sua saída da cidade que nunca foi definitiva.

3. Frei Nicolas e o Coral Cancioneiros do Sertão

Frei Nicolas nasceu em 1940 na Holanda, como filho mais velho de sete crianças em uma família cujo pai era padeiro¹⁴. Seu pai era culturalmente ativo, envolvido com a música e o teatro. Não mencionou sobre sua mãe. Contou ter

14 A entrevista com Frei Nicolas ocorreu no convento onde reside, na capital mineira, em setembro de 2018, junto com o doutorando Juliano Fonseca.

sido influenciado por tios padres, principalmente um missionário e antropólogo que também se chamava Nicolas, o qual permaneceu na região do norte da Angola onde desenvolveu estudos sobre a Antropologia Bantu. Frei Nicolas atribui sua vocação sobre a religiosidade popular no Vale do Jequitinhonha aos feitos desse tio. Outro tio era professor de escola preparatória para seminário, onde Nicolas pediu a seus pais para ingressar, aos 12 anos de idade.

Ordenou frei franciscano em 1967, época que ele considerava que o mundo estava “começado a mudar, muito rápido”, com a influência do Concílio Vaticano II, que abriu uma perspectiva radicalmente diferente à Igreja Católica de até então. O sujeito da Igreja seria doravante o povo e não mais os príncipes da Igreja como interpretado até então.

Chegou no Brasil no mesmo ano, em plena ditadura militar presidida por Médici. Depois de uma passagem de três meses em Visconde do Rio Branco (MG) e três meses em São João Del Rey, participou do “curso de aculturação”¹⁵ para estrangeiros no Rio de Janeiro.

Ainda em 1967 foi enviado a Veredas, onde permaneceu por dez anos e mesmo depois de sua saída, sempre voltou à cidade com a frequência de cada dois meses. A escolha pela cidade não foi sua, mas dos bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como disse, “Eles queriam... e até não escondiam de mim, ‘esses padres estrangeiros, novos, gostam de criticar, de dar opinião sobre política, e isso aí cê vai preso, cê vai ser torturado. Cê vai falar suas besteiras lá em Veredas!’”. Na época a cidade era considerada pertencente a umas das três regiões mais pobres do mundo por causa da seca, da ausência de água encanada e do alto índice de pessoas infectadas pela doença de chagas, segundo explicou o Frei. Ainda sob a influência do Concílio, no ano seguinte iria acontecer a Segunda Conferência Episcopal de Medellín (Colômbia), que declarava a “opção preferencial pelos pobres” e, na expressão do Frei Nicolas “a valorização da experiência religiosa dos pobres”. Lembremos que as mudanças paradigmáticas contra o *establishment* não somente ocorriam na Igreja Católica, mas no mundo vivia-se um processo de decolonização nos países africanos, os movimentos sociais dos negros, operários, estudantis e feministas. Foi sob esse

15 Segundo o religioso, o curso de aculturação para estrangeiro era uma cópia de um curso de formação de espões desenvolvido em Cuernavaca no México e, no Brasil, era tutelado pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No curso, além da língua portuguesa, era ensinado a “história do Brasil, literatura brasileira, músicas de Caymmi, além de lidos recortes de jornais”. Foram realizadas diversas visitas a locais representativos a cultura do Brasil como, por exemplo, terreiros de candomblé, o Maracanã, dentre outros. Ele citou ainda, diversas palestras feitas por estudantes brasileiros em que era dito que a solução para o país “era [criar condições para] um novo Vietnã”. Segundo o Frei, para os quase 40 alunos não serem “pegos” pelo Ato Institucional Número Cinco (AI-5) e serem deportados, tiveram que sair correndo.

espírito de crítica radical é que o jovem frei foi ao Vale do Jequitinhonha onde pode colocar em prática o discurso proferido pelos defensores da nova Igreja, direcionando seu olhar sobre o modo de vida dos pobres no Brasil.

Isso o fez voltar a atenção às expressões culturais populares do Vale do Jequitinhonha, levando-o a gravar em três fitas cassettes os cantos desprezíveis da cozinha da casa paraquial onde residia. Para ela foi uma surpresa que o religioso estrangeiro tenha se interessado a algo que não era percebido nem valorizado na região por ser oriundo da cultura popular. Contudo, foram essas canções que se tornaram repertório quando fundou o Coral Cançioneiros do Serião em 1970, causando espanto aos integrantes, que exclamavam: “Mas, o Frei Nicolas está cantando conosco que as músicas que minha mãe canta com as lavadeiras na beira do rio!”. A ideia do Frei era de cantar os cantos populares religiosos nas missas e nas atividades externas à igreja e por essa razão seria necessário possuir um repertório das canções conhecidas da região. No relato de Tereza:

Depois veio o Frei Nicolas que é um padre holandês morar em Veredas. Da Holanda diretamente ele foi mandando aqui para o Vale como missionário. E logo aqui, ele teve a ideia de fundar um coral. As primeiras músicas ele aprendeu lá com a Dona Rosa, que era cozinheira deles. Às vezes ela estava tomando banho no banheiro que era próximo à cozinha e ela estava cantando e as cantigas ele ficava escutando e falava assim “oh Rosa canta mais que tá bonito!”. E ela era daquelas velhas atirada “ah, não tá bonito nada”, e parava. Aí ele punha coisa naquele “ah, Rosa canta”, “não tem nada bonito aqui não”. Aí no fim ele elogiava demais e aí foi adoçando ela e ele via nas cantigas a vida do povo ali nas cantigas. Ele começou a gravar com ela e logo assim, ele pôs um cartaz na matriz, né, que ele estava com vontade de ter um grupo de jovens para poder cantar nas missas e cantar o folclore. Ele não gosta nem de falar folclore, né, porque isso é muito mais do que isso. Aí logo assim, ele pôs esse cartaz e pediu, aí ele juntou lá um grupinho e já tinha esse grupinho lá cantando (Tereza).

Tereza entrou no Coral convidada por um amigo vizinho, pois Frei Nicolas havia pedido para que cada membro levasse uma pessoa nova. “E ele veio me convidar aí eu era muito acanhada e convidei a outra vizinha pra ir comigo e fui”.

E quando eu chego lá eu comecei a observar que o que cantavam a minha mãe cantava em casa. Minha mãe estava lavando ela tava cantando, ela estava passando roupa ela estava cantando. Era coisas que eu sabia. Aí eu cheguei aqui em casa igual uma vaca brava por que mãe me falou né “moça

você tá igual uma vaca brava”, “oh, mãe o padre cantava isso, o padre canta aquilo.” Logo os toques de tambor já me deu aquela coisa forte, aquela coisa bonita dentro de mim. Aí eu comecei a por mãe azucrinada “canta esse canto de roda” e ela me chamava “moça chata, moça enjoada” por que eu perturbava ela demais pra ela cantar e eu copiava. Ela cantava e eu copiava e levava pra ele, “olha aqui o que eu trouxe”. E ele ia recolhendo e aquilo ele foi me estudando, ele foi vendo assim, o gosto que eu tinha pela coisa. Ele foi observando e observando aquilo e chegou num tempo ele falou assim, “você quer trabalhar comigo?” (Tereza).

A empolgação de Tereza fez com que ainda com poucos dias cantando no Coral fosse convidada pelo Frei Nicolas para realizar a pesquisa sobre os cantos e batuques populares do Vale do Jequitinhonha. Foi a única convidada para tal projeto, pois “quem tinha lá o gosto pela coisa era eu”. O único obstáculo parecia ser o de obter a permissão de sua mãe.

E minha mãe como toda vida era sistemática, aí eu falei “oh mãe o padre está pedindo pra trabalhar com ele”. “Pra trabalhar como?” Aí eu expliquei: “essas músicas que a senhora está dando, ele tá gostando e o coral tá cantando lá”. E ela falou “ah minha filha se ele tá gostando você que sabe, pode trabalhar”. Eu achei até difícil ela falar pode trabalhar (Tereza).

Era Tereza que gravava a maior parte das coisas e transcrevia, levando o Frei às comunidades rurais e trabalhando depois na casa paroquial com ele e, às vezes, em sua casa.

Aí eu comecei ir trabalhar, aí ele logo me deu um gravador e eu não sabia nem como usar um gravador e ele me explicou tudo, né. E aí a gente começou a trabalhar juntos sobre a cultura popular do Vale do Jequitinhonha. (...) eu comecei a carregar ele para as casas das pessoas por que isso pra mim foi muito fácil por que eu sou povo. Fui criada nessa rua, fazia fogueira, a gente fazia batuque, a gente cantava e contava história (Tereza).

O resultado desse trabalho foi de registrar as expressões da religiosidade popular, como as 2500 rezas, 700 estórias, 1000 versos e 2000 provérbios, primeiro escrito a mão, em seguida, datilografado e digitalizado, que se tornou a obra de vida de Frei Nicolas¹⁶. Frei Nicolas admite que a atuação

16 O trabalho teve aval do CNBB (cujos bispos eram adeptos à Teologia da Libertação), mas, como afirmou Frei Nicolas em entrevista, “eles me liberaram, mas sem saber o que eu ia fazer”.

de sua colaboradora foi de importância crucial, pois nas comunidades rurais havia uma resistência a direcionar a palavra diretamente ao religioso, inclusive para contar sobre o verdadeiro sentido das expressões populares. Como explicou:

Se o padre perguntar a uma pessoa o que é espinhela caída, com certeza ele vai responder o que ele pensa que o padre quer ouvir. Então, nessa parte a Tereza muitas vezes... as pessoas muitas vezes falavam, olha eu posso falar pra senhora e se a senhora vê que serve pra ele, pode dar. Às vezes, ela mesma falava olha o Frei quer aprender, ele gosta, e os que tinham coragem, com autonomia, resolvia dar confiança (Frei Nicolas).

As idas às comunidades rurais incluíam as missas e rituais como os batizados, e enquanto o religioso se dedicava a eles, Tereza chamava as pessoas mais velhas para pedir para contar histórias e ensinar os cantos.

Se a gente não tivesse feito esse trabalho de pesquisa, nós gravamos duzentos e cinquenta fitas cassete, mais de um metro e meio de papel por que aquilo tudo era escutado das fitas pra mim transcrever que hoje esta tudo em CD. Então o que o coral mostra no Rio de Janeiro, São Paulo, é isso aí. Eu viajei o Vale todo junto com Frei Nicolas. Ele ia para celebrar as missas e eu aproveitava na hora dos batizados chamava as pessoas mais velhas, “conta uma história, a história que o senhor sabe de escravidão, qual é o canto de roda que o senhor sabe, qual é o canto de trabalho que o senhor sabe”. Os cantos de trabalho são lindíssimos. Os cantos de beira mar, os cantos de boiadeiro, os cantos de tropeiro que Veredas antigamente os meios de transporte era por canoa, eu alcancei canoa ainda ele saía daqui e ia até Belo Monte levando mercadoria até a Bahia. As tropas que eram os burros levavam os filhos dos ricos para estudarem em Diamantina, as tropas iam levando mercadoria e trazia de lá o que aqui não tinha de lá. Então existe esses cantos de trabalho. Canto pra apanhar arroz, canto pra derrubada. E os cantos de beira-mar sempre tá retratando a namorada que o canoieiro tá deixando remando e cantando. Tá deixando a namorada pra trás, tá deixando a família, então são cantos melódiosos. ‘Quem tá indo para o trabalho, da elegância vai passando, vai dizer para meu amor que a saudade tá me matando. Rio abaixo rio acima tudo isso já mudei vou descendo rio abaixo numa canoa furada, numa coisinha de nada. Rio abaixo, rio acima, tudo isso já andei procurando amor de longe que de perto eu já deixei’. São versos então que nesses versos fala da vida do povo (Tereza).

As idas às comunidades parecem ter feito geminar dentro de Tereza um sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada” no sentido cunhado por Anderson (2008), quando o autor se refere à definição de *nação*. Ainda que se trate de outra escala, as expressões populares das comunidades rurais que conheceu, como os cantos, os batuques e as estórias são familiares a Tereza e compartilhado com os demais membros. Como afirma, “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (id.: 33). Nesse sentido, é possível reconhecer o que há em comum entre os membros, mesmo sem tê-los conhecido pessoalmente (id.: 32-33). A carreira biográfica de Tereza ganha um novo alento quando se descobre parte integrante dessa “comunidade imaginada”, reconstruindo-se enquanto artesã do Vale do Jequitinhonha.

A relação entre Frei Nicolas e Tereza nessas incursões foi de colaboração e de troca baseada em uma relação não mercantil, o que não seria familiar no contexto cultural dele. Mesmo que isso lhe custasse a desconfiança por parte de certas pessoas, insistiu colocar em prática o modo de vida popular da região, conforme sua convicção:

Foi muito interessante que ela nunca desejou uma relação empregatícia. E eu aprendi que quando entre as pessoas do povo um faz um favor para o outro, ele sabe que daqui a pouco o outro faz o favor pra ele, e assim eu construí o muro na frente da casa que tava roubando as roupas, assim eu construí a casa dela... Já que ela não queria pagamento, ela queria me ajudar e eu ajudava ela, e foi assim. Eu sofria assim as críticas dos colegas que acharam que eu estava explorando ela, mas pra mim foi um extraordinário esforço para, para fazer dentro da cultura dela, e fazer isso como uma das possibilidades. *Na realidade nós crescemos juntos assim* (Frei Nicolas).

Mesmo depois da saída do Frei Nicolas de Veredas em 1977¹⁷, os dois mantiveram uma profunda amizade. Frei Nicolas vai ao município a cada dois meses e celebra a missa da Festa do Rosário, em outubro. Não é mais um estrangeiro, mas membro da comunidade. Continuam até os dias atuais o trabalho conjunto de difusão dos pensamentos desenvolvidos a partir da experiência da pesquisa e outras, cada qual na sua área de atuação (o Frei como religioso, Tereza como artesã), em Belo Horizonte e alhures.

17 Depois de sair de Veredas mudou-se para a comunidade de hansenianos em Betim, Minas Gerais onde permaneceu até 1993. Em seguida permaneceu em uma comunidade de hansenianos em Belo Horizonte, para depois mudar-se para o convento dos franciscanos em Belo Horizonte.

4. Os estudantes do Projeto Rondon

Foi um tanto surpreendente saber, pelos relatos de Tereza, sobre o que significou a estadia dos estudantes de um projeto vindo da ditadura militar, colocada de maneira positiva. É o caso de compreender do ponto de vista de uma habitante da região que se tornou objeto de intervenção pelo Projeto Rondon, que apresentava um discurso nacional desenvolvimentista. Para Tereza, a permanência dos estudantes que estiveram em Veredas permitiu mais uma importante interação com pessoas estrangeiras, fazendo-a se perceber artesã representante de uma cultura local capaz de se projetar no mercado nacional.

Inspirado nas expedições de Marechal Rondon entre o final do Século XIX a início do Século XX, o Projeto Rondon foi instituído sob a ditadura militar em 1967 como resultado de uma iniciativa de um professor da Universidade de Guanabara (atual UERJ) e militares (Rosenbaum, 1971). O Projeto consistia em levar estudantes universitários para as regiões do norte e oeste do Brasil enquanto estagiários durante as férias, fornecendo serviços assistenciais à população das áreas mais remotas e fronteiriças do país (incluindo regiões com importância fluvial, o que seria o caso de Veredas) (id.). Contudo, seu real objetivo era, segundo apontado por Rosenbaum (ibid.), desviar as revoltas dos estudantes contra o regime e direcioná-los a um desenvolvimento “responsável”, associada à política de integração nacionalista. Assim, afirma: “Esse esforço brasileiro para a socialização política e pacificação dos estudantes tem se chamado Projeto Rondon”¹⁸ (id.: 187). Tratava-se também integrar, e dessa forma disciplinar a população dispersa localizada nas regiões estratégicas do país.

Em Veredas o Projeto foi implementado em 1973 por meio de convênio com a diocese da cidade, os estudantes alojados na residência do bispo, criando o Campus Avançado, que teve duração de dez anos. Participaram nele universidades públicas e particulares do sudeste do país. Tereza conviveu com os estudantes do Projeto a pedido do diretor do Campus Avançado por ela já conhecer bem as comunidades rurais. Assim, ela levaria os estudantes, particularmente os do Jornalismo, para tais lugares.

O diretor deixava eles viajarem comigo, dava carta pra eles viajarem comigo por que eu fazia um trabalho de pesquisa e o diretor do Campus achava interessante eles de serem jornalistas estarem junto comigo vendo a pesquisa.

18 Tradução livre de: *This Brazilian attempt to student political socialization and pacification has been named Project Rondon.*

Nós íamos pra Tum Tum pras comunidades e eu ia com gravador e eles davam carro, às vezes a gente ia de ônibus e eles mandavam depois o carro buscar a gente na estrada. A gente vinha a pé até na estrada e o carro vinha buscar. Outras vezes quando tinha carros desocupados por que os carros também tinham que trabalhar, aí mandava levar a gente nas comunidades, eu ia pra fazer o trabalho de pesquisa e eles iam pra ver como eu fazia o trabalho (Tereza).

Os estudantes por sua vez trouxeram outros olhares sobre as manifestações culturais locais e, especificamente, sobre o trabalho artístico de Tereza. Ela conta como foi esse contato, destacando o papel de alguns deles (que vieram a ser jornalistas de grandes emissoras televisivas do país) na valorização do artesanato local.

E João [que se tornou jornalista de emissora televisiva] tinha essa casinha aqui um pé de arvore aqui, João que reunia com a gente e ensinava a gente pôr preço nas peças e foi a turma que logo atirou de vim. A turma de jornalistas na época eles eram estudantes e eles questionavam muito, então você sabe os grandes da cidade logo mandaram tirar e os jornalistas, foram os primeiros a serem mandados embora por que parecem que estavam muito próximos da gente. É quem ensinava a gente a pôr preço, que falava do valor do trabalho da gente, foi tanto que quando eles foram eles falaram que esse pessoal depois que eles estavam com a gente o barro tinha virado porcelana. Por que eles não valorizam e os meninos ensinavam a gente a valorizar e falavam pra gente que tinha valor o trabalho da gente. João não saía daqui e ficava aqui até terminar uma peça, o que a gente comesse eles comiam (Tereza).

O Projeto Rondon em Veredas teve esse efeito de misturar os jovens dos centros urbanos e do interior distante do país, em uma troca de maneiras de ver a vida material, cultural e social da região e agregando valor mercantil ao artesanato. Essa interação levou à comercialização das obras, prática então inexistente na região, e bem recebido por Tereza. Quando ela e outros artesãos da cidade foram convidados a participarem de feiras na capital do estado, os estudantes os acompanharam e ajudaram na venda.

E depois foi as feiras na Católica que aí iam dois ônibus com artesão e, além disso, a gente levava cozinha, a Associação [de artesãos] levava carne de sol pra vender, requeijão, queijo, vários tipos de doce, pinga, então tinha a baraca dos comes e bebes e esse dinheiro aí que arrecadava era para a própria

Associação e das nossas peças cada artesão tinha sua barraquinha e tinha sempre um estudante junto com a gente. Porque eu pelo menos não sabia nem como vender não tinha noção de nada, os meninos tinham que estar por perto de todos os artesão para ajudar a vender (Tereza).

Logo a gente ficou conhecido e começamos a receber convite para exposição individual como meu caso, eu fiz muita exposição individual (...) (Id.).

A bibliografia brasileira é muito tímida para trazer um ponto de vista crítico sobre o Projeto Rondon do regime militar (1968-1989), deixando no plano hipotético sobre o seu objetivo de desviar o foco dos estudantes na resistência contra o governo. Tratava-se de compreender como era procedido. Foi necessário ter acesso aos escritos de Rosenbaum (1971), autor estadunidense, para que seja claramente apontada como estratégia de controle social dos estudantes, fundamentados em pesquisa qualitativa e documental. O que visou-se desenvolver nessa seção é como uma política disciplinar sobre os jovens e até de buscar simpatia destes para o regime pode trazer consequências não intencionadas e deslocadas dos interesses dos sujeitos diretamente implicados. É certo que provocou, por meio da mercantilização do artesão, por exemplo, um movimento de modernização/integração dos artistas locais à lógica do mercado. Mas, de outro lado, formou, direta ou indiretamente, lideranças futuras de diversos setores (cultura, política) consideradas de esquerda (o que foi o caso de Tereza e de Cida como se verá adiante)¹⁹.

5. O PT de Veredas e a presidência

Foi um tanto difícil imaginar a função de presidência que Tereza ocupou quando o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em Veredas em 1981²⁰, pois tal informação não saiu espontaneamente de sua parte, e em nenhum momento da primeira entrevista tocou em algum assunto político. Mas, quando solicitada em nossa segunda entrevista²¹ para nos relatar sobre

19 Um estudo mais aprofundado sobre os desdobramentos culturais e políticos do Projeto Rondon na região deve ser realizado, por meio do exame, por exemplo, de organização de festivais.

20 O Partido dos Trabalhadores foi fundado há quase 40 anos tendo como principais sujeitos os militantes do Novo Sindicalismo urbano, dos movimentos sociais populares, do catolicismo progressista e intelectuais, e foi registrado no Superior Tribunal Federal Eleitoral em 10 de fevereiro de 1980 (Meneguello, 1989; Partido Dos Trabalhadores, 2018).

21 Entrevista realizada por Juliano Fonseca, Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos em 22/10/2018. Nesse dia Tereza estava muito preocupada porque Frei Nicolas havia sido operado, mas depois de uma ligação por ele recebida que a cirurgia havia dado certo, não havia tido mais notícias por alguns dias. Justamente durante a entrevista ela recebeu o telefonema tão esperado.

tal experiência, seu *feedback* foi de nos contar com bastante precisão sobre o processo de fundação do partido na cidade e de seu funcionamento em um contexto nacional do regime militar e, em nível regional, do coronelismo que sustentava a política local. Da mesma forma se posicionou sobre o modo como levou à frente a liderança do partido naquele contexto adverso com relação à classe popular.

No início dos anos oitenta um padre convidou Tereza para participar de uma reunião – um “encontrão”, como disse – na cidade de Teófilo Otoni, uma cidade maior a 235 km de Veredas. Foi somente chegando no local é que soube que se tratava da fundação do PT no Vale do Jequitinhonha. Ela entende que o convite lhe foi direcionado por ser membro do Coral Cancioneiros do Sertão, na época sua atuação junto com Frei Nicolas nas comunidades rurais já tendo ganhado notoriedade. “Lá era pra falar de política. Eu pelo menos fiquei surpresa. A gente não ligava mesmo pra política. (...) A gente não tinha aquele conhecimento, das coisas”. As mulheres de sua família, como sua avó, sua mãe e sua madrinha teriam se interessado por política²², e em sua infância as acompanhou aos comícios, mas se tratava de apoiar candidatos conservadores e não havia se inclinado para tal depois de adulta. De fato, as pesquisas realizadas com o Frei Nicolas e o contato com os alunos do Projeto Rondon, levando-os às comunidades rurais e, nessa interação, passando a adotar um olhar que pudessem valorizar a cultura popular a fez adotar uma posição em que seria capaz de criticar a política vigente. Mas, a costura dessas relações não foi considerada, pelo menos no relato, como ato político, pois se deu unicamente pelo entusiasmo que aflorou quando surgiu a oportunidade de apresentar aos estrangeiros sobre o que já fazia parte de si, a cultura do povo do Vale do Jequitinhonha. Malgrado a ausência de intenção política *strictu sensu*, suas andanças nas comunidades rurais terminaram por soldar as mobilizações de resistência das comunidades rurais e populares, já existentes em algumas delas²³ e legitimar sua capacidade aglutinadora.

22 No Brasil o direito ao voto das mulheres é conquistado em 1932 no Código Eleitoral e incorporado na Constituição de 1934.

23 A comunidade rural de Tesouras aparece como “o berço das discussões” que envolviam as questões do cotidiano da população rural da cidade. Foi dessa comunidade que surgiu o primeiro candidato a prefeito pelo PT e sua vice (chapa Camilinho, trabalhador rural e Rita, lavadeira) e o primeiro vereador de Veredas eleito pelo PT, Zezé das Tesouras (José Alves dos Santos). Trabalhador rural e líder comunitário de Tesouras, Zezé, como é conhecido, fundou uma associação em 1980 inicialmente com o objetivo de criar um cemitério e depois infraestrutura como estrada (ainda de terra), equipamentos de saúde e de educação (como a 4ª série do ensino fundamental, na comunidade) (Cpcd, Canal Sempre, acesso em 9.3.2018).

As lideranças do partido perceberam a importância de tal implicação de Tereza, mas ela mesma não considerou possuir vocação para assumir a função de presidência do partido. Porém, ela relata:

Os outros nenhum quiseram. Então eu tive que ficar sendo presidente. Uma presidente que ainda não sabia dessas *manha* da política. Porque todo mundo que tava no Partido eram pessoas simples demais; era lavadeira... era assim pessoas que não tinham estudado, que não tinha *manha* da política, porque política não é fácil, não é! Não é fácil de jeito nenhum (Tereza).

A “*manha da política*” adequada naquele momento não era de discursar em público, mas exatamente o que Tereza sabia bem fazer graças à experiência da pesquisa, o de ir de porta em porta conversar com as pessoas das comunidades, apresentar o programa do Partido e filia-las. Era esse contato de uma pessoa do “povo” para as pessoas do mesmo meio social que condizia também com os objetivos iniciais do partido, em termos de concretização da sua fundação na região por meio da filiação. Ademais, se tratava de uma atividade com forte caráter clandestino, exigindo cautela e discrição nas ações:

Então quando estabeleceu, esse PT, Sônia [do coral] trabalhava lá [na Associação Comercial, ligado ao partido do *establishment* da cidade, como secretária], a papelada que vinha [de Brasília, de Belo Horizonte] eu dava a ela porque eu não sei datilografar. Não tinha nem computador na época. Então levava a papelada lá e esperava os fazendeiros sair... só tinha gente que era do contra. Então ela batia os papéis pra mim. Aí lá ela via eles comentar: “Ah, diz que tem um partido aí que chama PT”, e ela escutando, né, “quem tá mexendo com esse partido”? “Ah uma moça que anda aí com um padre”. Era eu! (risos) Porque eu andava, viajava com Frei Nicolas pra zona rural pra fazer as pesquisa, ele vinha aqui em casa, então a gente andava muito junto! Então quando surgiu a conversa que estabeleceu do PT na cidade... Porque eu não alardeava nada, eu só ia de casa em casa. Era o meu papel porque eu não sei ir no palanque anunciar política. O meu papel é mais de conscientizar as *pessoa*; esse trabalho mais que foi o meu, e de filiar” (Tereza).

Indagada se não encontrava resistência das pessoas, negou, e ponderou que alguns funcionários públicos ficavam com medo. Seu argumento para atrair novos membros era de que um novo partido estava sendo criado e que seu objetivo

era agir, como disse, para “a bem de todos, não a bem como era... a gente via como que era a política do cabresto (...) de dar as coisas, de comprar voto”. E continuou contando sobre sua preocupação de manter o Partido puro em termos de classe:

(...) eu tinha medo da infiltração dessas pessoas dentro do Partido. Então era muito restrito porque eu ficava... eu tinha medo deles tomar o Partido da gente. (...) Às vezes tinha uns meninos que achavam que eu era um pouco... é... como é que fala é... (...) Porque vinha pessoas que queriam entrar, mas eu vi que não era gente pobre. E aí eu tinha medo, ficava com pé atrás, na frente (...). Eu tinha medo que deles tomarem o Partido, eu achava que aquilo não era sério, deles entrarem no Partido porque aquilo não era seriedade deles, era mais é pra tomar, sabe, e depois revirar da maneira como eles queriam. Então o Partido não cresceu muito nesse sentido. Ficou naquele grupo pequeno²⁴ (Tereza).

Não gostando de se expor como liderança política, Tereza procurava os membros que ela considerava ter “o dom da palavra”, contando com pessoas já atuantes nas mobilizações locais e que Tereza chama de “gente do povo”. Recebia visitas de fundadores do Partido de outras cidades do estado para ajudar na parte burocrática, assim como no aspecto de sua operacionalização, como fazia frequentemente o médico-sanitarista e ambientalista Rogério²⁵, que a encorajava no modo como dividiu as funções no interior do PT. Na época, ela não estava totalmente livre da preocupação de não se considerar dotada da capacidade de estar “nos palanques falando”, mas a palavra de Rogério legitimou seu modo de operacionalizar as funções políticas enquanto era presidente. Como revelou:

24 O cuidado da então presidente de deixar o PT de Veredas blindado contra os membros da política dominante (assim como pessoas que não era da região, como destacado no enxerto de sua fala mais anteriormente) em detrimento do seu crescimento, mantendo o “puro” aparece como uma das fontes de solidez e coesão no seio do partido, assim como seu modo de operação política. Dessa forma, foi desenvolvida uma forte identificação com o “povo”, em contraponto aos coronéis e fazendeiros. Reflexo disso aparece no fato de que depois de tentativa anterior, foi somente em 1996 que se elegeu uma mandatária pela sigla, com a eleição de Aparecida (Cida). Uma vez no poder o PT de Veredas se manteve no governo por dezoito anos, mesmo no recente contexto de adversidade contra a sigla com a reeleição do atual prefeito em 2016. A questão da governamentalidade petista no Vale do Jequitinhonha é tema da pesquisa atualmente desenvolvida na região (Chamada FAPEMIG 01/2017 “Território, política e mercado: formas de mobilização das mulheres do Vale do Jequitinhonha” Coordenação Yumi Garcia dos Santos).

25 Segundo Tereza, o médico Rubens, um dos fundadores do PT entre outras atuações políticas importantes no estado de Minas Gerais, visitava frequentemente o Vale do Jequitinhonha para “prestar assistência” aos diretórios municipais da região.

Ele foi me falando assim: “Tereza, o seu papel é muito importante. A gente precisa no Partido de pessoas que tem a capacidade que você tem, na capacidade do outro que tem de alardear política... pode ficar tranquila”. Porque eu tinha medo dele. Porque ele era uma pessoa exigente (Tereza).

Em 1980 a futura prefeita Maria Aparecida, recém-formada em serviços sociais, se mudou para a cidade por ter sido contratada por um órgão assistencial da cidade. Cida não se filiou de imediato ao PT, mas com o seu conhecimento do Direito, diploma que obteve depois dessa mudança, passou a fornecer orientações políticas e jurídicas. Tal entrosamento deu um novo alento ao Partido no município, ganhando volume e organização.

Cida veio depois. Porque Cida veio aqui como estudante do Campus Avançado. (...) Depois Cida foi embora, o Campus saiu daqui (...). E aí Cida começou a ingressar em grupos na zona rural..., e aí depois do PT fundado e aí veio Cida que entrou no Partido. Que entrou no Partido, e aí ela começou a reunir com a gente também, dando mais esclarecimentos pra mim, pra Sônia... tinha as reuniões, né. E aí o Partido foi crescendo. Entrando mais pessoas, foi crescendo que ela, o Partido organizou melhor, em sentido de ter uma pessoa, e ter uma pessoa lá dentro assim com experiência. (...) E com isso ela se candidatou e foi eleita. E com isso o Partido cresceu mais (Tereza).

Tereza pondera que de maneira proporcional ao crescimento do Partido em termos de quantidade de filiados, principalmente depois que Cida se tornou prefeita, se deu também uma “decadência”, tendo se transformado em *locus* de “picuinhas” e jogos de interesses que desviavam do espírito inicial do partido, qual seja, uma política que visa a justiça social. “Muita gente começou a entrar no Partido por outras intenções”, explicou. Algo que Tereza, quando presidente lutou a todo custo para que não acontecesse. Nos momentos de maior tensão Cida chamava os fundadores do PT como a própria Tereza, Sônia e outros para contar aos recém-chegados como o partido havia sido fundado; um partido que começou pequeno com os membros do Coral, as lavadeiras e os originários das comunidades rurais.

O perfil da liderança do PT viu se transformar a partir dos meados dos anos 90 para grupos de classe média e profissionais liberais urbanos, acompanhando as transformações programáticas e organizacionais rumo à sua burocratização,

culminando na eleição de Lula para presidência, em 2002 (Novaes (1993), Rodrigues (1997) *apud* Amaral, 2010: 53-54).

Deve ser ressaltado que a despeito da presença da liderança feminina na agremiação em Veredas desde o início de sua fundação, a presença das mulheres na liderança do PT de modo geral é de fato minoritária em comparação aos homens, por haver uma maior valorização destes e às dificuldades das militantes de conciliar múltiplas jornadas (Amaral, 2010: 88; Ribeiro (2008) *apud* Amaral, Op. Cit.: 88-89). Nesse sentido, a condição de solteira e a não necessidade de dedicar-se à maternidade de Tereza (e também de Cida) favoreceu em parte seu lugar. Parece também refletir uma realidade regional apontado por Miguel e Queiroz (2006: 366), de uma maior proporção de sucesso político local de mulheres (nesse caso mais especificamente a eleição de vereadoras e prefeitas) nas regiões “menos desenvolvidas” do país, notadamente as regiões Norte e Nordeste, não necessariamente motivada pelas leis de cotas para candidaturas femininas adotadas em meados dos anos 90²⁶. Tal tendência contrariaria o senso comum e vários estudos, que estabelecem uma relação positiva entre o grau de desenvolvimento (econômico ou em termos de “desenvolvimento humano”) e representação política feminina (id.). No artigo os autores não alcançaram explicar a razão do fenômeno que favorece as mulheres, tendo suas hipóteses refutadas (associação das candidatas com partidos conservadores, alta escolarização das candidatas e afinidade por parte do eleitorado feminino). O modo de fazer política de Tereza – o diálogo olhos nos olhos, individualizado, como exige o exercício de um poder pastoral (Foucault, 1978) – pode ser uma delas.

Com o crescimento do partido Tereza se afastou da militância, embora tenha continuado a ser filiada. A experiência enquanto presidente foi difícil e cansativa, além de sua mãe constantemente a pressionar para que abandonasse a atividade. O clima era de apreensão, principalmente depois do sequestro de uma professora do PT que ia frequentemente à zona rural. O próprio bispo a alertou para não mais sair sozinha. Tereza considera que ela não foi acometida pelos adversários por não ter se envolvido em brigas políticas, mantendo o seu modo de abordagem visitando e conversando com cada um que compunha a população rural, exatamente como fazia quando visitava as casas das comunidades com Frei Nicolas.

26 “A Lei no. 9.100 de 1995 determinou que 20% das vagas das listas partidárias para a Câmara de Vereadores fossem preenchidas por mulheres” (Miguel; Queiroz, 2006: 365). A Lei no. 9.504 de 1997 ampliou essa proporção para 30%, e é aplicada não somente para eleições municipais mas também para estaduais e federais.

6. Mobilidade social localizada

Tereza viveu o que podemos chamar de uma mobilidade social localizada, sem nunca ter saído da rua onde cresceu, sem nunca ter passado por uma mudança geográfica que permite acessar contextos socio-espaciais que favorecem lograr uma posição de *status*, não se limitando ao econômico, mas principalmente moral. Contrapontos podem ser feitos com relação a outros atores e atrizes com quem ela se relacionou em sua trajetória como foi o caso de Frei Nicolas, os estudantes do Projeto Rondon assim como as mulheres que estiveram na liderança política da cidade ocupando cargos nos governos petistas, em número importante vindas de fora do município (Georges *et alii*, 2017; Georges; Santos, 2019, no prelo). A mobilidade social de Tereza é tampouco atrelada ao econômico (ainda que tenha tido efeitos materiais), significando uma construção cultural-política. Ela se deu por ter descoberto o que se pode fazer com o que já era acessível – primeiro pelo aprendizado do artesanato com sua mãe para depois aprimorar-se tecnicamente com Dona Flora. Mais tarde o contato com Frei Nicolas no Coral a estimulou para uma busca mais ampla de referências que faziam todavia parte do seu universo familiar: as cantorias, os batuques e as rezas populares. O trabalho conjunto marca um importante *turning point* em sua trajetória, que pela primeira vez passa a realizar uma atividade fora do seu âmbito familiar-doméstico e revisitando sua origem social nas comunidades rurais. Essa experiência faz Tereza se descobrir as referências que possui em comum com os habitantes. É o início da década de intensa atividade que desencadeia em uma projeção inesperada na esfera pública, não somente como artista mas como liderança política.

A convivência com os alunos do Projeto Rondon já lhe confere um lugar de referência pelas suas atividades tanto artísticas como de pesquisadora nas comunidades rurais, mas se torna outro momento de inflexão em sua carreira por possibilitar não somente apresentar aos estudantes a vida da população do Vale do Jequitinhonha, como também pode sair de Veredas e expor e vender suas obras nas metrópoles brasileiras, abrindo o caminho para sua consagração nacional. Tal projeção se faz por meio da associação de suas obras com o contexto regional, da qual é originária.

Não por acaso foi indicada para ser presidente do partido em fundação no município. Apesar de afirmar que não conhecia “as manhas da política”, possuía a competência para ir à zona rural e fazer o trabalho de conscientização e de filiação, como explicou.

É possível supor que a liberdade que Tereza possuía para transitar nesses espaços só se deu pela sua condição de solteira. Nesse aspecto, sua trajetória foge

de qualquer conformação às normas sociais esperadas para uma mulher, que seja dentro da tradição católica como na cultura rural e popular, que passa pelo casamento e a maternidade. Desenvolveu uma atividade de trabalho própria sem vínculo empregatício e relações afetivas próprias. O fato de ter se engajado muito cedo na produção de cerâmicas parece ter lhe ofertado uma autonomia moral que, combinada com uma referência negativa do casamento vinda do sofrimento de sua mãe, dispensava que a construção de sua vida adulta passasse pelo casamento (a qualquer custo) e a maternidade.

Para Becker (1963/1991: 27), o impulso para se engajar em uma prática desviante não é algo excepcional e diz respeito à vontade da maioria das pessoas. Mas, o indivíduo sempre irá medir as consequências de não agir conforme as normas sociais, pois seu esforço ao longo da vida tem sido o de conter tais impulsos, aprendizado adquirido no processo de socialização. O autor nos explica como, então, uma pessoa que não age conforme convenção pela sociedade faz para, apesar de sofrer o impacto de ter evitado se aderir às normas sociais, segue evitando-as. Isso se relaciona, segundo ele, ao grau de envolvimento do indivíduo com as convenções sociais que é (ou não) acompanhado pela preocupação de manter a reputação ou um emprego. Na ausência dessa preocupação, não é necessário estar conforme as normas. Em suas palavras:

Primeiramente, no decorrer do crescimento uma pessoa pode de algum modo ter evitado se conformar com as convenções sociais. Ele pode, assim, estar livre para seguir seus impulsos. Uma pessoa que não tem uma reputação para manter ou um emprego convencional para preservar pode seguir seus impulsos. Ele não tem nada que o obrigue a continuar aparentando ser convencional²⁷ (id.: 28).

A própria mãe de Tereza impedia que sua filha tivesse ocasiões para o namoro (o que por si só a distanciava da possibilidade da maternidade). Podemos inferir que junto à proibição materna (cuja razão não foi explicitada), a peculiaridade familiar pela inclinação artística e o meio social popular em que as mulheres possuíam atividades econômicas próprias como a de lavadeira, de criação de pequenos animais e do cultivo de hortas para a subsistência aparentemente afastava Tereza de manter alguma reputação que, comprometendo-a, desonraria sua família. Não se manifestava urgência e pressão familiar ou

27 Tradução livre, do original: *First of all, in the course of growing up the person may somehow have avoided entangling alliances with conventional society. He may, thus, be free to follow his impulses. The person who does not have a reputation to maintain or a conventional job he must keep may follow his impulses. He has nothing staked on continuing to appear conventional.*

pessoal para casar e ser mãe. Pelo contrário, o trabalho de ceramista parece ter constituído desde cedo sua “personalidade” (no sentido de Hughes, *op. cit.*, que se adquire pelo trabalho) e o casamento talvez pudesse comprometer tal construção pessoal.

Se o trauma de ver sua mãe sofrer no casamento fez Tereza negativizar as relações conjugais, ela não negou tecer relações afetivas com base na amizade. Seu desconforto com relacionamentos afetivos-sexuais voltados para o casamento parece ter encontrado no companheirismo com o Frei Nicolas um lugar de equilíbrio.

A mobilidade sem jamais ter saído de seu entorno se deu em um processo de “construção de si” (Dubar, 2012) que, muito além de ser definida pela formação escolar, inserção empregatícia e formação de família moderna nuclear, passa por uma formação atravessada por acontecimentos que envolveram interações e experiências com atores sociais autóctonos e estrangeiros, tendo a arte da cerâmica ressignificada pela representação da cultura local, o que foi determinante na inflexão de sua carreira biográfica.

6. Conclusão

Apresentamos, com base nas entrevistas realizadas com a artesã do sertão mineiro Tereza, momentos chave de sua trajetória (levantadas por ela ou não) com o objetivo de compreender em que consistiu suas mobilizações e como agiu para concretizá-las sob os acontecimentos do seu tempo. Procuramos articular tais acontecimentos que consideramos ter provocado momentos de inflexão em sua trajetória e os aspectos subjetivos (afetivos, cognitivos e sociais) das experiências relatadas. Evidenciou-se uma importante mobilidade social, não de forma expressivamente econômica, mas em termos de inserção no mercado cultural para muito além das fronteiras regionais. Tal inserção ocorre por meio de uma descoberta – por meio do convite feito por Frei Nicolas, um estrangeiro – do seu pertencimento a uma comunidade que pode ser chamada de imaginada, encontrando as referências regionais por meio do contato com os habitantes das zonas rurais e artesãos, mas também vivida por meio do aprendizado com pessoas concretas, como as mulheres com quem se socializou na infância (sua mãe e Dona Flora).

O lugar da política era menos evidente quando iniciou a pesquisa junto às comunidades rurais, mas sua interação com seus habitantes não somente trouxe efeitos políticos como consolidou um lugar de mediação entre essa população e atores (alunos do Projeto Rondon, membros do PT) e instituições

(universidades, mídia, PT) externas. Essa mobilidade se fez no seu mesmo lugar de origem, por isso localizada, sendo privilegiado para que Tereza pudesse mobilizar seus recursos provindos de seu meio social.

Referências

- AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Tese de doutorado, Ciência Política, Unicamp, 2010.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York, The Free Press, 2008.
- BORBA, Angela; FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CNBB. Disponível em: <<https://efosm.files.wordpress.com/2013/02/cnbb-doc-16-5c2ba-plano-bienal-dos-organismos-nacionais-e28093-1979-1980.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- COSTA, Fabrício Rodrigues; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. *INTRATEXTOS*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2010, pp. 33-50.
- DABUL, Lígia. Artes plásticas em feira de artesanato: venda, criação e os olhos para ver a arte. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 04.01, Junho, 2014, pp. 163-183.
- DUBAR, Claude. A Construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. In: *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, v. 42, n. 146, maio/ago. 2012, pp. 351-367.
- DUBAR, Claude; NICOURD, Sandra. *Les biographies en sociologie*. Paris, La Découverte, 2017.
- ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Gendai no kenryoku o tou. (La philosophie analytique de la politique). In: *Asahi Jaanaru*, 2 de junho, 1978, pp. 28-35.
- HUGHES, Everett. *Men and their work*. Toronto, The Free Press, 1958.
- INSTITUTO PROJETO RONDON. História. Disponível em: <http://www.projektorondon.org.br/noticias/historico_projeto_rondon.html>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. Tessituras da mobilidade de mulheres: economias morais, mercados políticos e zonas de indistinção. In: GEORGES, Isabel; TIZZIANI, Ania (Orgs.). *Dinâmicas del mundo del trabajo en Argentina y Brasil: transiciones, movilidades, desplazamientos*. São Paulo, Alameda, 2019 (no prelo).

- GEORGES, Isabel P. H.; SANTOS, Yumi Garcia dos; ARAUJO, Iara Maria de, LIMA; Jacob C. LIMA. *Relatório final de pesquisa (período 2013-2016): Construção de alternativas socio-ocupacionais de mulheres entre Estado, mercado e família: uma comparação regional*. São Carlos, 2017.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. *As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2016.
- GEORGES, Isabel P. H.; SANTOS, Yumi Garcia dos; ARAUJO, Iara Maria de. Trabalho, família e gênero: políticas sociais entre o rural e o urbano. Comunicação apresentada no 39º Encontro Anual da ANPOCS 2015. Caxambú, 26-30 de outubro de 2015.
- GUIMARÃES, Juarez. As culturas brasileiras da participação democrática. *Ciclo de seminários Fórum Social Brasileiro*. Belo Horizonte, 7 e 8 de novembro de 2003.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, pp. 248, maio-agosto 2006, pp. 363-385.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. O modo petista de governar e de atuação parlamentar. *Curso para prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras do PT*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT 38 anos. Uma trajetória de lutas pelo povo e pela democracia (2018). Disponível em: <<https://pt.org.br/pt-38-anos-uma-trajetoria-de-lutas-pelo-povo-e-pela-democracia/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- MATOS, Marlise; SANTOS, Yumi Garcia dos; SIMÕES, Solange. Relatório de pesquisa 2013-2014, Chamada CNPq/SPM 2012: *O impacto do Programa Bolsa Família sobre a vida das mulheres no rural e no urbano. Cotidiano e projeções para a autonomia feminina. O caso de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2015.
- REIS, Tainá. Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós-trabalho nos canaviais. Tese de doutorado, Sociologia, UFSCar, 2018.
- ROSENBAUM, H. Jon. Project Rondon, a Brazilian Experiment in Economic and Political Development. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 30, n. 2, 1971, pp. 187-201.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Yumi Garcia dos; ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão; GEORGES Isabel; FONSECA Juliano; DUMONT Erica; SILVA Alexandre. Formas de mobilidade

feminina e construção das subjetividades das mulheres no Vale do Jequitinhonha. Isabel P. H. Georges (Coord.). Relatório final de pesquisa: *Construção de alternativas socio-ocupacionais de mulheres entre Estado, mercado e família: uma comparação regional*. São Carlos, 2017.

SANTOS, Yumi Garcia dos (Coord.). Território, política e mercado: formas de mobilização das mulheres do Vale do Jequitinhonha. Projeto de pesquisa no âmbito da Chamada Universal Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG 01/2017. Belo Horizonte, 2017.

Recebido em: 18/06/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Como citar este artigo:

SANTOS, Yumi Garcia dos. Uma mobilidade social localizada: a carreira biográfica de uma artesã do sertão mineiro. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 771-801.



El trabajo, la (des) cronologización del ciclo vital y la trayectoria laboral de los trabajadores de mayor edad.¹

María Julieta Oddone²

Resumen: Los estudios sobre las transformaciones que están teniendo lugar en las sociedades actuales muestran que se está produciendo una modificación en las etapas del curso de la vida a causa de los cambios en el mercado laboral. Estos cambios que operan en el sistema productivo, en la gestión de las empresas y en las políticas sociales de los gobiernos, se institucionalizan en las legislaciones específicas y, señalan la necesidad de intervenir en relación a las edades de los trabajadores porque se observa con cierta frecuencia, la discriminación por edad (viejismo) en el mercado laboral.

Palabras Claves: trabajo – ciclo vital- trabajadores de mayor edad – viejismo

Employment, the (de)chronologization of life cycle, and the career path of older workers

Abstract: *The studies about the transformations taking place in today's societies have shown that a modification of the stages of the life course is currently happening due to the changes in the labor market. These changes, affecting the*

1 Este artículo se basa en algunos resultados y su actualización de mi tesis doctoral denominada "Envejecimiento, empleo y desempleo de los trabajadores de mayor edad. Trayectorias de vida laboral en el capitalismo globalizado." (2007) inédita.

2 FLACSO/ CONICET – Buenos Aires – Argentina – julietaoddone@gmail.com

production system, company management and government social policies, are institutionalized on specific legislations. In light of them, intervention is called for regarding workers' age, considering that age discrimination (ageism) is found rather frequently in the job market.

Keywords: *employment – life cycle – older workers – ageism*

Introducción

El curso de la vida analizado como institución es una dimensión de la estructura social que debe entenderse como el modelo que organiza el desarrollo de la vida de los individuos con sus continuidades y discontinuidades. Integra un sistema de normas y de asignaciones de recursos que presentan perfiles de carrera y de estatus de edad, así como transiciones asignadas a edades típicas, representaciones colectivas y referencias compartidas por el conjunto de la sociedad. El ciclo de vida tripartito característico de la sociedad industrial ha estado experimentando transformaciones y concomitantemente con ellas, las trayectorias biográficas de muchos individuos se complejizaron y se diversificaron. Algunos autores indican que se observa una des-estandarización del trayecto de las edades, debido a la flexibilización del trabajo y a la inseguridad ocupacional. Desde este punto de vista, los calendarios y la sucesión de secuencias en el trayecto vital, surgen de las políticas de reestructuraciones en las organizaciones públicas y privadas y de las instituciones de protección social que se transforman con los cambios de los sistemas productivos y las sucesivas crisis sistémicas de los diferentes países (Guillemard, 2010: 258).

Las investigaciones que estudian el curso de la vida, nos indican que el principal interés de este concepto radica en las interacciones entre una microsociología de las trayectorias biográficas individuales y una macrosociología que analiza la forma en que la institución del ciclo vital estructura a esas trayectorias individuales. (Lalivé d'Épinay et al, 2011: 17). De esta manera, tiende un puente entre las instituciones básicas de la sociedad y los individuos. Por ello, cuando se habla de la “des-estandarización” del trayecto de vida, se hace referencia a los cambios que ocurren en el marco normativo de las biografías donde se produce un “relativo desorden” de las edades en los cursos de vida y una diversificación de las biografías que se vuelven más inciertas y aleatorias a medida que se desdibuja, aunque no desaparece totalmente, el marco normativo del trayecto de las edades. En este contexto, el individuo dispone de un margen de elección más amplio pero también asume más riesgo.

Recordemos que la sociología del trayecto de las edades describió la fuerte interacción que existe entre las instituciones de políticas públicas y la organización social del desarrollo de la vida. En efecto, los sistemas de protección social aportaron a la institucionalización de un ciclo de vida tripartito. Las leyes sobre el trabajo infantil primero y sobre la edad de jubilación después, o aquellas sobre la escolaridad obligatoria para los jóvenes, desempeñaron un rol clave en la construcción de una organización tripartita del curso de vida. El Estado de Bienestar, a través de sus derechos sociales universales y sus leyes, formuladas en términos de edad cronológica, condujo a una estandarización de los acontecimientos de la vida y a una institucionalización del trayecto de las edades. De esta manera, distribuyó las funciones y las actividades sociales entre las tres esferas principales de la vida que son la Escuela, la Familia y el Trabajo, quedando perfectamente delimitadas. En cada modelo de sociedad se asocian estrechamente formas de empleo, contenidos de protección social y un modo particular de organización del curso de vida, que configura las relaciones que pueden tener los individuos con respecto al tiempo y al porvenir.

Robert Castel (1995:327) estableció la asociación entre un estatus de actividad – el salario- y un sistema extensivo de protección social contra los riesgos, hablamos de la sociedad industrial “salarial”. Tal como lo señalaron con claridad los aportes de la sociología del trayecto de las edades y de la estratificación por edad (Riley et al., 1972:462), el ritmo tripartito de organización de las edades constituye el tercer elemento necesario para aprehender ese modelo. La organización específica entre las esferas del trabajo, de la protección social y del trayecto de vida ha constituido un sistema y ha conferido a la sociedad industrial su propia temporalidad y define a la vejez. Su aparición va a dar nacimiento a la institución tripartita del curso de vida, con sus tres edades sucesivas y cronológicamente delimitadas cuyas funciones están bien diferenciadas –formación, trabajo, jubilación.

A partir de ese momento, la edad se impone como marcador cronológico del curso de la vida y señala el paso de una etapa a la otra. Esta cronologización de los cursos de vida se consolida por las políticas públicas, que funcionan como una “policía de las edades” que norma y enmarca a las trayectorias³. La predominancia del tiempo de trabajo sobre los otros tiempos de la vida muestra la sincronización de los calendarios biográficos alrededor del calendario laboral. La entrada a la vida y a la edad adulta significaba simultáneamente, para el hombre, el acceso estable al mercado de trabajo y a la formación de una familia

3 Ver A-M. Guillemand (2001), “Age Policy”, artículo 6, 3, 15, en N. Smelser (ed.), *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, Elsevier, La Haye.

con el matrimonio, seguido casi inmediatamente por la llegada de los primeros hijos. Las mujeres, que durante mucho tiempo estuvieron al margen del trabajo asalariado, conocen una temporalidad diferente, orientada hacia la esfera doméstica y el *caring*, (actividades relacionadas con el cuidado). Su participación en la esfera del trabajo era sólo una contribución. A pesar de ello, el tiempo dominante, cronológico y tripartito las afectaba a través de las instituciones de protección social, a las que tenían derecho a través de los derechos sociales acumulados por el varón asalariado (pensionadas). La entrada de las mujeres en el mercado de trabajo va a cuestionar el modelo tradicional femenino de los trayectos de edades, el cual, aunque seguía sometido al ritmo tripartito estándar, conservaba una flexibilidad temporal mayor que la del modelo masculino.

En efecto, “...el aumento de la presencia de las mujeres en el trabajo productivo de las últimas décadas no ha sido en condiciones igualitarias a los varones. La concentración desproporcionada en sectores tradicionalmente feminizados, que además se encuentran en los peores remunerados, contribuye a la brecha en ingresos entre los sexos (...) Es decir las mujeres enfrentan mayores dificultades para encontrar un empleo por su condición de género y cobran menos que sus compañeros varones...” (Paz; Carracedo, 2018:11).

Es así que, la organización característica de la sociedad industrial, basada en la esfera del trabajo, de la protección social, y del trayecto de vida, se flexibiliza debido al surgimiento de una sociedad de la información, de las redes, y del conocimiento por lo tanto, deberían hacer que los esquemas de desarrollo de la vida según el género tendieran a ser más parecidos entre sí.

En primer lugar, la vida en el trabajo y el trayecto laboral son menos unidimensionales y continuos. El tiempo de trabajo está menos concentrado, es más discontinuo, y la vida activa se ve interrumpida por períodos de formación y de inactividad. En segundo lugar, la estructura de la protección social, fuertemente basada en una distribución tripartita de las edades y de los tiempos sociales a lo largo del ciclo de vida, presenta un movimiento pendular de avance y retroceso, según sea el país en cuestión y las políticas que este aplique en relación a sus cambios coyunturales o estructurales. En este contexto, se ponen en marcha nuevos programas sociales intermedios, a menudo *ad hoc*, para responder a las dificultades de empleo y a las nuevas formas de precariedad que aparecen (en particular, múltiples programas de inserción social y ocupacionales de los jóvenes, diversos tipos de jubilación anticipada, contratos de reinserción laboral, planes trabajar, monotributo social, hacemos futuro, etc.). La característica de estos programas es que abren la puerta a derechos que no se encuentran directamente condicionados por la actividad ocupacional y que están al margen del

régimen general de protección social. Modifican la naturaleza de los derechos sociales existentes y los fundamentos de la protección social, como hemos podido observar en el caso del cese anticipado de actividad producto de las transformaciones que se implementaron en Argentina durante la década 1990/2000 y que derivó en la crisis del 2001. En ciertas oportunidades, cuestionan el vínculo que, en el estatus salarial, unía al empleo con la seguridad social.

Es así, que la organización tripartita del ciclo de vida, en la que los tiempos sociales sucesivos se ordenaban en un trayecto previsible se modifica y su marco normativo pierde pertinencia producto de la diversificación de las trayectorias. Sin embargo, las regulaciones de los sistemas de protección social continúan operando según los principios que consideran que las trayectorias son lineales y que las edades están compartimentadas. Estos desfases entre viejas normas y nuevas realidades generan incertidumbre, pero también provocan fallas en la cobertura de los riesgos sociales y en la equidad de los mecanismos de distribución. Un ejemplo, lo podemos ver en los denominados *ni-ni*, que se concentran en aquellos grupos que no pueden integrarse ni al sistema educativo ni al mercado laboral, como consecuencia aparece una *crisis de previsibilidad*, producto de la inestabilidad de las nuevas trayectorias de vida. Esta crisis desemboca por ende en una crisis de legitimidad de los Estados de bienestar que se han vuelto más laxos.

En este contexto el tiempo de trabajo debe ser comprendido en función de los cambios en el modelo industrial de producción, y de su forma de trabajo, basada en una relación asalariada de subordinación duradera y estable, en un empleo de tiempo completo, en tareas precisas a realizar, en ***un plan de carrera pensado para toda la vida***. Las nuevas formas de organización del trabajo tienden a los horarios y ritmos de trabajo más flexibles, como el *“just-in time”*, la desjerarquización, el desarrollo de la horizontalidad a través de unidades autónomas, la organización en red, etc. De la misma manera se expanden formas de empleo atípicas: contratos de duración determinada, trabajos temporarios, trabajo independiente, pluriactividad. Entre los diferentes indicadores que pueden utilizarse para dar testimonio de esta evolución cualitativa del tiempo de trabajo, podemos citar los empleos flexibles. Las disciplinas colectivas del tiempo de trabajo y sus normas homogéneas declinan. Los tiempos de trabajo se dispersan a lo largo de la existencia, se diversifican y se individualizan. Esta nueva concepción del tiempo de trabajo, heterogénea e individualizada, está acompañada por una correlativa modificación de la calidad del tiempo de trabajo. La intensificación del tiempo de trabajo va a la par de la reducción cuantitativa y de la individualización de mismo. El trabajo exige ahora una implicación subjetiva más fuerte por parte del trabajador. Los nuevos procedimientos de calidad total y de certificaciones ISO son prueba de ello.

El tiempo de trabajo constituía el centro de la vida de los individuos y los otros tiempos sociales eran un agregado. De esta manera, el tiempo de formación era un tiempo para prepararse para el trabajo y la jubilación una recompensa a la labor realizada, que asumía la forma de un derecho al descanso al final de la vida. Esto ha sido modificado por el concepto de empleabilidad en el ámbito de las gerencias de recursos humanos, asistimos a la flexibilización y a la individualización de los trayectos de vida y se puede observar que el índice de inactividad aumenta en todos los grupos de edad y que el desempleo y los empleos atípicos están cada vez más difundidos a toda edad.

Por lo tanto, las biografías son cada vez más contingentes; no resulta extraño ver que alguien vuelve a fundar una familia a los 40 o 50 años, que experimenta una paternidad o maternidad tardías, que se embarca a los 40 años en una nueva formación o se transforma en un desempleado a largo plazo, que a los 35 vuelve a vivir a casa de sus padres porque se ha quedado sin trabajo. Por lo tanto, se puede observar una laxitud de los ritos de pasaje de una edad a otra, y refleja un cierto debilitamiento de la regulación colectiva del curso de vida. Las trayectorias biográficas son, para cada individuo, cada vez más complejas y se diferencian cada vez más de un individuo a otro. Conviene señalar, que el aumento de las diferencias interindividuales en materia de biografías no se traduce en el abandono generalizado del modelo tripartito del trayecto de las edades (Kholi, 1989:4).

En este sentido, Burnay (2013:10) indica que estas trayectorias son profundamente singulares y, al mismo tiempo, fuertemente parecidas sobre todo en individuos que comparten características sociodemográficas, sexo, edad, medio social y pertenencia generacional.

Podemos observar cómo subsisten trayectorias que adoptan el modelo tradicional, al mismo tiempo que surgen nuevos modelos biográficos, y todo esto ocurre en el seno de las sucesivas generaciones. Podemos citar, por ejemplo, el desarrollo de la paternidad / maternidad tardías (Bessin, 2017).

Hemos visto que esta situación desembocaba en la aparición de una doble crisis para los individuos: crisis de la normatividad y crisis de las anticipaciones (previsibilidad), aun cuando, como contrapartida, éstos pueden haber ganado un cierto margen de maniobra para negociar y moldear sus itinerarios de vida.

Metodología

En esta investigación adoptamos una estrategia metodológica cualitativa de estudio de casos. Las técnicas de recolección de datos utilizada fueron:

entrevistas en profundidad a informantes clave, historias de vida y observación etnográfica. El análisis contempló la totalidad de la configuración en que se sitúa el actor y nos dio las claves sobre el escenario en que se desarrolla la vida cotidiana de los trabajadores de mayor edad cuando se encuentran desvinculados del mercado laboral.

En primer lugar entrevistamos a los informantes clave en cada una de las zonas elegidas para trabajar. Realizamos una muestra intencional teniendo en cuenta edad, sexo y nivel económico social. Se trata entonces de varones y mujeres, que superan los cuarenta y cinco años de edad, pertenecientes a niveles económicos sociales que recorren la gama de bajo a medio alto, que se encuentren desvinculados del mercado de trabajo (desocupados) o que, a causa de una situación de desempleo, han debido aceptar ocupaciones de menor jerarquía ya sea en relación de dependencia o por cuenta propia.

Recogimos las historias de vida siguiendo la estrategia de “bola de nieve” hasta comprender el patrón de las relaciones socio estructurales de los trabajadores de mayor edad involucrados en nuestra investigación. Al comprender que una historia más no aportaba nueva información al estudio, en particular con respecto a la generalización de que la edad era la causa de discriminación en el mercado laboral específico y que sólo había variaciones individuales, consideramos la muestra saturada por el conocimiento. Seleccionamos nuevos casos en la medida en que éstos nos permitían profundizar o ampliar los conceptos surgidos. Así incorporamos, con posterioridad, nuevos casos de microempresarios devenidos como tales a partir de su circunstancia como trabajadores de mayor edad expulsados de empresas privatizadas o robotizadas. Por medio del empleo del conjunto de las aludidas estrategias cualitativas se intentó acceder a las estructuras de significado propias de los contextos que se estudiaron –bolsa de trabajo, comedores, hogares– observando a los actores en su propia situación e interactuando con ellos en su mismos términos.

Las entrevistas fueron realizadas siguiendo una guía etnográfica, específica para el objetivo de la investigación. Cada entrevista abarca el conjunto de temas propios de una biografía.

Las historias de vida han sido realizadas en una o varias sesiones, según los casos; debemos tener en cuenta que los informantes estaban, en su mayoría, pasando por un momento crítico de sus biografías y una de las características que se resalta en este trabajo de campo es el poco deseo de exteriorizar tan amarga situación, dada la desvalorización y la incertidumbre que genera el estar fuera de mercado formal de trabajo. Han sido realizadas en la zona norte

del conglomerado urbano de la Ciudad de Buenos Aires y su conurbano,⁴ entre el 2001 con trabajadores de mayor edad desocupados y el 2005 cuando surge la Agrupación 50-60 y se integran microempresarios ampliando el corpus de la investigación. Con los cambios en la legislación ligada a jubilaciones y de protección del empleo realizada en los gobiernos 2004 a 2014, hemos hecho un seguimiento de algunos de nuestros entrevistados que indicaron haber sido favorecidos por ellos.

El análisis de los datos se realizó a partir de las características ejemplificadoras (tipos) que surgieron de los relatos y estos casos típicos son los que se exponen en el texto, para ello hemos seguido el proceso de codificación teórica de los datos a fin de crear teoría a partir de ellos.

Resultados

Los teóricos de la denominada Gerontología Crítica, indican que si bien la declinación en la actividad se observa sobre todo entre los trabajadores de 65 años y más edad también es clara para el grupo de edad 55-59.⁵ Los principales factores que explican esta declinación están relacionados con el receso en el mercado del empleo. El retiro anticipado que siguió a la reducción de personal muestra que se siguieron dos caminos: (a) los que frente a la reducción de personal eligieron el retiro anticipado y (b) los que fueron forzados a retirarse en un mercado laboral hostil. El retiro anticipado fue un refugio de un mercado laboral que los expulsaba. Los factores explicativos se focalizaron en la edad por su cercanía a la edad jubilatoria. (Walker, 2000:306) La salida anticipada del mercado laboral ha reconstruido socialmente a la vejez, que ha pasado a ser una categoría que se extiende desde los 45 ó 50 años hasta la muerte. También ha significado, que los sistemas de jubilaciones públicos ya no son los reguladores clave del retiro.⁶ Otra

4 El punto de partida de nuestra investigación se apoyó en informantes usuarios de bolsas de trabajo y asistentes a lugares de reunión dependientes de la Iglesia. Seguimos el circuito de los desempleados que buscan, a través del recorrido por diferentes comedores, lograr la subsistencia básica. A partir del trabajo con los sectores bajos resolvimos ampliar nuestro universo y considerar a los otros sectores sociales que habitan en la zona norte, a fin de observar los efectos de la desocupación en los diferentes estratos, en un espacio geográfico determinado: zona norte de la Capital Federal, Belgrano, Olivos, San Isidro, San Fernando y Tigre.

5 En la mayoría de los países de la Unión Europea, el trabajo después de los 65 años ha sido erradicado. La posición de las mujeres viejas es más difícil de deslindar del efecto de cohorte producido por las más altas tasas de participación entre las mujeres jóvenes, pero parece que ha tenido lugar una declinación similar.

6 El modelo tradicional de la salida de la fuerza laboral a la edad jubilatoria se ha vuelto minoritario; por ejemplo, en Alemania (antes FDR) y el Reino Unido solo alrededor de un tercio de los que ingresan al sistema jubilatorio público lo hacen directamente del empleo.

consecuencia importante del retiro anticipado de la fuerza laboral es que se reforzó la devaluación de los viejos en el mercado laboral. En efecto, la redefinición deficitaria del envejecimiento ha tenido consecuencias en la forma que los empleadores perciben a los trabajadores maduros y, a su vez, a las oportunidades que les ofrecen de reemplazarse. En verdad hay una cantidad cada vez mayor de evidencia en diferentes países que muestran que los adultos mayores son frecuentemente discriminados con respecto al reclutamiento laboral, las promociones y la capacitación. (Walker, 2006:70; Oddone, 2010:102). Esto sucede, a pesar del hecho de que la edad no es un buen indicador de la capacidad de trabajar y aprender; por lo tanto, la discriminación no es sólo injusta sino además derrochadora de capacidad y potencial económico (OIT, 2011:23).

Es así que, el significado social del envejecimiento se transforma y pasa de su asociación con la edad de la jubilación a su asociación con el criterio conceptual de empleabilidad⁷. Las políticas públicas, particularmente en la esfera del empleo, fueron una de las principales motivadoras que produjeron este cambio, porque alentar el retiro anticipado era visto como una solución para el desempleo; pero el envejecimiento también empezó a ser visto como un problema económico por sí mismo. En efecto, desde fines de los años setenta en adelante, ha habido una creciente preocupación de parte de los gobiernos nacionales acerca de las consecuencias económicas del envejecimiento poblacional. Proyecciones anticipadas de las relaciones de dependencia fueron usadas para pintar un cuadro pesimista de las implicancias socioeconómicas del envejecimiento, generando modificaciones a los sistemas de jubilación vigente; la evolución de los planes jubilatorios públicos se consideró una carga pesada y en aumento para la población trabajadora en las décadas venideras. Tal tensión financiera puso en riesgo la solidaridad intergeneracional -un concepto sobre el que se basa todo el sistema previsional. (Walker, 2006:70; Fiscella, 2005:105). Los mecanismos se están redefiniendo constantemente en función de los imperativos económicos y los costos financieros y de las leyes que acompañan estos imperativos. Los trabajadores próximos a la edad de jubilación son trabajadores de inserción precaria en el empleo porque está sujeta a los imprevistos de los imperativos económicos y de las crisis. El adelantamiento de la edad de jubilación no ha puesto fin ni mucho menos a las cesaciones anticipadas de la actividad, que se realizan por vía del desempleo

7 Este concepto tiene vigencia actualmente en las áreas de recursos humanos. La edad de los trabajadores resulta ser un componente de suma importancia para su empleabilidad.

de larga duración o de las prejubilaciones estatales.⁸ El caso de Olga resulta indicativo sobre tal situación. Ella trabajó en la empresa nacional (ENTEL) y, luego ya privatizada, en Telefónica donde tenía 27 años de antigüedad cuando la prejubilaron, en 1997...*había 2 opciones, si tenías más de 50. O te prejubilabas o te ibas en el retiro. El retiro, en realidad, era muy buena plata en ese momento pero yo pensaba que yo necesitaba una obra social, y no sabía con esa plata, cómo estaba la cosa, si me iba a ir bien, si me iba a ir mal. Y con la prejubilación tenía un sueldo todos los meses, la obra social y en ese momento pensaba que me aportaban como decía el contrato que tengo. O sea, en tantos años, hace ya 7 años que estoy cobrando; casi cobré lo que podría haber agarrado todo junto, pero seguramente que con lo del corralito y todo lo demás, no tendría nada. Eso, con toda seguridad, no me habría quedado nada...*

La misma informante nos cuenta que puso un puesto de venta de diarios con su jubilación, las razones las explica a partir de la denominada “cultura del trabajo” basada en la representación social del sistema tripartito de la sociedad industrial que poseen los trabajadores de mayor edad ...”*Porque así yo tuviera un sueldo muy grande que me pasara Telefónica, yo necesito trabajar, porque no sirvo para estar. Es imposible. Yo digo siempre que yo voy a dejar de trabajar el día que bueno, que ya no tenga salud, algo por el estilo. Porque para mí, el trabajo es salud, de verdad ¿viste? No puedo estar sin...*”

Este grupo etario se define, sobre todo, como desempleado o como trabajadores desalentados. En el caso de Alberto P. observamos que, a pesar de haber logrado poner un negocio para arreglos de electrodomésticos, sigue añorando su trabajo asalariado.

... “Acostumbrado a trabajar, a tener todos los días un horario, años de cumplir horario. Que no es feo, cuando te acostumbrás. Ojalá lo pudiera tener ahora! ... Ahora, por lo menos, uno está a los saltos pero... trabajo y tengo un fruto, sacamos... no es lo mismo porque yo quisiera tener un horario e ir... A fin de mes saber que... Porque yo no existo, ahora; yo no puedo sacar un crédito... No

8 En la Argentina se ha implementado la Ley 25.994 que permite acceder: a) Prestación Anticipada por Desempleo (PAD) que puede ser solicitada por todos los que estuvieran desocupados al 30 de noviembre de 2004 y siguen sin trabajo. Y que cumplieron 55 años si son mujeres y 60 años los hombres, afiliados al Estado o, a una AFJP, si acreditan 30 años de servicio con aportes. Deberán renunciar al Plan social, si es que estuvieran cobrando alguno al momento de acceder al beneficio jubilatorio y, b) Jubilación para los que tienen la edad jubilatoria y le faltan aportes. Comprende a las mujeres que nacieron antes del 31 de diciembre de 1944 y los hombres que nacieron antes del 31 de diciembre de 1939, estén ocupados o no, sean afiliados al Estado o a una AFJP, aunque tengan menos de 30 años de aportes. Deben inscribirse en la moratoria de autónomos y monotributistas hasta completar los 30. Pueden pedir la jubilación aunque estén pagando las cuotas.

puedo disponer de...Aparte, todo lo que se pierde al no tener empleo; vacaciones pagas, aguinaldo, obra social...

Es frecuente que los desempleados desistan de buscar trabajo debido a las dificultades para lograrlo y aunque no tengan edad para jubilarse. Por esta situación, contamos con testimonios sobre el estado de ánimo de desesperanza que expresan los entrevistados desocupados de diferentes niveles sociales.

Miguel tiene 58 años; consultado sobre su búsqueda actual de trabajo, confiesa que no lo hace *oficialmente*. *Si se da...Ya hoy, un individuo de 35 años es viejo, imagínate de 58. Las últimas veces que he ido a entrevistas, lo único que me faltaba era que me dijeran ¿Está usted vivo?... A mí me ha pasado, maltratos, por ahí, de una persona joven a la cual yo no le había hecho nada más que estar ahí. Entonces no. Por supuesto, también mis expectativas laborales, yo he bajado mucho mis costos, no es de ocupar un gran puesto, pero siempre existe la posibilidad de hacer cosas. Pero ya no leo los clasificados en busca de trabajo.*

Alberto J., con 62 años, hace siete que no tiene trabajo. *Desde el año '90, en que me quedé sin trabajo profesional (redactor-periodista), he buscado trabajo pero ya hace muchos años que no lo hago más porque creo que no hay ninguna posibilidad de conseguirlo. Creo que mi edad no me permite ya conseguir trabajo en mi profesión... He realizado pocas changas. Podría hacer lo que se refiere a traducciones y otros trabajos míos.*

... Natividad, dice: *ya no busco, "el otro día estaban haciendo unas cañerías y fui a pedir trabajo. Y el capataz me dice: '¿cuántos años tenes?', '61' dije. 'Déjate de joder, cómo va estar buscando trabajo. Vaya y jubílese Yo me quedé.... Claro todos los trabajos son para los jóvenes.*

También podría hablarse de una relativa individualización del trayecto de las edades, pero ésta no refleja una mayor libertad individual a la hora de elegir. En efecto, la cesación precoz de la actividad es, en la mayoría de los casos, algo impuesto y no voluntario. La laxitud del tramo final del ciclo vital traduce más bien la influencia de la situación del mercado de trabajo y de las estrategias de las empresas inducidas por ésta en materia de política de mano de obra. Esta situación mostró el impacto considerable que han causado las reestructuraciones institucionales en la reorganización social del ciclo vital. Para estos trabajadores, la jubilación ya no es el principio unificador que daba un sentido homogéneo a la tercera edad, que se iniciaba con la cesación de la actividad. La inactividad definitiva, la vejez y la jubilación en estas situaciones, no se superponen.

El caso de Alberto J. es un ejemplo de esta situación. Queda desempleado, definitivamente, a los 55 años, sin haber alcanzado el número de aportes necesario para retirarse, no cree poder lograr la jubilación. Solo muchos años después

con la normatización de la denominada moratoria previsional Alberto J., logrará ingresar al estatus de jubilado. En nuestra nueva entrevista, manifiesta sentir que “...ahora tengo un lugar en la sociedad, soy jubilado...”.

Los casos expuestos nos muestran que el envejecimiento laboral puede comenzar con la inactividad definitiva antes de la jubilación, esto nos indica que no sólo se altera la posibilidad de una representación continua y previsible del desarrollo de la vida, sino que trastoca el sistema de reciprocidad con el compromiso entre las generaciones. Cuestiona una determinada concepción de la jubilación y también el contrato intergeneracional en la que se fundamenta ésta. Este contrato intergeneracional era a muy largo plazo e intervenían en él varias generaciones sucesivas. Los trabajadores activos están empezando a sospechar que las próximas generaciones de jóvenes no van a aportar a su jubilación como lo han estado haciendo hasta ahora a favor de los jubilados actuales. Ello se debe a la precariedad con respecto al ingreso en el empleo de los jóvenes y porque la estrategia vital temporal en la que se difiere la compensación por el trabajo realizado a cambio de un derecho al descanso otorgado al final de la vida está en debate.

El paso de una sociedad basada en el “tiempo regulado” a una sociedad que se está diversificando, podría explicar las transformaciones producidas en los cursos vitales. Como instancia privilegiada de socialización, la institución del ciclo vital no necesita inscribir a los individuos en una serie de etapas sucesivas, uniformes, rígidas y previsibles, para convertirlos en actores de una sociedad industrial. Muy al contrario, tienen que prepararlos para que puedan enfrentarse con un mundo en movimiento, evolutivo. No sería imposible que las modificaciones observadas en el proceso de transición a la inactividad vinieran propiciadas por las nuevas exigencias de socialización de una sociedad que tiende hacia lo efímero y hacia un modelo de empleo flexible y nuevas constelaciones familiares. Conviene señalar, que el aumento de las diferencias interindividuales en materia de biografías no se ve reflejado en un abandono generalizado del modelo tripartito del trayecto de las edades, aún subsisten trayectorias que adoptan el modelo tradicional y al mismo tiempo surgen nuevos modelos biográficos en el seno de las sucesivas generaciones (Gastrón; Oddone, 2011:7).

Como observamos en nuestro trabajo de campo y en relación a los cambios que estructuralmente se están produciendo, habría que plantear una reflexión de fondo con vistas a una reorganización de los sistemas de protección social, que fuera susceptible de asumir los nuevos riesgos con que van a enfrentarse los trabajadores como consecuencia del desarrollo de las nuevas formas laborales y de la reestructuración social del ciclo vital. Los sistemas de protección social

se basan en el modelo de trabajo de jornada completa durante la mayor parte de la existencia pero las transformaciones actuales dan lugar a nuevos modelos de ciclos vitales, basados en sucesivas entradas y salidas al mercado laboral distribuidas a todo lo largo de la existencia y en una capacitación tanto continua como inicial. Se impone revisar la articulación, hasta ahora preponderante, entre el trayecto de las edades y la organización del sistema de protección social.

La formación no puede reservarse ya sólo a los jóvenes, el trabajo no es ya una actividad sólo de los adultos. Los jubilados jóvenes, excluidos del mundo del trabajo, reclaman algo más que descansar durante el resto de sus vidas, porque saben que esto significará contar con ingresos cada vez más escasos, porque se sienten amenazados por nuevos riesgos debido al alargamiento de la vida, tal como el riesgo de dependencia de los ancianos, que los sistemas actuales de protección son incapaces de cubrir debidamente en muchos países.

Uno de los miembros de la Asociación 50 – 60 describe claramente su necesidad de mantenerse activo. *...yo, lo que quería era trabajar; yo me sentía un inútil, inútil total. Es más, hoy todavía me cuesta, aunque esté jubilado (yo digo retirado), me cuesta creer que no pueda trabajar en lo mío, pese a que trabajo yo, sigo armando computadoras, pero eso no es un trabajo productivo; son changas. Siempre estoy activo porque, sino, me muero.*

El trabajo oficial se ha convertido en un área de discriminación entre edades porque estos retirados anticipados fueron considerados como que se habían vueltos “viejos” y se observa que las personas que se encuentran aptas, especialmente a la luz de la expectativa de vida, son referidas como “viejas” porque se han visto obligadas a retirarse. La gente es ahora definida como “trabajador viejo” cuando ha alcanzado los 45 años de edad. Aquí la separación entre adultos “normales” y adultos “viejos” toma proporciones irónicas: 20 años para el crecimiento, 25 años como adultos normales y, desde los 45 años hasta los 100 o más, como “viejos”.

De estos ejemplos concluimos que “volverse viejo” parece estar definido por un cambio en la relación con el mercado laboral, que es el actual concepto de empleabilidad. La tradición cultural ha enfatizado la importancia (“normalidad juvenil”) del trabajo formal, con la edad como variable dependiente. Pero la edad cronológica es usada a menudo como una variable “independiente” para legitimar el proceso que le dio su significado. El resultado es que a medida que las personas viven más y son más saludables, se las define como “viejas” a edades más tempranas que antes porque ya no trabajan. Se entiende como “la paradoja de los viejos jóvenes”. Víctimas de esta paradoja son, por ejemplo, las mujeres de cuarenta que quieren reingresar al mercado laboral después de educar a sus

hijos, pero son consideradas “demasiado viejas”. Del mismo modo los varones que, desvinculados del mercado laboral, buscan una nueva posición como asalariados. En suma, estamos enfrentados a un dominio económico que todavía modela el curso de la vida porque, en él, la edad es altamente relevante. Una nueva dinámica de la integración entre edades puede observarse en áreas periféricas. Visto en el contexto del aumento de la longevidad, el trabajo “formal” está teniendo un lugar menos importante en la vida. Las horas de trabajo oficial y los años de trabajo se están reduciendo, en muchas sociedades, gradualmente. Pero estos cambios afectan a la gente de diferente manera. Hay un segmento de gente que trabajará 30 años y recibirá su jubilación, pero otro segmento que padecerá situaciones de exclusión debido a la flexibilización de este mercado y será forzado a trabajar en negro o depender de programas sociales de inclusión.

En nuestra investigación tratamos con gente que dependía de los sistemas de ayuda de comedores parroquiales pues en ellos encontraba la forma de alimentarse diariamente. Sus gastos los solventaba con changas que les encargaban los amigos, como hacer trámites, pagos o cobranzas. En otros casos, la ayuda venía sólo de sus lazos familiares; pensamos en el ejemplo de Marta cuya prima le encargaba trabajos de costura para ayudarla a ganarse unos pesos. Evidentemente, se han creado importantes problemas sociales debido a las complejas configuraciones de las cambiantes condiciones económicas y sociales que modelan la forma y la satisfacción con el trabajo vis-a-vis y la cambiante dinámica del curso de la vida. Es así que, a partir de las trayectorias de nuestros informantes, hemos observado que:

- a) La pérdida del empleo para nuestros entrevistados, emergió como un punto de inflexión que dejó trunca la trayectoria laboral, modificando las estrategias de supervivencia y las redes de contención familiar y social.
- b) Frente a una salida laboral alternativa, esta no será considerada por estos ex trabajadores con el mismo status que la posición asalariada anterior poniendo en duda la definición conceptual de desempleo y emergiendo la representación social del trabajo “el trabajo para toda la vida”.
- c) como se observa en el Gráfico 1, algunos entrevistados tienen un oficio que los lleva a pasar por situaciones de desocupación cíclica, otros, ya han estado anteriormente sin trabajo y otro grupo se compone por los que estuvieron una sola vez (la circunstancia presente). Las dos terceras partes del grupo llevaba más de un año sin encontrar trabajo y algunos de ellos ya alcanzaban 13 años en esa situación (aparece el rol de amo de casa). Son los trabajadores de mayor edad quienes permanecen desocupados por más tiempo y difícilmente puedan reingresar al mercado laboral.

Gráfico 1 – Modelos de Trayectorias Trabajadores de Mayor Edad a partir del estudio de casos

	INICIO	TRAYECTO	PUNTO INFLEXION '90	LEY 25.994 2004
A	Edad 5 a 13 Escolaridad Primaria Incompleta Trabajo: tareas manuales	Migración campo – ciudad Trabajos (entradas y salidas): Obreros construcción Servicio doméstico Operarios industriales	Edad impide reingreso Desorden trayectorias	Prestación Anticipada por Desempleo
B	Edad 14 a 16 Escolaridad: Primaria/ Secundaria Trabajo: Aprendiz Oficio	B1: Trayectorias grupo A B2: Trayectorias grupo C	Desorden de trayectorias	PAD
C	Edad 18 y más Escolaridad: Secundaria/ Universitaria Trabajo: Empleado	Carrera laboral ascendente con posiciones de Supervisores, Jefes y Gerentes	Fin del trabajo para toda la vida Vs. Empleabilidad Desorden de trayectorias	PAD
	Leyes 18037 y 18038	Leyes 18037 y 18038	AFJP (1994-2004)	Moratoria Previsional Eliminación AFJP

- d) Las razones por las que fueron despedidos o motivados a renunciar fueron la reorganización del sistema productivo que implicó modificaciones en las condiciones y medio ambiente de trabajo o el cierre de establecimientos. (de la organización científica del trabajo a la flexibilidad laboral – Lean Production). En efecto, en ese período histórico las empresas se liberaron del personal aludiendo: reestructuración, cierre y cambios tecnológicos.
- e) En relación a la representación social del trabajo, resulta que para nuestros informantes el trabajo otorga dignidad, brinda bienestar, hace que el ser humano se sienta útil y contribuye a la salud de las personas. El trabajo tiene un valor elevado y se sintetiza en “el trabajo es la vida” y se entiende que es “para toda la vida”.
- f) El sufrimiento ante el desempleo, produjo cambios en la salud de la mayoría de los integrantes del grupo. Se observa en estas manifestaciones la incidencia de la situación de stress, ya que indicaron padecer desde dolores inespecíficos hasta un infarto. También se observaron claramente los sentimientos de tristeza, angustia y depresión. Expresaron su inseguridad, su preocupación, su impotencia y, también su enojo. Algunos manifestaron sentir haber sido objeto de una situación injusta.

- g) Cuestionados sobre ¿por qué no consigue trabajo? Todos indicaron que la “edad” (ser viejo) es la causa principal para no conseguirlo.
- h) Las trayectorias son semejantes hasta el punto de inflexión provocado por el despido dónde la mejor o peor resolución de la situación dependerá de los recursos habidos en el curso de la vida: posesión de una vivienda; integración en una red primaria sólida, la capacidad de administrar sus recursos financieros (indemnización) y la posibilidad de reconvertirse. Sin estos recursos, se observa un descenso social brusco, y se puede llegar a depender de la caridad para resolver las necesidades mínimas.
- i) En nuestro seguimiento posterior, esta situación se modificó, en muchos de los casos estudiados a partir de la ley 25994, ya que logran jubilarse completando los años de aportes o adelantando la edad si tenían la cantidad de años de trabajo suficiente. Ello implicó a nivel individual pasar de la situación de “desocupado” a tener el rol de “jubilado” que implica haber sido un trabajador y de esta manera recibir ingresos mínimos pero también de salud. A nivel institucional, en el país el 95% de las personas de mayor edad fueron jubilados en contraposición al 60 % del período anterior.

Conclusiones

En este trabajo nos propusimos fundamentar que la salida anticipada del mercado laboral, de muchos trabajadores maduros, impacta sobre el curso de la vida, redefiniendo el concepto de vejez en la sociedad actual.

A partir de las voces de los actores que nos han relatado sus biografías, hemos explorado sobre los sucesos que impactaron en la economía, las organizaciones y la estructura política de las sociedades que, como una cascada de acontecimientos, repercutieron sobre la vida de los individuos y su grupo, generando un punto de inflexión en sus trayectorias. A partir de sus dichos, también nos acercamos a las construcciones teóricas que explican los hechos acaecidos y tratan de mostrar una prospectiva. En efecto, al indagar sobre las causas de la desocupación, los informantes con su relato, nos han llevado a analizar el contexto en el que se produjo su salida del mercado laboral. De esta manera, transitamos el nexo entre la historia personal y la social, a partir de los sucesos socioeconómicos que incluyeron el pasaje de un modo de trabajo regulado a uno más flexible.

La flexibilidad ha sido considerada, durante los ochenta y los noventa, como la palabra mágica para resolver el problema de la recesión, la intensificación de la competitividad y la incertidumbre frente a los riesgos. La flexibilidad pretende producir de manera rentable un número elevado de productos de calidad, con

planteles de trabajadores calificados, reducidos y fuertemente integrados. Se achica la dimensión de los puestos de trabajo y el número de empleados y se utilizan empresas subsidiarias a fin de eliminar riesgos que provienen del mercado. Un elemento flexible de las organizaciones actuales está representado por los recursos humanos y una característica contundente de éstas es la incertidumbre en las relaciones, que se concreta en la pérdida de los contornos en la negociación colectiva. Recordemos que en el taylorismo la negociación colectiva se centraba en dos áreas de conflicto de intereses: la relación entre salario y productividad y la seguridad en el empleo. Ambas áreas estaban totalmente reguladas y legisladas en el Estado de Bienestar pero, con el avance de la racionalización, ambos aspectos se convierten en precarios e inciertos. Se puede definir el mercado de trabajo como un espacio donde, demandantes de trabajo y oferentes de empleo, intercambian trabajo y empleo en el marco de la legislación vigente. Del análisis de cómo se comportan estos dos actores surge el concepto de empleabilidad, que consiste en un conjunto de características individuales determinantes para el ingreso en el mercado de trabajo y para tener expectativas de ser contratado o no. Como hemos visto, la edad es hoy un componente importante de la empleabilidad por lo que pierde vigencia el concepto de “empleo de por vida” cuestionándose, como universal, el sistema tripartito de las edades de la vida: estudio-trabajo-retiro.

Durante esta fase transicional, el incremento de la salida anticipada del mercado laboral ha reconstruido socialmente a la vejez, que ha pasado a ser una categoría que se extiende desde los 45 o 50 años hasta la muerte. También ha significado, que el sistema previsional público ya no es el regulador clave del retiro. Otra consecuencia importante del retiro anticipado de la fuerza laboral es que ha reforzado la devaluación de los viejos en el mercado laboral (viejismo). En efecto, la redefinición deficitaria del envejecimiento ha tenido consecuencias en la forma en que los empleadores perciben a los trabajadores maduros y, a su vez, en las oportunidades que les ofrecen de reemplearse.

Asimismo, desde fines de los años setenta en adelante, ha habido una creciente preocupación por parte de los gobiernos nacionales acerca de las consecuencias económicas del envejecimiento poblacional y sus implicancias socioeconómicas, generando modificaciones en los sistemas de jubilación vigentes. Un ejemplo de ello, es la reciente ley jubilatoria 24.241 (2017) que modifica las edades del retiro entre otras cuestiones, estamos a la espera de las nuevas leyes del trabajo que tienden a una nueva flexibilización de las contrataciones.

Las construcciones teóricas de la gerontología social, indican que el ciclo vital se ha convertido en algo incierto: la edad que daba derecho a percibir una jubilación fijaba antes claramente los límites de la vida laboral y el umbral de

entrada en la vejez. En consecuencia, todas las generaciones conocían perfectamente la sucesión de las etapas del ciclo vital y sabían cuáles eran los puntos de referencia cronológicos (ritos de pasaje). La interrupción definitiva de la actividad depende hoy de las condiciones fluctuantes de la situación del empleo, o de la salud económica de las empresas y de las crisis del sistema que las afectan, y no tanto de una edad fija que permita hacer valer el derecho al descanso. Los mecanismos se están redefiniendo constantemente en función de los imperativos económicos y los costos financieros. El tramo final del trayecto de las edades se ha convertido en algo impreciso, aleatorio e imprevisible... así como los riesgos emergentes ligados a la globalización.

Referencias

- BAARS, Jan. Conflicting Trends in The Netherlands, en *The Gerontologist*, v. 40, n. 3, Junio 2000, NuevaYork, Laurence G. Branch, PhD, pp. 302-304.
- BAARS, Jan. Beyond Neomodernism, Antimodernism, and Postmodernism: Basic Categories for Contemporary Critical Gerontology, en BAARS, Jan; Dannefer, Dale, Phillipson, Chris and Walker, Alan, *Aging, Globalization and Inequality. The new Critical Gerontology*, Baywood Publishing Company, INc., Amitiville, New York, 2006, pp. 17-42.
- BECK, Ulrich. *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Aubier. París, 2001, pp. 521.
- BESSIN, Marc. Les catégories d'âge face aux mutations temporelles de la société. *Le Temps. Gérontologie et Société*, París, n. 77, juin 1996, pp. 45-57.
- BESSIN, Marc. Conferencia Internacional « Presencias Intergeneracionales. El cuidado en el curso de la vida » Buenos Aires, FLACSO, 03/07/2017.
- BURNAY, Nathalie; ERTUL, Servet ; MELCHIOR, Jean-Philippe. *Parcours sociaux et nouveaux desseins temporels*, Academia l'Harmattan. Louvain – la – Neuve, coll. Investigations d'Antropologie Prospective, 2013, pp 335.
- CARPINETI, Gabriela. Feminismo o Barbarie. Sobre el impacto de género de la Reforma Previsional, en *Análisis*, n. 27, julio 2018, pp. 45-48.
- CASTEL, Robert. *Les méthamorphoses de la question social. Une chronologie du salariat*. Fayard, París, 1995, pp. 490.
- CASTEL, Robert. *Empleo, desocupación, exclusiones*. Documento de Trabajo. Ceil Piette, Buenos Aires, Agosto 1999, pp. 42.
- CAVALLI, Stéfano; LALIVE d'EPINAY, Christian; MARTENOT, Aude; BORELLA, Erika; BRAHY, Rachel; GASTRON, Liliana; GUICHARD, Guillermo; ODDONE, María Julieta; VRANKEN, Didier. La perception des grands tournants de sa propre

- vie: une comparaison international. In: BURNAY, Nathalie; ERTUL, Servet; MELCHIOR, Jean-Philippe (dir.). *Parcours sociaux et nouveaux desseins temporals*. Academia – l'harmattan. Louvain – La Neuve, 2013, pp. 29-46.
- CORNILLEAU, Gerard. Los datos básicos sobre el desempleo en Europa y Estados Unidos. In: GAUTIÉ, Jérôme, y NEFFA, Julio, (comps.) *Desempleo y políticas de empleo en Europa y Estados Unidos*, Lumen Humanitas, Buenos Aires, 1998, pp. 39-60.
- FISCELLA, Sergio. *Estado, ciudadanía y política social. Estudio sobre los sistemas de jubilaciones y pensiones*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2005, pp. 122.
- GASTRÓN, Liliana; ODDONE, María Julieta. Reflexiones en torno al tiempo y el paradigma del curso de la vida. In: *Perspectivas en Psicología. Revista de Psicología y Ciencias Afines*, v. 5, n. 2, Facultad de Psicología. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2008, pp. 1-9.
- GASTRÓN, Liliana; ODDONE, María Julieta. Prólogo, en Yuni, José, *La vejez en el curso de la vida*. Catamarca, Encuentro Grupo Editor, 2011, pp. 7-10.
- GAULLIER, Xavier. *Les temps de la vie. Emploi et retraite*. Paris, Ed. Esprit, 1999, pp. 258.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory. Strategies for qualitative research*. Chicago, Aldine Publishing Company, 1967, pp. 271.
- GLASER, Barney. *Theoretical Sensitivity*. Mill Valley, CA, University of California Press, 1978, pp. 164.
- GUILLEMARD, Anne-Marie. Age Policy. In: N. Smelser (ed.). *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, v. 3, n. 15, article 6, Elsevier, La Haye.
- GUILLEMARD, Anne-Marie. *L'age de l'emploi. Les sociétés a l'epreuve du vieillissement*. París, Armand Colin, 2003, pp. 288.
- GUILLEMARD, Anne-Marie. *Les défis du vieillissement*. París, Armand Colin, 2010, pp. 358.
- KOHLI, Martín. Le cours de vie comme institution sociale, en *Biographie et cycle de vie*, Enquete, n. 5, 1989. Disponible em : <<http://enquete.revues.org/document78.html>>. Acceso em : 04 dez. 2019.
- LALIVE D'EPINAY, Christian; BICKEL, Jean-François; CAVALLI, Stefano; SPINI, Darío. El curso de la vida: emergencia de un paradigma interdisciplinario, en Yuni, José. *La vejez en el curso de la vida*. Catamarca, Encuentro Grupo Editor, 2011, pp. 11-30.
- LEICHER, Silvia. La edad y el trabajo en *Revista Criterio*, Buenos Aires, 1980, pp. 490-496.
- MARTELOTTE, Lucía. La reorganización social de las tareas de cuidado: la revolución pendiente. In: *Análisis*, n. 27, julio 2018, pp. 12-15.
- NEFFA, Julio. "Los paradigmas productivos taylorista y fordista y su crisis". Buenos Aires, Ed. Lumen-Humanitas, 1998, pp. 224.
- ODDONE, María Julieta. Representación Social del Trabajo, Desocupación e impacto en la salud de los Trabajadores, en *Prólogos. Revista de Historia, política y sociedad*, v. III, Año III, 2010. Universidad Nacional de Luján, Luján, pp. 95-154.

- ODDONE, María Julieta, Chernobilsky, Lilia y Mendizabal, Nora, Hacia una política emprendedora para los trabajadores de mayor edad. In: Yuni, José, *La vejez en el curso de la vida*. Catamarca, Encuentro Grupo Editor, 2011, pp. 131 – 154.
- ODDONE, María Julieta; CHERNOBILSKY, Lilia. Transmisión de conocimientos entre generaciones en el mundo del trabajo. Disponible em: <https://www.aset.org.ar/congresos/10/ponencias/p17_Oddone.pdf>. Acceso em : 04 dez. 2019.
- OIT. Discriminación por edad: Mayor de 50, ¿y qué? en *Revista Trabajo*, n. 72, Agosto 2011, pp. 1-56. Disponible em: <https://www.ilo.org/global/publications/world-of-work-magazine/articles/WCMS_165379/lang--es/index.htm>. Acceso em : 04 dez. 2019.
- PAZ, Belén; CARRACEDO, Guadalupe. El mercado de trabajo argentino desde una perspectiva de género. In: *Análisis*, n. 27, julio 2018, pp. 8-11.
- PHILLIPSON, Chris. Envejecimiento y globalización: temas para la Gerontología Crítica y la Economía Política. Paper presentado en el Congreso Internacional de Gerontología. International Association on Gerontology. Río de Janeiro.
- RILEY, Matilda; RILEY, John Jr. Age integration: Conceptual and historical background. *The Gerontologist*, v, 40, 2000, pp. 266–270. Disponible em: <<http://dx.doi.org/10.1093/geront/40.3.266>>. Acceso em : 04 dez. 2019.
- RILEY, Matilda; JOHNSON, Marilyn; FORNER, Anne. *Aging and Society: A sociology of age stratification*. Russel Sage Foundation, N.Y., 1972, pp. 652.
- SARRIES SANZ, Luis. *Sociología Industrial. Las relaciones industriales en la sociedad postmoderna*. Zaragoza, Mira Editores, 1999, pp. 406.
- SCASSERRA, Sofia. Comercio electrónico, futuro del trabajo y su impacto en las mujeres. In: *Análisis*, n. 27, julio 2018, pp. 21-29.
- WALKER, Alan, Public Policy and the Construction of Old Age in Europe. In: *The Gerontologist*, Vol. 40 Nro. 3. N.Y, June 2000, pp. 304-308. Disponible em: <<https://doi.org/10.1093/geront/40.3.304>>. Acceso em : 04 dez. 2019.
- WALKER, Alan, Reexamining the Political Economy of Aging: Understanding the Structure/Agency Tension en BAARS, Jan, Dannefer, Dale, Phillipson, Chris and Walker, Alan, *Aging, Globalization and Inequality. The new Critical Gerontology*, Baywood Publishing Company, INc., Amitiville, New York, 2006, pp. 59-80.

Recibido em: 27/05/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Como citar este artigo:

- ODDONE, María Julieta. El trabajo, la (des) cronologización del ciclo vital y la trayectoria laboral de los trabajadores de mayor edad. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 803-822.

La construcción social de gramáticas juveniles: reflexiones sobre la desigualdad a través de estudios longitudinales¹

Milena Arancibia²

Ana Miranda³

Resumen: El artículo se propone aportar al debate teórico sobre la construcción de la desigualdad social a través de un estudio sobre trayectorias sociales de hombres y mujeres en base al análisis de resultados de investigación del Programa Gramáticas de la Juventud (FLACSO Argentina). Aborda entrevistas retrospectivas realizadas con personas jóvenes que alcanzaron la mayoría de edad durante una de las peores crisis sociales de la Argentina. De forma sustantiva, presenta el debate sobre la intersección espacio y géneros, en tanto claves para la reflexión sobre la construcción social de gramáticas juveniles. Sus conclusiones brindan elementos de importancia para la elaboración de políticas de juventud y empleo.

Palabras claves: juventud, desigualdad espacial, género, estudios longitudinales.

1 Esta investigación recibió financiamiento del Proyecto *Construcción de autonomía y desigualdad social: tendencias hacia el cambio y la reproducción en las transiciones juveniles de principios del siglo 21*. PIP 2014 CONICET

2 Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Ciudad de Buenos Aires, Argentina – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Ciudad de Buenos Aires – Argentina – marancibia@flacso.org.ar

3 Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Ciudad de Buenos Aires, Argentina – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Ciudad de Buenos Aires – Argentina – amiranda@flacso.org.ar

The social construction of youth grammars: reflections on inequality through longitudinal studies

Abstract: *The article aims to contribute to the theoretical debate on the construction of social inequality through a research on men and women's trajectories, based on the results of the Grammar of Youth Research Program (FLACSO Argentina). We analyze retrospective interviews with young people who reached the age of majority during the worst social crisis in Argentina. Substantially, it presents the debate on the intersection of space and genres, as keys for reflection on the social construction of youth grammars. Its conclusions provide important elements for the development of youth and employment policies.*

Keywords: *youth, spatial inequality, gender, longitudinal studies.*

Introducción

Existe una fuerte tradición de investigación centrada en el estudio de las culturas juveniles con una corriente de gran acervo que pondera las especificidades locales en la construcción identitaria (Cerbino, 2012; Chaves, 2005; Reguillo, 2000; Valenzuela Arce, 2015; entre otros). Se han desarrollado estudios sobre la intersección de las identidades juveniles y el espacio, que abordaron los procesos de fragmentación territorial y su impacto en la vida cotidiana (Bayon, 2015; Saraví, 2015; entre otros). No obstante, pesar de cierta acumulación de investigaciones en la región que analizan las trayectorias juveniles desde una perspectiva de género, es escaso el desarrollo de aquellas que abordan la dimensión espacial de las trayectorias de modo comparativo entre mujeres y varones y entre sectores sociales.

El desarrollo de estudios que abordan la identidad, su relación con el tiempo, el espacio y el género entre las y los jóvenes aporta claves para comprender el proceso de reproducción de la desigualdad en los países de la región. Aunque las trayectorias están fuertemente influenciadas por las oportunidades disponibles en los espacios y grupos familiares donde transcurren sus biografías, los estudios de juventud continúan centrados en la transición a la vida adulta a través del acceso al empleo. Desde un punto de vista teórico, la centralidad del empleo en los procesos de transición evade el debate sobre la magnitud de las tareas de cuidado y sobre la estigmatización de quienes desarrollan transiciones donde el empleo es informal, inestable o inexistente.

Basados en las experiencias de las y los jóvenes, una serie de estudios ha profundizado en las nociones de identidad, espacio y género. Entre ellos, algunos

abordaron el concepto de arraigo, que facilita la incorporación de la identidad generacional, las raíces y la afectividad como nociones centrales para el análisis de la transición juvenil. Este concepto es particularmente útil cuando se abordan las trayectorias de las mujeres y varones jóvenes en Argentina, y especialmente las trayectorias de aquellas y aquellos que viven en lugares donde la centralidad del empleo productivo es inexistente (Miranda; Arancibia, 2017). Al considerar el enfoque del arraigo, recurrimos a Cuervo y Wyn donde las “(...) interacciones con familiares, amigos, vecinos y otros miembros de la comunidad tienen la capacidad de generar un sentido de pertenencia” (Cuervo; Wyn, 2014: 7) y tienen efectos en los procesos de cambio y reproducción de la estructura de oportunidades y acceso al bienestar.

En la misma dirección, la propuesta conceptual de *gramáticas de la juventud* propone estudiar tanto los espacios que contextualizan y determinan las experiencias de las y los jóvenes en diferentes campos, como sus formas de acción (agencia) en relación a estas estructuras y determinaciones. De manera análoga a la conceptualización de *habitus*, sostiene que las gramáticas juveniles constituyen principios de acción socialmente estructurados que permiten múltiples biografías, de acuerdo con patrones y valores jerarquizados (Bourdieu, 2008). La noción de gramática intenta hacer visible la existencia de un sistema de reglas que organiza el curso de la vida a través de la cual las y los jóvenes interactúan y negocian durante su transición a la vida adulta. Este sistema de reglas tiene un anclaje territorial y evoluciona de una manera social y culturalmente situada (Bendit; Miranda, 2017).

Estudiar los espacios vividos que contextualizan y contribuyen a delinear las experiencias de los jóvenes en distintos aspectos de la vida, brinda también elementos claves en el debate sobre la construcción de femineidades y masculinidades. La categoría de género no sólo aborda los papeles sociales resultantes de la división sexual del trabajo sino que “*incluye dimensiones sociales, psíquicas y sexuales que se entrelazan de forma compleja*” (Segato, 2010: 77). Esta forma de abordaje busca comprender la mecánica que organiza las relaciones de poder entre las identidades femeninas y masculinas, es decir el soporte ideológico del patriarcado que sustenta la jerarquía de prestigio de comportamientos y roles.

En este artículo se abordan las experiencias y representaciones de las y los jóvenes sobre los lugares que habitan, en los que se encuadran sus recorridos y que aportan a comprender las desiguales posibilidades de participación económica, social y cultural de mujeres y varones de distintos sectores sociales. En particular, la noción de arraigo al lugar constituye el eje para analizar la influencia del espacio en las trayectorias sociales de los jóvenes. La misma remite al

vínculo que establecen los jóvenes con su lugar de residencia, basado en aspectos afectivos y en otros más racionalizados.

A partir de una investigación longitudinal realizada en zonas de la ciudad donde habitan sectores populares y otras donde habitan sectores predominantemente de clase media del Área Metropolitana de Buenos Aires, este artículo se propone abordar la dimensión espacial de las trayectorias desde una perspectiva de género, puntualizando las diferencias entre las experiencias de mujeres y varones.

El texto presenta resultados del Programa de Estudios Longitudinales Gramáticas de la Juventud que se desarrolla en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina), que aborda cómo las mujeres y los varones que nacieron a principios de los 80 experimentaron sus trayectorias juveniles en un contexto de crisis y recuperación económica. Las historias se corresponden con un trabajo de campo realizado entre 2013 y 2017, cuando las y los jóvenes ingresaban a la cuarta década de su vida. Las siguientes preguntas guiaron la investigación: ¿Cómo se manifiesta la influencia del espacio en la construcción identitaria de mujeres y varones jóvenes de diferentes clases sociales? ¿Cuál es la relación entre el espacio social y el arraigo en las trayectorias juveniles? ¿Cómo influyen las diferentes escalas espaciales y el arraigo en las trayectorias de trabajo y en las familiares? ¿Cómo se manifiesta de forma diferente el arraigo en mujeres y varones?

Con la interpelación de estas preguntas, el artículo está organizado en cuatro secciones. La primera sección presenta las especificidades del contexto latinoamericano, específicamente el crecimiento económico y la continuidad de la fragmentación territorial. La segunda sección presenta la estrategia metodológica de la investigación. En la tercera sección, siguiendo a Hopkins (2015), se aborda la importancia de las escalas espaciales en la definición de las trayectorias juveniles, y también muestra el desarrollo de la relación entre género y arraigo en las trayectorias de jóvenes de diferentes sectores sociales. Finalmente, en las conclusiones, se compara el arraigo de las mujeres y los varones que viven en la misma ciudad pero en condiciones muy desiguales con el propósito de contribuir a comprender cómo las posiciones se interrelacionan y, en algunos casos las desigualdades existentes se refuerzan mutuamente, profundizando la segmentación.

Transiciones juveniles en América Latina

En América Latina, la desigualdad se manifiesta en el acceso a bienes básicos como la educación y la salud, en la brecha de ingresos, y en un fuerte proceso de fragmentación urbana que influye en el desarrollo de la construcción de

proyectos de vida de las y los jóvenes. En la región existen amplias problemáticas sociales, vinculadas a la extensión de la desigualdad social y también con la violencia y la exclusión juvenil (Valenzuela Arce, 2015) que ameritan marcos conceptuales propios. En efecto, a pesar de las tendencias redistributivas de las primeras décadas de 2000, la estructuración de un modelo de ciudad neoliberal tendió a profundizar las desigualdades, estimulando procesos segregatorios (Rodríguez et al., 2007).

Algunos estudios han sostenido que se ha extendido un proceso de fragmentación basado en las estrategias de cierre social de los sectores de mayores ingresos. La difusión de esta división implica la expansión de fronteras, la conformación de espacios mutuamente excluyentes y la ruptura de vínculos entre los diferentes segmentos sociales (Saraví, 2015). La financiarización de la renta urbana generó un proceso de redistribución regresiva de la tierra y las oportunidades urbanas asociadas a ella, lo que resultó en la promoción de experiencias generacionales altamente diferenciadas entre los diferentes grupos sociales, y desde edades tempranas. La fragmentación espacial tiene fuertes consecuencias en la vida cotidiana de los jóvenes.

Estos procesos, que se han extendido a todos los países de la región, se presentan con diferente intensidad en las ciudades y países latinoamericanos. En Argentina, un país con ingresos intermedios, después de dos décadas de desempleo acentuado, el cambio en la estrategia económica implicó que el trabajo volviera a adquirir centralidad en las relaciones sociales. Las políticas macroeconómicas heterodoxas y las políticas de inclusión social generaron un extenso programa de protección social, pero con poco impacto en el posicionamiento laboral de las mujeres, quienes, si bien fueron cubiertas por los programas de ingresos públicos asociados con la maternidad, continuaron a cargo de las tareas de cuidado⁴.

La persistencia de una fuerte división sexual del trabajo cuestiona la transición juvenil centrada en el empleo y la autonomía de la vivienda, que parece ineficaz para el análisis de las transiciones femeninas, ya que representa un modelo donde no se tiene en cuenta el trabajo de cuidado y la reproducción ampliada de la vida. Muchas mujeres jóvenes que han crecido en hogares de bajos ingresos experimentan una prolongación entre la participación en las tareas de cuidado en su familia de origen y las actividades de cuidado en su propio hogar, a menudo sin tener acceso al empleo independientemente de las

4 En 2013, las mujeres tienen cifras muy por encima de los hombres en horas dedicadas al trabajo de cuidado (88,9% para el primero frente al 58,2%) (Rodríguez Enríquez; Marzonetto, 2015).

estrategias reproductivas de la familia (Marco Navarro, 2013; Rodríguez Enríquez; Marzonetto, 2015).

La contracara del modelo tradicional de división sexual del trabajo antes mencionado impone a los varones la cultura de la provisión, y la responsabilidad de la inserción laboral también desde edades tempranas, la cual ha sido abordada desde distintas investigaciones sobre jóvenes y masculinidad (Fraiman; Rossal, 2009; Perelman; Vargas, 2013; Kessler, 2012; Ward, 2014). Pero los varones de distintos sectores sociales tienen desigual acceso al empleo o actividades económicas. Uno de los factores que influye en las posibilidades de acceso al mercado laboral es el lugar de residencia. En este sentido, se analizará la relación entre el espacio y las trayectorias juveniles específicamente entre mujeres y varones que habitan en barrios con diferentes características del Área Metropolitana de Buenos Aires.

En Argentina, el proceso de fragmentación espacial es menos intenso que en otras naciones del continente latinoamericano; sin embargo, se considera que la fragmentación espacial tiene fuertes implicancias en la vida cotidiana de las y los jóvenes. La subjetividad de mujeres y hombres se encuentra atravesada por la segmentación social y se expresa a través de decisiones relacionadas con la familia, la educación y el trabajo durante la transición a la vida adulta. Como parte de este proceso, las y los jóvenes experimentan una variedad de sentimientos de arraigo al lugar, algunos impulsados por la elección, otros afianzados en los grupos familiares o comunitarios. En la siguiente sección, presentamos la estrategia de investigación longitudinal utilizada para la construcción de los datos.

El Programa Gramáticas de la Juventud

Gramáticas de la Juventud es un programa de investigación que comenzó en el año 1998 a desarrollar estudios longitudinales mediante la aplicación de encuestas y entrevistas en profundidad. La metodología que emplea es el análisis de cohortes, aplicada a jóvenes de diferentes generaciones. La información compilada permite analizar las principales transformaciones en las transiciones juveniles en Argentina desde principios del siglo XXI. Actualmente, cuenta con información de dos generaciones que alcanzaron la mayoría de edad (18 años) en coyunturas económicas y sociales muy diferentes. La primera cohorte longitudinal (denominada G99) agrupa a jóvenes que nacieron entre 1981 y 1982 y que alcanzaron los 18 años en un período marcado por la aplicación de programas de ajuste, desempleo y recesión económica (1999). La segunda cohorte (G11) agrupa a jóvenes que nacieron entre 1993 y 1994 y que alcanzaron los 18

años de edad en un contexto caracterizado por mayores oportunidades de empleo y protección social (2011).

La información presentada en este artículo fue elaborada con la cohorte G99 a través de entrevistas retrospectivas en profundidad llevadas a cabo cuando las personas tenían entre 32 y 34 años. La selección de entrevistados corresponde a una muestra segmentada de acuerdo con el nivel educativo alcanzado (“hasta primario completo”, “hasta secundario completo”, “hasta superior completo”), el género (varón y mujer) y las características del hábitat, que incluye barrios relegados (tanto modalidades informales como diferentes tipos de viviendas sociales) y barrios predominantemente de clase media. La muestra se compone de cincuenta y dos jóvenes urbanos (mitad varones y mitad mujeres) de diferentes grupos sociales en el Área Metropolitana de Buenos Aires.

Las historias biográficas relevadas a lo largo del trabajo de campo permiten reconstruir el recorrido completo de la transición de los jóvenes entre la educación y el mundo del trabajo (ya sea como empleo o como trabajos de cuidado) sobre principios de la vida adulta de una generación que se había integrado en el mercado laboral en años de crisis económica, pero que luego vivieron un período de recuperación y expansión de derechos (Bendit; Miranda, 2016). El análisis presentado en este artículo se centra en la transición a la vida adulta de mujeres y varones de barrios relegados y de barrios predominantemente de la clase media, y reflexiona sobre la dimensión espacial de las trayectorias, el arraigo y su importancia en la construcción de rutas biográficas.

Género, escalas espaciales y arraigo

Durante los últimos años, colegas del ámbito de la sociología de la juventud han trabajado en abordajes conceptuales que permiten la incorporación de las nociones de identidad, género, espacio y arraigo (Cuervo; Wyn, 2014; Savage, 2010; Warr, 2015, entre otros). El análisis de las identidades y el arraigo entre las mujeres y los varones ha permitido comprender las decisiones tomadas en el proceso de construcción de sus proyectos de vida y las posibilidades con las que se encuentran en los recorridos. Como forma de contribuir a la acumulación de conocimiento sobre el Sur Global (Connell, 2007), dejando de lado el foco en el carácter normativo y norte-céntrico de las transiciones juveniles, se analizaron las trayectorias educativas y laborales de las mujeres y varones jóvenes en Argentina (Miranda; Arancibia, 2017). A través de la incorporación de las nociones de tiempo y espacio, que permitieron reflexionar sobre la identidad en el marco de cursos de vida heterogéneos y no lineales (Worth, 2015), se avanzó en

un marco analítico más amplio para el análisis de la desigualdad en el contexto de la globalización en el mundo contemporáneo (Farrugia, 2014).

Las contribuciones de la geografía humana proporcionan herramientas para analizar las dimensiones simbólicas y espaciales de la fragmentación urbana (Bayón; Saravi, 2017) y su impacto en las transiciones de las mujeres y los varones. Cada vez más, la dimensión espacial de la vida social configura el acceso a redes y recursos diferenciados entre los jóvenes de diferentes sectores sociales, donde se construyen identidades femeninas y masculinas altamente diferenciadas. En tiempos de globalización, estos vínculos se presentan en escalas espaciales diferenciadas según las áreas de conectividad, que están enmarcadas por el acceso de los hogares a los recursos económicos y sociales.

Hopkins enfatiza la importancia de considerar las escalas espaciales no solo como un marco, sino también como el resultado de un proceso, argumentando que *“los lugares utilizados, habitados y ocupados por los jóvenes son importantes y a menudo tienen una fuerte influencia en la configuración de sus identidades personales”* (Hopkins, 2015: 762, *traducción propia*). Como una forma de estudiar los espacios que contextualizan y determinan las experiencias de los jóvenes en diferentes ámbitos, y contribuir al debate sobre las transiciones juveniles, el concepto de *gramáticas de la juventud* expresa la preocupación sobre la relación entre las estructuras de actividades que las sociedades contemporáneas ofrecen a los jóvenes, y los marcos normativos que respaldan las expectativas puestas en el cumplimiento. Estas expectativas se basan en un sistema de valores jerárquicos, sobre los cuales se construye un sistema de premios y castigos que estigmatiza a aquellos y aquellas que desarrollan sus transiciones por fuera de las actividades y recorridos hegemónicos.

Uno de los desafíos que presenta este artículo es vincular la conceptualización de gramáticas juveniles, arraigo y escalas espaciales para analizar las trayectorias de mujeres y varones jóvenes que viven en el Área Metropolitana de Buenos Aires, la principal aglomeración urbana de Argentina. El estudio de las escalas espaciales es de gran importancia, ya que dan forma a experiencias ampliamente diversas de transición y de vínculo con el espacio. En este sentido, se presenta la idea de una comparación entre distintas formas de arraigo al lugar. La primera forma llamada “arraigo electivo” es flexible, líquida y fluida. Siguiendo a Savage, el arraigo electivo se entiende como *“la forma en que las personas de clase media reclaman los derechos morales sobre el lugar a través de su capacidad de trasladarse a un lugar específico o echar raíces en un lugar que no es funcionalmente importante para ellos, sino que importa simbólicamente”* (Savage, 2010: 116, *traducción propia*). La segunda forma conocida como “fuerte arraigo territorial” (Mac Donald et al., 2005) es rígida y estable.

A continuación, se presenta la evidencia empírica basada en los testimonios de mujeres y varones jóvenes que desarrollan sus recorridos biográficos en diferentes escalas espaciales. En primer lugar, se enfoca en las características de las historias de mujeres que viven en barrios relegados, su arraigo territorial y la influencia en la definición de sus trayectorias. Para mostrar el contraste, luego se concentra la mirada en las mujeres que habitan en barrios de clase media, enfatizando su arraigo al lugar en una la escala global. En segundo lugar, las historias biográficas de varones de barrios relegados remiten a un escenario marcado por el desigual acceso a los bienes urbanos y al mercado de trabajo. En oposición, las decisiones tomadas por aquellos varones con mayor capital económico, social y cultural expresan otras lógicas, entre las que se destaca el retraso de las transiciones por las expectativas asociadas al rol masculino.

Trayectorias de mujeres que habitan en barrios relegados

En países con escasa provisión estatal de servicios de bienestar, el cuidado se encuentra a cargo de las familias (Aguirre et al., 2014). En este escenario, las mujeres jóvenes están a cargo del sector de cuidado desde una edad temprana, lo que a menudo significa que sus trayectorias son de poca relación con el mercado laboral y los ingresos propios. El otro lado de la naturalización de las tareas de cuidado se expresa en la reificación del papel de la provisión entre los hombres, lo que evidencia el fuerte arraigo de la división sexual del trabajo (Fraser, 2016).

En el caso de las mujeres entrevistadas que habitan en barrios relegados, las decisiones vitales se llevan a cabo como parte de estrategias familiares, donde la colaboración mutua genera fuertes relaciones de interdependencia. Tal es el caso de Raquel, una joven de un barrio urbano informal (La Saladita, Avellaneda), que dejó la escuela secundaria en segundo año, para dedicarse a las tareas de cuidado de su familia. Su estrategia de supervivencia combinaba los ingresos provenientes de programas sociales con la venta de bienes ilegales y la ayuda de vecinos y familiares. Su testimonio registra las dificultades que tuvo a lo largo de su trayectoria para mantener un trabajo estable ya que ella tenía que cuidar sola a sus hijas porque su pareja pasaba la mayor parte del tiempo en la cárcel: *“mis hijas conmigo para todos lados, por eso no trabajaba”* (Raquel, comunicación personal, 2017). En cuanto a la relación con el barrio, en su relato se observan percepciones contradictorias. Por un lado, Raquel relataba los peligros de vivir en el barrio:

Ahí entrabas y no sabías si salías, y cuando salías no sabías si salías o si volvías bien a tu casa... (...) Cuando era chica no salía mucho yo, si bien era

mucha la ausencia de mi mamá, mi papá trabajaba todo el día, mi hermana era muy sobreprotectora, ella no nos dejaba salir a ningún lado, porque era feo el barrio, ahí había muchos paraguayos donde si repente se agarraban y se peleaban, los paraguayos te cortaban todo, era ver mucha sangre, o que se agarraran a tiros. En ese sentido ella era muy chica, pero igual nos cuidaba como una leona, era más madre ella que mi viejo y mi vieja. Nos decía que nos quedemos ahí, que no salgamos, que esto, que lo otro, o sea trataba todo el tiempo de hacernos entender lo que afuera... no es que era malo, sino que había mucho peligro. Yo iba a la escuela y nos llevaba ella. Yo me acuerdo cuando íbamos al jardín, era a un par de cuadras largas, y yo tenía cuatro o cinco años y ella tenía nueve, diez años, y nos llevaba ella, era tan chiquita y nos llevaba a la mañana, y ella se volvía, los peligros que ella pasaba, porque ella nos cuidaba a nosotros (Raquel, comunicación personal, 2017).

Por otro lado, Raquel contaba que en una oportunidad le prestaron una vivienda en un barrio donde habitan predominantemente sectores de clase media del Conurbano Bonaerense (Villa Adelina), pero cuando realizó el movimiento residencial se sintió sola y ya no podía continuar con su participación en la cooperativa del barrio, por lo que dejó la vivienda que le habían prestado y regresó a la villa. En sus palabras:

Viste que son gente de guita los que viven en aquellos lados, era tipo zona residencial. La casa era hermosa... pero el trato de la gente, la gente de ahí es como que te ve y “ah, ¿vos quién sos?” (...) La casa era un encanto, que vos decís “no podes estar acá”... Y la terminé dejando... porque estaba sola. Ya ahí ya no venía a trabajar, no, no trabajaba.

Como se observa, en el momento en que intentó mudarse a un barrio de lo que se puede llamar la “ciudad formal”, en el traslado ella perdió muchas de sus relaciones y recursos que la apoyaban en su vida diaria, tal como la ayuda de parientes, vecinos, pero también la posibilidad de participar del programa estatal de cooperativas en el que trabajaba, por lo que eligió regresar. En la elección de la vivienda no sólo se considera su funcionalidad como lugar de albergue y la accesibilidad a los bienes urbanos dados por la localización de ésta, sino que también adquiere centralidad el lugar de las relaciones sociales de afinidad (Cravino, 2009). Estas relaciones también constituyen los circuitos para acceder a los programas sociales, de los cuales, como subraya Raquel, se pierde la posibilidad de participar si se vive fuera del barrio. El arraigo territorial y su vínculo afectivo ejercen influencia, en gran medida, en

la determinación de la trayectoria de Raquel, quien volvió a vivir a la villa en condiciones de privación extrema.

Los discursos de las entrevistadas están anclados en las raíces históricas y la historia familiar, reafirmando un arraigo y una identidad situada. En estos casos, la identidad se afirma en la disponibilidad vital para las tareas de cuidado y la naturaleza esencialista de la maternidad, que al tiempo que da cobijo, fortalece la reproducción de la división sexual del trabajo, en un marco de escasa movilidad social. Los afectos, las redes de sociabilidad barrial y el arraigo tienen fuerte peso en las decisiones. Como parte de una gramática juvenil local afirmada en la división de tareas enraizada en el género, las identidades femeninas disponibles se construyen a partir del arraigo a grupos familiares, comunitarios y territoriales. La perspectiva de la transición con la centralidad teórica del empleo productivo obstruye la reflexión sobre el proceso de reproducción social, donde las mujeres participan activamente.

Trayectorias de mujeres que habitan en barrios de clase media

Los datos recopilados sobre mujeres jóvenes que habían finalizado estudios secundarios y habitaban en barrios predominantemente de clase media, permiten analizar las transiciones que tienen lugar dentro de los parámetros socialmente estructurados para las y los jóvenes en un período de tiempo particular, y dentro de los modelos normativos hegemónicos. Una vez finalizada la escuela secundaria, durante la década de los 20 años, estas mujeres transitan la vida universitaria en combinación con diferentes experiencias de trabajo que, llegando a los 30, las posicionan en una situación de cierta estabilidad laboral (Miranda; Arancibia, 2017). En este grupo, se destacan las mujeres profesionales con trabajos “a tiempo completo”, que logran autonomía y toman decisiones individualmente, es decir sin tantas ataduras con sus familias de origen. Podría decirse que durante este tiempo es donde la gramática de los jóvenes permite la afirmación de la carrera profesional y el consecuente aplazamiento de las tareas asociadas con la vida familiar. De hecho, el tiempo dedicado al estudio y al trabajo es inversamente proporcional a la formación de un grupo familiar propio, que se retrasa incluso después de los 30 años. Sin embargo, este proceso, que ocurre fuertemente entre mujeres que participan en una cultura de «juventud modernizada» (Bendit, 2008) no es libre de riesgos, ya que la configuración actual de los mercados laborales propone la postergación de la asunción de roles parentales hasta edades cada vez más avanzadas, involucrando muchas veces la medicalización de la actividad reproductiva (Fraser, 2016).

Para abordar la dimensión espacial de las trayectorias de transición a la vida adulta de estas mujeres, específicamente la relación entre espacio e identidad, puede ser útil el concepto de arraigo electivo. Entre las entrevistadas está el caso de Bárbara, quien habitaba en un barrio de clase media de la Ciudad de Buenos Aires. Durante los primeros años de sus estudios universitarios tuvo trabajos temporales hasta que ingresó en un empleo estable, como parte de las experiencias que contribuyeron a su formación profesional. Poco antes de graduarse como psicóloga, consiguió un trabajo en el sector público, que al momento de la entrevista combinaba con la docencia universitaria y la práctica clínica en el ámbito privado. En sus primeros años de la cuarta década de su vida, Bárbara se encontraba realizando estudios de postgrado y entre sus expectativas futuras estaba tener hijos con su pareja. Además, planeaba mudarse a una vivienda con más espacio, pero sin cambiar de barrio, en el centro de la Ciudad de Buenos Aires, donde siempre había vivido. En sus propias palabras:

No me preguntes por qué pero nunca me imaginé lejos de la Universidad (...) hay una marcha y la miro desde la ventana, es 24 de marzo y me voy a la Plaza⁵. Me interesa la accesibilidad a cuestiones de la esfera política (Bárbara, comunicación personal, 2013).

En este sentido, es posible observar entre las mujeres entrevistadas que el arraigo al lugar está asociado a la importancia simbólica del lugar, que en este caso aparece ligada a la institución universitaria y a la posibilidad de participación en la vida política. En términos de Savage, la percepción sobre el lugar evidencia *“el reconocimiento de que pueden elegir vivir en uno entre otros lugares, y que esta elección es muy reveladora y evocadora para ellos”* (Savage, 2010: 118). Las trayectorias de estas mujeres, se construyen mediante aproximaciones sucesivas y tienen como característica central la privatización de la vida personal (Warr, 2015).

En el caso de la biografía de Susana, habitante de un barrio predominantemente de clase media de la Ciudad de Buenos Aires, había completado sus estudios superiores y trabajaba como fotógrafa de forma independiente. En su recorrido, la combinación de estudio y trabajo también contribuyó a la consolidación de su posición profesional. Su propensión a la movilidad, en

5 Los 24 de marzo, se realizan marchas en todo el país por el Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia (denominación adoptada en el año 2001), en el que se conmemora el aniversario del golpe cívico-militar del año 1976, y se recuerda el Terrorismo de Estado, los crímenes de lesa humanidad cometidos por la dictadura y la desaparición forzada de personas.

el marco de las ciudades globales, formaba parte de sus expectativas. En su relato, ella argumentaba:

Tengo una fantasía muy extraña: comprar un estudio e irme a Europa. Entonces, sabiendo que tengo un lugar al que regresar, puedo irme fácilmente. Podría irme a vivir a Barcelona, París... son las ciudades en las que más me imagino viviendo. O tal vez en Italia, pero no sé (Susana, comunicación personal, 2013).

Nuevamente, el vínculo con el lugar comunicado por Susana se muestra en imaginaciones que combinan el anclaje territorial y simbólico de forma electiva, que se refieren a sentimientos que tienen como punto de partida de gusto personal y la decisión consciente de moverse. El posicionamiento de la identidad se relaciona con un arraigo que se sostiene en los flujos globales, en ciudades altamente conectadas. La identidad de Susana se asocia con distinciones estéticas y de clase, como parte de una selección de elementos culturales (Cuervo; Wyn, 2017; Savage et al, 2005), que construyen una identidad femenina que difiere de aquella ligada a las tareas de cuidado familiar, al menos hasta los primeros años de la cuarta década de vida.

La reflexibilidad en la construcción de un arraigo electivo se construye en el marco de decisiones individualizadas y autocentradas, lo que permitirá la afirmación de un estilo de vida y consumo juvenil extendido (Savage, 2010). Luego de abordar algunas claves para comprender las desiguales trayectorias de las mujeres, se pasa la película de los recorridos biográficos masculinos.

Varones, escalas espaciales y arraigo

Si se analizan las trayectorias juveniles de los varones, se pueden observar características particulares. La contracara del modelo tradicional de división sexual del trabajo antes mencionado impone a los varones la cultura de la provisión, y la responsabilidad de la inserción laboral también desde edades tempranas, la cual ha sido abordada desde distintas investigaciones sobre jóvenes y masculinidad (Fraiman; Rossal, 2009), y en investigaciones sobre trabajo infantojuvenil (Marco Navarro, 2013). No obstante, los varones de diferentes sectores sociales tienen distinto acceso al empleo o actividades económicas, y entre los factores que producen mayores obstáculos y estigmatización se destaca el lugar de residencia (Mora Salas; Perez Sáinz, 2018). En base a estas hipótesis, en los apartados que siguen se analiza la relación entre el espacio y las trayectorias juveniles específicamente de varones que habitan en distintos lugares del Área Metropolitana de Buenos Aires.

Trayectorias de varones que habitan en barrios relegados

Habitar la periferia puede implicar para los jóvenes varones distintas experiencias vinculadas a la desigualdad, algunas de ellas asociadas también a la violencia urbana y la estigmatización (Kessler, 2012). Estas experiencias, se expresan en contradicciones entre afirmación y estigmatización en la trayectoria de los jóvenes en asentamientos informales, como resultado de la espacialización de las relaciones de poder, cristalizada en las vidas cotidianas de las personas (Grimberg et al., 2019).

Daniel, habitante del asentamiento Mariló, San Miguel, había tenido una trayectoria educativo-laboral con una acumulación de experiencias diversas en empleos temporales de baja calificación y a sus 34 años se encontraba desempleado. Había habitado en distintas viviendas en barrios populares, pasó algunos años viviendo en situación de calle y también había realizado movimientos residenciales a otras provincias por un empleo que lo requería. Sin embargo, había regresado a la vivienda familiar por no tener otra opción. Cuando la inserción al mercado laboral es inestable y precaria, el barrio puede constituirse en un espacio de participación y una marca de la integración social. Él mismo identificaba su fuerte arraigo al lugar. Así se expresaba:

Es difícil a veces uno cuando crece cortar, es difícil desarraigarte de un lugar. Siempre vas a extrañar, yo anduve por muchos lados de la Argentina, trabajando, y nada... siempre volví a cruce Castelar, a San Miguel, por más que me haya ido, siempre volví. Vaya donde vaya me voy a querer volver. Soy sanmiguelino de corazón, hincha del Trueno Verde (Daniel, comunicación personal, 2017).

Como contracara del arraigo territorial se observa cómo opera el estigma en su trayectoria. En los recorridos de los jóvenes que viven en barrios relegados, el estigma y la criminalización son fuertes y se convierten en un factor de riesgo de exclusión y de exposición a la violencia policial (Saraví, 2004; Cravino, 2009; Kessler, 2012). En algunos casos se suma la discriminación étnica. Según su relato, había sido el estigma de “ser morocho” que lo había llevado a abandonar la escuela primaria, entrando luego en el consumo problemático de drogas.

El estigma se ve reproducido en la comparación con el habitante de “la Capital”, es decir de la Ciudad de Buenos Aires. Así surge en el discurso un “otro” al que nunca podría parecerse. En la comparación que realiza el entrevistado, se hace evidente el estigma negativo que se adquiere al nacer en lugares relegados:

E: ¿Qué representa el barrio para vos?

Principios. De no olvidarse de donde uno salió. Porque uno podría mudarse y no se olvida de donde uno salió. Pero a veces la gente sí, yo un par de veces me fui y me olvidé, y ahí fue cuando volví.

E: ¿Qué significa “saber de dónde uno salió”?

Y mucho...

E: ¿Qué?

En el sentido de que no te crezca el culo.

E: ¿En qué sentido?

En el sentido de que por ahí hoy en día estás viviendo en Capital y “ah no, ya sos nariz parada” y no sos así, siempre vas a ser la misma mierda...

E: ¿Como que uno puede cambiar si se va del barrio?

Si, la misma gente te cambia. O las mismas amistades te quieren cambiar. Pero es cuestión de vos cambiar. A mí no me cambia nadie, mis hijos nada más me cambian.

E: ¿Pero pensás que cambiarías si te vas del barrio?

No!

Por detrás del relato de Daniel aparecen algunas de las imágenes construidas sobre los barrios relegados y sobre sus habitantes, presentes en la opinión pública y transmitidos por los medios de comunicación. Un imaginario hegemónico que construye una imagen de algunos barrios como subalternos, y que se construye sobre la comparación con otro espacio diferente, legítimo, estéticamente bello, habitable por aquellos que “lo merecen”⁶. En el discurso de Daniel, el arraigo al barrio aparece ligado a la comparación con un afuera, “la Capital”, que refuerza la identidad barrial. La construcción de ese “otro”, habitante de una ciudad distinta, con otras reglas, contribuye a construir un arraigo territorial fuerte.

La relación con ciertos espacios, como los espacios de trabajo, puede también aportar claves acerca de la construcción identitaria. Puede observarse el recorrido biográfico de Abel (barrio Ciudad Oculta, CABA), quien durante su infancia vivía en la Villa 31, CABA, e iba a una escuela cerca del barrio. Cuando se separaron los padres, él se mudó junto con su madre y sus hermanos a Ciudad Oculta (CO), y tuvo que empezar a trabajar en una frutería en el mercado

6 La expresión “merecer la ciudad” acuñada por el entonces Intendente de facto de la Ciudad de Buenos Aires, sintetiza una serie de prejuicios y conflictos que aluden a la representación de los pobres como una amenaza latente para aquella población que gozaba de los privilegios de vivir en el centro. Luego el término constituyó el título de la obra de Ozlak (1991) y ha sido tema de debate entre diversos investigadores que analizan la desigualdad en el acceso al espacio urbano.

de Liniers para aportar económicamente al hogar. Además, los fines de semana, él acompañaba al padre en sus diversos trabajos eventuales y ganaba dinero como changarín, es decir ofreciendo el servicio de transportar el equipaje de los viajantes en la terminal de ómnibus “Retiro” que se encuentra en el centro de la Ciudad de Buenos Aires, lindante con el barrio Villa 31.

Abel sostenía que hubiera tenido más posibilidades laborales si hubiera contado con el título de la educación secundaria, pero creía que en su momento había perdido la oportunidad. Cuando se mudó a CO continuó yendo a trabajar de changarín a la terminal de Retiro. Durante sus 20 años tuvo diversos empleos precarios, trabajos que no eran formales y en los que cobraba por día. Entre ellos trabajó en una fábrica de bazar en la que trabajaba como repartidor, una empresa de logística en la que cargaba los camiones, una constructora para la que realizaba tareas de limpieza de obras, una fábrica de zapatos, entre otras “changas” que realizaba *“para que me comieran los piojos”* (Abel, comunicación personal, 2017). Abel no logró ingresar a un empleo registrado y estable como el que hubiera querido tener, pero hubo uno que mantuvo a lo largo del recorrido y fue el de changarín en la terminal. En sus palabras:

Yo soy de familia de changarines. Nunca dejé de trabajar en la terminal de changarín, hasta el día de hoy tengo familia que está ahí, viene de mi abuelo que era changarín, hasta el día de hoy trabajan, mi papá también, la otra semana fui y estaban ahí. También mis sobrinos y primos, más chicos que yo (Abel, comunicación personal, 2017).

En este sentido, si bien en su recorrido no aparece una trayectoria laboral de acumulación de experiencias que construya una identidad en base a la tarea, se observa en su discurso que la actividad, ligada a su historia familiar, adquiriría un rol central en su constitución subjetiva. Según contaba, había recurrido a esa actividad informal independientemente de dónde habitara, dado que formaba parte de su historia.

Trayectorias de varones que habitan en barrios predominantemente de clase media

Otra vez, si se comparan las trayectorias del grupo anterior de varones con aquellos que terminaron sus estudios secundarios y se insertaron laboralmente, se pueden identificar especificidades de otro tipo. Los varones con mayor capital económico, social y cultural cuentan con mayores posibilidades y las decisiones deben ser comprendidas con otras lógicas. En este grupo de jóvenes, las expectativas asociadas al rol masculino están por detrás del retraso de las

transiciones. Es decir que, si bien el rol de provisión está también presente en este sector social, sólo es asumido cuando puede ejercerse de una determinada manera. En este sentido, las dificultades de estabilización laboral pueden justificar la permanencia en el hogar de origen o el retraso de la paternidad.

Algunos jóvenes exponen entre los motivos por los cuales se quedan en la vivienda familiar la búsqueda de mayor certidumbre económica y de una realización profesional. Fernando (CABA), después de recibirse de la carrera de Economía en la Universidad de Buenos Aires, se había empleado en una empresa multinacional en la que continuaba trabajando al momento de la entrevista. Sin embargo, a sus 33 años buscaba un cambio laboral por lo que había iniciado estudios para seguir capacitándose, por lo que consideraba que su estabilización llegaría en un futuro. Fernando habitaba en la vivienda de la familia de origen, lo que consideraba como una etapa de transición hasta que decidiera realizar un movimiento residencial para vivir con su pareja. Algunos autores dieron cuenta de la tendencia al retraso de las uniones como parte de los cambios en la conformación de las familias que se registran en los últimos años en la Ciudad de Buenos Aires (Mazzeo; Ariño, 2013).

Si se focaliza la atención en sus decisiones acerca de dónde habitar, entre las perspectivas futuras llama la atención el espectro de opciones que evalúan. En la comparación con aquellos hombres que presentaban un arraigo territorial fuerte, si se analiza el relato de Fernando, se observa claramente la decisión de permanecer en la Ciudad de Buenos Aires en una comparación que incluye otras ciudades del mundo. Así lo expresaba:

Mi novia tuvo una oferta para irse a laburar a EEUU un año, la verdad que no me copa mucho, no sabía qué hacer ahí más con el tema de visas (...) Después fuimos de viaje, fuimos para Rusia y Escandinavia en las vacaciones y la verdad que sí, vos ves Finlandia, la gente, son re educados, no hay quilombo, no te matan por cruzar la calle, no te pasan por arriba en la escalera... Y te replanteás un par de cosas. Viví más tranquilo, es otro estrés (Fernando, comunicación personal, 2013).

En su elección de un lugar para vivir, había evaluado el proyecto de irse a vivir a una ciudad del norte de Europa, pero había decidido quedarse. Si bien daba cuenta de las ventajas de vivir en ciudades del mundo con mayor calidad de vida, le preocupaba su inserción laboral. La elección del lugar para vivir en este sector social está relacionada con la búsqueda de un estilo de vida.

Pero los espacios habitados por los jóvenes van más allá de los espacios residenciales (Segura, 2012). Según relataba Tomás (La Plata), la universidad había

sido un espacio central en su trayectoria, en el que había estudiado, trabajado y, a través de las relaciones construidas con compañeros y profesores, había ingresado tanto a la docencia universitaria como al empleo que poseía en el momento de la entrevista. Así contaba:

Yo estoy muy metido desde chico en todo el ámbito universitario, yo fui a la guardería de la Universidad de La Plata cuando mi viejo era médico de la guardería. Toda mi familia estudió en la Universidad de La Plata, mis tíos, todo el mundo. Así que es como un poco “mi casa”. Y es “mi casa” también en el sentido que después empecé a dar clases en la facultad, algunas clases de Derecho Comercial como ayudante, me sumé a una cátedra, empecé a tener un poco más de “ruedo” conjuntamente con el postgrado que yo estaba haciendo y conociendo gente del ámbito de la universidad, ya a nivel docente. Me puse de novio y me casé también con una ex compañera de estudios que a la vez es abogada y es docente (...) (Tomás, comunicación personal, 2013).

Si se compara con el relato de Abel, del grupo de jóvenes de barrios relegados, para quien uno de los espacios ordenadores de su trayectoria había sido la terminal de micros, en el caso de Tomás, también aparece un espacio que permanece constante a lo largo del recorrido y articula su trayectoria, la Universidad Pública. Es un espacio articulador de su recorrido tanto laboral como familiar. A diferencia de Abel, en este caso el espacio se había constituido en una fuente multiplicadora de recursos.

A lo largo del capítulo aparecen puntualizadas algunas de las relaciones que establecen los jóvenes con los lugares que habitan, principalmente los residenciales, pero también otros de los espacios que organizan sus trayectorias sociales. A partir de las diferencias entre mujeres y varones de la muestra, se evidencian algunas de las características de las transiciones a la vida adulta de aquellos que habitan en distintos tipos de barrio para visualizar las diferentes *gramáticas de la juventud*. Este concepto consiste en una estilización de los tipos ideales de trayectorias que sirve de base para establecer una mirada global sobre la juventud actual.

Debate

Los resultados de la investigación indican que las mujeres que habitan en barrios predominantemente de clase media tienen un amplio espacio para la socialización y la movilidad independiente donde los límites van más allá de

la región Sur. Como parte de este proceso, entre las mujeres integradas en los flujos mundiales, la extensión del estatus de la juventud, la movilidad independiente y el aplazamiento de la maternidad están disponibles y son opciones socialmente valoradas.

Sin embargo, para las mujeres de barrios relegados, el barrio es el espacio más importante para la socialización y la construcción de identidades. Para aquellas mujeres que viven en barrios menos privilegiados, los dilemas se configuran en redes ubicadas territorialmente, donde las subjetividades se organizan según los formatos de reproducción familiar. En estos casos, la maternidad y las tareas de cuidado se convierten en las principales actividades y las expectativas que delinear las transiciones juveniles.

Como contracara del rol de cuidado entre las mujeres, el rol de proveedor del varón prevalece como modelo normativo y se ven sus efectos cuando éste no puede cumplirse. Entre los varones de barrios relegados las transiciones, tanto familiares y laborales como residenciales, también comenzaban de forma precoz, durante la adolescencia. En los relatos de los entrevistados de menores recursos, se relacionó la transición familiar temprana con la necesidad de constituirse en proveedores de ingresos, entre los cuales el trabajo se constituye en una de las formas posibles de lograrlo (Arancibia, 2018).

Para los jóvenes varones de barrios predominantemente de clase media, el modelo normativo de la provisión se mantiene constante, repercutiendo en las decisiones laborales y de conformación de hogares propios. Estos jóvenes, al igual que sus pares mujeres, aplazan el inicio de las transiciones a la vida adulta, y desarrollan biografías de “elección”, vinculadas a arraigos simbólicos y estatutarios siguiendo el patrón hegemónico.

Conclusiones

En América Latina, la desigualdad se manifiesta en la coexistencia de áreas de gran desarrollo económico con otras de grandes privaciones, configurando espacios urbanos altamente fragmentados. La informalidad de los barrios se expresa a través de distintas denominaciones tales como: villas, favelas, cantegriles, entre otros. La vigencia y profundización de la fragmentación ha confluído en procesos de segregación urbana dando lugar a la polarización de las trayectorias de las y los jóvenes. La desigualdad espacial afecta de forma diferente a las mujeres y a los varones. Entre las primeras, especialmente en relación con sus perspectivas de participación económica, como resultado de la distribución inequitativa de las responsabilidades en torno al cuidado de

las familias. Entre los varones, las dificultades de acceder al mercado laboral y el tipo de ocupaciones a las que acceden por las redes de sociabilidad barriales, en algunos casos pueden estar relacionadas con el consumo problemático de sustancias y actividades delictivas. En un contexto de gran inestabilidad y vulnerabilidad, el fuerte vínculo de pertenencia al barrio marcó trayectorias situadas localmente, constituyendo una alternativa a las gramáticas hegemónicas de la juventud, con escaso reconocimiento social y fuerte estigmatización. El campo de los estudios de juventud está en deuda con la perspectiva de género (Miranda; Arancibia, 2017), ya sea enfocando en feminidades, masculinidades y otredades.

Con el objetivo de aportar al debate teórico sobre la construcción de la desigualdad social entre la juventud, en el texto se trabajó en el análisis de trayectorias sociales de hombres y mujeres a partir de los resultados del *Programa Gramáticas de la Juventud*. A través de entrevistas retrospectivas realizadas con personas jóvenes que alcanzaron la mayoría de edad durante una de las peores crisis sociales del país, pero que luego fueron contemporáneas al crecimiento económico y la protección social de principios de siglo veintiuno, se presentó el debate sobre la intersección entre juventud, espacio y géneros, en tanto claves para la reflexión sobre la construcción social de las gramáticas juveniles.

El punto de partida del análisis abordó una serie de preguntas sobre el espacio, el arraigo y la construcción de identidades femeninas y masculinas. La contribución original se basó en relacionar el arraigo al lugar con las trayectorias juveniles y la fragmentación territorial. A su vez, se buscó echar luz acerca de la matriz heterosexual, la estructura patriarcal que define ciertos patrones de género. Evidenciando un fuerte contraste, los hallazgos del trabajo de campo mostraron cómo en el esquema patriarcal de relaciones de género se desarrollan diferentes formas de arraigo, construidas en diferentes escalas espaciales, con una fuerte influencia en los recorridos biográficos de las y los jóvenes.

En efecto, los asuntos relativos a la educación y el trabajo se encuentran enraizados en decisiones vitales sobre la forma de organización familiar, la unión conyugal, la maternidad/paternidad, en las que se expresa la ideología de género vigente en una sociedad. Sin embargo, como sostiene Segato “*es necesario escudriñar a través de las representaciones, las ideologías, los discursos acuñados por las culturas y las prácticas de género para acceder a la economía simbólica que instala el régimen jerárquico y lo reproduce*” (Segato, 2010: 14).

Con el foco puesto en las diferentes escalas espaciales en las que suceden las trayectorias juveniles de mujeres y varones, se pudo ver la coexistencia de diferentes formas de arraigo y sus efectos en la construcción de gramáticas

juveniles diferenciadas. Estas gramáticas, adquieren también status diferenciados en los distintos espacios habitados por las y los jóvenes. De esta forma, en los testimonios pudo observarse la contradicción entre los valores hegemónicos asociados a las actividades juveniles, y los valores subalternos construidos de forma situada en una dinámica social disidente, comunitaria.

La programación pública de políticas de juventud y empleo pocas veces toma en consideración las particularidades locales de la población joven. Los programas enfocan a un/a individuo/a aislado, de forma comparativa con la gramática oficial, en donde los y las jóvenes de clases medias y altas se desempeñan “reflexivamente”. Los resultados de investigación brindan elementos válidos para construir alternativas de programación que incluyan a los factores comunitarios, trabajen en contrarrestar la dinámica de la segmentación, tomen en cuenta los factores asociados a la estigmatización, en dirección a la promoción de la justicia social, el reconocimiento de la identidad y la afirmación de la participación entre las y los jóvenes.

Referencias

- AGUIRRE, Rosario; BATHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; PERROTTA, Valentina. “Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay”. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 50, 2014, pp. 43-60.
- ARANCIBIA, Milena Maia. (2018) Desigualdad espacial, género y acceso a la vivienda: un estudio sobre trayectorias juveniles en el AMBA, 1999-2017. Tesis de Doctorado, Universidad de Buenos Aires. CABA.
- MAZZEO, Victoria; ARIÑO, Mabel. Estrategias familiares de las generaciones post-70 en la Ciudad de Buenos Aires: jóvenes viejos o niños eternos? *Población de Buenos Aires*, año 10, núm. 17, 2013, pp. 65-76.
- BAYÓN, María Cristina. *La integración excluyente. Experiencias, discursos y representaciones de la pobreza urbana en México*. Mexico, Bonilla Artigas 2015.
- BAYÓN, María Cristina; SARAVÍ, Gonzalo A. “Place, class interaction, and urban segregation: experiencing inequality in Mexico City”. *Space and Culture*, v. 21, n. 3, 2017, pp. 291-305.
- BENDIT, René. Los jóvenes y el futuro: procesos de inclusión social y patrones de vulnerabilidad en el mundo global. BENDIT, René; HAHN, Marina; MIRANDA, Ana. (Eds.). *Transiciones juveniles: procesos de inclusión social y patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado*. Buenos Aires, Prometeo, 2008.
- BENDIT, René; MIRANDA, Ana. “La gramática de la juventud: un nuevo concepto en construcción”. *Última Década*, v. 25, n. 46, 2017, pp. 4-43.

- BENDIT René; MIRANDA, Ana. Turning thirty: youth transition process in Argentina in 21 century. *Journal of Applied Youth Studies*, v. 1, n. 3, 2016, pp. 96-108. <http://cayr.info/jays-v-1-n-3/>
- BOURDIEU, Pierre. *El sentido práctico*. Argentina, Siglo XXI de España Editores, 2008.
- CERBINO, Mauro. *El lugar de la violencia: perspectivas críticas sobre pandillerismo juvenil*. Quito, Taurus, 2012.
- CHAVES, Mariana. (2005). Juventud y espacios urbanos en la ciudad de La Plata. Doctoral dissertation, Tesis de doctorado, Facultad de Ciencias Naturales y Museo, UNLP, La Plata. Mimeo.
- CONNELL, Raewyn. *Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science*. Allen & Unwin, 2007.
- CRAVINO, María Cristina. *Vivir en la villa: relatos, trayectorias y estrategias habitacionales*. Los Polvorines: Universidad Nacional General Sarmiento, 2009.
- CUERVO, Hernán; WYN, Johanna. "Reflections on the use of spatial and relational metaphors in youth studies". *Journal of Youth Studies*, v. 17, n. 7, 2014, pp. 901-915.
- CUERVO, Hernán; WYN Johanna. "A longitudinal analysis of belonging: temporal, performative and relational practices by young people in rural Australia". *Young*, v. 25, n. 3, 2017, pp. 1-16. doi:10.1177/1103308816669463.
- FARRUGIA, D. Space and place in studies of childhood and youth. In: WYN, Johanna; CAHILL, Helen. (eds.): *Handbook of Children and Youth Studies*. Springer, Singapore, 2014.
- FRAIMAN, R. Y ROSSAL, M. (2009). *Si tocás pito te dan cumbia. Esbozo antropológico de la violencia en Montevideo*. Montevideo: Ministerio del Interior/PNUD/AECID.
- FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, n. 100, 2016, pp. 99-117.
- GRIMBERG, Silvia. et al. Carcova is love: Becoming youth in the slums of the global south. En CUERVO, Hernán; MIRANDA, Ana. Eds. *Youth, Inequality & Social Change in the Global South*. Springer for the series Perspectives on Children and Young People, Springer, 2019.
- HOPKINS, Peter. Scales of young people's lives. In: WYN, Johanna; CAHILL, Helen. (eds.) *Handbook of Children and Youth Studies*, Springer, 2015.
- KESSLER, Gabriel. Movilidades laterales: delito, cuestión social y experiencia urbana en la periferia de Buenos Aires. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 25, n. 31, 2012, pp. 37-58.
- MACDONALD, Robert; SHILDRICK, Tracy; WEBSTER, Colin; SIMPSON, Donald. Growing up in poor neighbourhoods: the significance of class and place in the extended transitions of 'socially excluded' young adults. *Sociology*, v. 39, n. 5, 2005, pp. 873-891.

- MARCO NAVARRO Flavia. El Vivir Bien de la niñez y la adolescencia y el ejercicio de derechos. En FARAH, Ivonne; TEJERINA, Veronica. (coord.). *Vivir bien: infancia, género y economía: entre la teoría y la práctica*. La Paz. CIDES-UMSA/UNICEF, 2013.
- MIRANDA, Ana; ARANCIBIA, Milena. El futuro está incompleto: La construcción de trayectorias laborales sobre principios de siglo 21. *Revista Trabajo y Sociedad*, n. 28, 2017, pp. 195-217.
- OSZLAK, Oscar. *Merecer la ciudad: los pobres y el derecho al espacio urbano*. Buenos Aires, Cedes, 1991.
- PERELMAN, Laura; VARGAS, Patricia. Imputaciones morales y precarización laboral entre los jóvenes trabajadores de una fábrica siderúrgica en la Argentina. *Trabajo y sociedad*, n. 21, 2013, pp. 403-413.
- REGUILLO CRUZ, Rossana. *Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto*. Bogotá, Norma, 2000.
- RODRÍGUEZ, María Carla. et al. (2007) Producción social del hábitat y políticas en el Área Metropolitana de Buenos Aires: historia con desencuentros, *Documentos de Trabajo No 49*, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires.
- RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina; MARZONETTO, Gabriela. Organización social del cuidado y desigualdad: el déficit de políticas públicas de cuidado en Argentina. *Perspectivas de Políticas Públicas*, v. 4, n. 8, 2015, pp. 105-134.
- SALAS Minor Mora; PEREZ SÁINZ, Juan Pablo. (2018) El desafío de la inclusión laboral de jóvenes en barrios urbano-marginales en Centroamérica: más allá de las políticas de capacitación para el empleo. En Córlica, A, Freytes, A y Miranda, A. (comp.) *Entre la educación y el trabajo: la construcción cotidiana de las desigualdades juveniles en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO.
- SARAVÍ, Gonzalo. A. Segregación urbana y espacio público: los jóvenes en. *Revista de La CEPAL*, 83, 2004, pp. 33-48.
- SARAVÍ, Gonzalo. A. *Juventudes fragmentadas. Socialización, clase y cultura en la construcción de la desigualdad*. México, FLACSO México/CIESAS, 2015.
- SAVAGE, Mike. The politics of elective belonging. *Housing, Theory and Society*, v. 27, n. 2, 2010, pp. 115-135.
- SAVAGE, Mike; BAGNALL, Gaynor; LONGHURST, Brian. *Globalization and belonging*. London, Sage, 2005.
- SEGATO Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia ensayos sobre género entre la antropología, psicoanálisis y derechos humanos*. Buenos Aires, Prometeo, 2010.
- SEGURA, Ramiro. Elementos para una crítica de la noción de segregación residencial socio-económica: desigualdades, desplazamientos e interacciones en la periferia de La Plata. *Quid 16: Revista del Área de Estudios Urbanos*, n. 2, 2012, pp. 106-132.

VALENZUELA ARCE, J. M. *El sistema es antinosotros: culturas, movimientos y resistencias juveniles*. Mexico, Gedisa, 2015.

WARD, M. R. Michael. "I'm a Geek I am": Academic achievement and the performance of a studious working-class masculinity. *Gender and Education*, v. 26, n. 7, 2014, pp. 709-725.

WARR, Deborah. The ambivalent implications of strong belonging for young people living in poor neighborhoods. WYN, Johanna; CAHILL, Helen. (eds.): *Handbook of Children and Youth Studies*. Singapore, Springer, 2015.

WORTH, Nancy. Youth, relationality, and space: conceptual resources for youth studies from critical human geography. WYN, Johanna; CAHILL, Helen. (Eds.): *Handbook of Children and Youth Studies*. Singapore, Springer, 2015.

Recebido em: 27/05/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Como citar este artigo:

ARANCIBIA, Milena e MIRANDA, Ana. La construcción social de gramáticas juveniles: reflexiones sobre la desigualdad a través de estudios longitudinales. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 823-846.

A terceirização do controle: uma análise sobre a fiscalização do comércio ambulante, entre trabalho e gênero

Tarcísio Perdigão Araújo Filho¹

Resumo: Este texto apresenta reflexões sobre como se constrói a fiscalização sobre o comércio ambulante, levando em conta o ponto de vista do trabalho dos funcionários terceirizados do poder público implicados diretamente na operacionalização do controle nas ruas de Belo Horizonte. Denominados genericamente como auxiliares de fiscalização, estes agentes realizam funções diversas de caráter operacional e subalterno, ainda que representem a base da rotinização deste tipo específico de controle social, sempre postos a interagir diretamente com os fiscalizados. Levando em conta que a fiscalização é uma construção social multi-dimensional, este estudo aposta em categorias emergentes da perspectiva cruzada entre trabalho e gênero, propiciadas, por sua vez, pela análise de trajetórias sociais destes sujeitos.

Palavras-chave: Terceirização; Gênero; Trabalho masculino; Comércio ambulante

The outsourcing of control: an analysis of the street vending inspection through gender and work perspectives

Abstract: *This text presents thoughts on how the street vending control is produced taking into account the point of view of the outsourced employees directly*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – tarcisioperdigao@gmail.com

involved in the operationalization of street practices regulation in Belo Horizonte. Generally known as inspection assistants, these agents perform various subaltern functions, always in a position to interact with the street vendors. These outsourced agents represents the basis of the routinization of this specific type of social control. Considering that the State control is a multi-dimensional social construction, this study focuses on categories that emerges from the crossed perspective between work and gender, provided, in turn, by the the subjects trajectories analysis.

Keywords: *Outsourcing; Gender; Masculine work; Street vending*

Introdução

Este texto tem o objetivo de apresentar algumas reflexões suscitadas pela análise de trajetórias dos auxiliares de fiscalização, trabalhadores terceirizados pela Prefeitura de Belo Horizonte designados a operacionalizar o controle sobre o comércio ambulante. As análises foram elaboradas com o intuito de compreender as ações de controle por meio dos auxiliares de fiscalização, trabalhadores que as implementam em suas “pontas”, em interação constante com os principais públicos-alvo.

Para além de um estudo que priorize tipos organizacionais ou institucionais ideais ou fixos, a investigação, compreendida entre 2013 e 2016², priorizou o levantamento de dados empíricos mediante o acompanhamento *in loco* das rotinas de trabalho³, além de entrevistas em profundidade com os funcionários terceirizados. Partindo das práticas de trabalho dos auxiliares de fiscalização enquanto “trabalhadores do controle”, faz-se possível compreender a fiscalização como uma construção social multi-dimensional. Para isso, foi importante apreender as condições pelas quais os auxiliares ocupam os postos de trabalho e lidam com os seus públicos-alvo levando em conta, portanto, os aspectos estruturantes e de caráter subjetivo: expectativas; disposições; percepções dos conflitos; modos

2 Este texto é produto da pesquisa realizada no âmbito do mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo resultado foi a dissertação intitulada “A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte” (Araújo Filho, 2016).

3 Este acompanhamento foi feito principalmente na região central de Belo Horizonte, onde pude presenciar a ação tanto de coletinhos azuis, quanto de agentes do Apoio. A fim de lograr melhor inserção entre os trabalhadores, me dediquei a seguir a rotina de poucos grupos para que pudesse permanecer por um tempo maior de contato. Ainda assim também me interessava conhecer a variedade de situações de trabalho (regiões, horários, atividades diversas); mas também atentei-me a conhecer relatos de auxiliares de perfis diferentes (tempo de serviço, idade etc).

de significarem o próprio emprego e as tarefas desempenhadas; códigos morais mobilizados etc. Não somente a posição que estes sujeitos ocupam no mundo do trabalho informa sobre seus lugares sociais, mas também em outros campos da vida social. Como veremos, a perspectiva de gênero foi imprescindível para o desenvolvimento das análises.

Desta forma, um dos investimentos da pesquisa foi a reconstituição das trajetórias sócio-laborais dos auxiliares de fiscalização mediante entrevistas em profundidade. Esta metodologia corresponde a uma perspectiva sociológica que busca compreender de forma cruzada as dinâmicas mais abrangentes acerca do mundo do trabalho e das construções de gênero, interconectando elementos dos ditos “mundo privado” e “mundo do trabalho” (Cabanes, 2011; Guimarães; Georges, 2009; Hirata; Kergoat, 2007). Diz respeito, portanto, ao que está por trás das disposições assumidas pelos trabalhadores diante dos papéis delegados nessa configuração operacional. Os aprendizados estão inscritos em suas práticas laborais e dão sentido à produção de um tipo peculiar de controle social por intermédio dos papéis que desempenham nas linhas de frente.

E, afinal, quem são estes trabalhadores? Esses auxiliares são agentes do setor municipal que atuam cotidianamente nas ruas da cidade em contato direto com os comerciantes ambulantes. Trata-se de um trabalho terceirizado e subalterno, além de exclusivamente masculino.

Na prática cotidiana, a categoria dos auxiliares se divide em duas frentes⁴ principais da fiscalização urbana, pelas quais são a principal força de trabalho: os *plantões* e as ações de apreensão de mercadorias, realizadas pelas chamadas *equipes de Apoio* (ou simplesmente *Apoio*). Cada uma destas frentes constitui grupos de trabalho e sociabilidade distintos, cujas funções organizacionais se articulam para a composição da mecânica operacional mais geral da fiscalização.

O *plantão* é a modalidade pela qual é envolvido o maior número de auxiliares. Neste caso eles são apelidados de “coletinhos azuis” ou “azuizinhos”, com referência ao uniforme que usam. Esta modalidade dá forma à estratégia de vigilância constante e ação ostensiva nas ruas de Belo Horizonte, na qual os auxiliares se tornam os “olhos e ouvidos” da Prefeitura. Melhor dizendo, devem ver e serem vistos, afinal sua presença nos espaços serve para coibir as atividades

4 Importante deixar claro que os trabalhadores que ocupam esta posição podem ser delegados a participar de outras tarefas, principalmente dentro do campo da fiscalização urbana, que abarca diferentes áreas, como posturas, obras, vias urbanas, limpeza urbana e controle ambiental. Além das modalidades que apresentarei, aos auxiliares de fiscalização podem ser alocadas a algumas intervenções operadas pela Prefeitura, como participar da montagem e desmontagem de barracas em feiras; recolhendo entulhos em vias; participando de abordagens a pessoas em situação de rua; carregando e descarregando materiais de caminhões; recolhendo faixas instaladas de forma irregular pela cidade etc.

consideradas irregulares. A saber, a tarefa base dos *coletinhos azuis* é a realização de vigilância em um microterritório (quarteirões, praças, parques), cujo fim é a prevenção de atividades consideradas irregulares, como o comércio ambulante⁵.

Se em determinada região da cidade a presença dos ambulantes não se configura como uma preocupação constante (as “áreas limpas”, como diriam os *coletinhos azuis*), o desígnio das equipes de auxiliares para os *plantões* serve para que esta área continue “limpa”. Entretanto, não existem protocolos que orientem os modos de atuação desses funcionários nos espaços públicos. Para tanto, frequentemente interagem com os ambulantes, e de formas diversas, a depender de como definem a situação (Thomas; Thomas, 1928), seja orientando, expulsando, tentando convencer etc. Como frequentemente foi apontado nas entrevistas, em *plantão*, os auxiliares devem “saber conversar”, devem ter “jogo de cintura” para manterem “as coisas em ordem”.

A olhos estranhos, a relação entre auxiliares em *plantão* e ambulantes parece peculiar. Alguns dos próprios auxiliares chamam a tarefa de “enxugar gelo”, referindo-se à sensação de trabalho sem fim ou mesmo sem propósito, uma vez que não detêm autoridade suficiente para realizarem apreensões ou assinarem as autuações. Por outro lado, podem apenas ameaçar os ambulantes a chamarem as equipes volantes incumbidas de realizarem as apreensões. Entretanto, como parte dos comerciantes ambulantes⁶ tendem a ser persistentes, essa relação é sempre negociada. Entre encontros e desencontros, disputas e tolerâncias, constrói-se um senso de rotina entre estes “trabalhadores do controle” e seu público-alvo que se inscreve nos modos negociados de funcionamento do *plantão* e, por efeito, da fiscalização como um todo.

Além disso, ressalto ainda, o senso de respeitabilidade e ética (entre trabalhadores pobres) que atravessa a constituição das sociabilidades da rua e que contribui para a continuidade tanto do trabalho dos auxiliares, quanto dos ambulantes. “Respeita meu trabalho que eu respeito o seu”, ou “pode trabalhar, mas não fique aqui perto do meu plantão” são frases regularmente utilizadas nestas interações.

Quando o auxiliar em *plantão* nas ruas se percebe em circunstâncias desfavoráveis para o trabalho de coibição e negociação, seu último recurso⁷ é se comunicar

5 A saber, segundo o Código de Posturas de Belo Horizonte (Lei. 8.616 de 2003): “fica proibido o exercício de atividade por camelôs e *toreros* em logradouro público” (Art.118).

6 Em Belo Horizonte, ambulantes persistentes e que, desde a perspectiva da fiscalização, “dão mais trabalho”, são denominados *toreros*. O termo origina-se da gíria local “torar” ou “fazer [algo] na tora”, que designa justamente à obstinação destes vendedores em resistir às proibições e ações de controle (Araújo Filho, 2019).

7 Nota-se que a chamada funciona, muitas vezes, também como uma ameaça, quando ocorre na frente do ambulante, que o “convence” a se retirar imediatamente, sem que o *Apoio* precise de fato se deslocar ao local.

com as *equipes de Apoio* pelo rádio HT⁸ que carregam consigo. Essas equipes devem, por sua vez, se deslocar até o local e intervir imediatamente (muitas vezes de surpresa), apreendendo as mercadorias e autuando o comerciante. Se a rotina característica do *plantão* deflagra uma significativa margem para a comunicação, pode-se afirmar que, o papel do *Apoio* – do outro lado dessa divisão do trabalho – é o oposto. Como colocaria Becker (2008), a apreensão das mercadorias seria a própria *imposição de regras* para esta dinâmica de controle social.

Cada *equipe de Apoio* se locomove por uma Kombi branca sem identificação, pronta para surpreender ambulantes desprecauidos. A equipe é composta idealmente por um fiscal, responsável por assinar o auto de apreensão; um policial militar, cuja função principal é garantir a segurança da equipe; e por um grupo de (normalmente quatro) auxiliares de fiscalização. Estes agentes comumente também auxiliam as ações de apreensão realizadas por Guardas Municipais que, a partir de 2016 (Decreto n. 16.211) também passam a gozar de autoridade para fazer apreensões autonomamente.

Em ambas os casos, são os auxiliares que, de fato, “pulam”, “dão o bote” nas mercadorias expostas irregularmente à venda, as guardam nos invólucros de plástico transparente e, em seguida, as carregam para as Kombis. Haja vista que realizam o trabalho braçal das apreensões, são constantemente antagonizados com os ambulantes que os identificam como adversários. As reações violentas por parte dos ambulantes que sofrem as apreensões tornam-se frequentes, podendo até mesmo ocorrer ameaças e ações de vinganças que, conseqüentemente, se desdobram para além do ambiente de trabalho.

A comparação entre *plantão* e *Apoio* é inevitável e marca, inclusive, a hipótese de que a formação de identificações distintivas com as tarefas e corpos organizacionais são, por sua vez, causa e efeito de processos de socialização dentro e fora do trabalho. Haja vista a mecânica da implementação da fiscalização, as modalidades foram representadas pelos sujeitos como opostos, que conformariam qualidades e disposições distintas, expressas pela noção de que existiriam “perfis” ideais para cada papel desempenhado. A estruturação da implementação da fiscalização acompanha, e assim argumento que é reproduzida, por meio de dimensões de caráter subjetivo que conformam as disposições e os modos de relacionar-se com os públicos-alvo, inclusive desde a identificação desses sujeitos nos espaços públicos.

As seções que seguem destacam os principais aspectos que conformam e contextualizam a posição de auxiliar de fiscalização no mercado de trabalho,

8 Rádio *hand-talk* ou rádio transmissor portátil.

chamando a atenção para como isso é significativo nos projetos de vida. Desta forma, destaco como estes aspectos projetam papéis a serem assumidos, tendo em vista que se trata de um típico *trabalho masculino* e subalterno.

Considerações sobre gênero e trabalho

Um ponto crucial para se compreender a função dos auxiliares é que se trata de uma atividade exclusivamente masculina. Segundo a gerência da secretaria responsável, “ser homem” é o pré-requisito básico exigido na seleção dos auxiliares. Vale comparar que, entre os fiscais, esta condição não existe: há tanto fiscais homens quanto mulheres no quadro de funcionários. O preenchimento dessas vagas se deu mediante concurso público, ao passo que, no caso dos auxiliares, acontece por meio de uma seleção aberta realizada pelas empresas prestadoras de serviço. Apesar de não haver justificativas formais acerca deste critério na seleção dessa categoria, fica claro que existe uma estruturação proposital baseada em certa expectativa sobre o que seria uma qualificação ideal de funcionários nessa posição, baseado, por sua vez, em uma clara ideia de papel masculino.

Olhando além do posto de trabalho, destarte, ressalto que se trata também de um ambiente de trabalho hegemonicamente masculino, isto é, no qual as construções de gênero masculinas encontram fácil encaixe e fluência. Isso se observa nos vários níveis hierárquicos, desde o âmbito de atuação dos auxiliares, policiais, supervisores e principalmente entre os fiscais⁹ chefes que se responsabilizam pela fiscalização sobre ambulantes. Mostrou-se evidente quando as fiscais (mulheres) foram sistematicamente apontadas por auxiliares ou mesmo outros fiscais (homens), ao grupo de fiscais que “não têm o perfil de trabalho de rua”. Enquanto isso, os fiscais com “perfil de rua” foram todas as vezes atribuídos aos fiscais homens.¹⁰ Quer dizer, quando inseridas em um campo hegemonicamente masculino, mesmo as fiscais têm reduzidos os seus espaços de exercício de autoridade.

9 Vale destacar que a atuação dos fiscais em Belo Horizonte integra cinco áreas distintas – posturas, obras, vias urbanas, limpeza urbana e controle ambiental –, até então observadas separadamente por fiscais específicos. Por isso, são chamados de *fiscais integrados* e não trabalham exclusivamente em alguma área específica mas, em tese, circulam em várias delas. Ainda assim, isso não impede que os profissionais se organizem para que possam trabalhar prioritariamente em áreas que têm mais aptidão.

10 Como já ressaltado, a pesquisa não priorizou o conhecimento das rotinas e distinções dos outros grupos profissionais ligados à fiscalização, sobretudo daqueles pertencentes ao topo da cadeia hierárquica que conferem a outros agenciamentos e contextos de trabalho. Todo o contato que estabeleci com estes fiscais se deu enquanto estavam envolvidos com as tarefas desta frente específica (dentre tantas) da *Fiscalização Integrada*.

Conquanto verifica-se a existência de diferenciações internas no corpo de funcionários, retomando a ideia já discutida acerca dos “perfis” associados às diferentes modalidades de trabalho, o que caracteriza o posto de trabalho dos auxiliares como um todo, é a ideia do gênero masculino como a única possibilidade para a suposta “natureza” do ofício e de suas tarefas operacionais. Tal concepção traz efeitos certamente definidoras para a maneira com que estes homens se socializam no trabalho, até porque os papéis de gênero são constantemente reforçados pelos modos como se auto-definem. Tudo isso influi, certamente, na maneira como participam do controle social e ajudam a elaborá-lo cotidianamente, tanto os *coletinhos azuis*, quanto os agentes do *Apoio*.

O que se observa é que o emprego de auxiliar de fiscalização faz parte de um nicho específico do mercado de trabalho, em que estão alocados geralmente, e não por acaso, homens das classes populares com baixa escolarização e pretensão salarial, como veremos em seção posterior. Diante disso, os postos de trabalho advindos de contratos de terceirização por órgãos governamentais/estatais, como no caso a Prefeitura de Belo Horizonte, se inserem nesse mercado e aparecem aos trabalhadores como mais uma possibilidade de acessar o emprego formal – “ser fichado” – ainda que não ofereça grandes atrativos financeiros ou de estabilidade.

O fenômeno da terceirização do “trabalho do Estado” não é exclusivo do caso belo-horizontino, ou tampouco se manifesta apenas para os empregos majoritariamente ocupado por homens. Por isso, faz-se necessário discutir brevemente como a conformação dos postos de trabalho nas “pontas do Estado” refletem, à sua maneira, a divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007). A cada contexto de implementação de serviços públicos, são reveladas mobilizações de papéis de gênero em encaixe com determinados setores, mas que também interferem na própria elaboração das práticas de trabalho.

Hirata e Kergoat (2007) destacam a divisão sexual do trabalho¹¹ como uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações de poder entre os sexos, e chamam a atenção para a sua centralidade, constituída histórica e socialmente, no sentido da manutenção das desigualdades sociais. Essa perspectiva teórica reitera que relações de classe e gênero devem ser pensadas como fatores estruturantes da sociedade, na medida em que estão sobrepostas. Em suma, quer dizer que as relações de classe são sexuadas, assim como as relações de gênero são perpassadas pelas relações de classe.

11 O cerne da ideia foi esboçado primeiramente por Engels (2002) em “A origem da família, da propriedade privada e do estado.”

A formulação de Hirata & Kergoat (2007) diz respeito à dispersão desigual entre homens e mulheres no mundo do trabalho, o que está refletida na designação, delegação e na consequente naturalização de ofícios, profissões e atividades como sendo funções próprias de homens ou mulheres. De forma dinâmica entre estrutura e prática, este engendramento social está assentado (e assim se reproduz) em opostos sexuais: espaço público e privado; produção e reprodução; “trabalho masculino” e “trabalho feminino”. Ele “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (idem, p. 599).

O modo de ordenamento sexuado e desigual está expresso no mundo do trabalho como um todo, e pode ser identificada, assim, dentro de campos mais específicos. Quando analisamos as camadas de trabalhadores do Estado que lidam diretamente com o público, observa-se que os empregos tipicamente masculinos proporcionam atividades voltadas para as dinâmicas de uma *esfera pública* (“para fora”) – como fica claro pelo caso dos auxiliares de fiscalização, que lidam com a vigilância, a imposição de regras, o controle de práticas, com “a rua”. Enquanto isso, os empregos tipicamente femininos estão voltados para o “lar”, a *esfera privada* (“para dentro”) – como as trabalhadoras do *cuidado*¹², que tem nos vínculos familiares seus motes de significação (Soares, 2012; Molinier, 2012).

Afinal, chamo a atenção para uma “divisão sexual do trabalho do Estado” fica visível, a princípio, pela distribuição diferenciada de homens e mulheres dentro dos grupos operacionais, e mais precisamente “a nível de rua” (Lip-sky, 1980), isto é, como interfaces perante os públicos. Além disso, faz refletir sobre como as diferentes frentes da governança são também institucionalmente sexuadas, intervindo assim nas sociabilidades e nos modos de contato com o Estado: seja no sentido do acesso aos direitos sociais, seja como alvo do controle.

O foco está posto, portanto, sobre os modos de interações que envolvem a(o)s agentes nas “pontas” do Estado diante das construções de gênero ali assentadas – como seus condicionantes. Tendo como base um ponto de vista interacional, essa divisão também se expressa no trato com o outro; isto é, nos modos diferenciais de comunicação interpessoal ou na gestão das emoções

12 Mais especificamente, lembrar das Agentes Comunitárias de Saúde como parte deste grupo, categoria profissional exclusivamente feminina no contexto das chamadas “novas políticas sociais” (Lima; Moura, 2005; Lima; Cockell, 2008; Georges; Santos, 2012, 2014, 2016). Ela se dá, principalmente, enquanto tradução dos “códigos institucionais” dos programas às famílias atendidas, o que se faz possível devido à proximidade – comunitária, mas sobretudo social/de gênero – entre as profissionais e as suas beneficiárias (Georges; Santos, 2012, 2016).

(Hochschild, 1983). A experiência dos agentes da Prefeitura de Belo Horizonte está repleta de situações em se exige um tipo de *trabalho emocional* específico, também marcado pela necessidade da “boa medida” nas ações: certo equilíbrio entre o profissionalismo e o tato interpessoal. Se por um lado os trabalhos femininos exigiriam demonstração de ternura, gentileza, delicadeza, intuição, sensibilidade e doçura, já nos *trabalhos masculinos*, as tarefas exigem graus de agressividade, rudeza, dureza e frieza (Soares, 2013). Isso fica ainda radicalizado no contexto do “trabalho do controle”, em que o conflito, muitas vezes, se projeta ou se materializa em forma de violência física; mas também, aos seus modos, no esforço dos auxiliares em *plantão* em praticar um controle negociado.

É preciso estar atento às particularidades empíricas, sobretudo no que diz respeito aos efeitos reais (muito ou pouco visíveis) dessa estruturação para a dimensão das práticas. Desta forma, retornamos o foco à análise dos auxiliares de fiscalização para observar como este posto de trabalho está em constante ativação enquanto um *trabalho masculino*. Isso ocorre tanto pelos aspectos que o posiciona e o legitima institucionalmente, mas também informado dinamicamente pela apropriação dos trabalhadores às práticas de trabalho.

Circuitos, mercados de trabalho e prospecções

A metodologia de análise de trajetórias de vida lançada mão nesta pesquisa possibilita o entrelaçamento das dimensões do trabalho com as dimensões do privado, de forma a imbricar os pontos de vista subjetivos a conformações sociais em outros níveis. O foco está posto desde a realização das entrevistas em como os sujeitos se conduzem, se percebem e se projetam em suas atividades no mundo do trabalho, de forma que seja conferir legibilidade às motivações, expectativas e disposições. Isso demonstra, de forma mais geral, que pelas trajetórias nos deparamos com “mediações e relações de força que tecem, de formas nem sempre evidentes, os campos de possibilidades, e também os bloqueios para o acesso e efetivações de possibilidades de trabalho e condições de vida.” (Telles, 2006: 88)

Por meio disso, não pretendo, logo, encerrar estes sujeitos em classificações premeditadas, mas, como apontado, situá-los em construções e processos sociais mais amplos com base em uma série de cruzamentos referenciais que ficam demarcados ao longo da elaboração das narrativas. Afinal, são estas construções sociais que dão sentido às ações individuais e às racionalidades que conectam o posicionamento nas composições familiares, as caminhadas pelo mundo do trabalho, ao mesmo tempo que os encaixes com os modos operacionais da fiscalização.

Primeiramente, é preciso levantar alguns pontos que situam o posto de auxiliar de fiscalização no contexto das transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Argumento que a naturalização da pouca prescrição e maleabilidade de tarefas; e a frouxidão dessas tarefas perante objetivos institucionais mais amplos são expressões da “institucionalização do vago” (Azais, 2010), característica das tendências contemporâneas do assalariamento. Em outras palavras, estes trabalhadores são pressionados a se tornar trabalhadores flexíveis subalternos, prontos a realizarem o “trabalho sujo”¹³ (Hughes, 1958) da fiscalização. Essa flexibilização também se manifesta em outros níveis, para além da correspondência com as normas de contratação previstas pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar de se tratar de um “trabalho fichado”, os trabalhadores experienciam uma instabilidade típica da “zona cinzenta do assalariamento” (Bureau et al, 2019) que mistura elementos do trabalho protegido e desprotegido, com base em uma inclinação aos modos informais de relação de trabalho. Por exemplo, apesar de serem formalizados e trabalharem para o Estado, sua permanência no emprego depende em última instância da validade dos contratos da Prefeitura com a empresa terceirizada.

De forma mais geral, esta tendência contextualiza-se pelo fenômeno contemporâneo das terceirizações dos serviços públicos e da descentralização da implementação de políticas estatais (Lima; Cockel, 2008). Isto é, quando, por fim, o próprio Estado reconfigura-se burocraticamente e passa a se tornar mais um possível provedor de postos de trabalho subalterno e precarizado (Georges; Rizek; Ceballos, 2014).

De modo geral, este é o pano de fundo para estas narrativas de trajetórias laborais repletas de inseguranças, incertezas, mudanças de emprego, conciliação de várias atividades remuneradas, saídas pela informalidade etc. Tudo isso está conectado e compreendido em uma realidade de baixos salários e baixíssimas expectativas de ascensão social, na qual a subalternidade se expressa de forma naturalizada na fala dos interlocutores.

13 Por “trabalho sujo” não me refiro a práticas criminosas, como extorsões, esquemas de corrupção, “venda de pontos” etc. Inclusive, há de se ressaltar que, uma vez que a pesquisa se deu com base nos trabalhos dos auxiliares como mote para a empiria, não foi possível supor a existência de “mercados de proteção” (Misse, 2002) como fator de organização do comércio de rua em Belo Horizonte. O tipo de discricionariedade frágil (Araújo Filho, 2016) conferido ao nível operacional dos auxiliares não é suficiente, portanto, para que estes sujeitos operem mercados de pontos de venda, justamente porque sua posição representa a institucionalização da negociação das regras. Isso não quer dizer, no entanto, que os auxiliares não participem de trocas de favores ou pequenos subornos, que estariam contidas no âmbito das resistências (Scott, 2011) e negociações cotidianas: o que pode ou não ser tolerado. Desta forma, este tipo de prática certamente não ocorre de forma sistemática e regulatória para a organização do comércio de rua no Centro de Belo Horizonte.

Por meio das percepções que têm os entrevistados acerca do emprego atual, apesar de se tratar de um trabalho “pela Prefeitura”, o que se nota é que o apresentam como um “emprego normal” (Lallement, 2019). Isto é, trata-se de uma posição ou uma experiência de trabalho que potencialmente não gera rupturas em suas trajetórias laborais. Ao contrário, aparece como continuidade, tendo em vista as outras atividades igualmente subalternas e “normais” do passado e presente, mas também socialmente percebidas, pela identificação junto aos pares de seus lugares sociais de destino.

Apesar de haver certo reconhecimento compartilhado acerca da importância de uma aptidão (ou “perfil”) para a realização de determinadas tarefas como auxiliar de fiscalização, a entrada desses sujeitos para o emprego não se dá por uma demanda de qualificação específica desde os contratantes. No geral, as aptidões se manifestaram como adequação e encaixe às tarefas com o decorrer do tempo de serviço, dado o processo de aprendizado prático e de variadas identificações de cunho subjetivo. É preciso dizer que as funções assumidas pelos auxiliares são bastante maleáveis e com pouca prescrição formal, dada a grande margem de desígnio dessa mão-de-obra para demandas diversas.

Por outro lado, o que os entrevistados alegam ter chamado a atenção na vaga de emprego na fiscalização foi a possibilidade de um serviço “tranquilo”, “normal”, ou “como outro qualquer”. O caráter de normalidade diz respeito, por sua vez, às experiências nos trabalhos entre os quais eles e seus pares circularam e ainda circulam, mesmo sem se manterem em expectativa de ascensão. De modo geral, a preponderância desse pragmatismo sobrepuja (ou pelo menos esconde) uma narrativa de encaixe e desencaixe de suas identificações pessoais com relação a suas trajetórias laborais. Na medida em que são compelidos pela urgência de estarem empregados, ou pelo menos recebendo alguma renda fixa, lhes parece natural que se engajam em atividades que percebam como genéricas.

No caso daqueles que ingressaram antes de 2013, a jornada reduzida (36 horas semanais), muitas vezes, foi um fator atrativo, já que representava a possibilidade de manter uma renda fixa (ainda que baixa) em um trabalho formal e ainda poder acumular outras atividades, como algum outro emprego, “bicos” e/ou estudos. Com o aumento da jornada para 44 horas semanais (acompanhado do aumento de salário proporcional), alguns inclusive pediram demissão por não conseguirem conciliar com outras atividades remuneradas que conferiam maior rendimento proporcional. Os demais, por outro lado, escolheram a estabilidade do salário fixo, como Douglas (23 anos, atua no *plantão*) que trabalhava como entregador para uma lavanderia; Geraldo (52

anos, atua como *Apoio*) e Raimundo (34 anos, atua como *Apoio*) como garçons em restaurantes; sem contar Erik (25 anos, atua no *plantão*) que, nessa época, ainda persistia cursando Engenharia Mecânica antes de interromper por não conseguir pagar as mensalidades.

Para a análise de trajetórias, também interessa compreender os sentidos do que se prospecta e idealiza. Por isso, outro fator importante para a caracterização geral desses relatos, foi a recorrente indicação do concurso para Soldado da Polícia Militar como uma possibilidade de “subir na vida”, denotando a ideia de “escape” ao traçado comum dessas trajetórias. Muitos já tentaram o concurso, muitos outros afirmam pelo menos interesse. Mesmo tendo ocorrido mais entre os auxiliares mais jovens, pode-se dizer que essa identificação compartilhada aponta para a conformação de um público que convencionou certo tipo de estratégias de vida e que, potencialmente, traça certo tipo de carreira.

Sobretudo, esse tipo de identificação coletiva situa o grupo profissional em meio a um campo de trabalho convencionalmente masculino e de baixa remuneração, ligado à vigilância e segurança, seja nos setores privado ou público. Configura-se assim como um circuito de mercado que não lhes é exclusivo, porém é pelo qual esses trabalhadores caminham com mais facilidade entre trabalhos (“fichados” ou informais; fixos ou temporários), por meio de redes de indicação, compartilhamento de informações e currículos.

Dentro desta lógica, o concurso para se tornar Soldado da Polícia Militar parece a maioria destes homens como uma oportunidade excepcional (relativamente às inserções usuais) de galgar uma carreira promissora e estável – financeiramente ou em termos do reconhecimento social. O ofício foi indicado por alguns como próximo de suas aptidões e interesses, mas também é idealizada tanto no que diz respeito às condições de trabalho, quanto à maior clareza de atribuições, isto é, “fazendo o certo”, como explicou-me Douglas no relato a seguir.

Douglas: Primeiro [motivo] é o salário, e outro porque... ah, é uma carreira. O serviço também acho que não é ruim de fazer não. Você está fazendo o certo.

Tarcísio: Como assim?

Douglas: Ah, você vai ter uns problemas e tal, mas você vai ter... tipo assim, deixa eu ver como é que eu vou te explicar. Você vai fazer cumprir a lei. Você vai fazer o seu serviço.

Para muitos auxiliares de fiscalização, o futuro como policial passa a ser uma abstração de futuro conveniente e, sobretudo, plausível enquanto estratégia de ascensão social, o que se reforça porque, como já mencionei, convivem

com policiais no contexto de trabalho¹⁴. Esta representação reflete uma espécie de racionalização de possibilidades, que leva em conta a maneira como eles se enxergam dentro das vicissitudes do mercado (por meio de suas capacidades individuais, mas também com relação aos valores compartilhados); e as expectativas individuais – porém de fundo social – acerca do sentido de suas trajetórias.

O caso de Erik é emblemático. Em sua entrevista, apresenta o sonho de se formar em Engenharia, um objetivo que ainda lhe parece distante, apesar de já ter iniciado os estudos. Posteriormente, em outro momento, em um intento por ser mais “realista”, também diz ter vontade de ser aprovado no concurso para policial. Diante de sua trajetória e origem social, mas também entre os dois caminhos que abstrai para o futuro, o jovem Erik identifica seus “lugares sociais” em sua percepção das probabilidades.

Por outro lado, por meio da perspectiva que as trajetórias oferecem, é possível perceber que o emprego como auxiliar de fiscalização faz parte de um nicho do mercado de trabalho bastante amplo e genérico pela diversidade de tipos de trabalho. Este posto se destina a homens das classes populares (normalmente moradores dos bairros de periferia), com baixa escolaridade, com baixa pretensão salarial, pouco profissionalizados. Portanto, independentemente se estão situados em circuitos específicos dentro de um mercado de trabalho, a sucessão de empregos, “bicos”, empreitadas e atividades econômicas variadas reitera o que parece ser uma condição social própria da trajetória desses homens trabalhadores que “se viram” e sempre “se viraram”.

Diante da perspectiva das zonas cinzentas do assalariamento, não há nada de controverso na história de Erik, por exemplo, que entrou há poucos anos no mercado de trabalho e já experimentou atividades como a de trabalhador rural, embalador, estoquista, vendedor em loja de sapatos e, agora, auxiliar de fiscalização; ou o experiente Geraldo que foi pintor, pedreiro, eletricitista, garçom, auxiliar de corte de mármore, embalador de remédios, *office boy*; ou mesmo Renato (60 anos, atua no *plantão*) que mesmo tendo trabalhado quase que exclusivamente como carregador de cargas, passando por várias empresas, “se fichou” na Prefeitura pela expectativa de acumular seus últimos anos como contribuinte regular do INSS¹⁵, trabalhando em algo menos fisicamente desgastante em seus últimos anos antes da sonhada aposentadoria.

14 Lembro-me de presenciar, dentro da Kombi do Apoio, um auxiliar demonstrando curiosidade com o revólver do policial militar que acompanhava as ações. Interessado, o auxiliar fazia perguntas sobre o trabalho policial e pedia para segurar a arma, o que foi negado constrangedoramente pelo policial que considerou o pedido como uma brincadeira.

15 Instituto Nacional de Seguro Social.

Ressalto a importância para olhar a sucessão de atividades como um aspecto central para a formação das subjetividades expressas pelas trajetórias narradas. A circulação frequente entre trabalhos não necessariamente confere mobilidade social ou mudança constante de estratégias de vida. Contrariamente, denota a naturalização da racionalidade da “viração”, principalmente porque normalmente figuram, ou pelo menos assim se assumem, como provedores em suas famílias. Geraldo, por exemplo, começou a trabalhar ainda criança e, desde então, acostumou-se em acumular empregos e bicos de todo tipo. Segundo ele, “trabalhando dia e noite, o meu está garantido!” e “não pode parar né. Se parar, enferruja”, referindo-se à probabilidade de não parar de trabalhar mesmo depois de se aposentar.

Desse modo, atribui-se sentido às surpreendentes histórias frequentemente relatadas sobre conversões de auxiliares de fiscalização para vendedores ambulantes, e vice-versa. Guardadas certas especificidades, ambas as atividades estão contidas no horizonte de saídas plausíveis, e até mesmo moralmente aceitáveis, para homens pobres das cidades brasileiras. Douglas conta com naturalidade sobre seu pai que trabalhou por muitos anos como vendedor de balas no Centro e depois passou a atuar como *coletinho azul*.

Tarcísio: Como é que era para ele ter sido camelô e depois ter sido parte da equipe de fiscalização?

Douglas: Ah, normal, porque na época aqui que ele chegou, ele nem conhecia ninguém. Ninguém sabia não. Porque na época não tinha fiscalização igual tem hoje. Na época era praticamente liberado. Tem muitos anos atrás.

Aspectos articulados à racionalidade da “viração” são a capacidade de conciliação das atividades acumuladas, de mobilização de redes de indicação para trabalhos, de negociação de demissões e direitos trabalhistas com os patrões. Imersos em uma “zona cinzenta” para além das referências do trabalho assalariado, os sujeitos circulam com certa destreza pelo universo do trabalho precário, entre experiências pela informalidade, subcontratações de todo tipo e empregos com registro formal. De formas diversas, apreendem sua condição como trabalhadores também pelos direcionamentos estratégicos necessários para a “viração” desde a socialização primária (Berger; Luckman, 2004), como uma herança de classe aprendida desde as relações familiares principalmente (Cabanés, 2011).

Por este ponto, ressalto a importância que as referências familiares masculinas tiveram para a construção dos relatos pelos entrevistados, em torno de

como se situam e caminham pelo mundo do trabalho. Esse fator fica explícito dentro das narrativas desde a iniciação no mundo do trabalho, como se ilustra pelo exemplo de Douglas e seu pai que o inseriu na maioria de seus empregos; como rede primária de orientação e indicações, como no caso de Geraldo e seu irmão mais velho que lhe insere em vários “bicos” noturnos e de final de semana; ou, de forma mais abrangente, no que diz respeito à transmissão de valores, como aponta Raimundo e a centralidade que confere ao peso de sua “criação” para sua postura como trabalhador e homem de família:

Tarcísio: O fato do seu pai ser militar, você acha que isso teve muita influência na sua vida, na sua criação?

Raimundo: Teve. Meu pai me ensinou a respeitar as pessoas, quando uma pessoa está falando você espera a pessoa acabar de falar para a gente chegar e falar. E lá em casa era assim: se chegou uma pessoa na casa e a gente não cumprimentou, não levantou e deu benção no meu pai e deu um beijo no rosto da minha mãe, apanhava. “Vocês me dão licença que eu vou tomar um banho ali”. Tinha que pedir licença. “Dá licença que eu vou me retirar aqui, vou estudar... vou trabalhar...”

Tarcísio: E assim você cria seus filhos também?

Raimundo: Assim que crio meus filhos. Não crio meus filhos batendo, gritando, espancando. Chegou da escola, “me dá sua mochila, deixa eu ver o que você fez, que exercício tem para você fazer? Se tiver algum exercício que você não sabe fazer, vamos lá sentar na mesa lá. Acabou de fazer? Vamos lá lavar a mão e tomar um café. Vai lá tomar um café lá”. “Ah, papai, quero brincar.”, “Pode. Tantas horas e dentro de casa. Com quem você está indo? Onde você vai?”, “ah, vou na casa de...” “pode. Na hora que você chegar lá você pede para ela me ligar”. Então, acho que estou fazendo o melhor para os meus filhos, no meu modo de vista. Mas muitas pessoas, que nem as minhas cunhadas, falam que eu sou muito rigoroso com eles, sou muito rígido com eles. A sobrinha da minha mãe com 13 anos já estava grávida. Meu filho tem 12, tenho uma filha de 5. Daqui há pouquinho está mocinha. Meu menino tá rapazinho. Se junta com os meninos e vai usar droga, vai fazer coisa errada... Aí eu não quero. A educação que eu tive, eu quero passar para eles.

Como vimos nesta seção, por meio da análise das trajetórias, é possível delinear algumas das dinâmicas e estruturas pelas quais as vidas de trabalho estão assentadas, incluindo a passagem e atuação no posto de auxiliar de fiscalização. O esforço foi, portanto, situá-los por seu grupo profissional

dentro de um panorama mais geral de mercado de trabalho e em termos de estruturações mais amplas como classe/origem social, o que está inscrito nos sentidos que atribuem ao trabalho em suas variadas formas e expressões. Nesse sentido, chamam atenção alguns aspectos relevantes dessa caracterização, referentes ao peso das construções de gênero, tanto no que se refere a uma segmentação estrutural das atribuições, quanto às formas de agenciamentos.

Fabricando auxiliares de fiscalização: formas de apropriação dos papéis de gênero

Seguindo a proposta analítica acerca da imbricação de categorias de trabalho e gênero, resalto, nesta seção, como os papéis de gênero são desempenhados e podem servir como motes para a compreensão do funcionamento da fiscalização “ao nível de rua”, dependente do contato direto com os públicos-alvo (Lipsky, 1980). Para ir além da associação do “trabalho do controle” como trabalho masculino, é preciso compreender como este aspecto estrutural se delinea pelas características próprias do expediente da fiscalização de rua. Isto é, trata-se de compreender os sentidos da delegação do “trabalho sujo” (Hughes, 1958) – perigoso, de atribuições imprecisas, fisicamente desgastante – para este grupo de funcionários terceirizados.

Faz-se preciso apontar que não há determinismo com relação à associação do gênero masculino ao trabalho do controle (policiais, seguranças, porteiros, soldados, fiscais, por exemplo), uma vez que existe algum espaço, ainda que limitado, para as mulheres nesses segmentos do mercado de trabalho. Trata-se de indicar que determinadas atividades parecem se convencionar enquanto reflexos de processos mais amplos de construção do gênero na sociedade. Dentro das organizações, aspectos de gênero são definidores para a delimitação e designação de tarefas, atividades, sociabilidades, hierarquias etc.

A influência do militarismo para a fiscalização sobre ambulantes é um dos pontos centrais para compreender como se dá a intersecção entre as disposições tipicamente masculinas; ao mesmo tempo em que dão forma e sentido aos propósitos institucionais. Sem me aprofundar nesta discussão, é preciso salientar que vários postos de comando na fiscalização são ocupados por oficiais militares reformados; além disso, os modos estratégicos de dispersão territorial também são desenhados de forma a se alinhar com as operações da Polícia Militar de Minas Gerais. Decorre, portanto, que essa permeabilidade institucional se faz desde a elaboração estratégica projetadas pelos estratos superiores; à influência sobre as subjetividades dos operacionalizadores nas ruas.

Em pesquisa sobre o Exército Brasileiro, Rosa (2007), sob a ótica bourdieusiana, resalta a existência de um *campo militar*, em que é possível identificar

a emergência de um *habitus* correspondente e operante, o *habitus* militar. O protagonismo dos homens neste campo se dá enquanto elaboradores das regras do jogo. Em outras palavras, é possível dizer que jogam o seu próprio jogo com vistas na reprodução do mesmo. O autor discute sobre a associação entre o *habitus* militar e o *habitus* masculino, e diz que a combinação “Homem-Militar” torna-se naturalizada, inscrita na “ordem das coisas” (Bourdieu, 1999, Wacquant, 2002, apud Rosa, 2007). Esse quadro se manifesta quando se traduz em *violência simbólica* dentro da organização. Segundo o autor, as mulheres¹⁶ que, por sua vez, tiveram uma entrada efetiva no Exército Brasileiro apenas recentemente, acabam participando do campo apenas mediante certa “conversão” subalternizada.

O atrelamento de papéis de gênero à elaboração de determinados ofícios se torna, portanto, uma representação coletiva que se materializa pela reprodução de padrões de condutas, de discursos, expectativas compartilhadas e representações normativas que sustentam as instituições. Nessa perspectiva, autore(a)s como Poncioni (2005), Storani (2010) e Muniz (1999) apontam que as narrativas de justificação do trabalho policial (militar) são determinadas por simbologias e formas de agir que resultam e se sedimentam em um *ethos guerreiro* (combatente, viril, masculino). Reproduz-se, desta forma, padrões de comportamento que legitimam simbolicamente o trabalho do policial, à vista de todos, encorajando a agressividade como fator necessário para o cumprimento de suas obrigações públicas; ao mesmo tempo, em que se afirma enquanto homem (Poncioni, 2005).

No caso do campo da fiscalização, a ideia de *habitus militar* ou *ethos guerreiro* encontra-se diferencialmente difusa enquanto sistema normativo e de valorização, que produz efeitos gerais, mas que também alimenta crivos e distinções internas importantes. A inclinação à atitude policialesca e combativa, próximas de um *ethos guerreiro*, fica evidente principalmente por meio do trabalho das *equipes de Apoio*. Como já caracterizado, o *Apoio* tem a sua origem e seu funcionamento bastante conectado a uma espécie de mutualismo construído entre a fiscalização e a Polícia Militar, meio pelo qual, na prática, os agentes de *Apoio* aprendem modos de operação, códigos, gestos e desenvolvem, assim, sua autonomia no trabalho (Terressac, 2012). A fala a seguir demonstra como as tarefas da fiscalização na rua chega a se confundir com a dos policiais.

16 Em uma pesquisa sobre a entrada das mulheres na Polícia Militar paulista, Denari (2017) revela que à elas, normalmente, são separadas funções de menor prestígio segundo a lógica da sociabilidade e das hierarquias policiais dentro da organização. Estas funções normalmente não estão ligadas ao combate direto à criminalidade, mas a funções paralelas como suporte administrativo, relacionadas ao policiamento comunitário ou ao *care*.

Tarcísio: E você já pegaram ladrão assim na rua?

Raimundo: Nossa Senhora, muito! Muito, muito. Às vezes a gente pega, às vezes é o polícia que fala “me ajuda aqui, na abordagem aqui”, a gente só cerca assim “fica quieto aí, fica quieto aí!” O Vando, o Vanilson, o Paulete, o Wellington, o Albert também, os outros meninos, [...] eles pegam mais porque eles trabalham à tarde, e à tarde tem mais roubo, que é a hora que o pessoal está saindo do serviço, estão cansados né, aí esquecem o telefone assim [aponta para o bolso de trás da calça]...

Tarcísio: Mas esse negócio de pegar ladrão... os seus chefes estão de boa com isso?

Raimundo: Tá, tá de boa.

Tarcísio: É arriscado né...

Raimundo: Às vezes eles falam “gente, não mexe não porque é ruim...” Porque é assim, a gente é uma equipe. Se o PM pede a ajuda da gente, a gente ajuda, porque quando a gente pede a ajuda dele ele ajuda a gente né.

Essa aproximação se evidencia, de modo geral, enquanto racionalidade operante nesta frente da fiscalização, inscrita desde a formulação dos discursos em torno da intervenção direta; da incorporação de responsabilidades sobre certa “ordem pública”; a identificação frequente de inimigos/adversários; a territorialização do espaço público e até mesmo a aceitação da violência física como fator inerente ao trabalho da fiscalização desempenhada nos espaços públicos¹⁷.

Deste modo, naturalizam-se as situações de violência como próprias do âmbito das responsabilidades individuais, tanto as agressões praticadas quanto as sofridas¹⁸.

Raimundo me mostra também uma cicatriz que tem no tórax, resultado de uma facada que tomou durante um conflito com camelôs, após uma ação de apreensão arriscada perto da Rodoviária. “Já levei paulada, pedrada,

17 Algumas reportagens, de períodos e jornais diferentes ilustram o argumento, como “Fiscais que lidam com ambulantes revelam clima de insegurança e medo” ilustra o argumento (Lopes, 2015); “Camelôs e ambulantes reclamam de violência de guardas durante fiscalizações” (Oliveira, 2017); “Briga entre camelôs, policial e fiscais termina com detidos em BH” (G1, 2019).

18 Este é um dos fatores mais flagrantes da situação de precariedade do emprego como auxiliar de fiscalização. Como são terceirizados, o Poder Público se isenta da responsabilidade de lidar com as situações de violência, enquanto a empresa contratante garante pouca resposta efetiva que assegure os trabalhadores. Enquanto a Prefeitura se isenta de algumas responsabilidades por não ser contratante, os auxiliares evitam ao máximo cobrar ou pressionar a empresa por medo da demissão. Quando se envolvem em brigas com ambulantes, os auxiliares são levados à delegacia e respondem às agressões como civis comuns, descontextualizados de sua situação de trabalho, diferente do que ocorreria com fiscais ou policiais militares em serviço como funcionário públicos protegidos.

facada”, conta espontaneamente logo no meu primeiro dia acompanhando o trabalho na Kombi da companhia. Alan confirma o fato de que estejam vulneráveis às agressões e as situações de violência na rua, mas faz questão de dizer que não deixa barato: “Tem vez que eu apanho, mas quando é assim, eu mais bato do que apanho.” [extrato de caderno de campo]

A racionalidade (masculina, portanto) própria de uma representação dura e estrita acerca de suas atribuições e sua participação ativa no controle social se generaliza dentro do campo operacional da fiscalização uma vez que cria repertórios discursivos e hierarquizantes. Aparta-se um suposto “controle real” do *Apoio*, à etapa do trabalho de vigilância e negociação realizado nos *plantões*. A tarefa da vigilância passa a ser vista internamente como a parte fraca, vulnerável, impotente e passiva do processo. No contexto da fiscalização em Belo Horizonte, por mais que as ações de apreensão dependam, em grande medida do trabalho ostensivo feito pelos *coletinhos azuis*, o que se observa é a invisibilização desses, em detrimento de uma exaltação da importância e da efetividade das apreensões de mercadorias.

Durante meu contato com o campo, percebi que existe uma grande distância (e uma suposta hierarquia de *status*) entre as duas modalidades de auxiliares – *coletinhos* e *Apoio* –, que parecem opostas, pelo ponto de vista das representações que elaboram de si e sobre o *outro*. A começar, os auxiliares que compõem as *equipes de Apoio* em curso regular de rotina não se reconhecem pela mesma denominação dos demais: como auxiliares. Como não usam uniformes ou qualquer tipo de identificação, muitas vezes, precisei perguntá-los se eram auxiliares, já que se confundiam com os seus superiores¹⁹ que também trabalham à paisana, usando calça jeans, camiseta, tênis/sapato. Ao conhece-los, apresentam-se como *Apoio*.

Apesar de receberem o mesmo salário, trabalharem sob a mesma carga horária e terem o contrato de trabalho assinado da mesma forma, agentes do *Apoio* e *coletinhos azuis* frequentemente destacam suas diferenças relativas aos procedimentos, mas também à valoração das condutas. Mais do que isso, percebe-se que o discurso de identificação para com as tarefas do trabalho passa pela comparação com a tarefa do *outro*, como fica claro no extrato de caderno de campo a seguir.

Alan [agente do *Apoio*] conta que essa equipe é resultado de muita “peneira”, afinal, “muitos desistem porque não aguentam a pressão”, o ritmo e os riscos da atividade, e então pedem transferência para o plantão. Alan relata

19 Certa vez, Adilson sinalizou que percebe, enquanto supervisor ainda novato, que os agentes do *Apoio* costumam ser mais próximos e ter mais respeito (“ter mais moral”) dos fiscais e gerentes do que os próprios supervisores, que, obviamente, estariam acima dos auxiliares dentro da hierarquia oficial.

que muita gente não entende porque ele continua nesse trabalho, e ele responde que é por que “gosta da adrenalina” e que não suportaria o trabalho dos azuizinhos no *plantão*, pois julga ser “muito parado”. Diz também que sentiria certa sensação de impotência diante dos conflitos com os camelôs: diferente do Apoio, os outros auxiliares “não podem reagir de nenhuma forma”, a não ser chamando o Apoio e a Polícia Militar como último recurso. [...] Disse que o trabalho no Hipercentro é “muito difícil”, mas que eles têm conseguido bons resultados. Raimundo [agente do *Apoio*] me mostrou uma foto das mercadorias da última apreensão que realizaram com ambulantes, segundo ele a maior apreensão de cigarro contrabandeado já realizada em Belo Horizonte. Também havia uma foto tirada de uma espécie de cartaz colado na sede da fiscalização, exposta em reconhecimento do feito; junto à foto da apreensão e a outra de todos os responsáveis pela ação. Pedi as fotos para Raimundo que não se incomodou em me enviar utilizando o *bluetooth* do celular. [extrato de caderno de campo]

Como Alan (26 anos), frequentemente, os agentes do *Apoio* destacam o sentimento de empolgação de estar à frente das apreensões, assim como o orgulho por encararem tarefas que consideram difíceis, além da sensação de potência por estarem nas linhas de frente; posto em paralelo à impotência e ao tédio que apontam para caracterizar o trabalho no *plantão*.

Essa hierarquização se legitima também por meio do reconhecimento dos superiores, demonstrando que estes valores não estão restritos. Atenção para a forma com que Raimundo narra sua passagem do *plantão* para o *Apoio*, como se fosse uma ascensão profissional e um episódio de inflexão para sua trajetória.

Raimundo: Eu entrei aqui para ficar de colete, que nem os meninos do *plantão* né. Quando eu entrei aqui, eu trabalhava de... ah... 11 e meia às 5. De 11 às 5? Não estou lembrado de que horas até que horas... tem muito tempo. [...] Aqui é meu *plantão*, aqui não tem “tora” [venda ambulante] não. No lugar onde eu ficava de *plantão* de colete azul, eu tirava os caras mesmo. Não deixava eles venderem não. [...] Teve uma vez aqui na Tupinambás com Rio de Janeiro que eu cheguei perto do cara: “meu irmão, muito boa tarde, você podia tirar sua barraca aqui porque aqui é meu *plantão* e aqui você não vai poder vender não.” Aí ele pegou e falou assim “meu irmão, vou falar com você um negócio. Você chegou na rua agora. Eu sou ex-presidiário. Eu estou aqui para ganhar o meu.” Eu falei “olha aqui, o que você é, o que você deixou de ser para mim não é problema meu. Aqui é meu *plantão*. Você não vai sair não?”. “Você sair não véi, vou sair não!”. Biquei a banca dele! Dei um bicudão

que voou DVD para tudo quanto é lado! Aí ele pegou e falou assim “Cê é doido, você está mesmo caçando confusão comigo!”. Aí eu falei “pode vir! Eu estou pedindo com educação, na moral, e você não quer sair, aí eu tenho que fazer isso mesmo.” Aí na época o Major [um militar reformado, seu supervisor na época] gostou da minha atitude de ter feito isso e falou “nossa, você não pode ficar no *plantão* não. Você vai trabalhar no Apoio. Nós vamos montar uma outra equipe da Sexta Cia do Apoio, mas vai ser da manhã. Você tem disponibilidade de trabalhar de manhã? Falei “nossa, tenho sim, vamos trabalhar de manhã.” Aí comecei a trabalhar no *Apoio*. Montou uma equipe e me colocou.

Por outro lado, desde o ponto de vista dos auxiliares do *plantão*, também se confirma a lógica de oposição entre os “perfis”. Foram recorrentes as críticas feitas aos agentes do *Apoio* que são apontados constantemente por não obedecerem aos supostos limites de suas atribuições, por serem, frequentemente, “folgados” e truculentos com os ambulantes.

O relato a seguir foi produzido durante trabalho de campo, quando acompanhava o *plantão* no centro da cidade. Um dos auxiliares em *plantão* foi Vagner (33 anos), com quem tive maior proximidade e acabou confessando seu ponto de vista sobre os colegas que fazem as apreensões:

O auxiliar me descreve o seu trabalho como uma atividade que depende muito do que chamou de “técnica”, isto é, uma maneira de dizer que existe um comportamento adequado nesse tipo de serviço, “como tudo que se faz”, explica. Segundo ele, um aspecto determinante do trabalho é a maneira de realizar a abordagem, que deve ser tranquila e bem medida, quer dizer, o auxiliar deve saber entender “até onde pode ir”, e aponta: “até policial sabe a hora que tem que recuar”, “se você sabe como evitar [problemas, confusões], por que não evitar né?!” Diz ainda que é comum que alguns ambulantes aca-tem mais tranquila e rapidamente seu pedido para dispersarem em respeito à forma gentil, “com educação”, com que lhes trata.

A fim de fazer um contraste à sua conduta “técnica”, conta-me sobre alguns outros auxiliares que, segundo ele, extrapolam o papel como auxiliar de fiscalização. Ele se referia a determinados auxiliares do Apoio (ainda que alguns azuizinhos também tenham esse tipo de atitude), e os denominou como “vibradores”, “sangue nos olhos”. Conta que não se identifica com estes colegas pois eles excedem o que o serviço e as situações demandam: agem com truculência, ameaçam os ambulantes, tomam as mercadorias (às vezes sem a presença ou a ordem do fiscal), correm atrás de assaltantes, e

mais, segundo Vagner, pensam o seu território de atuação como sendo “área deles”. Em tom crítico, se pergunta: “por que não fazem concurso pra polícia então?”. [extrato de caderno de campo]

Em comparação aos “truculentos” agentes de *Apoio*, Vagner valoriza sua capacidade de comunicação, de abordagem pacífica, sua “técnica”, como diz. Os critérios dessas diferenciações estão no núcleo do que seria a criação de identidades laborais, fruto de uma socialização contínua, vivida e reproduzida por estes grupos e subgrupos de trabalhadores no curso da “construção de si” (Dubar, 2012). Constantemente postos a se comunicarem e a negociarem com os ambulantes para tornar o serviço exequível, partem de vieses distintos sobre a mecânica do controle e para atribuírem sentidos aos papéis que assumem. Por efeito, apresentam diferentes referências do que seria uma conduta adequada para o trabalho, porém também integrado dentro de uma ética da respeitabilidade entre trabalhadores que, na maioria dos casos, trata-se de uma relação entre homens.

Auxiliares de fiscalização e ambulantes tomam ônibus para as periferias, se cruzam pelas ruas do Centro e dos bairros, cruzam-se nos mesmos espaços de lazer, reconhecem-se por falarem as mesmas gírias, têm origens sociais semelhantes. Frente a isso, o trabalho de “proximidade” representado pelas abordagens diretas aos ambulantes só se faz possível (e é assim instrumentalizada) devido ao compartilhamento de códigos, valores, experiências de vida entre os atores dos dois grupos, tornando plausível a coexistência da fiscalização e do comércio ambulante. Assim, valida-se o modelo de regulação do comércio ambulante que tem como base a força de trabalho dos auxiliares de fiscalização. Isso se faz mais evidente pela atuação dos *plantões*, quando há facilitação da negociação das regras, mas também pelas situações de apreensão, por meio da naturalização da violência como parte da experiência de trabalho, tanto de quem apreende, quanto de quem tem as mercadorias apreendidas.

Se, por um lado, as diferenças procedimentais e de conduta entre os dois grupos expõe hierarquias internas; por outro, as referências dessa distinção revelam o que há de transversal enquanto característica desse grupo profissional. Entre uma etapa da mecânica de controle e outra, entre negociações e apreensões, o corpo operacional da fiscalização se divide e aprende a se situar diante dessas representações grupais aparentemente ambíguas.

Apesar de subalternos, os auxiliares são agentes ativos da gestão dos espaços. Tanto no contexto do *plantão* quanto no *Apoio*, por meio da prática de trabalho dos auxiliares produz-se dinamicamente os parâmetros de diferenciação entre o tolerável/intolerável, regular/irregular, formal/informal. O

papel que cumprem para a dinâmica da fiscalização converte-se, portanto, em instrumentos para a legibilidade de públicos-alvo (no sentido de Scott, 1998) e, por fim, participam da produção dos parâmetros de ação estatal na gestão dos espaços públicos.

Considerações finais

Neste texto, busquei analisar os principais aspectos que circunscrevem o trabalho dos auxiliares de fiscalização, com base em suas principais frentes de atuação. Levo em conta suas especificidades operacionais e de experiência laboral para, finalmente, compreender como são mobilizados como força de trabalho da fiscalização do comércio ambulante. Para isso, atentei-me desde à disponibilidade para os tipos de atividades e seus riscos, o reconhecimento de seus referenciais de conduta e as formas de individualização/responsabilização característicos do nível operacional (e subalterno) da fiscalização. Por meio da maneira com que os auxiliares de fiscalização se compreendem, são compreendidos e se relacionam com os demais, é possível analisar a agência estatal para além do que está anunciado desde um ponto de vista formal.

De forma geral, o trabalho dos auxiliares em ambas frentes funcionam como amortecedores de conflito. O trabalho nas “pontas” antecipa-se à participação dos fiscais e de outras autoridades. Isto é, a atuação de centenas de funcionários terceirizados e de baixa remuneração diminui a carga de trabalho “de rua” do plantel bastante enxuto de fiscais concursados, escolarizados e bem pagos.

Destaco que esta configuração demonstra a potência gestonária da terceirização. As tensões da rua, quando circunscritas ao rol de atuação de funcionários, mascara as controvérsias políticas por trás da ocupação dos ambulantes nos espaços públicos. Isso quer dizer que a pouca prescrição das funções e o caráter relacional inscritos nas tarefas diárias dos funcionários deste nível operacional ganham positividade pelo ponto de vista de uma administração dos conflitos sociais.

O olhar atento aos elementos que compõem as trajetórias e as dinâmicas interacionais da rua indica a compreensão dos papéis desempenhados por estes sujeitos e, mais amplamente, os modos de governança estruturados pela instrumentalização dessas disposições práticas. O trabalho dos auxiliares da Prefeitura de Belo Horizonte – tanto no *plantão*, quanto no *Apoio* – apresenta-se como uma peça fundamental para a conformação do modelo de controle social em questão que, por sua vez, apresenta-se como expressão típica da governabilidade neoliberal.

Referências

- ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. *A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). CECH – UFSCar, 2016.
- . *Os toreros em Belo Horizonte: construindo caminhos na contramão das ruas da cidade*. CADERNOS CERU (USP), v. 29, 2018, pp. 361-388.
- AZAÏS, Christian. A zona cinzenta do assalariamento: os contornos da legalidade. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera (orgs.). *Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2010, pp. 167-198.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999.
- BUREAU, Marie-Christine; GIRAUD, Olivier; CORSANI, Antonella; REY, Frédéric. *Les zones grises des relations de travail et d'emploi. Un dictionnaire sociologique*. Paris, Teseo Press, 2019.
- CABANES, Robert. Qual dialética é possível entre o espaço público e o privado? In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera da Silva. *Saídas de emergência*, São Paulo, Boitempo, 2011, pp. 437-459.
- DENARI, Giulianna B. Discussões sobre o trabalho feminino na Polícia Militar do Estado de São Paulo. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, v. 5, n. 8, 2017.
- DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cad. Pesqui. São Paulo*, v. 42, n. 146, 2012, pp. 351-367.
- ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Centauro, 2002.
- G1. *Briga entre camelôs, policial e fiscais termina com detidos em BH*. Belo Horizonte, jan. 2019. Disponível em: <[HTTPS://G1.GLOBO.COM/MG/MINAS-GERAIS/NOTICIA/2019/01/24/BRIGA-ENTRE-CAMELOS-POLICIAL-E-FISCAIS-TERMINA-COM-DETIDOS-EM-BH.GHTML](https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/24/briga-entre-camelos-policial-e-fiscais-termina-com-detidos-em-bh.ghtml)>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; CEBALLOS, Marco. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo? *Cad. CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 457-461.
- GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; SANTOS, Yumi. Garcia dos. Care e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 166-182.
- . Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014, pp. 47-60

- _____. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: Produção local do serviço e relações de gênero*. 1 ed. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; GEORGES, Isabel. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. *Cad. Pagu*. v. 32, jan-jun de 2009, pp. 83-134.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set/dez. 2007, pp. 595-609.
- HOCHSCHILD, Arlie. R. *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Berkeley, CA, University of California Press, 1983.
- HUGHES, Everett. C. *Men and their work*. Free Press, New York, 1958.
- LALLEMENT, Michel. Qu'est-ce qu'un travail «normal»? In : BOURDU, Émilie; LALLEMENT, Michel; VELTZ, Pierre; WEIL, Thierry (Orgs.) *Le Travail en Mouvement*, Paris, 2019.
- LIMA, Jacob Carlos; COCKELL, Fernanda F. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde. *Trabalho, educação e saúde[online]*, v. 6, n. 3, 2008, pp. 481-502.
- LIMA, Jacob Carlos; MOURA, Maria do Carmo. Trabalho atípico e capital social: os Agentes Comunitários de Saúde na Paraíba. *Sociedade e estado*, v. 20, n. 1, 2005, pp. 103-133.
- LIPSKY, Michael. *Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation, New York, 1980.
- LOPES, Valquiria. Fiscais da PBH que lidam com ambulantes revelam clima de insegurança e medo nas ruas. Estado de Minas, Belo Horizonte, mar. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/26/interna_gerais,631400/fiscais-que-lidam-com-ambulantes-revelam-clima-de-inseguranca-e-medo-n.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- MISSE, Michel. *O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política*. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, 2002, pp. 68-79.
- MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, 2012, pp. 29-43.
- MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.
- OLIVEIRA, Cinthya. Camelôs e ambulantes reclamam de violência de guardas durante fiscalizações. Belo Horizonte, nov. 2017. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/horizontes/camel%C3%B4s-e-ambulantes-reclamam-de-viol%C3%Aancia-de-guardas-durante-fiscaliza%C3%A7%C3%B5es-1.572192>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

- PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de policiamento do estado do Rio de Janeiro. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, 2005, pp. 585-610.
- ROSA, Alexandre Reis. (O) Braço forte, (A) Mão amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. Dissertação (Mestrado em Administração), UFLA, 2007.
- SCOTT, James. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1998.
- . *Exploração normal, resistência normal*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 5, 2011, pp. 217-243.
- SOARES, Angelo. As emoções do care. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (org.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, 2012, pp. 44-59.
- . Como segredos: as lágrimas no trabalho. In: LIMA, Jacob Carlos. (org.) *Outras sociologias do trabalho: flexibilidades, emoções e mobilidades*. São Carlos, EdUFSCar, 2013, pp. 161-182.
- STORANI, Paulo. Vitória Sobre A morte: a glória prometida. O “rito de passagem” na construção da identidade das Operações Especiais do BOPE/PMERJ. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFF, Niterói, 2008.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (org.), *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Editora Humanitas, 2006.
- TERSSAC, Gilbert de. Autonomie et travail. In: *Dictionnaire du travail*, PUF, 2012, pp. 47-53.
- THOMAS, William Isaac; THOMAS, Dorothy. *The Child in America: Behavior Problems and Programs*. New York, Knopf, 1928.

Recebido em: 10/06/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Como citar este artigo:

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. A terceirização do controle: uma análise sobre a fiscalização do comércio ambulante, entre trabalho e gênero. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 847-872.

Artigos



O conceito de trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT): trajetória e dilemas (1970 – dias atuais)

Pedro Henrique Santos Queiroz¹

Resumo: O texto considera a definição de um conceito de trabalho escravo pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no contexto de sua prática de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. São analisados os limites e possibilidades desse conceito com base na observação de afinidades entre a atribuição êmica de significado à escravidão como “metáfora do inaceitável” e algumas das reformulações do conceito kantiano de dignidade humana pelo direito brasileiro e pelo pensamento católico pós-Concílio Vaticano II.

Palavras-Chave: Trabalho escravo contemporâneo; movimento social; dignidade

The Pastoral Land Commission (CPT) concept of slave labour: trajectory and dilemmas (1970 – nowadays)

Abstract: *The text considers the definition of a concept of slave labour by the Land Commission (CPT) in the context of its practice of fight against contemporary slave labour in Brazil. The limits and possibilities of this concept are considered from the observation of affinities between the emic attribution of meaning to slavery as a “metaphor of the unacceptable” and some reformulations of the Kantian concept of human dignity by Brazilian law and catholic thought post Second Vatican Council.*

1 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – Brasil – pedroqueirozpedro@hotmail.com

Keywords: *Contemporary slave labour, social movement, dignity*

1. Apresentação

A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no combate ao trabalho escravo foi e tem sido decisiva para a introdução e manutenção desse tema na agenda do debate político brasileiro contemporâneo. Os primeiros casos identificados nos relatos da CPT como de trabalho escravo contemporâneo aconteceram no contexto da expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira nos anos 1960 e 1970. Tais casos chegaram ao conhecimento dos religiosos atuantes na Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e sua primeira denúncia pública foi de iniciativa do então bispo prelado Dom Pedro Casaldáliga nos primeiros anos da década de 1970, ainda antes da criação oficial da CPT (que foi fundada em 1975). Desde então, e já tendo passado por várias fases, a atuação dos(as) religiosos(as) e leigos(as) que participaram como ativistas ou colaboradores da CPT tem sido de sistematização das informações que lhes chegam, atendimento às vítimas, sensibilização da opinião pública para o problema – inclusive fazendo ações de prevenção com grupos de risco – e encaminhamento de denúncias em instâncias nacionais e internacionais.

Dado que por muito tempo o Estado brasileiro não ofereceu uma definição precisa de trabalho escravo (identificado no Código Penal pela figura de “condição análoga à de escravo”), a atuação da CPT muito cedo teve que lidar com a necessidade prática de elaborar parâmetros próprios de definição conceitual para nomear o problema. Mas antes mesmo de uma definição mais cuidadosa ser sentida como indispensável por essa prática política, a ocorrência do termo *trabalho escravo* já se encontrava disseminada como categoria *êmica* (isto é, interna aquele campo de significado cultural) das populações locais e pessoas (jornalistas e policiais rodoviários, por exemplo) de alguma forma em contato com a realidade de exploração do trabalho da população que habitava a fronteira amazônica dos anos 1960 e 1970, funcionando nesse campo discursivo como “metáfora do inaceitável” (Esterci, 1994: 44).

Ao longo do tempo, a essa percepção difusa de determinadas formas de exploração do trabalho como moralmente inaceitáveis vieram se somar outras posições com maior nível de elaboração formal e possibilidade de operacionalização jurídica. Essa trajetória do conceito coincide com um movimento de intensa circulação e diálogo dos ativistas e colaboradores religiosos e leigos da CPT com instâncias governamentais e da sociedade civil, como os poderes executivo, legislativo e judiciário, universidades, imprensa, movimentos sociais, ONGs e fóruns

internacionais. Essa passagem a outro nível de formalização na elaboração do conceito é não apenas resultado do amadurecimento da compreensão teórica-normativa sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo pelos agentes da CPT, mas também, e sobretudo, resposta às novas possibilidades que se abriram à sua atuação após a redemocratização e a passagem dos sucessivos governos civis.

Decorridos sessenta e três anos da inclusão do crime de “reduzir alguém à condição análoga à de escravo” no Código Penal Brasileiro de 1940, foi apenas com a promulgação da Lei n. 10.803, de 2003, que foram indicadas as situações que servem para definir essa condição. A redação atualmente vigente do artigo 149 – que é corroborada pela CPT – define a “condição análoga à de escravo” por uma listagem de situações que a caracterizam isolada ou conjuntamente.

Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;
§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Brasil, 1940: S.p.)

A lei n. 10.803, de 2003, corrigiu uma omissão histórica do Estado brasileiro: o texto da Lei Áurea de 1888 aboliu a escravidão sem se dar ao trabalho de definir o que exatamente estava sendo abolido (Figueira, 1999: 166), enquanto que o Código Penal de 1890, o primeiro da recém-proclamada República, sequer mencionava o termo “trabalho escravo” (Fragoso *apud* CPT, 1993: 42). Não chega a ser um mistério o porquê da falta de rigor conceitual dos pronunciamentos do Estado brasileiro sobre trabalho escravo. Tendo sido um dos últimos países a abolir a escravidão e sem ter feito reforma agrária ou garantido compensação para os ex-escravos e seus descendentes, a formação do moderno mercado de trabalho no Brasil (de compra e venda da mercadoria e força de trabalho) foi marcada pela permissividade com práticas de exploração que só com uso de licença poética poderiam ser identificadas como “trabalho livre” por uma sensibilidade contemporânea².

2 Exemplos: o colonato nas fazendas de café de São Paulo, a morada na *plantation* açucareira até os anos 1950 e a imobilização de trabalhadores nos seringais da amazônica até os anos 1990 (Esterci, *Ibidem*: 62).

Com o objetivo de buscar uma entrada no campo de indeterminação, desacordo e conflito formado pela ampla diversidade de interesses e valores que se fazem representar na disputa política pela atribuição de sentido à categoria “trabalho escravo”, o presente texto irá concentrar-se no exame da evolução do tratamento dado a esse conceito em documentos da CPT e da Igreja Católica sobre o tema, com destaque para os cadernos *Conflitos no Campo Brasil*, publicação editada regularmente com periodicidade anual pela CPT de 1985 até o presente³.

A primeira parte do texto é mais extensa e faz uma leitura contextualizada das posições da CPT, privilegiando o acompanhamento em *Conflitos no Campo* de suas partes de metodologia, apresentação dos dados e textos de discussão dos resultados sobre trabalho escravo. Na segunda parte, o conceito de trabalho escravo da CPT é revisto com base na identificação de seus principais desafios (institucionalidade, convencimento e singularidade) e do apontamento de notas para a sua crítica.

2. Dando nomes aos bois: a evolução do conceito de trabalho escravo da Carta Pastoral (1971) aos cadernos *Conflitos no Campo Brasil* (1985 – dias atuais).

Religião declarada de mais de noventa por cento dos brasileiros no censo de 1970, o catolicismo foi uma das formas de expressão de descontentamento mais acessíveis à sociedade civil submetida ao regime de força dos militares no poder. O posicionamento nesse período da Igreja Católica no Brasil como espaço de resistência parece inusitado⁴ quando se considera o comparecimento em massa de importantes setores de sua comunidade de fiéis às manifestações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e o apoio ativo de seu alto clero – a começar pelo então Papa Paulo VI – ao golpe civil militar de 1964⁵. As razões desse

3 Todas as edições de *Conflitos no Campo* encontram-se digitalizadas e disponíveis para consulta no site da CPT em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 11 set. 2019.

4 Porém não inédito: na longa e complexa história da relação entre Igreja Católica e Estado no Brasil (cf. Mainwaring, 1989), houve momentos em que o púlpito permaneceu como um dos poucos espaços postos a salvo do cerceamento à livre expressão de opiniões. O exemplo mais emblemático é talvez o acusatório e mordaz *Sermão do Bom Ladrão*, proferido pelo Padre Antônio Vieira, em 1655, diante do rei e de altos funcionários do império colonial português.

Essa redoma de proteção não é, no entanto, inquebrável, como o demonstram os vários casos de religiosos perseguidos e mortos por governos autoritários, cf. “*Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs*”, no volume de textos temáticos do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

5 Ver a íntegra da nota da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por ocasião dos 40 anos do golpe em *Em declaração, CNBB admite que “setores da Igreja” apoiaram golpe de 64*, UOL, 02/042014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/02/em-declaracao-cnbb-admite-que-setores-da-igreja-apoiaram-golpe-de-64.htm>>. Acesso em: 11 set. 2019.

rápido reposicionamento da Igreja Católica no Brasil em relação a um regime cuja instauração havia, em grande parte, apoiado, não se explicam apenas por circunstâncias locais, mas se relacionam com um quadro mais amplo de mudanças profundas pelas quais vinha passando a Igreja em todo o mundo. O ritmo intenso de mudanças faz desse um período excepcional na, via de regra, bastante lenta temporalidade de mudança institucional e doutrinária do *saecula saeculorum* (século dos séculos) católico romano. O Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII em 1962 e concluído por Paulo VI em 1965, foi um dos marcos mais importantes do esforço de *aggiornamento* (atualização) da Igreja frente aos desafios postos pela modernidade ocidental: dentre as várias mudanças ocasionadas por esse Concílio (reunião de todos os bispos), destacam-se as declarações de abandono de reivindicação de ser a única e verdadeira Igreja (*Nostra Aetate* – nosso tempo), o reconhecimento da liberdade religiosa como direito fundamental (*Dignitatis Humanae* – da dignidade humana) e o uso das línguas vernaculares na missa, com o oficiante não mais permanecendo de costas para os fiéis (*Sacrosantum Concilium* – Constituição da sagrada liturgia). Os bispos da América Latina (22% dos votantes no Concílio), em geral de tendência mais progressista, conseguiram estabelecer coalizões com os bispos do norte da Europa, África e Ásia em momentos cruciais e, com isso, garantiram maior ascendência sobre os resultados do Vaticano II (Wilde, 2007: *passim*). Essas orientações foram aprofundadas na II Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, de 1968, que definiu a opção pelos pobres como condição de uma Igreja adaptada à realidade do continente. Também a partir do início dos anos 1970, ganhou força na América Latina a teologia da libertação, que propunha uma concepção de Igreja como povo de Deus em caminhada, menos centrada em seus aspectos hierárquicos e mais aberta ao engajamento militante dos religiosos, enfatizando ainda a definição da exclusão social como estado de “pecado social”, cuja caracterização analítica era feita com o instrumental teórico das ciências sociais da época, sobretudo as teorias da dependência e o marxismo.

Os pronunciamentos do sacerdote espanhol claretiano Dom Pedro Casaldáliga, entre 1970 e 1971, quando, então com 42 anos, assumiu a recém-criada Prelazia de São Félix do Araguaia, são representativos desse espírito de mudanças pelo qual passava a Igreja no Brasil e no mundo. São nesses documentos que se encontram as primeiras denúncias públicas de trabalho escravo na história brasileira recente. O informe *Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso*, publicado em setembro de 1970, quando Casaldáliga ainda era “administrador-apostólico”, e a carta pastoral *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização social* (Casaldáliga, S.d.), lançada em outubro de

1971, quando assumiu o título de Bispo Prelado (cargo que ocupou até 2005)⁶. O contexto social a que se referem é o das transformações pelas quais vinha passando a região norte do país desde 1966, com a expansão da pecuária bovina de corte apoiada por políticas de incentivo fiscal via SUDAM, o que teve entre suas consequências o crescimento do PIB da região, com maior desmatamento e chegada de fluxos migratórios (Oliveira, 2009: 521-522).

Ambos os textos apresentam para um público mais amplo⁷ as características gerais de população e território daquela região esquecida do mapa e denunciam os diversos problemas sociais observados pelos religiosos atuantes na área, desde a situação de desassistência pelo poder público e vulnerabilidade social vividas cotidianamente pela população local (indígenas, posseiros e peões) até as constantes violações de seus direitos pelo latifúndio, que se encontrava fartamente servido por políticas de incentivo de eficácia econômica duvidosa⁸. Também em ambos é apresentada documentação de apoio composta por depoimentos (a maioria colhidos em primeira mão), pesquisas acadêmicas, recortes de notícias e documentos oficiais do governo.

Os casos denunciados são de peões aliciados em outras regiões (principalmente sul de Goiás e estados do Nordeste) por intermediários (“gatos”) para empreitadas de desmatamento e preparo do pasto que se viam coagidos ao trabalho sob condições degradantes por cobrança de dívidas fraudulentas e uso de violência física. A caracterização das situações de trabalho é feita por Casaldáliga com base na compilação de vários depoimentos de peões e da descrição de suas características gerais como de despersonalização e redução à condição sub-humana: “O peão depois de suportar esse tipo de tratamento, perde sua personalidade.” Ainda segundo Casaldáliga, o não reconhecimento do valor humano age tanto sobre a autoimagem do peão, que “Vive, sem sentir que está em

6 No depoimento concedido em 2012 por Casaldáliga a Ana Helena Ribeiro Tavares, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8bo_3rUubEY>. Acesso em: 11 set. 2019, o sacerdote relata sua vinda ao Brasil, os primeiros anos de trabalho pastoral no Araguaia, a experiência com a repressão e se refere à Carta de 1971 nesses termos: “(...) foi um grito... Escrevíamos dando nomes aos bois”.

7 A parte final da carta pastoral de outubro, com o título “O Grito desta Igreja”, emite apelos “à dignidade de filhos de Deus e ao seu poder de teimosia e de esperança” dirigidos diretamente “a toda a Igreja do Brasil”, a “CNBB”, aos “‘católicos’ (entre aspas no original) latifundiários que escravizam o povo da nossa região” e às “supremas Autoridades Federais, Presidência da República, Ministério da Justiça, Do Interior, da Agricultura, do Trabalho, INCRA, FUNAI...” acrescentando em nota “À SUDAM, infelizmente não podemos apelar, pois até o momento mostrou-se exclusivamente a serviço do latifúndio” (Casaldáliga, *ibidem*: 42-43).

8 Sobre a caracterização de “eficácia econômica duvidosa”, Brito (1998) e Bunker (1985) apontam algumas das facetas da captura por interesses privados das políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia nessa época.

condições infra-humanas”, como sobre a imagem que dele fazem os moradores locais e fazendeiros que os exploram: “Peão já ganhou conotação depreciativa por parte do povo das vilas, como sendo pessoa sem direito e sem responsabilidade. Os fazendeiros mesmo consideram o peão como raça inferior, com o único dever de servir a eles, os ‘desbravadores’” (Casaldáliga, *ibidem*: 26).

As palavras de Casaldáliga coincidem com o sentido da expressão “Escravos da desigualdade”, que dá título ao livro de Neide Esterci sobre o uso da noção de escravidão como forma de se referir a formas de exploração verificadas na frente amazônica e em outros contextos. A autora registra o uso desde a década de 1960 pelo menos do termo por vários atores sociais em contato com aquela realidade – imprensa, policiais, agentes do Estado, os próprios peões – e sugere sua importância como indicação de um limite percebido para a desigualdade entre os homens, limite esse que ao ser violado coloca em risco a própria condição humana (daí as metáforas recorrentes de animalidade nos relatos sobre escravidão) e a possibilidade de vida em sociedade:

Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável, expressão de um sentimento de indignação que, afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os obviamente envolvidos na luta pelos direitos. (...) Em todas as fontes pesquisadas, foram encontradas expressões como “dormiam amontoados”, “bebiam a mesma água que os cachorros bebiam”, “vivemos como porcos”, “morando numa pocilga”, “transportados que nem gado”. Todas referem-se, explicitamente, à aproximação indevida dos homens com os animais. (Esterci, *ibidem*: 44.)

A CPT foi criada oficialmente em 1975, no encontro das igrejas da Amazônia Legal, realizado entre os dias 19 e 22 de junho, em Goiânia, por iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do qual participaram 67 pessoas de 27 dioceses ou prelazias⁹. Sua atuação é de defesa dos direitos humanos e assessoria militante em conflitos envolvendo, sobretudo, questões de posse e uso da terra e recursos naturais¹⁰. A atividade de registro e documentação

9 Dentre as quais, a de São Félix do Araguaia, tendo Casaldáliga sido vice-presidente da CPT de 1981 a 1983.

10 Com informações dos textos *histórico* e *missão* da seção *quem somos* no site <www.cptnacional.org.br>; verbete temático Comissão Pastoral da Terra no Dicionário Histórico Biográfico CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/comissao-pastoral-da-terra-cpt>>. Acesso em: 11 set. 2019. E matéria *Há 40 anos nasce a CPT*, Brasil de Fato, 09/06/2015. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/32223/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

é assumida nesse momento mais como esforço de resistência contra o risco de exclusão da memória de sofrimento e luta dos trabalhadores, o que em muitos casos significava nada mais do que a prestação dos ritos funerários condignos às vítimas do trabalho escravo (Moraes, S.d.). O depoimento do Padre e pesquisador Ricardo Resende Figueira sobre sua experiência na região do Araguaia oferece um registro da perplexidade e sentimento de indignação impotente dos religiosos nessa primeira fase de atuação de combate ao trabalho escravo:

Os STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) e a Igreja não sabiam como enfrentar o problema no Araguaia. A área vivia sob o temor por causa da repressão à guerrilha – desencadeada entre 1972 e 1974 – e a sociedade civil organizada era especialmente frágil (...) o escritório da CPT de Conceição do Araguaia só foi instalado em 1977. Logo recebeu notícias de fazendas com trabalho escravo, violência e assassinatos de peões. Mas essas informações chegavam atrasadas e não havia como levantar provas, pois, sendo o trabalho escravo temporário – começando no final de março, terminava com as primeiras chuvas –, os sobreviventes se dispersavam ou retornavam ao Estado de origem (...) A primeira atitude da equipe da CPT foi de surpresa e indignação moral; a segunda registra as informações, sem saber exatamente o que fazer com os dados. (Figueira, *ibidem*: 176)

A publicação do primeiro caderno *Conflitos no Campo Brasil* (CC) é de 1985 e sua concepção é atribuída ao Padre Mário Aldighieri, secretário executivo da CPT de 1981 a 1983 (CPT, 2014). Esse é o ano da eleição indireta do primeiro presidente civil desde o golpe de 1964 e da publicação do relatório *Brasil Nunca Mais*, iniciativa ecumênica e pioneira de compilação e denúncia sistemática dos casos de violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura. Também nesse ano o recém-criado Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) admitiu em uma série de relatórios a existência de trabalho escravo no país e legitimou registros produzidos pelo movimento social, encaminhando-os à Anti Slavery International (ASI), organização internacional dedicada ao combate ao trabalho escravo. Esse é, segundo Esterci, o ponto de início de uma nova “verdade oficial” sobre o problema, que até então era simplesmente ignorado pelo Estado (Esterci, *ibidem*: 25). Apesar das muitas variações de modelo pelo qual passou ao longo do tempo, a proposta editorial dos CC permanece basicamente a mesma desde suas origens, seguindo uma estruturação em três eixos: conflitos pela posse da terra e de recursos naturais, conflitos trabalhistas (dentre os quais, trabalho escravo) e violência contra a pessoa (ameaças, agressões, assassinatos). Cada edição

contém a apresentação das várias ocorrências de conflito em tabelas organizadas segundo uma tipologia própria e textos de análise dos resultados gerais e de alguns casos mais emblemáticos.

Os informes dos primeiros CC sobre trabalho escravo têm problemas de apresentação confusa dos dados e fundamentação conceitual quase inexistente. Desde a primeira edição (1985), há registro de casos em estados para além da região amazônica (até 1990: PI, SP, BA, RJ e RS¹¹), embora essa concentre a maior parte dos casos (sobretudo PA e MT). De 1985 a 1990 são denunciados ao todo 94 casos com número estimado de 8025 vítimas. No CC de 1990 é publicada pela primeira vez a seção “Fontes de pesquisa” com a listagem de publicações de imprensa usadas para recolhimento de informações. A seção “Nossos critérios de trabalho”, de exposição das escolhas metodológicas, é publicada pela primeira vez no CC de 1987 e a passagem sobre trabalho escravo (como caso específico de “conflito trabalhista”) permanece inalterada até o CCC de 1995: “Conflitos trabalhistas são aqueles que dizem respeito à relação de trabalho padrão X empregado (por exemplo, que desrespeitem as normas estabelecidas pela CLT), ocorrência de trabalho escravo, regime de ‘barracão’, greves em usinas e plantações etc.” (CPT, 1988: 6). Embora essa definição de “conflitos trabalhistas” mencione também “acidentes de trabalho” e “questões sindicais”, desde o CC 1992, apenas os casos de trabalho escravo são registrados nessa categoria.

O texto “a luta pelo trabalho livre”, publicado no CC de 1990, é o primeiro a apresentar uma discussão mais detida sobre os fundamentos normativos da categoria trabalho escravo. A estrutura do texto é composta por três linhas argumentativas: legal, antropológica e evangélica. Na primeira, é endossado o entendimento dos juristas Magalhães Noronha e Cláudio Fragoso¹² sobre o artigo 149 do Código Penal, segundo o qual a condição “análoga a de escravo” se configuraria pela restrição da liberdade do trabalhador. Também são mencionados como possíveis instrumentos legais de combate ao trabalho escravo a Convenção 105 da OIT, ratificada pelo governo brasileiro em 1965, e o artigo IV da Declaração Universal de Direitos Humanos. A argumentação antropológica é com base em relato de casos (PA, MT e GO) em que trabalhadores foram submetidos a aprisionamento, espancamentos e sevícias sexuais. A argumentação evangélica aparece aqui como síntese das perspectivas jurídico-legal e antropológica e indica o uso do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento do

11 Um dos problemas mais graves desses primeiros CC é que não é possível identificar neles o tipo de atividade econômica em que era empregado e quais modalidades assumia o trabalho escravo, principalmente em outros contextos que não os da frente amazônica.

12 Cláudio Fragoso é citado novamente no CC 1992.

conceito de trabalho escravo, posição essa que só apareceria nesses termos no texto dos CC de alguns anos depois:

Redução de pessoas à condição de escravos *não é somente ilegal. É imoral, abjeto, antievangélico*. Envergonha a todos os seres humanos. A problemática do campo grita por justiça, que vai desde uma reforma agrária justa e uma política agrícola que contemple o pequeno produtor; até o respeito aos direitos do trabalhador rural assalariado, principalmente os temporários; *E a aceitação dos trabalhadores como seres humanos criados à imagem e semelhança de Deus e não como animais de carga* (CPT, 1991: 11, Grifos meus).

Os CC da década de 1990 mostram uma melhoria sensível na apresentação dos dados sobre trabalho escravo: além da padronização no formato das tabelas, são incluídos gráficos e mapas que facilitam o acompanhamento de tendências de distribuição espacial e temporal dos casos. Também há ganho substantivo nas definições conceituais utilizadas. No CC de 1995 aparece o tópico “Critérios para a caracterização de trabalho escravo” em destaque ao final da seção “Nossos critérios de trabalho” (que mantém a redação dos anos anteriores sobre “conflitos trabalhistas”). De acordo com essa formulação, “o elemento central e essencial é a sujeição do trabalhador” (física ou psicológica). A dívida “crescente e impagável” é mencionada como “meio de atingir a sujeição”, que, por si só, já “caracteriza suficientemente o trabalho escravo”, esse que pode ainda ser agravado por “situações agudas”, como: “Presença de pistoleiros ou vigias armados impedindo a saída dos trabalhadores, maus-tratos, ameaças, jornadas excessivas, alimentação de péssima qualidade e insuficiente, falta de assistência médica, isolamento do local de trabalho e apreensão de documentos pessoais” (CPT, 1996: 45).

Note-se que a listagem das “situações agudas” abrangidas por esse conceito de trabalho escravo vai além dos “fortes indícios de trabalho forçado”, citados no documento de “Procedimentos da Inspeção do Trabalho na Área Rural”, de 1994 – até então o mais próximo de uma caracterização oficial de trabalho escravo¹³ –, que não fazia referência a jornadas excessivas ou condições de trabalho inadequadas:

Constitui-se forte indício de trabalho forçado a situação em que o trabalhador é reduzido a condição análoga à de escravo, por meio de fraude, dívida, retenção de salários, retenção de documentos, ameaças ou violências que impliquem o cerceamento da liberdade dele e/ou de seus familiares em

13 Note-se que o termo usado nesta instrução não é trabalho escravo, ou condição análoga à de escravo, como no Código Penal, mas trabalho forçado. Para uma análise desse documento, ver Sutton, 1994.

deixar o local onde presta seus serviços, ou mesmo quando o empregador se negar a fornecer transporte para que ele se retire do local para onde foi levado, não havendo outros meios de sair em condições seguras, devido às dificuldades de ordem econômica ou física da região. (Brasil, 1994)

A busca por legitimação institucional foi um dos principais incentivos para uma formalização mais cuidadosa do conceito de trabalho escravo da CPT. Com a maior possibilidade de colaboração com órgãos oficiais, tornou-se premente que tal conceito dispusesse de definições aproveitáveis para a operacionalização jurídica-criminal do combate ao trabalho escravo, bem como à formulação de diretrizes para políticas públicas para sua erradicação. Entre 1992 e 1994, a CPT fez pronunciamentos na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e em espaços da OIT e OEA para denunciar a ocorrência de trabalho escravo no Brasil. É também desse período o início da colaboração com ONGs estrangeiras com a já citada Anti Slavery International e a Humans Rights Watch. No plano nacional, a CPT participou ativamente de todos os fóruns criados pelo governo federal para a discussão e elaboração de políticas de combate ao trabalho escravo, desde o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado (PERFOR), do governo Collor, até a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), do governo Lula, passando pelo Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), do governo FHC. A possibilidade desse tipo de colaboração entre movimento social e Estado variou bastante de acordo com as circunstâncias, como indicam as diversas críticas, elogios e cobranças registrados nos CCC aos governantes (presidentes e governadores), agentes da Lei e funcionários dos Ministério Público e do Trabalho¹⁴.

Segundo avaliação posterior da própria CPT, os CC de 1991 a 1995 registram um valor exorbitante de trabalhadores envolvidos nas denúncias, acumulando para o período um total de 91.148 pessoas (média anual 18.230 envolvidos), embora a quantidade de casos tenha se mantido oscilante em torno de 20 casos anuais. Isso se deve à importância adquirida nesse período pelas denúncias de trabalho escravo nas carvoarias de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e à dificuldade de acesso aos locais de trabalho, de forma que as estimativas do número de vítimas nesses casos eram feitas com base em informações muito precárias, como as de número de fornos instalados e área plantada (Plassat, 2009: 90-93). O CC de 1992, por exemplo, registra 4 casos na região Centro-Oeste envolvendo 8413 pessoas e 5 casos no Norte com 165 pessoas envolvidas (CPT, 1993: 9). Em

14 No CC 1994, por exemplo, a proatividade das Delegacias Regionais do Trabalho do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais é contraposta à leniência da DRT do Pará (CPT 1995: 29).

1995, são realizadas as primeiras atividades dos Grupos Especiais, com as quais a CPT passa a colaborar na condição de principal fornecedora de denúncias.

No CC de 1997, a seção “nossos critérios de trabalho” veio acompanhada de nota indicando o processo de “ampla revisão” e caráter provisório dos “critérios de documentação” ali apresentados¹⁵. A parte sobre “conflitos trabalhistas” se encontra totalmente reformulada e agora incorpora um dispositivo formado por três conceitos: *trabalho escravo* (cuja definição é a mesma do CC de 1995), *superexploração* e *desrespeito trabalhista*. *Superexploração* diz respeito à “esfera salarial” e indica “situações em que as horas de trabalho não pagas pelo explorador excedem a taxa normal de exploração do trabalho” e *desrespeito trabalhista* “tem como referência a legislação vigente e está ligado às condições de trabalho” (CPT, 1998: 72-73). Essas definições permanecem inalteradas¹⁶ nos CC seguintes até 2011, quando a definição de trabalho escravo indicada na seção de metodologia passa a ser a do artigo 149 do Código Penal desde a sua reformulação em 2003, como segue:

Na compreensão do que é Trabalho Escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho, ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho (CPT, 2012: 10-11).

O processo de debate interno a que se refere a nota no CC de 1997 coincide com a indicação do dominicano Dom Tomás Balduino para a presidência da

15 Essa nota continua sendo publicada na seção de metodologia de todos os CC até o de 2001.

16 Apenas no CC de 1997 essas definições de superexploração e desrespeito trabalhista são acompanhadas por uma lista de situações de ocorrência. Para a superexploração: “a) atraso no pagamento; b) descontos ilegais; c) não pagamento de horas extras; d) jornada de trabalho excessiva; e) horas extra além do permitido; f) não pagamento do FGTS; g) demissão sem pagamento de indenização; h) não pagamento de adicionais (insalubridade, periculosidade etc.)”.

Para desrespeito trabalhista: a) Impedimento de intervalo, repouso semanal, feriados, férias; b) não fornecimento de água potável; c) assistência médica inexistente ou precária; d) alojamento inadequado; e) alimentação insuficiente ou de má qualidade; falta de meios para o aquecimento da comida; f) transporte inadequado em veículos impróprios e com instrumentos de trabalho, sacas de agrotóxico etc. junto com os trabalhadores; g) uso indiscriminado de agrotóxicos e armazenagem em locais de possível risco para os trabalhadores; h) falta de equipamento de proteção individual”.

CPT, e teve como principal acontecimento o Seminário Nacional sobre Trabalho Escravo, que foi realizado em Goiânia entre os dias 7 e 8 de abril daquele ano. Dentre as várias contribuições a esse seminário, destaca-se por seu teor polêmico a de José de Souza Martins, publicada com o título *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas de interpretação: reflexão sobre riscos de intervenção subinformada*. Nesse texto, o sociólogo acusa o que percebia como falta de rigor conceitual no denunciamento praticado por alguns dos ativistas envolvidos no combate ao trabalho escravo e sugere o uso da categoria *superexploração* como mais adequada para se referir a situações como as encontradas nas carvoarias e canaviais em que não se configura trabalho escravo, mas ainda assim “São casos em que as horas cedidas ao patrão, imperceptivelmente, sem pagamento, excedem a taxa normal de exploração do trabalho¹⁷ – aquilo que o trabalhador ganha é, a médio prazo, insuficiente para assegurar sua sobrevivência e a de sua família” (Martins, 1999: 130). Essa posição coincide com a que já vinha começando a ser adotada pela CPT em sua prática, ao que indica essa passagem do CC de 1996, em que é citado depoimento do padre Alfredo Prandel, da regional do Mato Grosso do Sul:

As condições de vida e trabalho nas carvoarias continuam péssimas, a relação patrão-empregado não avançou em nada, a não ser na eliminação da dívida, e quando esta existe, o patrão diz que fica por conta do acerto, saindo o trabalhador sem nada. Mas isso não caracteriza o trabalho escravo”. Assim, a retirada do mecanismo da dívida que na relação de trabalho caracteriza o trabalho escravo, faz essa diferença significativa. Entretanto, permanece a forma ainda grave de relação de trabalho, chamada superexploração, do mesmo modo degradante. (CPT, 1997: 50)

No CC de 1997, há uma grande redução no número de vítimas de trabalho escravo em comparação com os anos anteriores (26.047 em 1995, 2.487 em 1996 e 817 em 1997). Além da inclusão das denúncias de superexploração, essa diminuição se explica pela decisão da regional da CPT no Pará (aparentemente, seguida depois pelas demais regionais) em registrar apenas os casos (fazendas e firmas) e número de trabalhadores libertados que constassem dos relatórios do grupo móvel de fiscalização recém-implantado na região (CPT, 1998: 62). No CC de 2000, é feito um balanço em que a atuação dos grupos móveis, iniciada

17 Note-se que a expressão “taxa normal de exploração”, usada por Martins é *ipsis litteris* a mesma da definição de superexploração da seção de metodologia dos CC de 1995 em diante, como exposto anteriormente.

com o Gertraf, é saudada como avanço em relação à “ineficácia total” dos esforços anteriores e seus resultados reconhecidos como “efetivos, embora insuficientes”. Nessa avaliação, o Gertraf teve como ponto positivo a identificação da necessidade de escapar das pressões das oligarquias locais, o que desdobrou nos procedimentos de comando único em Brasília, sigilo das operações e seleção criteriosa dos funcionários envolvidos. Como pontos negativos, são citados os vazamentos de informação, atrasos, a não realização de fiscalizações por indisponibilidade de meios logísticos, e, por fim, a continuada morosidade da justiça em processar os casos flagrados pelas equipes de fiscalização (CPT, 2001: 70).

Os CC dos anos 2000 mostram um aumento no número de registros de trabalho escravo acompanhando a aprovação da Lei n. 10.803 e o aumento do número de ações dos grupos móveis de fiscalização, agora dispo de mais recursos pessoais e financeiros, sob impulso da Conatrae (de 30 operações em 2002 para 67 em 2003 e, no auge, 175 operações em 2014). Com isso, pôde-se observar uma maior dispersão geográfica dos casos de trabalho escravo: se de 1995 a 2002 houve ocorrência de libertação pelas equipes de fiscalização em apenas 10 estados, de 2003 em diante todos os Estados, com exceção do Distrito Federal, tiveram ações que resultaram em libertação de trabalhadores. O setor sucroalcooleiro aparece em destaque como a grande “novidade” da década: em 2007, mais da metade dos trabalhadores libertados foram em fazendas de cana de açúcar (Sakamoto, 2008: 110), chamando atenção para uma realidade de exploração do trabalho que, entre 1999-2006, foi responsável por 72 mortos e 400 feridos por excesso de trabalho nos canaviais paulistas, segundo levantamento da socióloga Maria Aparecida Moraes Silva (2006: 14). Além da adoção do conceito de trabalho escravo do Código Penal, reformulado em 2003, a principal inovação metodológica dos CC é a maior transparência (*disclosure*) com relação aos procedimentos de coleta e encaminhamento de denúncias: no CC de 2010 há um extenso relato sobre as várias trajetórias que levam os denunciante a CPT, o perfil desses depoentes e os itens que compõem o “Formulário de Recepção de Denúncia de Trabalho Escravo” (CPT, 2011: 20). A maior parte dessas informações, bem como sobre o banco de dados de elaboração própria da CPT, passam a constar na seção de metodologia dos CC seguintes, logo após o trecho com as definições conceituais utilizadas.

Em termos normativos, a principal inovação dos CC desse período é o uso mais decidido e bem elaborado¹⁸ do princípio da dignidade da pessoa humana

18 Nos CC 1991, 1992 e 1994 há referências esparsas e subdesenvolvidas ao princípio da dignidade como fundamento do conceito de trabalho escravo.

como fundamento da categoria trabalho escravo. O princípio da dignidade é endossado a) em sua formulação cristã, tal como exposto no texto de apresentação do CC de 2000, assinado por Roberto Malvezzi, coordenador geral da CPT: “(...) cada vida humana vale em si mesma e é inviolável, porque cada ser humano carrega a santidade do próprio Deus. Cada ser humano é único e irrepetível” (CPT, 2001: 5), sendo essa uma linha teológica consagrada na constituição pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), lançada no último ano do Concílio Vaticano II¹⁹ e b) em sua formulação laica, desde sua elaboração clássica na tradição filosófica ocidental por Immanuel Kant, no século XVIII, que foi reformulada pela moderna Filosofia do Direito e assumida como um dos cinco fundamentos do Estado Democrático de Direito pela Constituição Federal de 1988. O argumento é resumido no CC de 2006 por Maria José Souza Moraes, assessora jurídica da CPT, ligada à Prelazia de São Félix do Araguaia:

Para Kant, a dignidade é o valor de que se reveste tudo aquilo que não tem preço, ou seja, não é passível de ser substituído por um equivalente. Portanto, a dignidade é uma qualidade inerente aos seres humanos enquanto entes morais. O ser humano exerce de forma autônoma a sua razão prática e, assim, constrói distintas personalidades humanas. Consequentemente, a dignidade é inseparável da autonomia para o exercício da razão prática, e é por esse motivo que apenas os seres humanos revestem-se de dignidade. Alexandre dos Santos Cunha elucida que o grande legado do pensamento Kantiano para a filosofia dos direitos humanos é a igualdade na atribuição da dignidade. Percebemos então, que as raízes históricas do princípio da dignidade humana estão vinculadas ao ideário Kantiano, mormente a partir das noções de que o ser humano é um ente dotado de autonomia racional e que nunca deve ser encarado como um instrumento para satisfação dos interesses de outrem. (Moraes, 2007: 126)

A persistência dos discursos de negação da existência de trabalho escravo no Brasil contemporâneo foi um dos principais incentivos percebidos pela CPT para a produção de um conceito mais resistente a eventuais questionamentos e com maior poder de convencimento no debate público. O quão foram bem-sucedidos nessa tarefa pode ser atestado por episódio recente que

19 Nesse documento, a dignidade é a afirmação do homem como “centro e termo” para “tudo quanto existe sobre a terra” por ter sido ele criado “à imagem de Deus, capaz de conhecer e amar seu Criador”, de forma que “Exige, portanto, a dignidade do homem que ele proceda segundo a própria consciência e por livre adesão, ou seja movido e induzido pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa” (Vaticano, sd: sp).

representou provavelmente a maior ameaça até agora acontecida de retrocesso na política do governo brasileiro de combate ao trabalho escravo. Trata-se da publicação da portaria n. 1.129 de 2017, que propunha a alteração do conceito jurídico de “condição análoga à de escravo”, excluindo da definição do artigo 149 do Código Penal as expressões “condições degradantes de trabalho” e “jornadas exaustivas”, além de dificultar o acesso às informações da chamada “lista suja”²⁰. O governo foi obrigado a retroceder após forte reação da sociedade civil, com declarações contrárias bem distribuídas ao longo do espectro político esquerda/direita, sendo emblemático desse movimento a tomada de posição clara e decidida do grupo Globo, mais importante empresa do oligopólio midiático nacional, que atacou a portaria n. 1.129 em editorial, com produção de várias reportagens minuciosas sobre o assunto e apoio de seus principais colunistas²¹.

2. Notas para a crítica do conceito de trabalho escravo da CPT

É possível identificar três grandes desafios enfrentados pela definição de trabalho escravo da CPT, quais sejam: a) da *institucionalidade* (que seja um conceito passível de operacionalização jurídico criminal); b) do *convencimento* (que seja um conceito com bom desempenho no debate público de ideias); e c) da *singularidade*, sendo esta uma dificuldade comum a toda e qualquer construção de sentido sob a forma conceito, essa figura de linguagem que, conforme Nietzsche, serve para “atribuir identidade ao não idêntico” (Nietzsche, 1983: 75). Assim entendido, o desafio da singularidade passa a ser o de determinar o que identifica as várias manifestações particulares de trabalho escravo, essa “grande violência que se utiliza de várias modalidades de violência para se manter” (CPT, 1995: 25), seja na fronteira amazônica da década de 1970, nos fornos de carvão do Mato Grosso na década de 1990 ou nos canaviais paulistas da década de 2000. Em outras palavras, trata-se de estabelecer se é justificável e relevante a abstração das especificidades de cada caso em favor da afirmação de sua unidade.

20 Outra grande inovação da política de combate ao trabalho resultado da Conatrae, a Lista Suja foi instituída em outubro de 2004 e todos os anos desde então divulga os nomes dos empresários e firmas flagrados com trabalho análogo ao escravo, o que, além da publicidade negativa gerada também implica na suspensão da possibilidade de tomar empréstimos em bancos públicos.

21 Ver o editorial de O Globo de 18 de outubro “Portaria sobre trabalho escravo é um retrocesso”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/portaria-sobre-trabalho-escravo-um-retrocesso-21958285>>. Acesso em: 11 set. 2019. E a coluna de Miriam Leitão “Agronegócio se deixa representar pelas forças do atraso” do dia 16. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/agronegocio-se-deixa-representar-pelas-forcas-do-atraso.html>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Como indicado, no enfrentamento dessas três dificuldades a CPT optou pelo uso do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento normativo do conceito de trabalho escravo. Ao fazê-lo, optou pelo desenvolvimento de algumas das implicações doutrinárias possíveis das afinidades eletivas encontradas entre o universalismo da fé cristã (a palavra grega *katholikos* é traduzida como “universal” em português) e aquele anunciado nas declarações universais de direitos do homem e do cidadão, sendo a primeira delas a da Revolução Francesa, de 1789. Para que o desenvolvimento teológico dessas afinidades entre universalismo cristão e afirmação dos direitos humanos pudesse ser aceito e explorado com mais desembaraço pelo dogma católico romano foi necessário um longo processo de arrefecimento daquela polarização entre anticlericalismo revolucionário e reacionarismo clerical, cuja origem pode ser atribuída, pelo menos em parte, como propõe Tocqueville, à circunstância de os membros da Igreja pertencerem formalmente à classe dominante como Segundo Estado durante a vigência do Antigo Regime (Lepargneur, 1977: *passim*).

Em termos teóricos, as ideias de Kant (o “filósofo alemão da revolução francesa”, na expressão divertida de Karl Marx) pareceram o caminho natural a seguir por facilitarem a afirmação simultânea da dignidade do homem como imagem e semelhança de Deus e como sujeito dos direitos da Declaração do Homem e do Cidadão. A definição do conceito de trabalho escravo nesses termos deve, no entanto, enfrentar uma série de dificuldades que surgem tão logo a avaliação das relações de exploração do trabalho seja submetida aos critérios do imperativo categórico kantiano (“Procede apenas segundo aquela máxima, em virtude da qual podes querer ao mesmo tempo que ela se tome em lei universal”). As dificuldades surgem do conflito colocado pela relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho entre as exigências de dignidade da pessoa humana (“Age de tal forma que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca simplesmente como meio”) e autonomia da vontade (“Age como se fosses, através de suas máximas, sempre um membro legislador no reino universal dos fins”) (Kant, 2009). Dado que a mercadoria força de trabalho tem a peculiaridade de ser indissociável de seu portador e que o trabalhador se vê durante a jornada de trabalho ocupado com a consecução de fins que não foram determinados autonomamente por sua vontade racional, é difícil estabelecer *a priori* um patamar por meio do qual a exploração do trabalho implicaria em violação da dignidade.

Esse dilema se faz sentir nas definições conceituais usadas pela CPT, notadamente na instabilidade entre os conceitos de superexploração e trabalho escravo. A questão que se coloca é se não haveria também relação de *sujeição*

(que caracteriza o trabalho escravo para CPT) ou de heteronomia da vontade e violação da dignidade humana (nos termos de Kant) na relação de trabalho superexplorado ou mesmo na relação de exploração “normal”. Como expõe Maria José de Souza Moraes no CC 2006:

A superexploração do trabalhador é tão grave quanto o trabalho escravo, inclusive porque a linha divisória (se é que há), entre uma condição e a outra, é tão tênue que é difícil saber quando termina uma e começa a outra. Combater a superexploração é, com certeza, ir cerrando a porta de entrada para o trabalho escravo. (Moraes, *ibidem*: 127)

A solução proposta por José de Souza Martins e acatada pela CPT (vide nota 16 supra) na verdade pouco ajuda a traçar essa “linha divisória (se é que há)”, já que a operacionalização da ideia de taxa normal de exploração do trabalho requereria uma definição muito difícil sobre as condições em que o preço da mercadoria força de trabalho corresponde ao seu valor (tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da própria força de trabalho). Essa dificuldade está dada não apenas pela multiplicação de necessidades, que é típica do mundo moderno (Martins, *Ibidem*: 130), mas também porque remete a um dos problemas de mais difícil solução no interior da teoria econômica marxista (que compõe a referência de fundo das observações de Martins), qual seja o da transformação do valor (tempo de trabalho socialmente necessário) em preço (expressão monetária do valor). O uso dessa terminologia remete ainda à teoria da dependência de Rui Mauro Marini, que define a condição de superexploração como “princípio fundamental da economia subdesenvolvida”:

Uma parte da mais-valia que aí se produz (na América-Latina) é drenada para as economias centrais, seja mediante a estrutura de preços vigente no mercado mundial e as práticas financeiras impostas por essas economias, seja através da ação direta das inversões forâneas no campo da produção. As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, quer dizer, submetendo-os a um processo de superexploração (Marini, 1969: 8).

Não é por acaso que a fundamentação dos conceitos usados pela CPT em sua prática de combate ao trabalho escravo remeta à discussão de modelos gerais de explicação da singularidade do desenvolvimento histórico do capitalismo em uma economia periférica, como é o caso da relação exposta entre o conceito de superexploração e a teoria da dependência de Rui Mauro Marini. Isso porque o cerne da questão enfrentada pela produção de um conceito de trabalho escravo

está na identificação de um nível de exploração que seja moralmente aceitável e compatível com o “nível civilizatório atual”, como argumentado na nota pública da CPT de novembro de 2013 a respeito de uma tentativa acontecida naquele ano de alterar o conceito legal de trabalho escravo:

O escravo moderno encontrado pelos competentes auditores fiscais do trabalho, procuradores e policiais, integrantes dos grupos móveis especializados, não é mais aquele sujeito sem direitos (ou melhor: não-sujeito), preso a correntes, como no tempo da Colônia ou do Império. A analogia da sua situação em relação àquela do antigo escravo se dá necessariamente por meio de critérios modernos, relacionados ao nível civilizatório atual (CPT, 2014).

A tensão encerrada no conceito de trabalho escravo da CPT é definida pela coexistência conflituosa em seu interior de exigências de garantia, alargamento e superação da dignidade possível na relação de exploração capitalista do trabalho. É por essa razão que, embora no exercício aqui apresentado o combate ao trabalho escravo contemporâneo tenha sido analisado à parte, na prática da CPT essa reivindicação foi indissociada das disputas sobre o modelo de desenvolvimento econômico e o tipo de sociedade que queremos ser. E é por essa razão que, na trajetória de prática política da CPT, a luta contra o trabalho escravo esteve associada às lutas por propriedade da terra, respeito ao meio ambiente e direitos humanos.

Conclusões

A principal dificuldade enfrentada pelo uso da noção de dignidade humana como fundamento do conceito de trabalho escravo é a mesma que encontra qualquer argumentação antropocêntrica de busca pelas condições de validade da norma jurídica em um contexto de direito pós-convencional. Os esforços de produção de discursos de convencimento e, especialmente, de operacionalização jurídica da prática de combate ao trabalho escravo contemporâneo precisam, assim, encontrar alguma solução satisfatória entre as exigências de facticidade e validade do direito, isto é, entre “o princípio da segurança jurídica e a pretensão de tomar decisões corretas” (Habermas, 1997: 245), sendo que essas respostas devem ser buscadas considerando a “(...) situação de uma sociedade profanizada onde as ordens normativas têm que ser mantidas sem garantias meta-sociais. E as certezas do mundo da vida, já pluralizadas e cada vez mais diferenciadas, não fornecem uma compensação suficiente para esse *déficit* (Ibidem: 45).

Em termos de estrutura lógica da argumentação, a dificuldade referida não muda tanto, seja o princípio da dignidade apresentado como afirmação bíblica da dignidade do homem porque criado à imagem e semelhança de Deus ou imperativo categórico de que cada pessoa seja considerada como fim e não como meio para a ação. Tanto em um como em outro caso, a fundamentação do conceito de trabalho escravo pela noção de dignidade permanece vulnerável aos problemas reunidos pelos racionalistas críticos no trilema de Munchausen: “(...) qualquer tentativa de estabelecer fundamentos últimos leva seja a uma regressão infinita, seja a um círculo lógico, seja à interrupção dogmática do processo de raciocínio e de argumentação, pela seleção arbitrária de certas premissas”. (Rouanet, 2007: 214)

A identificação do nível moralmente aceitável de exploração do trabalho, que informa a operacionalidade do conceito de trabalho escravo, não tem, assim, como evitar a arbitragem da colisão eventual entre princípios consagrados no ordenamento jurídico existente: no caso específico, entre os princípios fundamentais de dignidade da pessoa humana e dos valores sociais da livre iniciativa, citados no artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2018: 15). Nesse sentido, cabe analisar mais de perto algumas das vantagens e desvantagens da escolha pelo uso do referencial teórico marxista como um dos elementos de referência de fundo da distinção conceitual entre trabalho escravo, superexploração e desrespeito trabalhista. Se há ganho claro na explicitação do conflito de interesses envolvidos na relação de exploração do trabalho, por outro lado o vínculo entre a teoria da alienação e a crítica ao Estado burguês em Marx pode levar à dissolução da possibilidade de regulação jurídica dos conflitos no exercício puro e simples da força maior em um contexto de luta de classes, como neste trecho particularmente mordaz do capítulo sobre a jornada de trabalho em *O Capital*, por exemplo:

O capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. (...) e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. (Marx, 2013: 309)

Nesse sentido, talvez fosse produtivo – em termos de melhoria da qualidade da argumentação e maior esclarecimento de objetivos estratégicos (seja de

constituição de Estado social ou transição para o socialismo) – que os agentes da CPT envolvidos na luta contra o trabalho escravo buscassem incluir nos momentos de reflexão sobre sua própria prática um diálogo com a produção de outros momentos políticos e intelectuais que também buscaram associar a crítica marxista à alienação do trabalho com os termos da ética kantiana, notadamente na social-democracia alemã (Bernstein, 1997) e no austromarxismo (Adler, 1975) do fim do século XIX e início do XX.

Referências

- ADLER, Max. *Kant und der Marxismus: Gesammelt Aufsätze zur erkenntniskritik und Theorie des Sozialen*. Aalen, Scientia, 1975.
- BRASIL. Decreto Lei n. 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Dário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 set. 2019.
- _____. Instrução Normativa Intersecretarial n. 1 de 24/03/1994. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-1-1994_73572.html>. Acesso em: 11 set. 2019.
- _____. Comissão Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos nas Igrejas Cristãs. In: _____. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, CNV, 2014. v. 2, cap. 4. pp. 156-200. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%204.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- _____. Constituição da República Federativa. Brasília, Supremo Tribunal Federal, 2018.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BRITO, Daniel Chaves de. A SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia. *Papers do NAEA*, n. 96, Belém, 1998.
- BUNKER, Stephen. *Underdevelopment the Amazon*. Chicago, The university Chicago Press. 1985.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Mato Grosso: [s.n], [19- -]
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia, CPT, 1985-2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994.
- FIGUEIRA, Ricardo Resende. Condenados à Escravidão. In: Comissão Pastoral da Terra. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. Goiânia; São Paulo, Ed Loyola e CPT – Comissão Pastoral da Terra, 1999.

- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.
- HASHIZUME, Maurício. Crime, castigo e salvação. In: Comissão Pastoral da Terra *Conflitos no Campo Brasil 2009*. Goiânia, CPT, 2010.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira transformações recentes. *Geografia do Brasil*. In: ROSS, Jurandy Luciano Sanches (org.). São Paulo, Edusp, 2009.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo, Discurso Editorial, Barcarolla, 2009.
- LEPARGNEUR, François Hubert. *A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MARINI, Rui Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. México, Siglo Veintiuno, 1969.
- MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas de interpretação: reflexão sobre riscos de intervenção subinformada In: Comissão Pastoral da Terra. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. Goiânia; São Paulo, Ed. Loyola e CPT – Comissão Pastoral da Terra, 1999.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MORAES, Maria José de Souza. *Trabalho escravo: da omissão do Estado a CONATRAE passando pela bicicleta do Padre Canuto*. Disponível em: <<http://www.prelaziasa- ofelixdoaraguaia.org.br/trabalhoescravo.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2018. Sem data.
- _____. Quando o trabalho é incompatível com a dignidade humana. In: Comissão Pastoral da Terra *Conflitos no Campo Brasil 2006*. Goiânia, CPT, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. In: *Nietzsche Obras Incompletas*. Coleção: Os Pensadores, São Paulo, Abril, 1983.
- PLASSAT, Xavier. Nova geografia do trabalho escravo brasileiro: mudança ou revelação? In: Comissão Pastoral da Terra *Conflitos no Campo Brasil 2008*. Goiânia, CPT, 2009.
- ROUANET, Sergio Paulo. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- SAKAMOTO, Leonardo. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra *Conflitos no Campo Brasil 2007*. Goiânia, CPT, 2008.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. *INTERFACEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 2 abr.-ago., 2008.
- SUTTON, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: ASI, 1994.

- VATICANO. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual. Vaticano, S.d. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat_ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 27 fev. 2018. Sem data.
- WILDE, Melissa. *Vatican II: a sociological analysis of religious change*. Princeton, Princeton University Press, 2007.

Recebido em: 27/02/2018

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

QUEIROZ, Pedro Henrique Santos. O conceito de trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT): trajetória e dilemas (1970 – dias atuais). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 875-897.



A radicalização neoliberal e os processos de subjetivação com base no trabalho dos professores temporários (pss)

Everson Araujo Nauroski¹

Maria Aparecida Bridi²

Resumo: O presente artigo analisa as condições de trabalho dos professores temporários do Paraná (PSS) em um contexto de radicalização neoliberal. Um processo que vem alcançando os serviços públicos, incluindo a educação. Insistimos no termo radicalização neoliberal, em vista de um movimento pendular regressivo em diversos países, erigido, em parte, pelo acirramento das políticas de desregulamentação da legislação trabalhista e a consequente precarização das condições de trabalho. Ao longo deste texto, será mostrado como isso tem ocorrido na realidade educacional paranaense. Para tanto, a metodologia envolveu a realização de entrevistas em profundidade com 9 professores, visitas a 4 escolas de Curitiba e Região Metropolitana, além do envio, por e-mail, de 112 questionários contendo questões abertas e fechadas. Os dados apurados revelaram que muitas das medidas e políticas implementadas possuem um viés neoliberal. Entre essas medidas, destacamos os contratos temporários, os processos de flexibilização dos vínculos de trabalho e a consequente precariedade das condições laborais nas escolas.

1 Centro Universitário Internacional Uninter – Curitiba – Brasil – eversonnauroski@gmail.com

2 Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – Brasil – macbridi@gmail.com

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho docente. Precarização. Subjetivação.

The neoliberal radicalization and the processes of subjectivation from the work of temporary teachers (pss)

Abstract: *This paper analyzes the working conditions of temporary teachers in Paraná (PSS) in a context of neoliberal radicalization. A process that has been reaching public services, including education. We insist on the term neoliberal radicalization, in view of a regressive pendulum movement in several countries, erected in part, by the intensification of the policies of deregulation of labor legislation and the consequent precariousness of working conditions. Throughout this text will be shown how this has occurred in the educational reality of Paraná. To do so, the methodology involved in-depth interviews with 9 teachers, visits to 4 schools in Curitiba and Metropolitan Region, and e-mailing of 112 questionnaires containing open and closed questions. The data found revealed that many of the measures and policies implemented have a neoliberal bias. Among these measures we highlight the temporary contracts, the processes of flexible working relationships and the consequent precarious working conditions in schools.*

Keywords: *Neoliberalism. Teaching work. Precariousness. Subjectivation.*

INTRODUÇÃO

Se, na década de 1990, Harvey (2003) anunciava a transição de um modelo de acumulação denominado *fordista* para um regime de acumulação flexível, hoje essa transição parece já ter ocorrido, como demonstram inúmeras pesquisas empíricas sobre as atuais configurações do trabalho. Entretanto, tal como no fordismo – que nunca foi um modelo homogêneo e tampouco desapareceu –, no contexto atual, quando o regime de acumulação flexível se tornou maduro, prevalecem as formas de trabalho, as relações de trabalho, modalidades contratuais e de mercados com características heterogêneas. Isto é, se mantém a dualização dos mercados de trabalho, uma característica do fordismo em países como o Brasil, que se expande na “era flexível”, mas, diferentemente daquele contexto, agora se encontra plenamente revestido pelo signo do neoliberalismo. Que implicações isso tem para os trabalhadores? Como as relações de trabalho flexíveis avançam sobre a educação? Quais consequências o avanço neoliberal traz para os trabalhadores da educação no estado? São indagações que buscamos responder neste artigo, com base na análise de uma das maiores categorias de trabalhadores do

Paraná, os professores das escolas estaduais, e que passa a conter em suas fileiras um número cada vez maior de professores flexíveis, isto é, aqueles contratados pela via Processo Seletivo Simplificado – PSS, que adentram à rede estadual de ensino na condição de contratados temporários da educação.

Conforme dados do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), a rede estadual de ensino possuía, em 2015, aproximadamente 100 mil professores ativos, sendo que, destes, mais de 30 mil estavam atuando como temporários PSS. Ao analisar o que significa ser um professor PSS, identificamos uma relação de desigualdade em relação aos professores com vínculo efetivo. Uma desigualdade que salta aos olhos frente à situação de instabilidade e insegurança no trabalho, no acesso negado ao plano de saúde, à carreira, aos vencimentos por titulação e ainda outras disparidades abordadas ao longo deste texto.

O presente artigo traz as reflexões suscitadas com base nos resultados de pesquisa junto aos professores temporários (PSS) realizada no Paraná. Nosso estudo ocorreu entre 2013 e 2014 e envolveu visitas técnicas a 04 escolas, entrevistas em profundidade realizadas com 09 professores, além da aplicação de 112 questionários que foram enviados e respondidos por *e-mail*. Esses instrumentos possibilitaram analisar a condição de trabalho desses professores e, ao mesmo tempo, adentrar pela seara de alguns dos problemas da educação paranaense. Dentre os objetivos desta pesquisa, buscamos refletir sobre as condições e relações de trabalho dos professores temporários, bem como suas implicações subjetivas para esses trabalhadores.

O CONTEXTO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

No estado do Paraná, principalmente a partir da década de 1990, passou a predominar políticas neoliberais não só na economia, período de grande atração de empresas multinacionais com base em políticas fiscais (Bridi, 2005), mas também na condução da educação, objeto deste artigo. A partir dessa década, conhecida como a “década neoliberal”, surgiram mudanças no quadro de contratação de professores do estado. Ocorreu um aumento progressivo no uso de formas de contratação flexíveis, caso dos professores PSS, que podemos afirmar como precárias. Conforme dados de Nogueira (2016), considerando uma média anual de 13.053, em 2007, contando com variações para mais e ou para menos em cada ano analisado, essas médias de contratação de PSS, em 2013, saltaram para 25.235, e 2014 contou com 23.376 professores PSS contratados, o que representou cerca 30% de contratados nessa modalidade. Desse modo, “no

período analisado, a média de professores temporários no governo Requião (2007– 2010) foi de 22,79 % e de 26,58 % no governo Richa (2011 – 2014)” (Nogueira, 2016: 231). Essa quantidade expressiva de professores na modalidade contratação temporária tem relação com esse quadro neoliberal que se estabeleceu em diversas partes do mundo e no Brasil.

É preciso considerar algumas vantagens que esse tipo de contratação propicia ao Estado. Em um primeiro momento, o aspecto contábil é o mais evidente. Ao prolongar o uso da mão de obra temporária, evita-se integrar esses professores como efetivos, o que lhes garantiria, entre outros direitos, a progressão na carreira e o consequente aumento de seus ganhos salariais. Mas, atuando assim, a administração consegue mais do que economizar com a folha, interferir na organização e na ação coletiva desses trabalhadores. A categoria se divide entre professores efetivos e concursados (Quadro Próprio do Magistério-QPMs) e PSSs. Isso atinge a unidade do magistério, cujos reflexos são sentidos na capacidade de mobilização e organização de suas lutas.

A conjuntura que se estabeleceu com as políticas neoliberais colocou o mundo do trabalho na defensiva, atingindo os trabalhadores tanto do setor privado quanto do setor público. No Brasil, observa-se um processo de intensificação dessas políticas, sobretudo, e ainda de forma mais intensa, em governos que se associam às ideias do livre mercado e anti-estatais, caso de alguns governos estaduais. O embate maior tem sido travado em meio aos projetos de lei e votações que intencionam “reformular” a legislação trabalhista visando a sua “modernização”, o que, na prática e no caso brasileiro, tem significado a perda de direitos e a aprovação de modalidades de contrato que fragilizam ainda mais os trabalhadores, como é o caso do trabalho intermitente e a terceirização irrisrita, cujo alcance atinge o setor público e privado em diferentes níveis. São situações que, no âmbito deste estudo, denominamos de *radicalização neoliberal*.

Esse quadro é indicativo de que a luta de classes alcançou um novo patamar, e demarca uma nova configuração, que, sob certos aspectos, tende a ser mais sutil e sofisticada, incorporando diferentes elementos do novo *espírito do capitalismo* nos termos de Boltanski e Chiapelo (2009). O embate está sendo travado no terreno político-ideológico visando à construção da hegemonia social. Nisso consiste predominantemente o caráter manipulatório do capitalismo contemporâneo, como também percebido por Ianni (2003) e Alves (2011), ao assinalar os discursos e práticas do mundo corporativo e suas estratégias em influenciar a mente e o coração de consumidores e trabalhadores.

No “novo espírito do capitalismo”, a empresa “educa” com discursos e práticas em torno da “proatividade”, da “integração”, do “engajamento” da

“polivalência e da multifuncionalidade”. Dessa forma, como afirmaram Dardot e Laval (2016: 21), o “neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades”, e, assim, os princípios neoliberais passam a se constituir também como ideologia pessoal e como uma nova razão do mundo. E isto é uma condição que se estende também para uma parcela da classe trabalhadora (dos empregados públicos) dentro de empresas estatais, como demonstrou Braunert (2018), quando eles assumem os discursos neoliberais.

Para Byung-Chul Han (2015), está ocorrendo uma mudança de paradigma na cultura organizacional do mundo empresarial, uma mudança que não se restringe ao mundo corporativo, mas, nesse, tende a ser mais intensa. O ideal de um bom funcionário, como aquele que cumpre seus horários e obrigações parece estar superado. Segundo Han, o objetivo das empresas é, cada vez mais, alcançar o engajamento de seus colaboradores. Um projeto que tem sido realizado, segundo esse autor, pela implementação da cultura do desempenho, no qual não escapam também os trabalhadores públicos. Na interpretação de Han (2015: 23-24), a “sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais ‘sujeitos da obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção”. Nesse sentido, a lógica operativa do sistema econômico passou a compreender que é mais vantajoso trabalhar com a positividade do desempenho do que com a negatividade da disciplina. Todavia, a cultura disciplinar não foi superada, visto que os dispositivos institucionais, apoiados por novas ferramentas tecnológicas, visam a promover o engajamento dos trabalhadores nas empresas estão em franca progressão e novos mecanismos de controle continuam a disciplinar os trabalhadores.

Trata-se, como assinala Han, de um poder fazer, sem que se abandone o dever que se espera de “colaborador” engajado, no qual,

[...] o sujeito de desempenho continua disciplinado. Ele tem atrás de si o estágio disciplinar. O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever. Mas em relação à elevação da produtividade não há qualquer ruptura; há apenas continuidade (Han, 2015: 26).

Paralelamente à velha cultura disciplinar, com seus mecanismos de controle e punição, vai se consolidando uma nova forma de pensar a subjetividade dos trabalhadores. Uma rápida consulta aos programas de educação corporativa indica

a predominância de temas ligados à motivação, desenvolvimento pessoal e profissional, gestão da carreira, qualidade de vida no ambiente de trabalho. No bojo dessas mudanças, surgem novos cargos e funções que têm a missão de implementar ideias e práticas de desempenho, como a figura curiosa do gestor da felicidade.

Elementos dessa cultura transcendem o mundo corporativo e se materializam também nos discursos da cultura escolar, conforme analisou Nauroski (2014), em sua tese, ao mostrar que é comum nas escolas, os discursos imbuídos de nobres valores, com expressões como “aqui funcionamos como uma família” ou, ainda, “se todos fizerem a sua parte teremos bons resultados”. Frases repetidas por membros das equipes gestoras estampadas em cartazes em corredores e sala dos professores. Soma-se a isso o uso de textos vindos da secretaria da Educação, o órgão gestor da educação estadual, para orientar e subsidiar o trabalho dos professores nas escolas. Cinco desses textos, os quais analisamos, buscavam instar os professores a assumir seu “protagonismo”, a fazer a “diferença”, a buscar a “excelência” em seu trabalho, com o discurso de que é preciso “escolher” o lado da educação, ou “todos” pela educação, sem, contudo, dar margem a reflexões sobre as condições de trabalho ou sobre as políticas educacionais adotadas.

Essas e outras situações, observadas no âmbito deste estudo, coadunam-se com os alertas de Han de que o sujeito do desempenho se entrega ao que encontra em um sistema de “livre coerção” para a maximização de seu desempenho. Esse contexto que prevalece a livre coerção “é mais eficiente que uma exploração ao do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado” (Han, 2015: 29-30). Isso lembra a conduta dos gestores dentro das organizações escolares, que mesmo sendo trabalhadores assumem a função de controle dentro da escola. O professor, por sua vez, com excesso de trabalho e busca pelo desempenho, encontra-se enredado em um processo de autoexploração.

Além das ações no plano ideológico junto aos professores em seu fazer pedagógico, existem medidas tomadas pela administração pública que atingem concretamente os professores em seu trabalho. Em 2011, por exemplo, face aos fechamentos de turmas, uma mãe de aluno escreveu uma carta aberta à imprensa denunciando a situação e relatando a orientação dada às escolas para que houvesse unificação de turmas com fechamento de salas, criando turmas com 45 alunos. Essa mãe fez o seguinte registro: “quero informar que vou levar isso à público a partir desse momento como mãe. Como disse minha filha, é tanta conversa e tantos alunos que não sabemos nem quem está falando”. Uma turma com 45 alunos implica em uma piora na condição de trabalho do professor e na conseqüente precarização do trabalho. Isso precariza o trabalho e

também a educação, pois, como vimos na pesquisa empírica, há professores que trabalham em muitas escolas e com diversas disciplinas a ministrar.

A tendência de precarização é ilustrada em matérias jornalísticas no estado: “Em crise de gestão, governo Richa manda fechar salas de aula no Paraná”. Ou, ainda, “Professores estão perdendo aulas, horários não batem direito e alunos sofrem em salas superlotadas. Uma situação que estaria ocorrendo em todo estado”. Em outra matéria, podemos ler a chamada: “Em Curitiba, comunidade vai às ruas contra fechamento de salas de aula”. No texto, a reportagem destaca: “A modificação do porte das escolas, como quer o governo Richa, mexe com as condições de trabalho dos educadores, bem como influencia na aprendizagem dos alunos. Ao eliminar turmas, sem discussão com a comunidade escolar, provoca-se a superlotação nas salas e dispensa de funcionários e professores. Concomitantemente, cai a qualidade do ensino”³.

São situações noticiadas e vivenciadas no interior das escolas pelos professores, que potencializam o estresse, afetando a saúde dos professores, conforme mostrou Nauroski (2014: 203), no qual “mais de 50% dos professores pesquisados afirmam que ficaram doentes em decorrência de suas atividades na docência”. Alguns problemas de saúde são recorrentes nessa categoria, como estresse, nervosismo, ansiedade, depressão, pânico. Relacionando as informações, há uma convergência de aspectos sobre situações de exaustão emocional, cansaço crônico, desânimo e insatisfação. Isso nos leva a supor que talvez muitos estivessem acometidos da Síndrome de *Burnout*⁴ sem que soubessem.

É preciso lembrar que, no caso dos professores PSS, a situação tende a se agravar ainda mais. Para atingir um número mínimo de aulas e poder assinar um contrato, os professores se obrigam a aceitar a fragmentação de sua carga-horária, tendo que trabalhar em até cinco escolas diferentes, em bairros diferentes. Por serem temporários, não têm a preferência na escolha das aulas e nem das escolas, uma prerrogativa dos professores efetivos (QPM), ou seja, os PSS ficam com o que sobra. Muitas escolas estão em regiões periféricas, muitas vezes, com problemas de infraestrutura, falta de recursos, clientela com diversos problemas, desde situações de violência na escola e em seu entorno até *deficit* severos de aprendizagem. Estes são fatores que tornam a atividade docente dos PSS um desafio diário. O fato de terem que transitar em mais escolas para ministrar suas aulas faz com que não tenham horário de descanso nem tempo

3 Estas matérias estão disponíveis em: <<http://www.esmaelmorais.com.br/2014/02/em-crise-governo-richa-manda-fechar-salas-de-aula-no-parana/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

4 Tal suposição se deve à recorrência com que apareceram nos relatos e nos questionários as queixas de estresse, cansaço, exaustão, desânimo, perda do sentido em relação ao trabalho.

de se alimentar adequadamente. Esse quadro de adversidades tem reflexos na saúde desses professores, conforme demonstrou Nauroski (2014).

A relação entre precariedade, mal-estar, sofrimento e adoecimento em relação à categoria dos professores está consolidada em diferentes pesquisas que demonstram os nexos causais, como assinalado por Frigotto (1995), Lourencetti (2004), Oliveira (2003) e Esteve (1999).

Somadas às condições de contratação flexíveis observadas no Paraná, encontram-se as reformas educacionais ocorridas no Brasil, que foram pautadas pela lógica neoliberal na implementação de medidas que direcionam as mudanças para atender os interesses do mercado. Conforme assinalado por Silva (1997: 12), de um lado, no processo de reestruturação neoliberal buscou-se “atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho”. Para o autor, no léxico liberal, “trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional”. Mas isso principalmente com o fito de “utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da iniciativa”. Conforme o autor, houve um esforço de mudanças curriculares “não apenas como objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal.” (Silva, 1997: 12).

No caso da educação paranaense, objeto deste estudo, as ações do órgão gestor parecem ter como objetivo conformar subjetivamente os professores para aceitarem essa responsabilização. A reação frente a essa tentativa vem dos professores concursados que estão protegidos por sua estabilidade, e se sentem mais seguros para fazer enfrentamentos nas escolas. Por outro lado, muitos professores, no âmbito desta pesquisa, aceitavam como verdade a retórica de que os professores podem “salvar”, sendo necessário “vestir a camisa” da educação na escola.

Observamos que os professores que mais sofrem em relação à sua profissão, tanto entre os efetivos quanto os PSS, são aqueles mais comprometidos com o seu trabalho, que nutrem ideais e valores em relação à educação. Entre esses professores, são comuns as afirmações de “querer mudar a sociedade, ou pelo menos algumas cabeças”, que ser “professor é ter uma missão”. São afirmações que denotam um sentido simbólico da docência. Para esses professores, existe um compromisso ético e social ligado à profissão.

Parece existir uma clara intenção do órgão gestor em mobilizar discursos e práticas visando a construir consensos e aceitação por parte dos professores

em relação ao que é oferecido nas escolas e na rede estadual de ensino. O discurso oficial é que o governo faz o que pode pelas escolas e professores, que é preciso medidas de ajustes nos gastos para se manter em dia os compromissos, inclusive com a folha de pagamentos. Ao invés de reclamações e críticas, todos deveriam fazer sua parte. Manter as escolas funcionando requer sacrifícios de todos. É importante destacar, portanto, que a escola não é um bloco homogêneo. Pelo contrário, na escola também se encontram expressas todas as contradições da sociedade capitalista e de uma classe trabalhadora também dividida, não apenas devido ao tipo de vínculos dos contratos, mas em termos ideológicos, de assunção às teses neoliberais. Há resistência de um lado, pois se trata de uma categoria com tradição em organização e combatividade, mas também conformismo e certa “adesão” aos discursos neoliberais.

O plano discursivo segue em duas direções. A primeira de um “dever ser escolar”, em uma idealização do trabalho dos professores, e em uma segunda, de desresponsabilização do agente público em garantir qualidade na educação pública como direito social por meio de políticas públicas. A justificativa de que “estamos fazendo o que é possível, os recursos são limitados” tanto serve para exigir “sacrifícios” pela educação, quanto ajudam a embasar outra retórica bem conhecida dos defensores do Estado-mínimo, a de que os problemas e a pouca qualidade nos serviços públicos é resultado da gestão pública incompetente. Em alguma medida essa retórica serve para endossar iniciativas privatistas dos serviços públicos, entre eles a educação (Gentili, 1998).

Destacamos, no Paraná, o caso emblemático quando o governo de Jaime Lerner (1995-2002) criou o Paraná educação, uma empresa de direito privado para atuar no gerenciamento da educação do estado, podendo contratar e dispensar funcionários, bem como decidir sobre conteúdos pedagógicos a serem ensinados nas escolas da rede. Na prática, foram medidas de privatização da educação pública que só não avançaram mais em função das críticas e mobilizações do sindicato. Ou seja, pela resistência dos trabalhadores da educação.

Em face do exposto, as reações dos professores, de modo em geral, oscilam em duas direções, uma certa competição individual para conseguir suas aulas e contratos, e, ainda, na forma de denúncias ao sindicato sobre diversas situações, duas de modo recorrente, tratamento desigual no ambiente de trabalho e “reserva” de aulas por parte de diretores. Ainda na tentativa de resistir, são muitos os professores que encontraram alento em suas adversidades, criando ou fazendo parte de grupos de apoio como forma de buscar apoio, trocar informações e unir forças.

DIFERENTES FACES DA PRECARIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS

Em função de seu vínculo precário, os professores PSS vivenciam cotidianamente o medo e a insegurança em relação à possibilidade de conseguirem ou não um contrato como professor temporário, ou de ter seu contrato rescindido caso um professor efetivo seja transferido para sua escola e solicite suas aulas. Sim, isso é possível. O direito de um, como a ordem de serviço que permite a remoção justificada de um professor efetivo, passa a ser o pesadelo dos professores PSS, que não possuem nenhum dispositivo de proteção em seu contrato, prevendo situações assim. Ou seja, mesmo assinando um contrato, o professor PSS não tem segurança de que este será cumprido integralmente no prazo estabelecido, que costuma ser de 12 meses. Essas e outras situações tornam o trabalho dos professores um expediente de incertezas, no qual o planejar a vida financeira e assumir compromissos econômicos de médio e longo prazo ficam obstaculizados. Soma-se a essa situação a disputa individual dentro da categoria, visto que se estabelece uma concorrência por disciplinas, por horários, por escolas com melhor infraestrutura e melhor clientela. De certa forma, esse aspecto competitivo corrobora a análise de Sennett (1999), em sua obra sobre a corrosão do caráter, em que, em situações de competitividade crônica, a moral pode enfraquecer e, na luta pela sobrevivência, e as fronteiras entre certo e errado podem ficar turvas.

Diante do exposto, é possível afirmar que existe uma divisão na categoria dos professores, sendo de um lado os professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, concursados e com estabilidade, e do outro os PSS, que atuam na rede estadual com contratos temporários. Na prática, não ocorre uma convergência de interesses da categoria. O prolongamento, por parte do Estado, no uso de formas precárias de contrato de trabalho atinge o magistério, fragilizando sua capacidade de articulação e luta, visto que o governo utiliza desse trabalhador flexível: “Sempre usam os PSS para enfraquecer as lutas. Pode reparar. Sempre sai uma conversa como o governo quer acabar com os PSS”, ou que “vai reduzir os PSSs” etc. (Professora T. C. Grupo dos professores PSS do Paraná. Rede social.⁵

As estratégias governamentais e de seus órgãos gestores⁶ da educação têm surtido efeitos negativos entre os professores, ameaçando muitas das conquistas do magistério estadual. No governo estadual, claramente de orientação neoliberal, Beto Richa, algumas medidas ilustram a conjuntura desfavorável aos

5 Ver sobre isso em Nauroski (2014).

6 Referimo-nos como gestores àqueles que têm o poder de decisão sobre as políticas educacionais do Estado.

professores, o que pode ser verificado como a redução da hora-atividade. Ou seja, a partir de 2017, a cada 20 horas (horas-aula) os professores tinham 7 horas para planejamento, com a mudança passaram a ter 5 horas. Essas duas horas a menos impactaram em jornada de trabalho, gerando uma reclamação generalizada por parte dos docentes que viram seu tempo de planejamento e organização diminuídos e, conseqüentemente, mais quantidade de trabalho não pago.

A contribuição de Linhart nos ajuda a pensar a realidade dos professores PSS, existindo correlações entre as análises desenvolvidas neste texto e o que a autora denomina de precarização subjetiva, uma forma de minimizar a capacidade dos trabalhadores de resistir e se opor, criando-se um tipo de

precariedade subjetiva para que os trabalhadores não se sintam à vontade no trabalho nem entre eles, para que não possam desenvolver redes de cumplicidade e de apoio com os colegas, com a hierarquia, nem com seus clientes, a fim de que sintam sempre a corda esticada e fiquem mais receptivos às injunções que visam aumentar a rentabilidade de seu trabalho. Essa lógica se expressa ainda melhor no setor público (Linhart, 2011: 3).

Este é um fenômeno que tem afetado os trabalhadores na aceitação das ideologias institucionais, naquilo que se traduz nos discursos e práticas que orientam e materializam a cultura organizacional para que se engajem nas metas e objetivos da organização como forma de garantir seus empregos. Situação semelhante observada no âmbito que circunscreve os PSS, visto que, não possuindo os mesmos direitos, com um contrato de trabalho flexível e de fácil rompimento, acabam, na prática, submetendo-se às condições precárias de trabalho, o que, não raro, geram sofrimento e adoecimento desses professores.

A preocupação de terem que “andar no fio da navalha” dificulta as relações mais duradouras, inclusive junto aos estudantes, afetando o processo educativo. A rotatividade, em função da perda de suas aulas para os professores efetivos, ou da desistência pelas condições precárias, impede a criação de vínculos, e a energia dispendida no trabalho se dissipa. Além disso, encontram-se fragmentados, pois seus interesses não são coincidentes – ou não se coadunam – com os professores estatutários. Os professores PSS atuam no vácuo, “nas sobras” deixadas pelos estatutários.

O quadro descrito anteriormente se insere em um cenário ainda maior da generalização de situações de degradação do trabalho, conforme indicado por Antunes (2007), ao analisar os processos de intensificação do trabalho e a criação de situações de penosidade no ambiente laboral. As formas de racionalização aplicadas, a polivalência, as mobilidades sistemáticas, os enquadramentos

cada vez mais estritos “das atividades e do tempo passado no trabalho com avaliações e objetivos atribuídos pela hierarquia são cada vez mais limitantes” (Linhart, 2011: 3). Conforme a autora,

a padronização das atividades, [a] diminuição dos meios, [a] individualização que encontramos em diferentes campos visariam manter os assalariados em estado de insegurança e de dependência. Nas situações de trabalho não industriais, são modalidades de organização e de gerenciamento de inspiração taylorista que enquadram cada vez mais a atividade de trabalho. Trata-se ao mesmo tempo de diminuir os custos, mas também de expropriar os trabalhadores do domínio de seu trabalho e da capacidade de interpretar sua finalidade e seus fundamentos (...) (Linhart, 2011: 3).

Os desdobramentos da degradação do trabalho se propagam aos trabalhadores da educação e, de modo ainda mais problemático, aos docentes PSS, pelas razões já assinaladas anteriormente. A desigualdade entre os dois grupos de docentes coloca, de um lado, os protegidos, que, inclusive, possuem um sindicato; e do outro, os menos protegidos, que vivem a instabilidade contratual, fazendo com que muitos docentes se submetam a situações de flagrante desrespeito e humilhação, conforme se observa no registro a seguir:

Quando cheguei na escola, tivemos uma reunião. O diretor então falou só para o grupo dos professores PSS: ‘olha, vocês não são nada aqui, vocês estão na minha mão, vão fazer o que eu determinar, se não, já sabem, não precisa ficar nessa escola.’ Ficamos assustados, sem saber o que pensar. Foi falando um monte de coisa. Ninguém disse nada na hora, todo mundo ficou com medo. Não deu pra entender o porque daquela atitude. Me senti muito mal com aquilo. Do nada receber ameaça! Foi uma humilhação. Depois o pessoal comentou que o diretor era um grosso mesmo, uma pessoa autoritária, já tinham até feito abaixo assinado para tirá-lo (Professora PSS, Núcleo Bairro Novo, Curitiba, 2014).

Esse relato demonstra o constrangimento imposto por um gestor da escola – diga-se, um trabalhador – ao professor temporário e reforça a fragmentação, que tende a enfraquecer a categoria. O vínculo precário de trabalho faz com que os PSS não se sintam seguros nas escolas onde trabalham. Além disso, há questões ligadas ao próprio trabalho educativo, diálogos firmes com a direção da escola, defesa de posicionamentos, concepções, justificativas de opções metodológicas, recortes de conteúdo, enfim, aquilo que se atribui como prerrogativa da docência, aos professores PSS, são ações problematizadas, por vezes até

impossibilitadas aos PSS. O mesmo se aplica aos enfrentamentos comuns junto aos alunos, às famílias, na cobrança de responsabilidade, sendo situações que colocam em xeque a ideia de autonomia e independência dos professores.

A pressão por assujeitar os PSS e enfraquecer a luta coletiva por melhores condições de trabalho da categoria chega ao extremo de serem proibidos, pelos gestores, de participar de greves ou paralizações. Nesse sentido, o órgão gestor responsável pela educação, por meio de seus núcleos regionais, escreveu aos diretores da rede paranaense de ensino, para que advertissem os PSS do risco que estariam correndo de ter seus contratos rescindidos caso aderissem à paralisação em maio de 2014. Podemos acompanhar o *e-mail* enviado às escolas:

Atendendo ainda a dúvidas que surgiram a SEED/GRHS informar que: – Com relação ao Professor PSS, conforme preconiza a Lei nº108 de 2005, artigo nº 17, §1º, estará sujeito à rescisão de contrato o profissional que faltar por mais de 7 (sete) dias consecutivos;

- Quanto ao profissional em estágio probatório, de acordo com o artigo nº 43 da Lei nº 6174/1970, a assiduidade é um dos requisitos necessários para a efetivação do profissional no cargo.

Atenciosamente, (...) Chefe do NRE – Londrina (Texto disponibilizado em rede social dos professores PSS do Paraná, 2014).

Em outros trechos do *e-mail*, o órgão gestor, para forçar os PSS e os professores em estágio probatório a manterem a escola em funcionamento, a não aderirem à greve, citam a legislação e usam demagogicamente o discurso do direito à educação. Se, de fato, houvesse preocupação real com o direito a uma educação e qualidade, não haveria fechamento de salas e superlotação de turmas, laboratórios de informática fechados, bibliotecas sucateadas, falta de recursos, inclusive de giz, conforme relatado pelos professores.

Em face dessas e outras limitações, a escola não deixa de representar um espaço de contradição, um campo em disputa, palco de interesses divergentes. Alunos e familiares reivindicam a escola como espaço de direito. Professores tomam a escola como espaço de luta e cidadania, inclusive quando intentam fechar suas portas, como ação simbólica de sua força.

Conforme já indicado, em 2015, mais de 30 mil professores da rede eram temporários PSS, uma condição que dificultou reagir às situações de pressão e abuso para não aderirem às mobilizações de greve da categoria. Outras situações rebaixam a importância dos PSS como profissionais qualificados. Dispendem um tratamento desigual em relação aos direitos e carreira, pois os PSS ficam fora do plano de saúde, não têm direitos a progressões, nem a estabilidade, não

ganham por titulação e quase todos os anos ficam até três meses sem receber, em função do fim do seu contrato e do início das aulas do próximo ano letivo. São elementos que formam uma conjuntura desfavorável à organização e luta coletiva dos professores.

É preciso ressaltar, contudo, que ao mesmo tempo em que a categoria se fragiliza, surgem novas modalidades de organização e formas de afirmação e defesa. A página em rede social dos docentes PSS do Paraná, por exemplo, possui quase mais de 35 mil membros, e tem se revelado um espaço de diálogo, trocas e articulação desses trabalhadores. Cumpre duas funções, pois ao mesmo tempo que possibilita a articulação destes, sendo espaço de diálogo e de trocas, também pressiona o sindicato da categoria em relação às suas pautas. Nesse sentido, o próprio sindicato, face ao grande número de PSS, mesmo considerando esta forma de contratação precária, viu-se desafiado a também atentar para as condições desses professores. E, nesse sentido, viu-se compelido a ampliar o escopo de suas ações. Nas paralisações que ocorreram em 2015, a APP-Sindicato apresentou, em sua pauta, a defesa dos PSS, para que pudessem ganhar pela titulação de especialista, ter direito à assistência de saúde e garantia de manutenção dos seus contratos. Uma reivindicação negada pela administração.

Apesar das divisões observadas, trata-se de uma categoria que se esforça para se articular e mobilizar seus coletivos. Os professores foram protagonistas de importantes greves e ações no âmbito do Paraná, com claros enfrentamentos face à perda de direitos e a mudanças que impactam negativamente as condições de trabalho.

Uma conjuntura que reforça a análise de Wenzel (1991), para quem a categoria dos professores, cada vez mais, assemelha-se à dos proletariados. Apresentam-se em uma massa de trabalhadores coletivos espalhados pelos diversos sistemas e redes de ensino, que vêm perdendo progressivamente o controle sobre o processo de produção do ensino, pela junção e acumulação, incompatíveis com as prerrogativas próprias da docência e dos processos pedagógicos, algo que desqualifica seu trabalho no aspecto em que outrora definia, a saber, a autonomia e a independência de sua *práxis* como educador, como trabalhador intelectual (Wenzel, 1991).

Em meio às condições de trabalho limítrofes, emergem significações ambivalentes na vida laboral dos PSS, o que tem implicado em processos de subjetivação que chamamos de *negativa*, com manifestações de sofrimento e adoecimento, conforme analisado por Nauroski (2014), ao constatar que mais de 50% dos professores pesquisados adoeceram em função de seu trabalho. No entanto, os professores resistem. Na busca por espaço e dignidade, os

professores buscam encontrar sentido e alento para continuar sua jornada na solidariedade entre seus pares, no reconhecimento por parte de seus alunos, ou ainda na formação de redes de apoio dentro e fora das escolas (Nauroski, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1990, as mudanças que vêm sendo implementadas no mundo do trabalho se orientam pela radicalização da lógica neoliberal. Sobre tudo, duas situações ilustram o recrudescimento das políticas neoliberais: as reformas na legislação trabalhista e as mudanças nos regimes previdenciários, que nos últimos anos têm provocado, em diversos países, reações das classes trabalhadoras, ao se contrapor a essas medidas e defender seus direitos.

Além de interferir no campo jurisdicional, as investidas do capital reorganizam o trabalho social em diferentes campos e realidades. A implementação de processos de flexibilização, desregulamentação e toyotização ganham materialidade diferenciada em diferentes esferas do trabalho, envolvendo empresas do setor privado e público. Os modelos de gestão cada vez mais se articulam por discursos e práticas que assegurem a contenção de gastos, maximização de recursos e aumento de resultados e produtividade. Isso não deixa de ter implicações perniciosas sobre o conjunto dos trabalhadores, conforme vem sendo fartamente documentado pela Sociologia do Trabalho.

No campo da educação e no recorte deste estudo, a conjuntura que envolve os professores PSS é adversa, acarretando diferentes efeitos sobre esses trabalhadores, como o mal-estar, o sofrimento e o adoecimento em função das condições precárias de trabalho. Apesar das adversidades, observamos situações em que os docentes acabam por aderir aos discursos de engajamento no trabalho, assumindo-se como os primeiros responsáveis pela “causa da educação”.

As tentativas de reação desses professores, em face dos problemas que enfrentam, estão concentradas no mundo virtual na página do Facebook dos Professores PSS do Paraná. Esse espaço em rede social tem se mostrado um recurso importante pela sua abrangência, dinamismo e velocidade. Uma força dos precários, frente ao descaso do Estado que insiste em mantê-los nessa condição, ou ainda, na oposição à força da direção da escola, que os trata com discriminação. Falar da resistência dos professores temporários com base em seu grupo na rede é entender que existe uma conexão entre o mundo virtual e o mundo real, em uma dialética complexa e de complementaridade. O que acontece no mundo virtual gera implicações no mundo real e vice-versa. Assim, entre as ações de resistência dos professores PSS, o espaço virtual também apresenta potencialidades.

Atualmente, a página dos professores conta com milhares deles em todo estado, tendo como uma das características desse grupo a troca de informações de interesse mútuo, *links* de livros, eventos para professores, cursos gratuitos, editais, leis, artigos de temas afins, avisos gerais e das escolas, matérias, notícias, pedidos de ajuda, de informação sobre onde existem aulas disponíveis, quais cidades são melhores para se trabalhar, quais têm mais oferta ou necessidades de professores etc. Desabafos, críticas, protestos e repúdios formam o conjunto diverso de conteúdo do rol de informações que circulam no grupo.

Sob muitos aspectos, esse grupo tem contribuído, por meio dos seus diversos membros, para criar um espaço de pertencimento, de apoio e afirmação, no qual são reforçados laços em relação à identidade e ao trabalho dos professores. Nesse espaço, encontramos as muitas manifestações dos PSS refletindo sobre seu trabalho, suas condições contratuais, problemas comuns e seus estados emocionais.

Se, por um lado, constatamos um peso subjetivo maior envolvendo as situações de sofrimento entre os PSS, por outro, foi possível constatar ações e comportamentos de resistência, de afirmação e realização no trabalho. No entanto, permanece no horizonte das possibilidades imaginar se no curso da história da educação paranaense os professores temporários PSS conseguirão encontrar novos caminhos e estratégias de luta e reconhecimento do seu trabalho.

Por fim, o estudo ora apresentado, a radicalização neoliberal e os processos de subjetivação com base no trabalho dos professores temporários (PSS) revelou indícios de que a doutrina neoliberal adentrou ao campo das subjetividades, e mesmo uma categoria tradicionalmente intelectualizada como as dos professores tem tido dificuldades de resistir à ideia geral, de que frente aos problemas de ordem pública e coletiva, como é o caso dos processos de precarização das condições de trabalho nas escolas, as alternativas devem ser individuais. Esta é uma ideia que vem ganhando corpo nas representações sociais, e ao que nos parece, contribui para enfraquecer e desestimular ações de cunho social, política e coletiva.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011 (168).
- ANTUNES, Ricardo. O séc. XX e a era da degradação do trabalho. In: SILVA, José Pereira da Org. *Por uma sociologia do séc. XX*. Organização por José Pereira da Silva. São Paulo, Annablume, 2007, pp. 21-35.

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BRAUNERT, Mariana Bettega. Emprego público, racionalidade privada? Um estudo sobre o trabalho em companhias de economia mista do Paraná. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2018.
- BRIDI, Maria Aparecida da Cruz. Sindicalismo e trabalho em transição e o redimensionamento da crise sindical. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede – A Era da informação*. Economia, sociedade e cultura, v. 3. São Paulo, Paz e terra, 1999, p. 411-439.
- ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão Professor*. Porto, Porto Ed., 1995.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2016 (416).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 1995 (240).
- GENTILI, Pablo A. A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998 (145).
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade mundo*. 3ª ed. São Paulo, Civilização Brasileira, 2003.
- LOURENCETTI, Gisele do Carmo. Mudanças sociais e reformas educacionais: repercussões no trabalho docente. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.
- LINHART, Daniele. Entrevista com Danièle Linhart. *Revista Trabalho, Educação e SAÚDE*, Rio de Janeiro, v. 9 n. 1, pp. 149-160, mar./jun.2011.
- NAUROSKI, Everson Araujo. Trabalho docente e subjetividade: a condição dos professores temporários (PSS) no Paraná. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.) *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- SILVA, T. T. A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo; SILVA, T. T. (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 5. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

- SOUZA, Marcelo Nogueira. Políticas públicas de educação no paraná: as condi es de trabalho de professores temporários e o efeito-território na aloca o de docentes como variáveis de análise. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2016.
- WENZEL, Renato Luiz. O professor e o trabalho abstrato: uma análise da (des)qualifica o do professor. Florianópolis: Disserta o (Mestrado em Educa o). Programa de Pós-Gradua o em Educa o, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

Recebido em: 25/08/2018

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

- NAUROSKI, Everson Araujo e BRIDI, Maria Aparecida. A radicaliza o neoliberal e os processos de subjetiva o com base no trabalho dos professores temporários (pss) *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 899-916.

As dimensões morais de classe social: Avaliações do mercado de trabalho e das experiências de vida de recém-diplomados em Direito

Ricardo Bernardes Pereira¹

Resumo: Este artigo investiga as avaliações do mercado de trabalho e das experiências de vida de recém-diplomados em Direito de origem nas classes populares, examinando as relações entre a moralidade, definida enquanto avaliação e valorização, e desigualdade de classe. Classe social, além de ser um sistema de classificação, também é uma escala de julgamento em que ocupações e experiências de vida são avaliados. Com base na classificação ocupacional, nas definições de boa vida e na comparação com as experiências de vida dos pais, este artigo mostra as principais fontes de respeito do grupo estudado.

Palavras-chave: classe social; Direito; moral; desigualdade; mercado de trabalho

The moral dimensions of social class: Labor market and life experience evaluations of newly-graduates of Law

Abstract: *This article investigates the labor market and life experience evaluations of newly-graduates of Law from working-class families, examining the relations between morality, defined as evaluation and valuation, and class inequality. Social class is a system of classification and a scale of judgement in which occupations and life experiences are evaluated. Drawing on occupational classification,*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Rio Grande do Sul – Brasil – ricardocsociais@gmail.com

definitions of good life and comparison with parents' life experiences, this article shows the main sources of respect of the group analyzed.

Keywords: *social class; Law, moral, inequality, labor market.*

Introdução

O crescimento do ensino superior acarreta o aumento do número de credenciados e licenciados a exercer diversas ocupações de alto *status* socioeconômico. À medida que novos credenciados ingressam no mercado de trabalho, uma parcela é absorvida nas ocupações de formação, especialmente nas áreas em que a geração de empregos é relativamente flexível. A maior competição no mercado de trabalho tende a limitar o crescimento salarial ou a reduzir o salário médio das ocupações (Elias; Purcell, 2004). Uma parcela significativa dos novos diplomados passa a trabalhar em ocupações que não demandam as competências adquiridas no ensino superior, sendo chamados de sobrequalificados (Mehta *et al.*, 2011; Figueiredo *et al.*, 2017). Empregos ocupados em um momento no passado por pessoas sem ensino superior passam a ser majoritariamente ocupados por pessoas com esse perfil (Collins, 1979; Tholen, 2017a).

Os membros das classes populares que concluem o ensino superior, diferentemente dos seus pais, têm uma credencial que possibilita, mas não garante, necessariamente, a ascensão social, uma vez que a inserção dos diplomados em um mercado de trabalho com inflação de diplomas pode implicar inserção ocupacional dos filhos em condições parecidas com a dos seus pais sem ensino superior.

Este artigo investiga as avaliações das ocupações e das experiências de vida pelos bacharéis em Direito recém-diplomados de origem social nas classes populares. O objetivo central é examinar as relações entre a moralidade (compreendida enquanto avaliação e valorização) dos bacharéis em Direito recém-diplomados e a desigualdade de classe no Brasil. O aumento da escolaridade tem consequências sobre os valores e expectativas de vida (Baker, 2014). Espera-se que as definições de boa vida dos membros das classes populares com ensino superior completo sejam próximas do estilo de vida valorizado pelas classes médias.

A literatura sociológica mundial tem se ocupado em compreender a moralidade e as fontes de respeito e reconhecimento das classes sociais inferiores. Em pesquisa realizada nos Estados Unidos e na França, Lamont (2000) examinou como homens de classe trabalhadora estabelecem fronteiras morais com administradores e profissionais de ensino superior, imigrantes e pessoas de outras

“raças”. Na perspectiva do grupo pesquisado, a classe média carece de integridade pessoal e sinceridade. Incapazes de corresponder às definições de valor pessoal das classes dominantes, centradas no ganho material e na posição ocupacional, os homens da classe trabalhadora elaboram fontes alternativas de valor pessoal. Por exemplo, nos Estados Unidos, os trabalhadores valorizam a integridade moral, comprometimentos familiares e uma ética de trabalho protestante. Na França, por outro lado, os trabalhadores demonstraram preocupar-se com questões de igualdade social e solidariedade, em detrimento de uma visão de mundo voltada à responsabilidade individual e à ética do trabalho, como os trabalhadores norte-americanos. Sennett e Cobb (1972) afirmam que a incapacidade de os trabalhadores norte-americanos corresponderem ao esquema dominante da sociedade de definir valor pessoal em termos de posição social, realizações individuais e ganho material gera feridas de classe. Embora os trabalhadores norte-americanos busquem formas alternativas de respeito, por meio das relações familiares e definições de bom caráter, as definições dominantes são internalizadas. Stuber (2006), em uma pesquisa com estudantes universitários das classes trabalhadoras de uma universidade de elite nos Estados Unidos, mostra que os estudantes das classes trabalhadoras percebem os seus pares das classes altas como preocupados com questões consideradas “irrelevantes” – aparência, consumo de bens materiais e popularidade –, considerando-os preguiçosos e ostentadores. Embora a cultura da classe alta seja negativamente avaliada, os estudantes afirmaram que gostariam de ter as mesmas condições de vida dos seus pares ricos.

Este artigo apropria dessa literatura para mostrar como bacharéis de Direito recém-diplomados das classes populares classificam as ocupações, definem boa vida e bom trabalho e comparam as suas experiências de vida com a de seus pais, relacionando esses esquemas culturais a dimensões subjetivas da desigualdade. O campo do Direito oferece um caso apropriado para compreender essas relações pelo alto nível de desigualdade intraocupacional. No topo das ocupações do campo do Direito, as carreiras jurídicas (juiz, promotor, delegado, defensor público, procurador de justiça, desembargador, dentre outras) geralmente oferecem salários do grupo um por cento mais rico (Medeiros, 2015), mas o ingresso nelas é altamente competitivo. A remuneração dos sócios de escritórios de advocacia também é relativamente alta, apesar de haver uma variação salarial maior em comparação às carreiras jurídicas do setor público. Por outro lado, muitos bacharéis enfrentam um mercado competitivo e relativamente saturado, não conseguindo se inserir nas ocupações jurídicas e com uma renda não muito superior a um ou dois salários mínimos.

Os dados da pesquisa são relevantes para compreender a natureza da desigualdade social brasileira. O grupo estudado usa como referência as possibilidades de condições de vida disponíveis na sociedade para realizar os projetos de vida e avaliar as condições atuais. O pequeno conjunto de ocupações positivamente avaliadas e a elevada diferença percebida entre esse conjunto e o restante das ocupações possíveis de serem alcançadas pelos entrevistados levam a uma competição cruel pelos postos de trabalho no setor público, a uma insatisfação com as condições atuais e a uma expectativa de somente conquistar a realização pessoal no futuro. Embora uma parcela significativa dos recém-diplomados tenha conseguido a inserção profissional na área de formação, conseguiram-na nas ocupações mais negativamente avaliadas do campo do Direito, como associados de escritórios particulares. O grupo estudado usa as ocupações do setor público como referência para a avaliação do salário, das condições de trabalho e dos benefícios empregatícios da ocupação atual. Ao mesmo tempo, tendem a avaliar a sua posição social de modo superior à posição de seus pais.

Moralidade, Relações de Classe e Desigualdade

O processo de avaliação, a atribuição moral e a autoridade de atribuir valor a bens sociais são centrais para compreender relações de classe e desigualdade social (Skeggs, 2005). Classe social pode ser tratada como um sistema de classificação no qual ocupações, escolhas de vida e tudo o mais são postos em uma escala de julgamento (Skeggs, 2004). Avaliações morais são relevantes, pois são base de estratégias de ação (as pessoas tomam ações para tornarem-se a pessoa que consideram desejável), afetam a satisfação pessoal, a percepção de sucesso e o sentimento de injustiça, e geram normas sobre como a pessoa deve tratar os outros e como deve ser tratada (Sayer, 2005a, 2005b).

Uma sociedade de sucesso é aquela que provê aos seus membros os recursos para viver uma vida segura, saudável e significativa (Lamont; Hall, 2013). Possibilita formas de respeito a um conjunto amplo da sociedade (Evans, 2013). Darwall (1977) distingue dois tipos de respeito pela capacidade de provisão pela sociedade: respeito por reconhecimento e respeito por apreciação. O respeito por reconhecimento é o tratamento apropriado na deliberação de uma pessoa sobre uma característica em questão do objeto. Refere-se a uma ação apropriada no que concerne à lei, ao corpo humano, à instituição social, às coisas e aos seres não humanos. Com relação a pessoas, o respeito por reconhecimento significa atribuir uma consideração adequada ao fato de ser humano, considerando as características adscritas, as necessidades vitais e os sentimentos. O respeito

por apreciação (no original em inglês, *appraisal respect*), por outro lado, é uma atitude de apreciação positiva de uma pessoa ou de seus méritos, manifesta por meio da excelência de caráter. Caráter, segundo Darwall (1977), são disposições duráveis no longo prazo. O respeito por apreciação leva em consideração aspectos “morais” (exemplos: honestidade, lealdade e prudência) e a competência e habilidade na execução de tarefas. Diferentemente do respeito por reconhecimento, que é possível de ser atribuído a todos, o respeito por apreciação é um bem escasso, pois é comparativo, sendo atribuído a pessoas com características acima da média. Sennett e Cobb (1972) e Sennett (2004) analisam essa forma de respeito ao tratar das desigualdades de classe social. Como existem bases de respeito compartilhadas, em certa medida, por todos os membros e o alcance das bases de respeito é limitado, as desigualdades são intrínsecas em sociedades capitalistas e permanecem sendo significativas para o bem-estar, mesmo quando o padrão de vida da população supera o nível de atender às necessidades básicas. Para lidar com essas desigualdades, os atores sociais podem responder definindo um padrão de desempenho suficientemente bom. Também podem compensar as deficiências em certas áreas, desvalorizando-as e investindo os seus recursos em áreas em que podem florescer (Sayer, 2005a).

Muitos autores da literatura internacional têm tratado o neoliberalismo como fonte de definições dominantes de respeito por apreciação (Lamont; Hall, 2013; Ball, 2016; Satybaldieva, 2018; Francombe-Webb; Silk, 2016; McKenzie, 2016). Segundo essa literatura, o capitalismo contemporâneo é caracterizado por instituições e por um imaginário social que definem respeito em termos de consumo, posição no mercado de trabalho e qualificação. Os atores sociais de todas as classes sociais são levados, a fim de adquirirem respeito por apreciação, a investir constantemente em si mesmos. Os membros das elites e das classes médias são mais propensos a incorporar a subjetividade requerida pelo neoliberalismo.

Embora haja definições dominantes de respeito, os grupos sociais são capazes de responder elaborando outras moralidades, as quais assumem uma posição subordinada. Lamont (2012) elabora o conceito de heterarquia para se referir à existência de múltiplos sistemas de valorização e avaliação. Ela afirma que as classes populares adotam um *self* de cuidado, preocupadas com o caráter e com as relações familiares, como uma estratégia de resiliência (Lamont, 2000). A literatura também mostra a existência de um *self* piedoso entre as classes populares, centrado na religião (Souza, 2009; Skeggs, 2014; Satybaldieva, 2018). No entanto, as heterarquias estão sujeitas a processos de subordinação às culturas dominantes. A cultura valorizada pelas instituições sociais dominantes

e considerada, em alguma medida, valorizável por todos os membros da sociedade é a cultura das classes dominantes (Skeggs, 1997; 2005; 2014). Além disso, a marginalização das culturas das classes populares e a valorização da cultura das classes médias e das elites são mecanismos de reprodução social (Bourdieu, 2007; Ridgeway, 2014; Skeggs, 1997; 2005).

As estruturas do mercado de trabalho brasileiro dificultam o acesso a formas de respeito a amplos setores da sociedade, pois oferecem condições de vida muito diferentes a pessoas situadas em posições sociais distintas. Existe uma segmentação no mercado de trabalho entre setor público, setor privado formal e setor privado informal. Estar situado em cada um desses setores implica ter salários, estabilidade no emprego, aposentadoria, acesso a crédito, benefícios (vale-alimentação, seguro desemprego, auxílio creche, FGTS e acesso a crédito) muito desiguais. Outra forma de desigualdade são as diferenças salariais pela escolarização. Os profissionais com ensino superior possuem uma renda, em média, 135% maior do que quem possui ensino médio, uma das mais díspares do mundo (OECD, 2016: 114). Dentro de um grupo ocupacional também há uma grande variação salarial (Medeiros, 2005). No Direito, por exemplo, os salários variam de em torno de mil e quinhentos reais a associados (contratados sem carteira assinada) de pouca experiência em escritórios privados, passando por salários na faixa de 20 mil reais nas carreiras públicas até salários astronômicos de sócios de grandes bancas.

Pesquisas brasileiras com recém-formados têm enfatizado as dificuldades iniciais de inserção no mercado de trabalho e as consequências psicológicas dessa experiência (Lima; Gomes, 2011), a posição inicial no mercado de trabalho (Maciante *et al.*, 2015; Lemos, Dubeaux; Pinto, 2009) e as estratégias de obtenção de emprego (Silva, 2010). Pesquisas com graduandos das classes populares são mais numerosas. Os valores dos graduandos são um tema recorrente e, de modo geral, as pesquisas mostram um desejo de ascensão social, valorização do ensino superior, desvalorização das ocupações que não requerem ensino superior, valorização da família, sentimentos positivos dos pais pelo ingresso dos filhos no ensino superior e valorização das oportunidades abertas pelo diploma universitário (Castro, 2014; Mongim, 2016; Casali; Mattos, 2015; Oliveira; Bock, 2016; Neves, Faro; Schmitz, 2016). Essas pesquisas mostram a internalização dos valores dominantes de consumo, posição no mercado de trabalho e qualificação. Os resultados sobre os graduandos e recém-egressos de origem nas classes populares são distintos dos observados nas pesquisas com adultos e idosos de baixa escolaridade (Souza, 2009; Souza, 2012) e de jovens em outros contextos (Willis, 1991), nas quais a presença de heterarquias é mais marcante.

Procedimentos metodológicos

A fim de compreender as percepções sobre o mercado de trabalho de recém-egressos das classes populares, optou-se por delimitar um campo específico. O curso de Direito foi escolhido por ser um dos cursos com o maior número de egressos (IBGE, 2017), ter um alunado diversificado em termos de nível socioeconômico (Simonsen; Gonzalez, 2014; Simonsen; Gonzalez, 2016), ser um campo caracterizado por fechamento ocupacional (Flemmen *et al.*, 2017; Ruggera; Barone, 2017) e possibilitar o ingresso em ocupações de alta remuneração. A escolha por um campo com fechamento ocupacional deveu-se à intenção de compreender as percepções daqueles que estão situados fora do campo ocupacional, apesar de ter a licença para atuar em uma área que possui uma definição relativamente clara de ocupação jurídica.

O sintagma *classe social* foi definido com base em três critérios: ocupação, escolaridade dos pais e renda. A literatura internacional da área de estratificação social ainda não chegou a um consenso mínimo a respeito da operacionalização do conceito de classe social em pesquisas qualitativas (Bottero, 2012). Lidar com a ambivalência na classificação dos entrevistados é um problema recorrente entre pesquisadores da área, pois existem pelo menos 14 critérios para operacionalizar conceitos mais abstratos, como capital cultural e capital econômico (Payne; Grew, 2005).

Foram entrevistados 33 bacharéis em Direito recém-formados residentes na capital e região metropolitana de um estado no sul do país. Além disso, foram realizadas observações dos participantes em dias de concurso público, provas da OAB e feiras de oportunidades. Classe popular foi definido como não ter pais com ensino superior. Do total de entrevistados, três são filhos de agricultores; sete são filhos da classe urbana precária²; sete são filhos de operários³; sete são das ocupações intermediárias⁴; quatro estão situados entre as classes médias e as classes intermediárias⁵, e cinco são claramente de classe média⁶.

2 Classe urbana precária: empregada doméstica, merendeira, vigilante, vendedor informal autônomo, vendedor em loja, serviços gerais em empresas, caixa de supermercado, vigia, revendedora de cosméticos, trabalhador autônomo.

3 Metalúrgico (4); Eletricista (1); mestre de obras (1); motorista de grande empresa (1).

4 Classe intermediária refere-se aos trabalhadores entre as classes precárias e as classes médias. Servidor público de baixo escalão, militar de baixa patente, microempresários, professora de primário, taxista.

5 Uma ou duas das características para definir classe média está presente: pai não tem ensino superior e trabalha no setor público recebendo alto salário (2); pai não tem ensino superior, atua em ocupação profissional e tem salário relativamente alto (1); pai faleceu quando o entrevistado era recém-nascido, mãe trabalha em ocupação precária e os avós de ambos os lados têm ensino superior completo e contribuíram para a educação do entrevistado (1).

6 Pais com ensino superior completo, ocupação profissional e renda relativamente alta. Classe média é usado no sentido de uma classe com alto capital cultural sem a posse dos meios de produção.

Os entrevistados de classe média de origem foram selecionados para compor um grupo de controle.

O método de seleção de participantes foi a “bola de neve”. A amostra foi composta por 60% de pessoas do sexo masculino. As idades variaram de 24 a 45 anos, sendo a idade média 27,9 anos. Dezesete entrevistados foram contemplados com bolsa de estudos (PROUNI ou bolsa da própria instituição), quatro financiaram os estudos pelo Fies ou crédito educativo privado, quatro estudaram em universidades públicas e oito bancaram a universidade com os próprios recursos. Vinte e um entrevistados formaram-se em universidades confessionais, cinco estudaram em instituições de ensino superior com fins lucrativos, quatro em uma universidade pública federal e dois formaram-se em uma universidade comunitária. Diferentemente de outras regiões do país, a maioria dos egressos do curso de Direito na cidade da pesquisa não é formada em universidades com fins lucrativos. O tempo médio de formado foi de 3,4 semestres.

O fato de, em média, terem concluído a graduação há menos de dois anos não significa que os entrevistados têm somente dois anos de experiência no mercado de trabalho. A idade é um indicador mais adequado do que o tempo de formação no ensino superior para captar o tempo de experiência no mercado de trabalho. Para os propósitos da pesquisa, as experiências em empregos antes e durante a graduação e os estágios são tão relevantes quanto os empregos depois da graduação, pois as avaliações dos empregos são, em parte, resultado do conjunto de experiências vivenciadas em todos esses momentos.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia. Aconteceram entre setembro de 2017 e abril de 2018. Estas foram divididas em duas partes. Na primeira, o entrevistado narrava as experiências no mercado de trabalho e nas instituições educacionais entre o fim do ensino médio e a entrada no ensino superior, durante a graduação e depois da graduação. Na segunda parte, foi aplicado o método de identificação de fronteiras simbólicas (Lamont; Molnár, 2002; Lamont, 2000). Pediu para os entrevistados avaliarem suas experiências de vida em comparação com os familiares, colegas de classe média de origem e profissionais em diferentes posições no mercado de trabalho jurídico.

As experiências dos bacharéis em Direito recém-formados no mercado de trabalho

Nas últimas décadas, o número de registros em todas as ocupações reguladas e certificadas, como advogado, dentista, médico e arquiteto, tem aumentado. No campo do Direito, por exemplo, havia 183 mil advogados registrados na OAB em 1980 (OAB, 1981 *apud* Arruda Júnior, 1983) em uma população de 119

milhões de pessoas. Em 2018, o Brasil tinha 1 milhão e 160 mil advogados registrados na mesma entidade em uma população de 209 milhões.

Dados nacionais de pesquisa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) de egressos do curso de Direito de todas as classes sociais com até dois anos de formação mostram que 56,3% trabalham na área de formação, 11,3% estão ocupados em outras áreas e 23,4% estão desempregados, preparando-se para concursos, em um curso de segunda graduação ou na pós-graduação. De acordo com essa pesquisa, 56,3% dos inseridos no mercado de trabalho recebem até 3 mil reais mensais. Dentre as três grandes áreas analisadas (Direito, Engenharia e Administração), os bacharéis em Direito estão em maior proporção atuando na área de formação⁷ (Semesp, 2017; A Tribuna, 2017).

Os dados da pesquisa que resulta neste artigo mostram uma inserção parecida no mercado de trabalho. Dentre os 33 entrevistados, 16 (48,5%) atuam na área do Direito, cinco atuam em outras áreas (15,2%) e 12 (36,4%) estão desempregados, em segunda graduação, preparando-se para concursos ou em cursos de pós-graduação. Dois entrevistados recebem acima de dez mil reais mensais, quatro recebem entre 2,5 e 5 mil reais, quinze recebem entre 1,5 e 2,5 mil reais e doze não têm renda fixa.

A maioria dos empregados em escritórios tem contrato de associado, o que significa principalmente não ter acesso aos benefícios da CLT. Essa prática foi observada em escritórios de diferentes tipos, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Com esse contrato, as regras de número de horas semanais trabalhadas, de pagamento das horas extras e dias de férias são sujeitas a um acordo entre as partes. São comuns relatos nos quais o número de horas ultrapassa 40 horas semanais. Não ter o contrato de CLT afeta o projeto daqueles que planejam comprar veículos automotores ou imóveis, pois adquirir crédito é mais difícil quando não há comprovação de renda por contrato com carteira de trabalho assinada. Quando perdem o emprego, não têm acesso ao FGTS e ao seguro desempregado. O salário dos contratados em escritório com dois anos de experiência, na maioria das vezes, gira em torno de dois mil reais.

Uma alternativa ao emprego de escritório é a atuação por conta própria. Montar um escritório exige investimento inicial. Alugar, reformar e mobiliar uma sala são custos considerados altos por muitos entrevistados. Como o

7 Apesar de os dados da Semesp serem de uma pesquisa de mercado encomendada por um órgão representante de instituições de ensino superior, elas foram citadas no artigo por serem os únicos dados encontrados sobre o grupo pesquisado.

recebimento dos honorários leva um tempo significativo para ser efetivado depois de iniciado o processo judicial, é necessária uma fonte de recursos extra para lidar com meses sem entrada de dinheiro. Soma-se a isso as dificuldades de captação de clientes. Muitos recém-graduados das classes populares não têm os recursos necessários para a abertura de escritório e optam por atender os clientes no prédio da OAB, na própria casa ou em bibliotecas e cafeterias. Os clientes atendidos dessa forma geralmente são pessoas conhecidas ou amigos de pessoas conhecidas. A renda recebida mensalmente é baixa. Muitos definem esse tipo de trabalho autônomo como um “bico”.

A atuação em áreas fora do mercado de trabalho jurídico geralmente está associada às experiências no curso de Direito ou às experiências escolares ou laborais progressas. As ocupações observadas foram: agente administrativo (2 entrevistados), analista em função de ensino superior, motorista de ônibus e técnica em eletrônica. Os salários dos entrevistados nas três últimas ocupações são maiores do que o dos entrevistados atuando em escritórios e, além disso, possuem mais benefícios, enquanto o salário dos agentes administrativos é semelhante ao dos empregados em escritórios. A literatura sobre o mercado de trabalho dos graduados em contextos de massificação do ensino superior mostra que os bacharéis tendem a ocupar profissões técnicas ou de escritório relacionadas à área de formação no ensino superior (Stasio, 2017; Tholen, 2017c). Esse fenômeno tem sido observado no campo do Direito. Os dados mostram uma procura elevada pelos cargos de agente administrativo nas instituições do sistema de justiça. Embora somente uma entrevistada atue nesses cargos, muitos demonstraram o interesse e prestam os concursos públicos de agente administrativo.

As elites do mercado de trabalho em Direito são as carreiras jurídicas do setor público, a posição de sócio de escritório e o emprego em escritório de atuação internacional. Nesses cargos, o salário ultrapassa o valor de dez mil reais mensais. Os concursos das carreiras públicas requerem experiência em ocupações jurídicas. A aprovação para os concursos mais concorridos demora anos e exige investimento em dinheiro. Atualmente, por exemplo, os magistrados ingressam na carreira, em média, em torno de 33 anos de idade (CNJ, 2013: 33). Nas observações de participantes em dias de concurso, notei que a faixa etária predominante é entre 30-40 anos e muitos candidatos vieram de outros estados para disputar o concurso da magistratura e da procuradoria de justiça. Em evento público com sócios de grandes bancas de advocacia, foi afirmado que o perfil desejado é de quem possui experiência internacional e proficiência em línguas estrangeiras, tem relações (isto é, conhece empresários), conhecimentos

de negócios, habilidade para interagir com empresários e diretores de grandes empresas e espírito corporativo, demonstra firmeza na fala, habilidade de negociação e conhecimentos sobre a cultura da classe corporativa. O ingresso tanto nas carreiras jurídicas do setor público quanto nos escritórios empresariais é difícil para quem é de origem nas classes populares. A posição de sócio de um escritório bem-sucedido ainda não é viável a quem é recém-formado e, por isso, essa carreira não foi analisada. Os escritórios de renome internacional não fazem parte do mapa mental dos recém-formados das classes populares. Muitos entrevistados desconhecem esse mercado. No entanto, ter uma carreira jurídica no setor público é uma aspiração de muitos.

Classificação ocupacional segundo os entrevistados

Os entrevistados analisam as possibilidades, elaboram estratégias de inserção profissional e avaliam as ocupações de acordo com os seus recursos e experiências prévias. Avaliar ocupações fora de suas possibilidades não demonstrou ser saliente nas falas. Antes de ingressar na universidade, muitos entrevistados trabalharam em ocupações de nível médio. A maioria saiu desses empregos para fazer estágios durante toda a graduação. Nos estágios em escritórios privados e órgãos públicos, adquiriram conhecimento sobre as condições de vida dos trabalhadores nesses setores.

No mapa mental dos entrevistados, as ocupações do setor público e a docência universitária estão no topo da hierarquia. A docência universitária é valorizada principalmente pelas características de ensinar conhecimentos jurídicos e doutrinar politicamente as novas gerações. O emprego em escritório de advocacia situa-se consideravelmente abaixo. Estar em posição subordinada, receber um salário considerado “baixo”, não ter alguns benefícios trabalhistas e realizar atividades de alto nível de estresse são justificativas para a relativa desvalorização dessa ocupação. Na posição inferior, estão as ocupações do setor privado que não exigem ensino superior. Os empregos de atendente de *telemarketing*, vendedor no comércio e secretária são exemplos de ocupações exercidas em algum momento da vida por muitos entrevistados. Considere como Atanásio classifica as ocupações:

Atualmente, pra vida que eu estou vivendo nesse momento, pra mim, seria ideal uma carreira pública. Ahn, claro, pensando em iniciar uma carreira pública, no sentido de ser servidor e, talvez, pra frente, fazer um concurso para ser membro de algum órgão do judiciário, ser juiz, ser promotor, sei lá. Isso é possível. O preparo (para as carreiras do judiciário) é horrível. A preparação

é horrorosa. As pessoas que passam, em geral, são pessoas que têm como passar cinco anos só estudando, o que não é o meu caso. Então, se eu parar pra estudar cinco anos, eu morro de fome. Agora, pra um concurso de servidor, talvez eu consiga. É com isso que eu estou contando num futuro menos remoto, digamos assim, mais próximo, de médio prazo, digamos. (...) Sempre tive uma certa queda, assim, com a coisa da academia. De poder trabalhar em sala de aula. Eu gosto da ideia de ser professor em sala de aula. Nem tanto da ideia da pesquisa e tudo mais. Mais a coisa da relação com o aluno. Eu acho um ambiente extremamente rico. Isso é o que mais me encanta na ideia de fazer mestrado e ser professor. (...) Mesmo a advocacia, que talvez fosse a última dessa lista, às vezes eu me acordo pensando, assim, como seria bom ter uma certa autonomia. Poder acordar agora e eu poder fazer o meu trabalho, sem ter que obedecer a ninguém. Claro, tem isso e tem em ser um advogado trabalhando no escritório de alguém, que é ser empregado. Embora os caras não assinem a tua carteira, e te chamem de sócio, eles te tratam como um empregado. Pra mim, essa certamente seria a pior das opções. É algo que efetivamente eu não gostaria de tá fazendo. Isso seria ganhar um salário muito baixo. Muito baixo, não, mas, tipo, sei lá, gente sai da faculdade ali sai ganhando mil reais, mil e duzentos reais pra trabalhar dez horas por dia e fazer audiência no interior. Não te dão nenhuma realização ainda por cima. É só obedecer e cumprir a tarefa do escritório. Eu como nunca tive um sonho de construir carreira na advocacia, acho detestável essa ideia.

Atanásio, 24 anos, em cargo comissionado no setor público

As ocupações do setor público são bem avaliadas por oferecerem um bom salário, estabilidade, benefícios, menos estresse do que no escritório e respeito público. Mesmo as ocupações de agente e técnico, que requerem somente o ensino médio completo, são preferíveis ao trabalho no escritório. O objetivo final da maioria dos entrevistados é ingressar nas principais carreiras públicas do sistema de justiça. Como muitos percebem que a preparação para esses concursos requer tempo e recursos econômicos, os quais a maioria não possui, eles utilizam uma estratégia de ser aprovado nos concursos menos disputados e, paulatinamente, ascender nos cargos públicos. Essa estratégia é chamada de “*escadinha*” pelos entrevistados. Por exemplo, Virgínio trabalha em um escritório de advocacia há seis anos. Afirma receber 2.200 reais mensais. O sonho dele é tornar-se delegado. Como ainda não se sente preparado para ser aprovado nesse concurso e a falta de recursos financeiros limita-o a disputar somente as vagas no estado onde reside, ele tem se preparado para vários concursos tanto

de nível médio quanto superior. Tem mais confiança em ser aprovado no concurso do corpo de bombeiros, que requer nível médio.

Eu ganho, no escritório, 2200 reais. Nos bombeiros, eu vou ganhar 3800 reais; é uma boa diferença. O escritório te toma muito tempo e a tua cabeça também. Tu sai do escritório, tu tá indo pra casa, tu tá pensando em processo. Tu tá em casa, tu sonha com processo, entendeu? Tu tá montando o que eu vou escrever amanhã naquele prazo que eu tenho que fazer, naquela contestação, naquele recurso. O bombeiro, eu tenho colegas que se formaram comigo. Antes até de fazer o concurso, eu conversei com eles, eles disseram que o bombeiro é bom por isso, porque tu vai ganhar um valor legal. A tua cabeça vai tá mais tranquila porque é um trabalho mais físico, digamos. Tem que pensar, mas não é um trabalho que tu vai passar o dia inteiro usando a tua cabeça, que nem no direito. Então, fica mais dentro do batalhão.

Virgínio, 25 anos, advogado associado

Trabalhar no setor público em ocupações de nível médio é preferível a trabalhar como advogado associado pelos salários altos do setor público, pelo menor nível de pressão, pela estabilidade e maiores benefícios. Embora a maioria dos entrevistados valorize trabalhar em ocupações jurídicas, eles abririam mão das delas a fim de ter as vantagens do setor público.

Ascender socialmente, estar no topo das carreiras jurídicas e receber um salário alto estão no centro das estratégias de vida dos entrevistados. Há poucos relatos de heterarquias. O ativismo político, por exemplo, apareceu nas falas de forma subsumida ao valor central de ascensão social. Catarina afirma desejar relacionar o ativismo político com a carreira de defensora pública, que, no estado da pesquisa, recebe aproximadamente 20 mil reais.

Eu pretendo seguir na advocacia por um tempo, mas o meu objetivo sempre foi prestar concurso público pra defensoria. Até por essa questão que tava te falando de gostar de ter uma função social, de poder, enfim, auxiliar as pessoas que tão nessa situação de criminalidade. O que a defensoria te oferece? A defensoria te oferece todo o suporte da instituição, né?, do estado e é uma excelente remuneração. Então, o que acontece? Eu gosto muito de advogar pra pessoas em situação de hipossuficiência. Eu faço muitos casos *pro bono*, que é quando você não cobra honorários. Mas isso não me mantém, né? Eu também tenho as minhas contas pra pagar. A defensoria, eu vejo que tu consegue conciliar as duas coisas, né? Tu vai tá exercendo esse tipo de advocacia pública, mas tu vai ter a tua remuneração garantida todo mês.

Catarina, 24 anos, advogada autônoma

O trabalho na advocacia é negativamente avaliado, principalmente, por ter as carreiras públicas como a maior referência. Os entrevistados narravam por um longo tempo sobre as características negativas do trabalho em escritório, os concursos para os quais estão em preparação e as carreiras que sonham em alcançar. Quando eram motivados a comparar o trabalho no escritório com os empregos exercidos antes de ingressar na universidade ou com as ocupações de seus pais, quando estes tinham ocupações “precárias”, o trabalho no escritório era mais positivamente avaliado. Por exemplo, Rui trabalhou por quatro anos como atendente de *telemarketing*, recebendo um salário mínimo em um regime de seis horas, antes de ingressar no curso de Direito. Afirma que o emprego era altamente estressante. Segundo narra, apenas permaneceu por esse período para poupar dinheiro para cursar Direito, caso demorasse para conquistar uma bolsa de PROUNI. Comparando o emprego atual com o de atendente de *telemarketing*, ele afirma que, como advogado associado, o salário é melhor e o nível de estresse é menor. A ausência de benefícios da ocupação atual não é levada em consideração. No entanto, Rui não quer permanecer como advogado associado por muitos anos, pois, a curto prazo, almeja conquistar a posição de técnico ou analista no Tribunal de Justiça e, a longo prazo, ser juiz. A falta de estabilidade, o baixo salário e os poucos benefícios surgem como critérios relevantes para avaliar a experiência atual no emprego somente na comparação com as últimas ocupações.

Os empregos sem exigência de ensino superior do setor privado, apesar de já terem sido exercidos, são pouco utilizados como referência de avaliação das experiências de trabalho. A principal referência são os empregos públicos, os quais oferecem, na percepção dos entrevistados, condições de emprego consideravelmente superiores. Nesse sentido, a preparação para os concursos públicos está presente na maioria das narrativas. De modo geral, o elevado número de bacharéis em Direito tem buscado as poucas vagas disponíveis no setor público devido às desigualdades no mercado de trabalho.

A desigualdade social brasileira em combinação com a internalização dos valores centrais da subjetividade neoliberal tem efeitos negativos sobre as experiências dos entrevistados. Existe uma disparidade enorme entre o salário recebido atualmente e o que poderão ganhar nas principais ocupações do setor público. Na percepção deles, caso continuem no setor privado, o salário irá aumentar no futuro, mas nunca atingirá o patamar do setor público. Consideram, além disso, que os níveis de estresse e de pressão são sempre maiores no setor privado. Estabilidade profissional e muitos benefícios estão ausentes no setor privado. Essas condições geram uma corrida pelos concursos públicos na qual poucos sairão

vencedores. Adquirir respeito por apreciação é escasso em qualquer sociedade, principalmente em uma na qual as condições de trabalho são díspares.

Definições de boa vida

Como classe social afeta os relacionamentos, as experiências e as práticas, compreender quais bens são valorizados pelas classes inferiores permite entender a capacidade de atingir bem-estar. Nas definições sobre como viver, alguns podem desejar principalmente os bens monopolizados pelas classes dominantes, enquanto outros podem se preocupar com tipos diferentes de bens. Desigualdade de classe envolve não somente diferenças em riqueza, salário e segurança econômica, como também diferenças no acesso a circunstâncias valorizadas, nos modos de vida e no reconhecimento dos bens sociais e de seus possuidores. As desigualdades importam mais quando impactam a vida que os atores sociais buscam levar, as coisas, relacionamentos e práticas que valorizam (Sayer, 2005a)⁸.

Na percepção dos entrevistados, uma boa vida requer condições econômicas favoráveis, bons relacionamentos interpessoais, tempo livre, trabalho com rotina agradável, viagens, estrutura de vida que possibilita realizar os projetos pessoais e formação de família. Os *hobbies* são passar tempo com os amigos, namorado(a) e família, navegar na *internet*, assistir a filmes e séries, ler livros, praticar exercícios físicos, viajar e estar na praia ou em meio à natureza.

Ter conforto é central na definição de condições econômicas favoráveis. Morar perto do trabalho ou nas regiões centrais da cidade, passar pouco tempo no deslocamento da casa para o trabalho, realizar atividades de lazer, como comer fora de casa, ir ao cinema, a bares e a cafeterias, ter uma casa limpa e com móveis e eletrodomésticos novos, possuir carro, viajar nas férias dentro do Brasil ou no exterior, fazer compras no supermercado sem se preocupar com o preço final dos produtos, contratar plano de saúde e investir na educação dos filhos constituem a definição de vida confortável.

Os entrevistados diferenciam o consumo que visa ao conforto, considerado legítimo, e o consumo de ostentação, objeto de reprovação. O consumo de ostentação tem por objetivo demonstrar superioridade. Simboliza uma busca ilegítima por bem-estar. Está associado, principalmente, ao comportamento dos seus colegas de graduação das classes superiores. Possuir roupas, carros

8 A literatura sobre *buen vivir*, a abordagem das capacidades inaugurada por Amartya Sen (2000), as pesquisas sobre felicidade e bem-estar e os modelos convencionais da Economia enriquecem a compreensão sobre os dados empíricos deste artigo sobre a definição de boa vida, mas não puderam ser sintetizados pelo recorte, focalizado no debate sobre classe social, e por limitações de espaço.

e celulares de marca, frequentar espaços exclusivos somente a quem tem alto poder aquisitivo e viajar constantemente ao exterior ou no Brasil exemplificam formas de consumo inadequadas.

A fim de custear o padrão de conforto necessário para levar uma boa vida, a maioria dos entrevistados define um bom salário em valores entre quatro mil e dez mil reais. Uma segunda referência para a definição de bom salário é o valor de vinte mil reais, percebido como típico das principais carreiras jurídicas do setor público. O salário de vinte mil reais é principalmente definido como uma meta. Há também o uso da mensalidade do curso de Direito como referência para o salário que deveria ser recebido pelos advogados.

Virgínio afirma que a renda domiciliar necessária para que ele e a esposa tenham “estabilidade” é dez mil. No futuro, ele espera receber 20 mil reais mensais por ser essa a remuneração do delegado de polícia. Vinte mil reais, na percepção da grande maioria dos entrevistados, é um valor acima do necessário para suprir demandas de conforto. Porém, é um valor desejável por ser esse o salário das ocupações que almejam.

Hoje em dia, teria que ser perto de uns dez mil reais, nós dois (ele e a esposa), pra poder comprar coisas pra dentro de casa. Fora as contas do dia a dia, né?: água, luz, internet, comida, roupa, uma boa alimentação, manutenção do carro, coisas, gasolina, ração pro cachorro e pra tu poder ter um lazer de sair, poder passear, teria que ser mais ou menos isso. Porque hoje pra tu ter uma noção, eu e ela, dá mais ou menos quatro mil reais. Então, sobra nada. A gente não tem lazer, assim, sabe?, de vamo sair. A gente combina, a gente estuda e a gente vê tudo direitinho antes de sair, entendeu? Vamo no cinema? Vamo. O que tem de pagar de conta? Fazemos as contas. Então, podemo ir? Podemo. Tem dinheiro pra pagar. É mais ou menos por aí. Isso não é saudável, entende? Não acho saudável.

Olha, eu quero ser delegado, né? Um delegado ganha uns vinte mil por mês. É isso daí que eu espero um dia ganhar. Mas o que hoje a gente tá, o que hoje eu almejo é ter uma estabilidade, que seria ganhar isso daí: cinco mil pra cima, cada um, pra poder viver legal, viver bem.

Virgínio, 25 anos, advogado associado

A maioria dos entrevistados espera não ser possível atingir uma remuneração adequada para levar uma vida confortável na posição de advogado associado, mesmo com mais anos de experiência. Os recém-diplomados em Direito adaptam-se a essa situação no mercado de trabalho buscando ocupações que atendam aos requisitos de suas demandas de boa vida. A principal resposta às

desigualdades no mercado de trabalho é elaborar estratégias de vida para a colocação profissional nas poucas posições de alto valor.

Uma boa vida também requer boas condições de trabalho. Para os entrevistados, um bom trabalho é aquele que provê renda adequada, contrato por CLT ou estatutário, benefícios trabalhistas, estabilidade, não realização de hora extra, remuneração de hora extra quando necessária, boas relações com o chefe e com os colegas, autonomia em definir horários e atividades, aprendizado constante, utilidade social, baixo nível de repetição das tarefas e baixo nível de subordinação ao trabalho dos superiores. Por exemplo, Felícia trabalha como técnica em eletrônica em uma empresa pública há seis anos, tendo todos os benefícios de uma servidora pública. Ao avaliar a ocupação atual, ela afirma que o aprendizado constante na área de formação superior, a interação com os colegas e superiores, a remuneração e o nível de repetição das tarefas são critérios relevantes para que ela tenha um bom emprego.

A primeira questão que o trabalho me deixa insatisfeita são as não oportunidades de aprendizado que ele me traz. Por exemplo, se eu tiver trabalhando num escritório, cada processo que cair na minha mão é oportunidade de aprendizado. Vai trazer uma coisa pra mim que ou eu não sei ou vai reforçar uma coisa que eu sei. No trabalho hoje, isso não acontece. As coisas que são trazidas pra mim são uma oportunidade de aprendizado, mas é um aprendizado que eu não quero mais. Então, tipo assim, é interessante, é legal o sistema elétrico. É muito interessante. Só que esse tempo que eu tô consumindo aprendendo sobre o sistema elétrico é o tempo que eu poderia tá consumindo aprendendo sobre o direito. Então, uma das coisas que incomoda muito no meu trabalho são as não oportunidades de aprendizado do mundo jurídico que ele me traz. A segunda questão são as pessoas com quem eu trabalho. São pessoas muito legais, competentes na área elétrica. Não na área jurídica. Eu não consigo no meu local de trabalho discussões sobre temáticas que são importantes pra minha formação profissional. As pessoas, nenhuma delas trabalhou com isso. A terceira questão são as atividades, né? Algumas das atividades que eu faço são ainda nesse conceito de linha de produção, sabe? De copiar e colar, de ficar fazendo tarefas repetitivas, rotineiras, assim, que não combinam com o meu perfil. A quarta questão é a questão financeira. Eu gostaria de ter uma remuneração condizente. Quando tu te forma numa faculdade, faz um mestrado, teu plano, tua ideia, além de ganhar conhecimento é financeiramente ter um retorno. Onde eu trabalho hoje, não tem nenhum tipo de retorno. É mais ou menos isso.

Felícia, 27 anos, técnica em eletrônica

As aspirações profissionais e a classificação ocupacional resultam, em parte, das definições de boa vida. As demandas de conforto são altas, uma vez que a renda necessária está acima da que a maioria dos entrevistados e dos seus pais recebem. Definições de boa vida com bases religiosas, bem como centradas em valores políticos *anti-establishment* ou no convívio social, pouco apareceram. Definições em que o conforto e as características das ocupações são centrais aumentam os efeitos negativos da desigualdade, pois implicam uma disputa social por bens semelhantes e monopolizados pelas classes superiores.

Comparação com os familiares

Foi pedido para que os entrevistados comparassem a experiência de vida deles com os pais, focando principalmente na experiência com a pessoa do mesmo sexo. Como desigualdade social é um fenômeno relacional, as pesquisas têm investigado os grupos de referência com os quais os atores comparam as suas experiências de vida (Irwin, 2015; Bottero, 2012; Sachweh, 2012). Bottero (2012) mostra que a maioria das pessoas considera, pelo menos do ponto de vista material, a sua vida melhor do que a de seus pais ou avós.

Muitos entrevistados das classes populares afirmaram que nunca compararam, antes da entrevista, a experiência deles com a dos pais. Disseram que eles e os pais viveram em épocas muito diferentes. Segundo os entrevistados das classes mais baixas, os pais não tiveram a oportunidade de terminar o ensino superior por fatores estruturais, começaram a trabalhar mais cedo e também se casaram mais cedo.

Quanto mais baixa a posição social, mais negativamente avaliada foi a experiência de vida dos pais e mais positivamente avaliadas são as mudanças sociais. Felícia, por exemplo, narra a experiência de vida da mãe como exemplo de uma vida que a entrevistada não gostaria de levar. Para ela, a expansão universitária promovida pelos programas governamentais da década de 2000 possibilitou que evitasse o destino social de vender sapatos na cidade onde reside sua mãe. A obtenção do emprego atual dela não dependeu do diploma de ensino superior, o que revela que esse discurso é reproduzido até mesmo por quem não transformou o título de nível superior em vantagens no mercado de trabalho.

Quando a minha mãe tinha a minha idade, 27 anos, eu tinha um ano. Então, ela tava morando no emprego. Ela trabalhava. Cuidava de três crianças e limpava casa. Ela era babá e empregada. Acho que ela devia tá bem desesperada. Ela tinha uma criança pra criar sozinha. Tava, sei lá, ganhando um salário mínimo (...). Eu acho que seria bastante difícil (levar a vida que a

minha mãe levava). Não é uma vida que eu gostaria de ter tido. Até porque eu gosto muito de estudar e minha mãe não teve essa oportunidade. (...) Se eu não tivesse feito faculdade, eu provavelmente taria vendendo sapato lá na cidade onde minha mãe mora, né? É o que os meus colegas de ensino fundamental fazem. A grande maioria trabalha no comércio.

Felícia, 27 anos, classe urbana precária

Existe uma grande diferença de gênero nas respostas deste bloco de perguntas. As entrevistadas avaliaram negativamente a vida da mãe delas, afirmando que as últimas não tiveram independência financeira, foram mães muito novas e tiveram baixas aspirações profissionais. A avaliação da vida dos pais pelos entrevistados foi mais positiva.

Embora muitos entrevistados não estejam em uma situação muito diferente da de seus pais em termos salariais e contratuais, e em muitos casos vivenciam uma situação até inferior, a maioria considera que teve mobilidade social em comparação aos seus pais devido ao prestígio mais elevado das profissões jurídicas e à posse do diploma de ensino superior. Escolarização e prestígio ocupacional têm um peso maior para os entrevistados do que renda e forma de contrato para a definição de mobilidade social. Quando comparam as suas experiências com as dos irmãos que não completaram o ensino superior, afirmam estar em uma situação melhor, mesmo quando os irmãos têm um salário melhor. Porém, os entrevistados enaltecem a habilidade dos irmãos de terem adquirido carro e imóvel mais cedo do que eles. Por exemplo, o pai de Gregório trabalha há 18 anos como eletricista. Um dos seus irmãos trabalha como mecânico, recebendo um salário maior do que o dele. Ele afirma preferir estar na situação atual dele pelas “piores” condições de trabalho dessas ocupações e pelo *status* das ocupações jurídicas.

Eu acho que ponto negativo, pra mim, de ser eletricista é o perigo. Em primeiro lugar, o perigo. Sem sombra de dúvida. Em segundo lugar, de repente, não é uma profissão que eu me sentiria tão bem na questão de... Sei lá se pode dizer status social. Não que eu seja, assim, orgulhoso e eu quero, mas me sinto melhor no meio do Direito, sabe? Acho que tu é mais respeitado.

Gregório, 24 anos, classe intermediária

A classe média e a classe entre média e intermediária tendem a perceber a experiência de vida dos pais e o contexto em que os pais viveram de maneira positiva. São percebidas menos diferenças entre o contexto atual e o contexto em que seus pais viveram quando tinham a idade dos entrevistados. Para eles, a

situação do país tem piorado. Ingressar nas ocupações mais altas era, segundo eles, menos competitivo.

O meu pai já tinha uma espécie de expectativa de crescimento maior e num período menor de poder escalar, subir a escala, em pouco tempo. Eu já não tenho essa expectativa. Eu já tenho... Acredito que a realidade nossa hoje é um pouco mais difícil. A gente tem milhares de advogados.

Cândido, 25 anos, classe média de origem

Bah, eu acho que a época dele (do meu pai)... Eu já refleti isso com um amigo meu de colégio. Eu acho que a época dessa geração dos nossos pais aí, de quem nasceu nos anos 50 a 70, é uma geração que pegou um período econômico, do capitalismo, um pouco mais, vamos dizer, assim, pra classe média era melhor. Mas acho que era muito pior pra quem era pobre.

Dionísio, 27 anos, classe média de origem

Qualificação e posição no mercado de trabalho são critérios que os entrevistados utilizam para avaliar a experiência de vida dos seus pais em comparação à deles. As entrevistadas, especialmente, ao comparar a experiência delas com a das mães, também consideraram a independência (com relação ao marido e aos pais) e o caráter, no sentido de atribuir mais valor às experiências no mercado de trabalho e valorizar o cuidado menos do que suas mães. Os pais são um dos grupos de referência utilizado para definir a posição social, tendo sido relevante principalmente para os entrevistados da classe média de origem. A percepção entre as classes populares de que o contexto social mudou reduz a relevância dessa referência para a avaliação de suas experiências de vida. A posição dos entrevistados no campo jurídico e segundo os parâmetros da subjetividade neoliberal constituem outros sistemas de valor significativos. A comparação social, fonte de sentimentos de desigualdade, assume várias referências.

Conclusão

Diferentemente de seus pais, os entrevistados das classes populares concluíram o ensino superior, possuindo, assim, uma credencial que possibilita acessar as ocupações de alto *status* socioeconômico. Contudo, em um contexto de expansão universitária, a probabilidade de alcançar essas ocupações é reduzida. No mapa mental dos entrevistados, as carreiras públicas e a docência universitária estão no topo da hierarquia ocupacional, constituindo objetivos a serem alcançados. Os empregos nos escritórios de advocacia são percebidos como melhores do que as ocupações que não requerem ensino superior, mas

consideravelmente inferiores às carreiras públicas. Apesar de a maioria dos entrevistados considerar que a posição no mercado de trabalho deles é melhor do que a dos pais, essa não é a principal referência de avaliação da situação atual. A diferença nas condições de emprego entre as carreiras públicas e o emprego nos escritórios de advocacia e a definição de boa vida centrada no conforto material são referências que tendem a gerar avaliações negativas a respeito da situação no mercado de trabalho e a motivar a busca pela aprovação nos concursos públicos, mesmo em cargos que exigem somente nível médio.

A desigualdade social brasileira tem efeitos sobre aspectos subjetivos, como satisfação com a vida, percepções de sucesso ou fracasso e sentimentos de realização. O elevado retorno social de algumas ocupações em termos de benefícios empregatícios, respeito e salário em comparação com a maior parte destas que oferecem tais vantagens em um nível muito inferior é fonte de sentimentos e percepções negativos, que nem sempre são interpretados em uma lógica de desigualdade e injustiça social, na perspectiva dos entrevistados. A maioria dos entrevistados naturaliza as vantagens das ocupações do setor público. Não se questionam, por exemplo, sobre o valor de vinte mil reais recebido por muitas carreiras do Judiciário no estado da pesquisa.

Conforme colocam, principalmente, Lamont (2000; 2012), Sayer (2005a; 2005b) e Skeggs (1997; 2004), os atores sociais são capazes de responder às bases de respeito dominantes por meio de heterarquias. Apesar de posição no mercado de trabalho, qualificação e consumo serem as bases dominantes de respeito por apreciação no momento atual do capitalismo global, os membros das classes inferiores são capazes de elaborar bases alternativas, por exemplo, por meio do cuidado, da religião, dos ideais de hipermasculinidade e da negação do sistema capitalista. Neste caso, as bases predominantes prevaleceram. Os ideais de crescer economicamente, levar uma vida “confortável” e ingressar nas ocupações socialmente mais valorizadas geram estratégias de vida e formam referências para a avaliação da situação atual.

Os dados deste artigo assemelham-se às evidências das pesquisas com alunos de graduação. No entanto, existem diferenças marcantes entre a abordagem realizada nesta pesquisa e a abordagem predominante entre os demais autores brasileiros. Muitas pesquisas (por exemplo, Castro, 2014; Mongim, 2016; Casali; Mattos, 2015; Oliveira; Bock, 2016; Neves, Faro; Schmitz, 2016) usam as categorias estatais de prounistas e cotistas como indicadores de classe social. Analisam os dados, muitas vezes, em uma perspectiva de avaliação de políticas públicas, utilizando o ingresso de jovens das classes populares no ensino superior como critério de sucesso das políticas analisadas. Os valores dos entrevistados são

interpretados, principalmente, em uma perspectiva de aumento das oportunidades de vida promovido pelo ensino superior. Nesta pesquisa, a referência analítica foram as desigualdades no mercado de trabalho. Houve um debate mais próximo com a literatura da estratificação de classe, ao ter optado pela categoria classe social (em vez de prounista ou cotista) e ter tratado da classificação ocupacional. Teoricamente, a variedade de abordagens contribui para o enriquecimento da compreensão do problema.

Uma sociedade de sucesso provê aos seus membros recursos para uma vida significativa. Quando a maioria da população busca os mesmos bens, e existe a percepção de que os bens valorizados são muito melhores do que os outros bens, torna-se mais difícil alcançar esse ideal. A renda recebida por boa parte dos entrevistados e por seus pais está acima da mediana salarial dos trabalhadores brasileiros. Nenhum deles tem as necessidades mais básicas comprometidas. Porém, existe a motivação de escalar a escada social. Melhorar de vida. Alcançar melhores posições sociais. O fato de existir ocupações que proporcionam rendas muito superiores às que possuem, com condições de emprego mais favoráveis, geram consequências pessoais negativas devido à posição social, apesar de muitos já estarem acima da mediana nacional. Os sentimentos relacionados à desigualdade social – revelados pela má avaliação da posição atual no mercado de trabalho e pela vontade de mudar a situação ingressando no setor público –, neste caso, resultam de esquemas baseados na tríade consumo, sucesso profissional e qualificação e na desigualdade social entre o topo e todo o resto.

Referências:

- A TRIBUNA. *Pesquisa aponta cursos que mais formam no país*. Disponível em: <<http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/pesquisa-aponta-cursos-que-mais-formam-no-pais/?cHash=5653d14a057a547a8e4db4e7103731db>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BAKER, David P. Minds, Politics, and Gods in the Schooled Society: Consequences of the Education Revolution. *Comparative Education Review*, v. 58, n. 1, 2014, pp. 6-23.
- BALL, Stephen. Subjectivity as a site of struggle: refusing neoliberalism? *British Journal of Sociology of Education*, v. 37, 2016, pp. 1129-1146.
- BOTTERO, Wendy. Who do you think they were? How family historians make sense of social position and inequality in the past. *British Journal of Sociology*, v. 63, n. 1, 2012, pp. 54-74.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk, 2007 (560).

- CASALI, Alípio Márcio Dias; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). *Ensaio: avaliações e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, 2015, pp. 681-716.
- CASTRO, Guilherme Caldas. A nova classe média brasileira: necessidades, anseios e valores: um estudo da mobilidade social, a partir dos universitários da UERJ. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Censo do Poder Judiciário*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- COLLINS, Randall. *The credential society: an historical sociology of education and stratification*. Orlando, Academic Press, 1979 (222).
- DARWALL, Stephen. Two kinds of respect. *Ethics*, v. 88, n. 1, 1977, pp. 36-49.
- DI STASIO, Valentina. Who is ahead in the labor queue? Institutions' and employers' perspective on overeducation, undereducation, and horizontal mismatches. *Sociology of Education*, v. 90, n. 2, 2017, pp. 109-126.
- ELIAS, Peter; PURCELL, Kate. Is mass higher education working? Evidence from the labour market experiences of recent graduates. *National Institute Economic Review*, v. 190, n. 1, 2004, pp. 60-74.
- EVANS, Peter; WILLIAM, Sewell. The neoliberal era: Ideology, policy, and social effects. In: *Social Resilience In The Neoliberal Era*, editado por Peter A Hall and Michèle Lamont. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- FIGUEIREDO, Hugo; BISCAIA, Ricardo; ROCHA, Vera; TEIXEIRA, Pedro. Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates' employment. *Studies in Higher Education*, v. 42, n. 8, 2017, pp. 1401-1420.
- FLEMMEN, Magne Paalgarde; TOFT, Maren; ANDERSEN, Patrick Lie; HANSEN, Marianne Nordli; LJUNGREN, Jorn. Forms of Capital and Modes of Closure in Upper Class Reproduction. *Sociology*, v. 51, n. 6, 2017, pp. 1277-1298.
- FRANCOMBE-WEBB, Jessica; SILK, Michael. Young girls' embodied experiences of femininity and social class. *Sociology*, v. 50, n. 4, 2016, pp. 652-672.
- IBGE. *Apresentação do censo da educação superior*. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.
- IRWIN, Sarah. Class and comparison: Subjective social location and lay experiences of constraint and mobility. *The British Journal of Sociology*, v. 66, n. 2, 2015, pp. 259-281.
- JUNIOR, Edmundo Lima de Arruda. Bacharéis em Direito e crise de mercado de trabalho: Algumas reflexões. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 4, n. 6, 1983, pp. 29-40.

- LAMONT, Michèle; HALL, Peter. Introduction. In: LAMONT, Michèle; HALL, Peter. (Ed.) *Social resilience in the neoliberal era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the social sciences. *Annual Review of Sociology*, v. 28, 2002, pp. 167-195.
- LAMONT, Michèle. Toward a comparative sociology of valuation and evaluation. *Annual Review of Sociology*, v. 38, 2012, pp. 201-221.
- . *The dignity of working men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration*. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2000.
- LEMOIS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 7, n. 2, 2009, pp. 368-384.
- LIMA, Aline Virgínia de Queiroz. Estou formado(a), e agora? Uma análise sobre o sofrimento psíquico de desempregados recém-formados de Instituições de nível superior de São Luís-MA. Apresentação em evento, *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2010.
- MACIENTE, Aguinaldo Nogueira; NASCIMENTO, Paulo Andrade Meyer M.; SERVO, Luciana Mendes Santos; VIEIRA, Roberta da Silva; SILVA, Carolina Andrade. A inserção de recém-graduados em engenharias, medicina e licenciaturas no mercado de trabalho formal. *Radar*, v. 38, 2015, pp. 7-22.
- MCKENZIE, Jordan. Happiness Vs Contentment? A Case for a Sociology of the Good Life. *Journal for the theory of social behavior*, v. 46, n. 3, 2016, pp. 252-267.
- MEDEIROS, Marcelo. O que faz os Ricos ricos: um estudo sobre fatores que determinam a riqueza. Tese de doutorado, Brasília: UnB, 2003.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2015, pp. 7-36.
- MONGIM, Andrea Bayerl. Itinerários de escolarização e mediações subjacentes: a experiência de discentes beneficiários do Prouni. *Ensaio: avaliações e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, 2016, pp. 804-823.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa; FARO, André; SCHMITZ, Heike. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 90, 2016, pp. 127-160.
- OECD. *Education at a glance 2016: OECD indicators*. OECD Publishing, Paris, 2016.
- OLIVEIRA, Alessandra dos Santos; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 2, 2016, pp. 303-312.

- PAYNE, Geoff; GREW, Clare. Unpacking ‘class ambivalence’ some conceptual and methodological issues in accessing class cultures. *Sociology*, v. 39, n. 5, 2005, pp. 873-891.
- RIDGEWAY, Cecilia. Why status matters for inequality. *Annual review of sociology*, v. 79, n. 1, 2013, pp. 1-16.
- RUGGERA, Lucia; BARONE, Carlo. Social closure, micro-class immobility and the intergenerational reproduction of the upper class: a comparative study. *British Journal of Sociology*, v. 68, n. 2, 2017, pp. 194-214.
- SACHWEH, Patrick. The moral economy of inequality: Popular views on income differentiation, poverty and wealth. *Socio-economic Review*, v. 10, n. 3, 2012, pp. 419-445.
- SATYBALDIEVA, Elmira. Working class subjectivities and neoliberalisation in Kyrgyzstan: developing alternative moral selves. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 13, n. 1, 2018, pp. 31-47.
- SAYER, Andrew. *The moral significance of class*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005a.
- . Class, moral worth and recognition. *Sociology*, v. 39, n. 5, 2005b, pp. 947-963.
- SEMESP. *SEMESP apresenta dados de empregabilidade no ensino superior*. Disponível em: <<http://www.semesp.org.br/site/noticias/semesp-apresenta-dados-de-empregabilidade-de-formados-no-ensino-superior/>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, (409).
- SENNETT, Richard; COBB, Jonathan. *The hidden injuries of class*. New York, W.W. Norton & Company, 1972 (288).
- SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro, Record, 2004 (336).
- SILVA, Mariléia Maria da. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 110, 2010, pp. 243-260.
- SIMONSEN, Ricardo; GONZALEZ, Sidnei. OAB em números. v. II. Brasília, 2014.
- . OAB em números. Vol. III. Brasília, 2016.
- SKEGGS, Beverley. *Formations of class and gender: becoming respectable*. London, Sage, 1997 (200).
- . *Class, self and culture*. London, Routledge, 2004 (226).
- . The making of class and gender through visualizing moral subject formation. *Sociology*, v. 39, n. 5, 2005.
- . Values beyond value? Is anything beyond the logic of capital? *British Journal of Sociology*, v. 65, n. 1, 2014, pp. 1-20.
- SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 (512).

- _____. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (354).
- STUBER, Jenny. Talk of Class: The discursive repertoires of white working- and upper-middle-class college students. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 35, n. 3, 2006, pp. 285-318.
- THOLEN, Gerbrand. *Graduate work: Skills, credentials, careers, and labour markets*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017a.
- _____. Symbolic closure: Towards a renewed sociological perspective on the relationship between higher education, credentials and the graduate labour market. *Sociology*, v. 51, n. 5, 2017b, pp. 1067-1083.
- _____. The changing opportunities of professionalization for graduate occupations. *Comparative Sociology*, v. 16, n. 5, 2017c, pp. 631-633.
- WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: Escola, Resistência e Reprodução Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991 (241).

Recebido em: 30/05/2018

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

- PEREIRA, Ricardo Bernardes. As dimensões morais de classe social: Avaliações do mercado de trabalho e das experiências de vida de recém-diplomados em Direito. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 917-942.

A ralé hídrica e a elite da água no semiárido brasileiro: a articulação entre o mercado dos carros-pipa, as cisternas residenciais, as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos

Jairo Bezerra Silva ¹

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho²

Ramonildes Alves Gomes³

Resumo: Neste artigo analisamos os modos de naturalização das desigualdades da escassez hídrica no semiárido brasileiro. As reflexões que fundamentam a discussão são feitas com base no debate sobre a ordem hidrossocial estabelecida na microrregião de Catolé do Rocha, no semiárido paraibano, com a realização de 30 entrevistas semiestruturadas, feitas entre os anos de 2017 e 2018, com informantes residentes nos diferentes municípios da microrregião citada. O trabalho de campo realizado apontou para paisagens marcadas pela injustiça hídrica e pela continuidade de biopolíticas hídricas e seus agenciamentos das ordens sociohídricas, as quais reproduzem a assimetria quanto à apropriação e acesso à água. Encontramos nos discursos dos entrevistados uma recorrente naturalização da “escassez de água”; evidências da intensificação do mercado de águas. Nas explicações dadas pelos sujeitos da pesquisa, destaca-se a tendência a aludir à causação religiosa das situações de escassez hídrica, associada a um

1 Universidade Estadual da Paraíba, *campus* IV, PLANDITES/UERN, Brasil – jairobezerra@hotmail.com

2 Universidade Federal de Campina Grande/PPGCS/UFCG, Brasil – lenksguerra@yahoo.com

3 Universidade Federal de Campina Grande/PPGCS/UFCG, Brasil – rmildes@hotmail.com

baixo nível de responsabilização das instâncias governamentais quanto ao enfrentamento das situações de desabastecimento de água.

Palavras-chave: Região Nordeste; crise hídrica estrutural; hidrobiopolíticas e seus agenciamentos

The ‘water rabble’ and the ‘elite of water’: Articulations Among Water Trucks, Residential Cisterns, Water Biopolitics and their Agencyings

Abstract: *In this paper we analyze the ways of naturalizing inequalities in water scarcity in the Brazilian semiarid region. The reflections that underlie the discussion are based on the debate on the hydrossocial order established in the Catolé do Rocha microregion in the semi-arid region of Paraíba, Brazil, with data obtained through 30 semi-structured interviews between 2017 and 2018, with informants residents of the different municipalities of the mentioned microregion. The fieldwork carried out pointed to landscapes marked by water injustice and by the continuity of water biopolitics and their agencying of socio-hydraulic orders, which reproduce the asymmetry regarding the appropriation and access to water. We found in the interviewees’ discourses a recurrent naturalization of ‘water scarcity’; evidence of the intensification of the water market. The explanations given by the research subjects include the tendency to refer to the religious causation of situations of water scarcity, associated with a low level of accountability of governmental instances regarding the confrontation of situations of water shortages.*

Keywords: *Water Social Hierarchies; Water Justice; Water biopolitics and their Agencyings*

Introdução

A água é algo por demais importante para ter sua gestão deixada nas mãos de burocratas do mercado ou mesmo de cientistas.

(Boelens, 2015)

O objetivo principal deste artigo é analisar a construção social dos discursos que convergem no sentido de naturalizar as recorrentes crises hídricas na região semiárida do Nordeste brasileiro, espaço social onde tem existido e se reproduzido secularmente uma hierarquia social referida ao controle e acesso à/da água. O estudo das questões que se referem à distribuição e acesso à água tem sido marcado por um viés individualizante, abordando os problemas de

abastecimento hídrico como causados pelas formas como os indivíduos definem e adotam critérios para utilização dos recursos hídricos e não enquanto resultado das estratégias de gestão adotadas nos níveis meso e macrosociais. Assim, esse viés é objeto de problematização neste artigo.

Na região semiárida, as políticas públicas de gestão hídrica não têm se adaptado aos contextos sociogeográficos das populações locais, instaurando-se modelos baseados na premissa de que são as políticas que precisam se adaptar tanto aos modelos de manejo dos recursos hídricos tradicionalmente implementados quanto à *escassez de água* na região em que vivem. A discussão das fronteiras desiguais e das diferenças de acesso à água na região, resultante de formas tradicionais e contemporâneas de governança é atravessada por diversos reflexos da hegemonização de ideologias reprodutoras das estruturas hídricas regionais, aparecendo no espaço onde foi realizada a pesquisa cujos resultados apresentamos aqui.

Destaca-se nos discursos de atores que focalizam a questão hídrica na região a ênfase dos instrumentos econômicos de regulação do recurso, por meio da mobilização dos mecanismos da precificação da água, da redução de subsídios governamentais e instauração de mercados hídricos, apresentados enquanto instrumentos de inovação na governança da água, inscritos no cotidiano das populações em geral e nas dinâmicas dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Silva, 2010; Martins, 2015).

Durante a pesquisa de campo, na qual realizamos 30 entrevistas semiestruturadas, entre os anos de 2017 e 2018, com informantes residentes em Catolé do Rocha/PB e outros municípios da microrregião citada, os sujeitos relataram que utilizam formas sistemáticas de racionamento da água há muito tempo e independente dos períodos de estiagem prolongada, historicamente conhecidos como de “seca”. É importante destacar que, nas falas registradas sobre os problemas de acesso à água, não encontramos a visão de que eles se relacionariam a séries históricas de ação político/estatal, as quais têm produzido a estruturação do acesso à água na região estudada (ver localização no mapa a seguir).

Mapas do Município de Catolé do Rocha e do estado da Paraíba/Semiárido nordestino



As ações estatais na área hídrica indicam uma articulação entre o Estado e os agentes do mercado, sendo marcadas por traços de clientelismo historicamente estabelecidos. Os discursos políticos sobre as questões do acesso e uso da água na região e os produzidos sob a classificação de científicos têm contribuído para a ocultação dos mecanismos que determinam os agenciamentos biopolíticos hídricos nela configurados, disseminando uma visão que ora responsabiliza a população dos alijados do acesso ao recurso – apontando para o que configuraria um uso irracional da água pelos indivíduos, ora a natureza, observando-se uma conjunção explicativa também marcada pela alusão a causas referidas à esfera da religião. Esses discursos têm sido utilizados para ratificar a solução mercantilista – o controle do acesso por meio da precificação da água – e para proteger do questionamento o campo técnico-burocrático estatal. Permanecem descartadas as alternativas de formulação de propostas de governança hídrica diferentes da realizada até o presente, as quais poderiam diminuir as assimetrias e disparidades concernentes ao acesso à água dos diferentes consumidores.

Nossa abordagem parte dos pressupostos da Ecologia Política da Água, aqui entendida como uma reflexão a respeito das relações de poder que moldam o conhecimento e as formas de delineamento de hidrobiopolíticas por parte do Estado, as quais resultam em formas de articular a natureza e as pessoas, em diferentes escalas, de modo a produzir ordens sociohídricas específicas, produzindo setores privilegiados e desprivilegiados. Essa matriz analítica enfatiza a distribuição desigual de benefícios e responsabilidades referidos à gestão e ao acesso à água.

As desigualdades sociais estruturais em termos de sociedades envolvidas se refletem na hierarquização do acesso à água no semiárido em diversas escalas, baseada nas diferenças de classe, nos lugares onde os grupos humanos se fixam, na discriminação cultural/regional e na diferenciação de gênero. Neste artigo, discutimos em que medida o discurso de indivíduos e grupos que residem no sertão semiárido, atingidos diretamente por diversos vetores de hierarquização no que se refere ao acesso aos recursos hídricos, dão suporte à naturalização da *crise hídrica estrutural* e das estratégias baseadas na precificação do recurso que têm sido formuladas pelo Estado para o enfrentamento dos problemas de abastecimento hídrico.

Uma das ideias centrais deste trabalho é a de que o marco hidromercadológico, adotado pelo Estado e legitimado pela ciência como indispensável para o enfrentamento do cenário da “escassez hídrica” do semiárido brasileiro, contribui para potencializar a situação de injustiça hídrica na região mencionada. Como mostraremos a seguir, as vozes dos entrevistados e a interlocução entre

a ideologia disseminada pelo mercado e pelo estado brasileiro endossam a naturalização da estiagem no semiárido brasileiro como um elemento central explicativo dos problemas de abastecimento de água historicamente enfrentados pelas populações pobres da região.

Na pesquisa que serviu de base para a produção do presente texto, buscamos apreender rotinas de acesso e uso de água das populações locais, por meio da realização de entrevistas abertas com informantes que constituíram uma amostra intencional de 30 indivíduos, estratificados proporcionalmente às camadas da população da área na qual é central o município de Catolé do Rocha/PB. Selecionamos sujeitos que compõem a “elite das águas”, indivíduos das camadas abastadas da região citada, os quais não são afetados pelos recentes racionamentos de água; e sujeitos das ralés hídricas locais, aqueles que passam a depender dos carros-pipas, elementos que compõem o cenário local há décadas.

Os grupos sociais que integraram o universo da pesquisa foram compostos por agricultores(as) familiares, alguns com inserção na atividade pecuária, na sua maioria pessoas residentes nas zonas rurais. Alguns residem nas sedes urbanas dos municípios, mas desenvolvem suas atividades na zona rural. Buscamos entrevistar pessoas de três faixas etárias (jovens, adultos e idosos), com a intenção de observar de que maneiras os “flagelos” da seca no passado ainda ecoam no presente. Também foram incluídos na análise discursos de pessoas da classe média, os relativamente privilegiados; e de membros da elite da água, os que vivem perenemente com água assegurada, não importam as estiagens atravessadas pela região.

A naturalização das experiências de exclusão hídrica

Como observado em outras regiões do planeta, assistiu-se, ao longo da segunda metade do século XX, no Brasil, a uma crescente comodificação dos recursos hídricos, o que poderia se associar com a emergência de conflitos socioambientais no que corresponde ao acesso à água. Para Ioris (2013), a lógica do modelo de desenvolvimento hidrológico forjado no século XX, no Brasil, corresponde à história da flexibilização econômica ocorrida a partir dos anos 1990, observando-se a pressão para a privatização da gestão do abastecimento de água, uma das orientações dos organismos internacionais, desdobrando-se na intensificação da mercantilização da água, e também do saneamento básico no país.

A estratificação social no Brasil foi objeto de Souza (2009), resultando na tipificação da “ralé” brasileira, expressão com a qual o autor se refere ao

status dos indivíduos excluídos dos direitos sociais básicos que legitimam a condição de cidadania. O termo “ralé” implica na situação de exclusão no que tange aos direitos sociais. Quando adicionada a qualificação “hídrica”, indica-se a limitação de direitos experienciada quanto ao acesso à água de boa qualidade, apontando-se para um consumo restrito e abaixo dos níveis estabelecidos pela ONU em torno de 20 litros/*per capita*/dia, em contraposição ao que chamamos aqui de “elite hídrica”, para expressar a sua potencialidade de apropriação de privilégios no que se refere ao acesso e uso de água de qualidade.

O uso aqui proposto da expressão “ralé hídrica” faz referência à solidificação de uma hierarquia dos privilégios em relação ao abastecimento de água, o que, no campo da sociologia rural, pode ser compreendido como a aquisição e uso de protocolos de cooptação dos usos múltiplos e sustentáveis da água, dependentes do poder que os indivíduos possuem de pagar o preço dos recursos hídricos em uma determinada escala social.

Acompanhamos Martins (2015) em sua compreensão dos novos arranjos de governança ambiental e de hidrobiopolíticas, das fronteiras da desigualdade entre atores sociais, hierarquicamente capitalizados, os quais repercutem nas rotinas diárias de acesso e uso da água, bem como na qualidade da participação popular nas instâncias dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil.

Também partilhamos da concepção de Galizoni e Ribeiro (2011), segundo a qual a chamada “nova governança hídrica”, inspirada nos princípios neoliberais, incorpora como alternativas ótimas para a racionalização do uso dos recursos a precificação dos recursos naturais, a redução de subsídios sociais e a consolidação dos mercados, instaurando a naturalização da hierarquização econômica do acesso à água.

Uma significativa fração da população brasileira tem sido subtraída em seu direito humano de acesso e uso da água. No contexto em que realizamos a pesquisa, esse direito se confunde com uma possibilidade de *dádiva*, a qual, quando ocorre, tem como contrapartida devida a lealdade eleitoral e a atribuição de honra e prestígio aos *coronéis* e empresários da água, agentes que se articulam para reproduzir a *indústria* dos carros-pipa e sua utilização como moeda de troca eleitoral.

Os problemas e soluções do abastecimento hídrico na região pesquisada continuam sendo vistos como referidos à “administração divina”, à providência dos deuses. Vejamos como é descrito por alguns dos entrevistados o cenário de desabastecimento de água e a estratégia do abastecimento feito por carros-pipa, gerenciados pelo exército brasileiro, no sertão da Paraíba:

Tomara Deus que chova. A água tá acabando. Nunca tinha visto faltar água desse jeito. Quem diria que o Rio Piranhas ia secar um dia? Olha, o povo tem que orar muito a Deus. Eu nunca tinha visto 5 anos de seca. (Agricultor familiar, 57 anos)

A nossa situação é bastante séria. Falta água até para beber. A população que vai até o cacimbo público tem que enfrentar enormes filas. Só Deus pra olhar pra nós e mandar chuva. (Agricultora familiar, 37 anos)

Na base do fenômeno da naturalização das diferentes apropriações dos recursos hídricos encontramos a mobilização dos elementos religiosos pelos indivíduos, o que em certa medida pode explicar o baixo nível de organização popular e de potencial mobilizatório para reivindicar o direito humano à água na região estudada. Dona Nega (agricultora familiar, 55 anos), uma das entrevistadas, menciona uma *guerra* pela água, mas indicando os conflitos entre os iguais nas instâncias de distribuição constituídas pelos carros-pipa, e não a mobilização da população que tem seu direito subtraído em relação às instâncias governamentais em seus diversos níveis.

Na concepção de Galizoni e Ribeiro (2011), a visão religiosa e construída com base em baixos níveis de instrução e mobilização política serve para disseminar e reproduzir a visão da secular apropriação dos recursos da natureza na área como apartada dos interesses políticos e dos arranjos sociais em que vivem a população da região.

Como identificado por Boelens (2015), a mobilização de símbolos religiosos nos discursos explicativos das paisagens hídricas⁴ é internalizada e incutida no imaginário das populações do campo, conforme os lavradores da Mantiqueira, do Jequitinhonha e do São Francisco, em Minas Gerais, fazendo com que estes percebam a água como dádiva e não como instrumento político. Em certa medida, tal procedimento sedimenta uma tendência de naturalização do mundo

4 Esse termo é uma tradução possível da expressão inglesa “*waterscape*”, utilizada por vários estudiosos (Budds; Hinojosa, 2012; Heynen; Kaika; Swyngedouw, 2004; Swyngedouw, 2006; Swyngedouw, 1999; Zimmer, 2011; Zug; Graefe, 2014). Neste artigo, o conceito de paisagem hídrica segue o proposto por Swyngedouw (1999), segundo o qual os recursos hídricos são objetos de conflitos e relações de poder em um espaço físico e social – o que inclui relações sicionaturais, de dominação e subordinação, de acesso e exclusão, de emancipação e repressão – no qual circulam diversos significados simbólicos e culturais referidos à água e seus usos. Esses espaços físico e social são coproduzidos com base em práticas diárias e negociações, resultantes das interações materiais e imateriais entre o ser humano e a água. Swyngedouw (2004: 29) defende que o desenvolvimento e modernização induzem à modificação das paisagens hídricas de forma contínua, fazendo-as “paisagens liminares” e as instaurando como arenas de disputa por poder e privilégios referidos à apropriação da água.

social, regrado em suas contradições, ao tempo em que ratifica a tese de Souza (2018), sobre a qual vivemos sob o manto das teorias de média explicação, de baixo nível de complexidade e da viabilização do desocultamento dos mecanismos que produzem o mundo social.

A conjunção do processo da naturalização da restrição hídrica, em que vivem os indivíduos – que se desdobra em imobilismo no que concerne aos movimentos possíveis de reivindicação dos seus direitos à água junto ao Estado – com a força manipuladora das explicações religiosas acerca da escassez, conforma uma chave discursiva que une dominantes e dominados em seus discursos. Governos e elites aparentemente aceitam os direitos de todos à água, ao saneamento básico, todavia, apenas para assegurar a submissão dos que têm seu direito subtraído e para garantir as estruturas de movimentação da economia da troca de estratégias pontuais de abastecimento de água – a exemplo dos caminhões-pipas – pela lealdade política. Os excluídos do acesso digno aos recursos hídricos aparentemente se conformam com o que se lhes oferecem, colocando em curso estratégias de apropriação emergenciais que reproduzem entre eles, as estruturas de privilegiamento instituídas pelas elites em relação à “ralé hídrica”.

Os lugares na hierarquia hídrica e suas vozes

A questão da anunciada escassez da água do semiárido brasileiro raramente tem sido tratada com base em uma reflexão que efetivamente transcenda os vieses hidromercadológico e hidrotécnico, na direção da abordagem dos aspectos sociopolítico-culturais dos problemas hídricos, das desigualdades estruturais do acesso e uso da água. Fazendo a crítica desse traço da abordagem predominante sobre as questões hídricas no Brasil, Martins (2015) ressalta que a “nova governança hídrica” instaura relações entre agentes e instituições sociais as quais se estabelecem com base em uma economia moral fundamentada nos princípios da gestão hídrica técnico-racional, enunciada como objetiva e neutra.

As paisagens hídricas são marcadas por uma intensa agonística referida à hidrobiopolítica e dos agenciamentos relativos ao controle da gestão, apropriação e consumo da água. A análise do funcionamento dos imaginários socioculturais de que se revestem os recursos hídricos, em seus fluxos e antfluxos relativos às lutas entre grupos de indivíduos pelos privilégios de apropriação da água, implica na descrição dos mecanismos determinantes da partilha dos benefícios e responsabilidades na esfera hídrica, na interpretação da agência de atores humanos e não humanos e nos modos pelos quais ela é justificada por meio de dispositivos discursivos referentes à tecnologia, à cultura, à “hidrobiopolítica”,

Argumentamos aqui que as dinâmicas sociohídricas sejam focalizadas em termos das hidrobiopolíticas e da “governamentalidade hídrica” em suas diversas manifestações históricas e espaciais. Com as duas expressões inspiradas na reflexão foucaultiana sobre saber-poder-subjetividade anteriormente utilizadas, propomos uma abordagem dos modos de justificação do acesso hierarquizado aos recursos hídricos e de suas consequências no que diz respeito à qualidade de vida e desenvolvimento em termos da análise de regimes de representações que têm como objetivo *governar* a sociedade, definindo as questões hídricas de modo a dar sustentação aos princípios hierarquizadores dos arranjos sociais em cujo âmbito emergem as “ordens sociohídricas”.

As referidas ordens e os imaginários que as sustentam se intermoldam, envolvendo a construção social de representações de fluxos de água, de sua distribuição e das regras e procedimentos de manejo hídrico nas diferentes escalas consideradas. As construções discursivas sobre os ciclos sociohídricos, eloquentemente apresentadas como fundamentadas na racionalidade e na técnica, operacionalizam a reprodução dos interesses de atores mais poderosos nas relações de forças que clivam as paisagens sociohídricas.

Nas camadas populares, o acesso a informações sobre os direitos sociais e a compreensão destes é geralmente baixa, sendo o senso comum, a mídia e a escola fatores eficazes de conservação e reprodução do *status quo* hídrico, na medida em que plausibilizam e legitimam as desigualdades sociohídricas.

Na base da pirâmide social brasileira e em especial na região semiárida do Nordeste, o conformismo social alimenta a desresponsabilização do Estado em todas as áreas, não sendo a esfera dos recursos hídricos uma exceção. O direito universal à água é reconhecido de modo incipiente, pavimentando o terreno para a concepção das ações estatais esporádicas e emergenciais como *dádivas* dos agentes públicos. O que era para ser a distribuição democrática e racional é recorrentemente encarada como uma concessão, um favor dos governantes. O clientelismo baseado em estratégias de fornecimento pontual de abastecimento de água tem se reproduzido sem solução de continuidade. Vejamos no trecho da fala de uma das senhoras entrevistadas, que recebe água dos carros-pipas fornecidos pelo poder municipal, como se operacionaliza a economia da troca de água por lealdade eleitoral:

Rapaz, o negócio aqui por água está de mal a pior. As torneiras secaram. Nem comprando água você consegue. Eu mesma esperei oito dias para comprar quinhentos litros de uma água não muito boa. Ah, mas o prefeito daqui é bom, coloca água no carro pipa para quem quiser. (agricultora familiar, 49 anos)

Esse exemplo aponta para o funcionamento do imaginário dos indivíduos da “ralé hídrica”: a frase “mas o prefeito daqui é bom” indica como as ações do gestor municipal para o provimento pontual de água, distribuída por carros-pipas, obedecendo à priorização dos habitantes favoráveis a ele, e atendendo de modo precário e reprodutor da dependência dos indivíduos no que se refere ao acesso à água, lhe permite acumular capital político. No período eleitoral, a assistência ineficiente em termos de garantia do direito universal à água será cobrada em termos de votos, reproduzindo-se a desresponsabilização do Estado – em suas diversas escalas – em relação ao enfrentamento adequado dos problemas da falta e da qualidade da água provida aos habitantes das áreas afetadas pelas estiagens ou pelo desabastecimento estruturalmente determinado.

Como já afirmado, completando o conjunto de elementos discursivos mobilizados para a explicação da causalidade e eventuais estratégias para enfrentar os problemas de desabastecimento hídrico na região do semiárido brasileiro, encontramos a mediação oferecida pelo imaginário religioso regional, segundo o qual os índices pluviométricos observados nos municípios pesquisados seriam o resultado da “vontade de Deus”, de dinâmicas relativas à esfera da religiosidade/espiritualidade.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa, encontramos na maioria dos sujeitos a alusão à relação entre chuva ou ausência dela com a vontade de Deus, a permissão de Deus. Tanto os entrevistados católicos como os evangélicos mencionaram de algum modo como variável independente causal das estiagens e dos problemas por elas causados a “vontade de Deus”. Com base nesse tipo de concepção, é fértil o terreno para que se desviem os indivíduos de eventuais estratégias reivindicatórias dirigidas ao Estado em suas diversas escalas, quando se interroga a respeito dos problemas de desabastecimento hídrico na região pesquisada. A força da explicação religiosa do mundo e dos fenômenos socio-naturais em geral media a construção de sujeitos prontos para a conformação e pouco afeitos à luta por direitos em quaisquer das áreas da vida social e especificamente o direito ao acesso à água em quantidades e com qualidade adequadas. Sobre a presença dos aspectos religiosos nos discursos sobre a situação comum de iminente desabastecimento de água, cabe citar o trecho da entrevista citado a seguir, recorrentemente escutado no trabalho de campo:

[...] se Deus abençoar com bom inverno, nós não têm esses aperreios mais. Porque aperreio mesmo é a falta de água, que lá em casa tô comprando uma pipa de 15 em 15 dias pra tudo, beber, fazer comida, lavar roupa, casa... E o pior que o meu dinheiro do Bolsa Família vai todo embora. A gente deixa de

comer pra beber, mas fome a gente passa, agora sede não tem quem aguento.
(agricultor familiar, 38 anos)

Pesquisas referidas ao espaço urbano apontam para modelos diversos de hierarquização hídrica, os quais definem os modos de afetação dos indivíduos em cenários de desabastecimento nas cidades (Boelens *et al.*, 2015; Boelens, 2015; Del Grande *et al.*, 2016), o que é também observado na área pesquisada. Os grupos identificados aqui como da “ralé hídrica” correspondem àqueles que dependem dos carros-pipa, fornecidos ao sabor dos interesses dos governantes em várias instâncias; a “elite hídrica” perfura poços particulares, seguindo quase incólumes aos contextos de desabastecimento observados na região pesquisada, como vemos no trecho de entrevista realizada com uma senhora, profissional liberal, 45 anos: “Ah, lá em casa eu não sei o que é falta de água, o poço está resolvendo todos os nossos problemas, é muita água e dá para tudo: lavar carro, calçada, encher os reservatórios, irrigar as plantas e demais necessidades”.

Do lado dos da “ralé hídrica”, a direção da fala é outra:

Não temos caixa de água ou cisterna. O que a gente usa para se virar, quando falta água, é um balde de 100 litros, para guardar água. A gente sempre usa esse balde, e depois que o racionamento começou, a gente usou mais ele. E a gente também comprou mais um balde menor... Nada mudou com o racionamento, a gente continua economizando água, como sempre. Eu reuso a água de lavagem de roupas e do banho na limpeza de piso, de dentro e de fora [da casa], e na descarga do vaso [sanitário]. (Empregada doméstica, 55 anos)

Em algumas das cidades que visitamos durante a pesquisa de campo, encontramos longas filas de indivíduos à espera dos caminhões pipa, sob um sol causticante, repetindo uma paisagem que segue quase inalterada há cerca de um século. Nesse cenário, a indústria dos carros-pipa permanece robusta e a ineficiência de programas como o P1MC – uma das recentes hidrobiopolíticas públicas, consistindo em uma Programa de construção de cisternas residenciais no semiárido brasileiro – se evidencia, reproduzindo a *ralé hídrica estrutural* na região citada, correspondente à ralé estrutural urbana nas grandes cidades do país (Souza, 2009), formadas dos que saíram do campo em busca da *cidade ideal*, encontrando a cidade real dos excluídos das periferias.

Os que estão nas filas à espera da água são os que formam a “ralé brasileira”, a “ralé hídrica brasileira”. Os cenários são similares aos descritos por Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, e por Rachel de Queiroz, em *O Quinze*, há décadas, reproduzindo como congeladas as paisagens de desolação e miséria da *ralé hídrica* da região.

Mesmo reconhecendo que nos períodos de estiagem não se observam filas de retirantes, grupos de *saqueadores* e de *flagelados*, como o que encontrávamos na segunda metade do século XX, no Brasil, o acesso desigual aos recursos hídricos no semiárido do nordeste brasileiro ainda é intenso. Junto com essa continuidade, assistimos à intensificação do comércio de água: o das grandes empresas de água mineral; o dos fornecedores de carros-pipa; e dos pequenos vendedores, conforme registramos a seguir na fala de um dos entrevistados: “Eu compro água no poço de Zé Mole, a caixa de 1 mil litros custa 8 reais no poço, aí eu vendo aqui em Brejo por 20 reais a caixa fechada, e em Jardim eu vendo por tambor a 1,50 cada. Aqui em Brejo, eu vendo 6, 7, até 10 caixas por dia” (desempregado, 52 anos).

Narrativas como esta indicam como o mercado hídrico é algo naturalizado, substituindo de modo célere a tradicional imagem da água como um recurso natural, por outra da água como uma mercadoria como qualquer outra. Vender e comprar água na região em estudo aparece como uma situação corriqueira, comum e socialmente aceita, obnubilando uma problemática para a qual os governos que se sucedem não têm apresentado soluções efetivas, de modo a produzir equidade hídrica.

De acordo com as entrevistas realizadas com indivíduos das camadas abastadas na região pesquisada, o que acontece são práticas de demarcação de classe mediadas pelo tipo de acesso à água, sendo sua apropriação e consumo instâncias que dão ou tiram a distinção social: a posição social é marcada pelo tipo de água e as quantidades que os diferentes indivíduos e grupos consomem. Isso pode ser expresso nas seguintes falas: “posso pagar e, por isso, não confio naquela água [a que é fornecida pelos caminhões-pipa]. Aqui em casa não falta água para nada e só consumimos água mineral” (Advogada, 42 anos).

Essas narrativas daqueles posicionados do outro lado da fronteira confrontam a fala do vendedor anteriormente citada. A estratificação social se revela por meio de qual e quanta água se pode comprar e consumir; da capacidade de armazenamento e nas rotinas de seu uso. Quanto maior a *quantidade* de capital social, econômico, político e cultural, melhor e mais água se pode acessar.

A fala de outro vendedor de água entrevistado ilustra esse tipo peculiar de estratificação hídrica: “Eu vendo 5 pipas d’água por dia. Acordo de duas horas da manhã, tenho 3 carroças, encho no cacimbão da prefeitura e faço *retaio* nas casas do povo, uma a uma. Cada lata dessa é 1 real” [*sic*].

A fala anterior revela a consciência quanto à existência de indivíduos capitalizados, os quais se constituem em público-alvo para o vendedor. Esses podem comprar água em abundância, e avaliar a origem (e a qualidade) do líquido. Poderíamos falar no sistema de inclusão/exclusão hídrica, dividindo-se a

sociedade entre aqueles que podem e aqueles que não podem comprar água em grande quantidade; aqueles que podem e os que não podem exigir *qualidade* quanto à água consumida. A estes só resta a compra fracionada de água e sem a garantia da origem (qualidade), legitimando assim sua condição de ralé hídrica.

Nesse caso, apresenta-se a lógica global da estratificação mediada pelo consumo em geral, segundo a qual os indivíduos podem ser classificados em consumidores de primeira, segunda e terceira ordem. O que se observa em termos macrossociais se replica em relação ao consumo de água.

Em outra direção, uma agricultora familiar entrevistada apontou para a ineficiência da empresa responsável pelo tratamento e distribuição da água na Paraíba:

Eu vou mandar a CAGEPA cortar minha água. Pago 35 reais por mês e não tenho água. Quando chega ainda tenho que puxar na bomba. Quer dizer, pago água e ainda gasto energia elétrica pra ter acesso.

O território hidrossocial do semiárido brasileiro – uma materialização espacial no nível do imaginário e do cenário socioambiental de uma rede de interdependências na qual os indivíduos são dispostos e administrados; os recursos hídricos são geridos; a infraestrutura hidráulica é pensada e implementada; as políticas de financiamento relativas ao enfrentamento dos problemas relativos a ocorrências de desabastecimento são formuladas e implementadas; os arranjos administrativo-legais destinados a controlar o manejo dos recursos hídricos são delineados; a cultura e as práticas são definidas, alinhadas e legitimadas por meio de sistemas de crenças, hierarquias políticas e discursos naturalizadores.

Comparando os discursos dos entrevistados estratificados por faixa etária, as falas de pessoas idosas trazem uma relativa semelhança com os relatos das pessoas mais jovens. Vejamos um exemplo disso, comparando a fala de um senhor com mais de 90 anos, que reside hoje na região de Catolé do Rocha-PB com outra de um jovem agricultor:

Meu filho, essas pragas desses políticos tiravam proveito da nossa fome e sede. Nas secas nós era obrigado a trabalhar de graça a troco de rapadura preta e farinha azeda. Água, meu filho, eu ia buscar um galão de água com meia légua e o resto ficava prá pobre da minha muié e de Aninha, minha filha mais velha, ir buscar na cacimba. E os políticos nunca fazia um poço nem um açude, e quando faziam um açude se agente bebesse da água tinha que votar no candidato do patrão, porque o açude só era feito em terras de gente rico essa gente de gravata nunca gostou da gente só queria o nosso voto.[sic] (Agricultor familiar, 85 anos)

Aqui no sítio a situação é difícil, os poços secaram, o açude tá seco e se a gente quiser água até para os bichos beber, tem que comprar do carro pipa, por duzentos reais. As cisternas que o governo construiu estão na frente das nossas casas, mas a água para elas se não vêm do céu, a gente tem mesmo de comprar. (Agricultor familiar, 35 anos)

Os dois relatos indicam que os antigos problemas relacionados à “falta” de água não foram sanados, eles estão vivos e com nova roupagem. Eles apontam para o que Furtado (2013) nos alerta no que se refere ao subdesenvolvimento da região semiárida nordestina quando diz que “[...] a seca é consequência (e não causa) da questão sertaneja. A causa era a estrutura social e econômica que ali se reproduzia há séculos [...]”. Esse autor já questionava a naturalização das secas e destacava o caráter estrutural dos problemas delas decorrentes na região em que pesquisamos.

Em outra residência entrevistamos pai e filha, encontrando também pontos de convergência nas descrições dos problemas de abastecimento de água enfrentados: “Quando eu era moço as coisas era bem difícil. Nós ia buscar água em um jumento com uma légua quando era ano de seca” [*sic*]. Sua filha comenta que: “É, meu pai, o senhor tem que ver que naquele tempo pelo menos a água era de graça. Era longe, mas era de graça, e hoje a gente gasta parte de sua aposentadoria pra comprar água”.

A ausência de uma governança democrática da água, que enfrente o problema como uma questão pública, abre as portas para o mercado de águas, que toma para si, em termos ideológicos, a tarefa de agente mediador para a solução dos problemas de acesso e uso dos recursos hídricos na região.

A estiagem e a instrumentalização de ações políticas de enfrentamento aos problemas causados por ela compõem o cenário que atravessa séculos, reproduzindo situações de injustiça hídrica e os altos níveis de vulnerabilidade hídrica de amplos setores da população do semiárido nordestino. Essa realidade fica bem expressa na fala de uma agricultora familiar de 45 anos, nos seguintes termos:

Na seca de 93, os meninos foram embora tudo pro mundo. De lá prá cá, eu só vi “Zein” uma vez, quando ele veio aqui em 99 e pronto. Os outros 2 ainda tão bolando pelo mei do mundo. Sem estudo, também não arrumaram nada, só sofrimento. Por isso que o meu eu coloquei logo pra estudar. [*sic*]

A fala da agricultora ressalta uma trajetória de dor, na qual pessoas se perdem com poucas chances de reencontro. Ou seja, ontem viviam cá, hoje vivem lá e distante dos espaços sociais originários de onde foram *expulsos*. A

entrevistada até tenta ressaltar que hoje o acesso à água é mais fácil, mas o fato é que essa facilidade precisa ser criticamente analisada, visto que, se por um lado iniciativas como as cisternas de placa reduziram o sofrimento das famílias, possibilitando algumas melhorias no acesso à água para beber e para realizar os afazeres domésticos (lavar roupa, limpeza da casa *etc.*); por outro lado, as ações não oferecem segurança hídrica suficiente para viabilizar as atividades agrícolas e pecuária.

Com a recente implementação do projeto de transposição de águas do rio São Francisco, que entrecorta parte da região semiárida, problemas de abastecimento de água continuam:

Meu filho, quando eu era menino meu pai já falava dessa água que os governos falavam em trazer pra gente. Hoje eu sou um velho, já carreguei água em galão, jumento e carroça de boi até com duas léguas. Essa água chegou, mas nós não pode pegar dela livremente. Parece que só Deus tem piedade da nossa situação mandando chuva, os homens dessa terra não ligam em fazer nada. Só têm promessa de quatro em quatro anos. Essa água chegou, mas vem pelas terras dos ricos prá beneficiar eles mesmos e nós pobres tem que comprar a água cada vez mais cara. [*sic*]

Em um dos trechos da sua fala, “parece que só Deus tem piedade da nossa situação mandando chuva”, o senhor deixa visível sua descrença em relação às pessoas e instituições que, em tese, deveriam equacionar de maneira racional e democrática o uso e o acesso à água. Outro recorte, “[...] Essa água chegou mas vem pelas terras dos ricos pra beneficiar eles mesmos e nós pobres têm que comprar a água cada vez mais cara”, o senhor ressaltava as tensões – sobre as quais pesquisas em andamento sobre os impactos da transposição no acesso e usos da água na região atendida em breve trarão dados mais completos – indica a percepção de que o espectro do velho e duradouro clientelismo ronda o cenário das correntes políticas governamentais de enfrentamento de problemas de desabastecimento hídrico, podendo seus sinais serem observados, por exemplo, na emergência e disseminação do “paradigma da convivência com o semiárido”.

Outra narrativa, de uma senhora que labuta desde os 10 anos de idade na roça, vai na direção da solução individual da segurança hídrica:

Meu senhor, desde criança que eu trabalho na roça. Nunca aprendi a ler, pois tinha que ajudar no roçado que a família era grande. Desde pequena eu botava água na cabeça pra beber e cozinhar. Casei e o sofrimento continuou. Cansada de esperar pelos políticos, eu e meu marido resolvemos vender uns

bichinhos e cavar um poço pra ver se as coisas melhoravam. Deus nos abençoou que o poço deu muita água e é doce, dá pra beber e cozinhar. Hoje temos água em casa pra tudo. (Agricultora familiar, 48 anos)

Como vemos na fala citada, a reação à ineficiência do Estado pode constituir saídas individualistas para que se garanta a segurança hídrica. Em uma conjunção entre a visão religiosa dominante e a possibilidade de resolução particular do problema, a entrevistada aponta para uma tendência a um baixo envolvimento com movimentos coletivos, de reivindicação política referida às esferas governamentais, o que pode ser entendido como um dos resultados não planejados da ação intensa de ONGs, no que se enunciou como as “novas estratégias de enfrentamento da questão hídrica” na região pesquisada (Targino, 2017).

Vale destacar a parte final do depoimento anterior, na qual a entrevistada complementa: “[...] hoje temos água em casa pra tudo só gasto com a energia da bomba, pois eu planto coentro, tomate, alface e mamão, vivemos disso, temos o nosso sustento e não precisamos pedir mais água aos políticos que só dão uma pipa d’água a quem vota neles”. Nesse momento, vimos na expressão estampada em seu rosto enquanto falava o brilho nos olhos, presente pelo fato de ter conseguido uma relativa autonomia em relação ao controle velado e à dependência cultivada eufemisticamente pelos “coronéis políticos da água”, figuras seculares do semiárido brasileiro.

Considerações finais

As entrevistas e série de observações diretas durante a pesquisa de campo na qual se baseia este artigo indicam a continuidade de limitações que têm marcado o acesso e uso à água para grandes faixas da população na região semiárida do nordeste brasileiro. A persistência de elementos tradicionais da paisagem hídrica da região citada – a exemplo dos caminhões-pipas –, bem como a re-emergência das cisternas, apresentadas como soluções para a questão hídrica regional, apontam para uma visão que, mesmo se enunciando por meio de discursos de novidade, quer seja usando o léxico das “novas tecnologias sociais”, quer seja por meio da disseminação de uma ruptura da série histórica das intervenções governamentais em termos de políticas hídricas para a região inscritas no âmbito do novo “paradigma de convivência com a seca”, ou de “convivência com o semiárido”, concluímos que temos no semiárido brasileiro a continuidade de biopolíticas hídricas cujos agenciamentos resultam na reprodução de hierarquias antigas relativas ao acesso à água.

Nossa pesquisa apontou para uma ordem sociohídrica que repete a estratificação hídrica historicamente observada na região, apresentando-se em termos de uma pirâmide em cujo ápice se encontra a “elite hídrica” regional – formada por aqueles indivíduos que passam incólumes por períodos de intensa estiagem –, e em cuja base se encontra a maioria da população, suscetível às intempéries dos fenômenos naturais, frequentadores das filas de espera pela água que vêm dos carros-pipas, experimentando níveis sub-humanos de consumo hídrico, proprietários de cisternas distribuídas pela atuação articulada de ONGs e do Estado, mas que não têm condições de mantê-las com o volume de água suficiente nem a qualidade da água quando estão abastecidas.

As estratégias governamentais e não governamentais para o enfrentamento da questão hídrica do semiárido brasileiro são marcadas por uma visão presente em outras áreas de ação social do Brasil, segundo a qual o modo de endereçamento para as camadas pobres da população determina a proposição do inaceitável vestido de agência moderna e inovadora. Outro traço desse modo de endereçamento de grande parte de políticas públicas sociais no Brasil, em geral, e as concernentes à esfera hídrica, é a intenção velada da reprodução da dependência e das estruturas de dádiva e retribuição, delineadas de modo a fortalecer sistemas tradicionais de lealdades políticas.

Somada à estratificação sociohídrica que se perpetua na região, observamos o movimento paralelo entre a biopolítica hídrica e seus agenciamentos e as dinâmicas do mercado de águas, em um cenário em que se reproduzem processos de naturalização da estiagem, mediados, inclusive, pela centralidade da visão religiosa na cultura regional. Esses processos se conjugam com os baixos níveis de mobilização social relativa às reivindicações dos direitos hídricos, alimentando o ciclo que culmina com a continuidade da ineficiência do Estado no que se refere à formulação e implementação de hidrobiopolíticas públicas capazes de oferecer soluções efetivas aos problemas de desabastecimento de água no semiárido nordestino.

A consciência coletiva em que se forma a maioria dos indivíduos da região pesquisada contribui para a reprodução do *hidro status quo*, na medida em que prevalecem concepções que associam o acesso à água a dinâmicas da esfera da religião e como um direito não universal, mas apenas para poucos – os da “elite hídrica”. Para a “ralé hídrica”, o acesso à água, mesmo quando representando um risco de comprometimento do orçamento familiar, e que “dê para as atividades de limpeza e garantia de parte do plantio” muitas vezes apareceu nas entrevistas como um privilégio.

No que concerne às políticas hídricas públicas – as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos –, a implementação de medidas pontuais, de caráter paliativo,

para o enfrentamento de problemas de abastecimento de água tem sido formuladas com base em um escopo limitado no que tange à construção de situações de sustentabilidade hídrica – com o predomínio da indústria dos carros-pipa e do investimento na construção de cisternas de placa e polietileno, ou com a introdução de dessalinizadores – marcados por um vício de origem: o endereçamento para as camadas pobres da população, o que se traduz na tomada de medidas aceitáveis para os “outros”, aqueles que “não precisam ter água encanada em casa”, que “têm força física para carregar nas costas as latas d’água”, os que “podem se submeter a longas filas de espera pelos carros-pipas”.

Em termos de visibilização social dos problemas de abastecimento de água, a espetacularização midiática dos cotidianos precários relativos ao uso de água continua produzindo e reproduzindo a naturalização do estigma geográfico quando se trata de “crises hídricas”: circulam com abundância as imagens dos *flagelados* do nordeste; das *vítimas*, quando elas acontecem no sul/sudeste.

Concluimos remetendo o leitor para a epígrafe deste artigo, ao mesmo tempo em que propomos uma agenda de pesquisa que possibilite a produção de compreensões mais amplas das múltiplas camadas e desafios para a construção da justiça hídrica na região pesquisada. Para isso, são passos importantes: (1) repoliticizar a análise da apropriação do acesso aos recursos hídricos. Sem o estremecimento da orientação predominante no campo acadêmico e nas realidades pesquisadas no sentido de pensar as questões hídricas mais gerais e as específicas com base na concepção hidrotécnica, será difícil atuar sobre as ordens sociohídricas focalizadas. As análises que desconsideram a ecologia política das políticas hídricas contribuem para a reprodução da injustiça hídrica nas regiões analisadas; (2) pensar a governança hídrica em termos de hidrobiopolíticas e seus agenciamentos relacionados com a reprodução de privilégios e desprivilegiamentos de grupos de indivíduos. Essa conceituação aponta para a formulação dos problemas de pesquisa considerando a esfera política, o conceito de direitos hídricos e os sistemas de representações e discursos relativos à água. A mobilização desse léxico analítico possibilita pensar a ecologia política das águas, introduzindo nas pesquisas a interface entre as paisagens hídricas locais e regionais no contexto das dinâmicas de expansão global do capital; e (3) fazer flamejar, com o aporte de abordagens que repoliticizem a questão hídrica em seus aspectos globais e repercussões locais, o cotidiano das injustiças hídricas em que amplos setores da população do semiárido são lançados, e seus efeitos em termos de políticas de acomodação, como o encontrado em nosso trabalho de campo, bem como na produção acadêmica especializada.

Referências

- ANDRADE, Jucilaine Aparecida de; NUNES, Marcos Antônio. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. In: *Revista espinhaço*, 2014, v. 3, n. 2, pp. 28-39.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Portugal, Edições 70, 2008.
- BOELEN, Rutgerd; PERREAULT, Tom; VOS, Jeroes. (Eds.) *Water Justice*. Cambridge, UK; Cambridge University Press, 2018 (378).
- BOELEN, Rutgerd *et al.* Hidrosocial Territories and Water Governance Systems: An Introduction. In: *Special Issue, Water International*, Winter, 2015.
- BOELEN, Rutgerd. *Water Justice in Latina America: the politics of Difference, Equality an Indifference*. Amsterdam, CEDLA, 2015 (46).
- BUDDS, Jessica; HINOJOSA, Leonith. Restructuring and Rescaling Water Governance in Mining Contexts: The Co-Production of Waterscapes in Peru. In: *Water Alternatives*, v. 5, n. 1, pp. 119-137, 2012.
- DEL GRANDE, Maria Helena *et al.* A percepção de usuários sobre os impactos do racionamento de água em suas rotinas domiciliares. In: *Ambiente e sociedade [online]*. 2016, v. 19, n. 1, pp.163-182.
- DUTRA, Camila Kayssa Targino. O papel da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Programa 1m Milhão de Cisternas (P1MC) no semiárido potiguar. Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento da UFRN, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22ª ed. São Paulo, Edições Loyola – SP, 2012.
- FURTADO, Celso. *Essencial*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Águar. 1ª ed. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- GALAZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Bem comum e novos costumes: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. In: *Ambiente & Sociedade*. Campina V. XIV, n. 1, pp. 77-94, jan-jun 2011.
- HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. *In the Nature of Cities: Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism*. [S.l: s.n.], v. 28, 2006. Disponível em: <<http://bellwether.metapress.com/openurl.asp?genre=article&id=doi:10.2747/0272-3638.28.2.206>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Água, Exclusão, Mercado e Cobrança: um debate necessário. In: *I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste*, 2006.
- IORIS, Antônio Augusto Rossotto; COSTA, Maria Angélica Marciel. Até a última gota: complexidade hidrossocial e ecologia política da água na baixada fluminense (RJ, Brasil). In: *O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica/ editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Moraes*. Brasília, Ipea, 2015, pp. 109-128 (322).

- IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Na contracorrente dos recursos hídricos: água e ambiente no Brasil contemporâneo. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85, Jun. 2009, pp. 23-41.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Editora 34 associada à Nova Fronteira, 1994 (192).
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 102ª ed. Rio de Janeiro, 102ª ed. José Olímpio, 2016.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo, Record, 2010.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010 (464).
- MARTINS, Rodrigo Constante. Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas. In: *Ambiente e Sociedade*, Campina, v. XVIII, n. 1, pp. 221-238, jan-mar., 2015.
- SILVA, Jairo Bezerra; GUERRA, Lemuel Dourado; IORIS, Antonio; GOMES, Ramonildes Alves. Conflitos sociopolíticos, recursos hídricos e programa um milhão de cisternas na região semiárida da Paraíba. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 2, pp. 69-92, jun-set., 2015.
- SOUZA, Jessé (org.) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.
- SWYNGEDOUW, Erik. *Modernity and Hybridity: Nature, Regeneracionismo, and the Production of the Spanish Waterscape, 1890–1930*. In: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 89, n. 3, pp. 443–465, 1999.
- SWYNGEDOUW, Erik. *Social power and the urbanization of water – Flows of power*. Oxford, Oxford University Press, 2004.
- ZIMMER, Anna. Everyday governance of the waste waterscapes: a Foucauldian analysis in Delhi's informal settlements. 2011. Rheinische Friedrich-Wilhelms-University of Bonn, 2011. Disponível em: <<http://hss.ulb.uni-bonn.de/2012/2956/2956.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- ZUG, Sebastian; GRAEFE, Olivier. The gift of water: social redistribution of water among neighbours in khartoum. In: *Water Alternatives*, v. 7, n. 1, pp. 140–159, 2014.

Recebido em: 17/02/2018

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

- SILVA, Jairo Bezerra; SOBRINHO, Lemuel Dourado Guerra e GOMES, Ramonildes Alves. A ralé hídrica e a elite da água no semiárido brasileiro: a articulação entre o mercado dos carros-pipa, as cisternas residenciais, as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 943-962.

Streeteiros e a cidade: Sociabilidades, itinerários e institucionalização do *skate* em Imperatriz-MA

Jesus Marmanillo Pereira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo demonstrar aspectos da sociabilidade e da história pelo viés do *skate street*, na cidade de Imperatriz, no Maranhão. Com isso, buscamos compreender as tensões e coesões que propiciaram o processo de “institucionalização” da prática do *skate* local. Com base em uma perspectiva de sociologia urbana que transfere o foco analítico da cidade para os atores sociais, focamos nosso campo de estudo sobre as relações entre sete membros das duas principais marcas locais de peças de *skate* e as interações desenvolvidas por eles.

Palavras-chave: *Skate*, Imperatriz, sociabilidades.

Streeteiros and the city: Sociabilities, itineraries and institutionalization of skateboarding in Imperatriz-MA

Abstract: *This paper aims to demonstrate aspects of sociability and history from skate street in the city of Imperatriz, Maranhão. With this, we seek to understand the tensions and cohesions that led to the process of “institutionalization” of the practice of local skateboarding. Starting from an urban sociology perspective that shifts the analytical focus of the city to the social actors, we had our field on*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS-UFMA) – Imperatriz – Brasil – laepciufma@gmail.com

the relations between seven members of the two main local brands of skateboard parts and the interactions developed by them.

Keywords: *Skateboard, Imperatriz, sociabilities.*

INTRODUÇÃO

Segundo a Confederação Brasileira de *Skate* (CBS)², entre 2009 e 2015, ocorreu um aumento de quase 100% no número de *skatistas* no Brasil, que passaram de 3,9 milhões para 8,5 milhões em todo o território nacional. Trata-se de uma verdadeira população de jovens espalhada por diversos centros urbanos do país ou, nas palavras de Brandão (2011), de *flaneurs* da contemporaneidade que tomaram as ruas, as praças e as avenidas das cidades como um grande parque de diversões constituído na aspereza do cimento.

No centro de Imperatriz-MA³, é possível observar parte dessa realidade na pista de *skate* (*skatepark*) da Praça Mané Garrincha, e em relatos que apontam a existência da prática do *skate street* (*skate* de rua) em períodos que remontam a um intervalo entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 1990. Enfim, a dinâmica social do *skate* nesse lugar pode ser caracterizada na existência de duas fábricas de *shape*, de lojas especializadas em material esportivo e em um trabalho social de vários atores que resultou na produção de eventos regionais e na promoção da prática de *skate*, como foram os casos dos circuitos nordestinos Qix 2007 e 2008.

Os primeiros contatos com os jovens *skatistas* foram estabelecidos pela *internet* e depois no *skatepark* da Praça Mané Garrincha – local que representa uma “conquista” por ser o marco na história social do *skate* em Imperatriz, e traduzir um conjunto de ações, eventos e sociabilidades desenvolvidas em torno dessa prática ao longo das três últimas décadas. Nessa perspectiva da compreensão da consolidação desse hábito urbano e jovem, o presente artigo analisará um conjunto de interações de um universo composto por sete jovens que são representativos de três gerações de *skatistas* e que integram duas equipes concorrentes de marcas de produtos de *skate*. Buscou-se, com isso, compreender as

2 Disponível em: <<http://triboskate.ativo.com/datafolha-atualiza-para-85-milhoes-o-numero-de-skatistas-no-brasil/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

3 É importante contextualizar que não estamos tratando de uma metrópole ou cidade grande, mas de uma cidade maranhense que possui 247.505 habitantes (IBGE), que está localizada no sudoeste do estado na margem direita do rio Tocantins e é considerada a segunda maior do estado. Nesse sentido, a própria prática do *skate*, assim como outros hábitos dos jovens imperatrizenses também sinaliza a expansão e difusão de uma estética global, norte americana, que se manifestou no Brasil, durante a década de 1970, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

tensões e ações que propiciaram o processo de “institucionalização” ou aceitação maior do *skate* na cidade de Imperatriz-MA.

Para entender esse universo, uma contribuição importante é a de Telles (2010, p. 86), pois compreende a relação entre espaço e tempo, considerando que “as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forças e constroem referências que permitem entrecruzamentos com outras histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham a história urbana”. Nesse sentido, buscou-se descrever um movimento que ocupou espaços, tempos e que ganhou forma graças aos percursos de determinados atores sociais.

Tentou-se seguir uma orientação teórico-metodológica próxima do interacionismo e ancorada nas etnografias de Whyte (2005), Aderaldo (2017), Pereira (2017), entre outros que, grosso modo, ao analisarem grupos jovens e coletivos, demonstram uma rica operacionalização de campo fundamentada no mapeamento de redes de relações interpessoais e nas descrições de processos de sociabilidade urbana. Outra influência importante foi Agier (2011), quando propõe, nos estudos de sociologia e antropologia, um deslocamento das cidades para os atores, a fim de buscar o “Fazer a cidade”. Já autores como Frúgoli (2007), Magnani (2010), Bourdieu (1983), Pais (1990), Dayrell (2003), Machado (2012) e Diógenes (1998) foram fundamentais na problematização da questão da juventude, sinalizando que um caminho importante para a compreensão do grupo passa pela desnaturalização do termo, da forma como é difundido nas representações sociais e na mídia. Com base nesse referencial e em um conjunto de sete entrevistas, fotografias dos acervos pessoais dos entrevistados, fotografias produzidas em campo, pesquisa em jornais da época e observações diretas realizadas ao longo do primeiro semestre de 2017⁴,

4 Sobre o processo de pesquisa, é importante ressaltar que se trata de um primeiro esforço do recém-criado (2016) Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI-UFMA). Na ocasião, tentou-se executar uma iniciação científica com o plano de trabalho “Sociedade da Praça: a organização e as interações nas pistas de skate na Praça Mané Garrincha em Imperatriz-MA”, no entanto, não logramos êxito, já que o discente alegava dificuldades de realizar o encontro com um informante. Ele nos informou, também, que o lugar era perigoso e que existia um tráfico, tendo sido assaltado no lugar. Entre essas tentativas frustradas, foram-se seis meses. Com esse contexto de inviabilidade de realização e com os prazos andando, decidi fazer os contatos e buscar uma aproximação com os jovens *skatistas* que frequentavam aquele local. As redes sociais da *internet* foram o primeiro local de observação e por meio desse ambiente tive contato com um jovem *skatista* que me possibilitou transitar com mais conforto por aquele meio. No âmbito do controle de impressões, creio que o meu estilo cabeludo, com camisa de banda, brincos e pulseiras favoreceu a aproximação, a idade de 38 anos e todo o contato com a cultura de massa das décadas de 80 e 90 foram um ponto que geraram certo conforto nos diálogos das primeiras gerações de *skatistas* locais. O fato de andar de *bike* foi outra característica que gerou certa atração, chegando ao ponto de receber convites para participar de trilhas. No geral, foi possível obter 15 entrevistas, fotografias antigas dos acervos de alguns *skatistas* e registros feitos, com o próprio auxílio deles, já que dominam um olhar fotográfico especializado na observação das manobras.

o texto foi organizado em duas partes nas quais serão expostos aspectos da história social ancorada nas marcas de *shape* em Imperatriz.

A equipe da *Go Skateboard*

Tendo como principal operacionalização a transposição do foco da cidade para os cidadãos, e o deslocamento da problemática do objeto para o sujeito, ou seja, da questão “sobre o que é cidade?” para a pergunta “sobre o que faz a cidade?”, Agier (2011) encontrou apoio em estudos como os de Aderaldo (2017), que analisou os processos de sociabilidade, mais alargada e heterogênea, por meio da observação das mobilidades exercidas por jovens de coletivos ligados à produção de vídeos populares. Já os estudos de Eckert e Rocha (2013, 2013a) enfatizam os itinerários e experiências dos atores sociais na cidade, oferecendo especial atenção aos deslocamentos espaços-temporais vividos e lembrados.

Seguindo esse viés, obteve-se um primeiro contato, por uma rede social na *internet*, com o um jovem chamado Leonardo Clemente Alves de Castro (Conhecido como Leonardo Clemente), no dia 18 de fevereiro de 2017. Pode-se dizer que ele foi uma espécie de *doc* inicial⁵ (Whyte, 2005), um importante informante por meio do qual foi possível adentrar no cotidiano dos praticantes de *skate street* e fugir das versões extraordinárias que narravam a Praça Mané Garrincha como, apenas, local de violência, drogas e vagabundagem. Tais versões podem ser verificadas na imprensa local⁶, e segundo os entrevistados, as próprias mães deles também possuíam uma visão estigmatizante a respeito da praça.

Além dessa representação do lugar, diretamente associada aos seus frequentadores, foi importante considerar também a crítica de Pais (1990) quando observa que muitos trabalhos sociológicos têm funcionado como verdadeiras “caixas de ressonância” dos meios de comunicação de massa, tomando os estilos de vida como dados sem uma problematização mais séria. Além disso, esse autor ressalta que, mais que analisar a juventude com base em uma cultura dominante (geracional ou de classe), é importante analisar os processos de socialização nos níveis micro e macrosociológico, buscando compreender os modos

5 Sobre isso, vale dizer que, por meio dos primeiros contatos com Leonardo Clemente, obtivemos a indicação de Claudio Secco e de Japa, respectivos proprietários das marcas *Hard Flip* e *Go Skateboard*, como importantes nomes na cena do *skate* local. Esses dois, por sua vez, possibilitaram-nos a comunicação, respectivamente, com Junior e Faraó. O contato com Tico aconteceu com o apoio de Cleiton Viana, que é artista de rua e conhece Tico por conta da participação deles na Trupe de Habilidades Circenses.

6 Disponível em: <<http://www.jhivagosales.com.br/2016/07/policia-apreende-11-jovens-na-praca.html>>. Acesso em: 11 set. 2019.
Disponível em: <<https://imirante.com/imperatriz/noticias/2014/08/28/preso-suspeito-de-traffic-de-drogas-em-imperatriz.shtml>>. Acesso em: 11 set. 2019.

de vida. Em linha similar, compreende-se que devem ser tomados não apenas pelo que possuem de costumes em comum, mas também considerando as diferenças existentes entre eles, compreendendo-os como uma microsociedade marcada por processos de consenso e conflito inerentes ao desenvolvimento de uma construção identitária.

No contato realizado na Praça Mané Garrincha, o primeiro sinal da presença de Leonardo Clemente foi com o barulho do rolamento do *skate* sobre a calçada do Estádio Frei Epitáfio, localizado ao lado da Praça. À primeira vista, apenas um jovem segmentário da estética global, com tênis, calça jeans e um estilo que se repete nas mais variadas cidades do Brasil e do mundo. Contudo, com um pouco mais de diálogo e convívio, foi possível observá-lo dentro de um processo de *socialização contínua* (PAIS, 1990)⁷ por meio da qual constrói o próprio papel social dentro do cenário do *skate* local. Ou seja, o ator social ia se construindo como atleta de acordo com o desenvolvimento de seus processos de sociabilidades (Frúgoli, 2007) que os ligam a uma rede mais ampla e marcada por outras gerações de *skatistas* daquele lugar.

Primeiramente, o jovem de 18 anos – anda de *skate* desde 2012 e mora no bairro periférico chamado Santa Rita – é financiado e orientado pela *Go Skateboard* que, atualmente, é de propriedade de outro *skatista* chamado Wanderson Ferreira (também conhecido como Japa). O contato entre eles ocorreu na Praça Mané Garrincha, lugar cujo ambiente recreativo é apropriado para o *skate*: munido de rampas e equipamentos urbanos específicos para essa prática. Nesse lugar, classificado pelos *skatistas* como *skate park*, desenvolveram-se as relações de amizade e troca de experiências entre os dois.

Para o jovem Leonardo Clemente, a experiência do patrocinador é importante por se tratar de uma pessoa com, aproximadamente, 16 anos de experiência na prática do esporte. O “Japa” possui 29 anos e iniciou-se na prática do *skate*, em 2002, nas ruas de Davinópolis, sua antiga cidade, localizada a 27,8 km do centro de Imperatriz. Nessa prática de *skate* de rua, também conhecida como *Skate Street*, ele teve contato com Divino Noleto Freitas (também conhecido como Junior), naquele mesmo ano. Então, passou a desenvolver o *Skate street* também em Imperatriz, e explica: “eu vinha de Davinópolis para andar aqui. Na

7 Isso não significa que não ocorressem tensões geracionais, os conflitos e tensões ocorriam geralmente nos processos de integração de gerações, quando os jovens atletas adotavam posturas que iam contra as concepções de conduta da vida, adotadas pelos patrocinadores e *skatistas* veteranos. Durante o trabalho de campo, observei que quando um jovem *skatista* tinha um comportamento voltado para as bebidas, festas e excessos, os patrocinadores e *skatistas* veteranos mais empenhados na construção de uma boa imagem pública manifestavam-se de forma similar a uma consciência coletiva contra uma atitude criminosa.

época, os amigos iam lá pedir para mamãe para me liberar” (Ferreira, Wander-son Silva, entrevista realizada em 01/03/2017).

Após 2007, ele passou a ser patrocinado pela *Go Skateboard*, que na época era de propriedade de seu amigo Junior. Das relações de amizade construídas no lazer promovido pelo *skate street*, esses dois buscaram profissionalizar aquela prática em torno da marca, que foi comprada por “Japa” em 2013. Provavelmente por conta disso, o próprio entrevistado relata que, a partir de 2007, as relações se estreitaram. Sobre isso, observou que a aproximação maior era em decorrência de não se tratar apenas de uma relação de amizade e lazer nas ruas, mas também de relações estabelecidas nos campeonatos em Imperatriz e em outras cidades, nas atividades da pista de *skate* da marca e na fabricação de *shapes*.

Já o fundador da *Go Skateboard*, de 38 anos, obteve o primeiro contato com o *skate* em 1991, aos doze anos de idade (2 anos mais novo que os dois anteriores), na área do edifício Meridien, um dos primeiros prédios verticais de alto padrão construído no bairro Nova Imperatriz, em 1990. Segundo ele, o contato decisivo com o *skate* ocorreu na área de seu próprio prédio, quando observou um jovem fazendo manobras *Free Style*, o que lhe chamou muito atenção. Sobre isso, ele explica:

Aí eu comecei a pegar amizade com ele, Ele era novo no prédio, ele veio de São Paulo. Ele já tava andando com a galera daqui, daí ele disse que tinha uma loja aqui (...). **Ele me trouxe pra loja**, daí eu vi só peça massa lá. A galera andando, me chamaram pra andar no sábado. Daí eu vim e os caras andavam pra Caral...! **Comecei a fazer amizade com os caras e a gente andava na rua.** (Freitas, Divino Junior, entrevista realizada em 04/03/2017, grifos nossos).

Se os contatos mais atuais entre Leonardo Clemente e “Japa” ocorreram no *skatepark* da Praça Mané Garrincha, os contatos entre Japa e Junior foram fruto da prática do *skate* de rua. Já a integração de Junior desenvolveu-se em dois aspectos, pois o amigo recém-chegado de São Paulo não só lhe apresentou a potencialidade daquele artefato, mas o colocou em contato com a *Gringo Skate Wear*, a primeira e única loja especializada, na época, em materiais de *skate*. Utilizando os termos de Magnani (2012), pode-se dizer que se trata do primeiro circuito de jovens *skatistas* de Imperatriz. Nesse viés, é possível descrever o espaço da loja como o ponto seminal para a primeira geração de *skatistas* da cidade.

Trata-se do primeiro lugar onde era possível concentrar os jovens que possuíam a expertise sobre o tema. Lugar onde era possível fazer contatos com outros jovens *skatistas*, como demonstrou Junior em seu relato, e lugar difusor

de uma *estética global* (Diogenes, 1998) capaz de promover a inserção do jovem imperatrizense por meio da obtenção de determinadas formas de se vestir e de comportamentos que eram desenvolvidos naquele lugar. Para Diógenes (1998), tal estética seria responsável por produzir uma uniformidade entre os jovens de diferentes partes do mundo, por meio de determinados consumos comuns, que em outros termos significa que um *skatista* produzido na *Gringo Skate Wear* seria facilmente reconhecido como tal em qualquer cidade do mundo.

Embora os três casos apresentados fossem seguidores e compartilhadores de uma estética global (Diogenes, 1998) que os enquadra facilmente no rótulo de jovens *skatistas*, e enfatiza as ideias de liberdade, radicalidade e outras difundidas nos meios de comunicação de massa, em um olhar um pouco mais lento observa-se que, no âmbito da formação da *Go Skateboard*, eles possuíam diferentes origens sociais e formas de inserção na prática do *skate*.

Os locais de moradia, a propriedade dos meios de produção dos *shapes* e as divisões do trabalho sinalizam uma diferenciação de classes, no sentido clássico marxista e weberiano. Seguindo o viés Bourdiano (1983), pode-se dizer que as diferenciações são objetivadas nas posições adotadas no âmbito da produção. Exemplo disso é quando se observa que o capital investido na criação da fábrica⁸ da *Go Skateboard*, em 2003, foi proveniente da venda de um automóvel, pertencente a “Junior”, e a um empréstimo feito pela própria mãe. Ainda nessa linha de conversão de patrimônio em capital é importante destacar que a empresa possuía uma pista de *skate* construída em 2007, na área do Freitas Park, que é de propriedade do próprio pai, o empresário Divino Freitas, que chegou na cidade no início da década de 1980⁹.

Para Weber (2004), isso seria uma situação de classe definida pela transferência do patrimônio para a esfera do emprego como capital. Assim, trata-se de uma situação de mercado que não está apartada da origem familiar. Diferentemente, o primeiro caso se manifestava como patrocinado, ou seja, recebe peças e manutenção do *skate* para divulgar a marca; já o segundo tem a inserção inicial como patrocinado, como instrutor e fabricante de *shapes* (oferecendo sua força de trabalho) e, posteriormente, tornou-se proprietário da fábrica, em 2013.

8 Como mito “fundador”, Junior explica que comprava *shapes* na loja *Hard Flip*, de propriedade de Claudio Secco. Ele disse que pedia *shapes* de 6 lâminas, mais leves, porque se adequavam melhor ao seu próprio peso. Ele segue dizendo que o primeiro *shape* saiu bom, mas que o segundo saiu meio estranho, servindo de motivação para que ele pensasse *shapes* que fossem mais adaptáveis às características físicas das pessoas.

9 Segundo a breve biografia presente no *site* do Freitas Park, o empresário foi um dos pioneiros no ramo fotográfico em Imperatriz. Ele abriu uma empresa fotográfica chamada Freitas Cine Fotos, em 1982, e liderou o mercado por um período de vinte anos.

Imagem 1: Junior e Japa na fábrica de shapés da Go Skateboard

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P1Cbb9P4BEo>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Na imagem 1, composta de três *frames* extraídos de uma reportagem, exibida na TV Bandeirantes, em março de 2008, é possível visualizar “Japa”, de camisa azul clara, sendo instrutor na pista de *skate* da *Go Skateboard*, e também trabalhando, com camisa amarela, na fabricação de *shapés* na fábrica da empresa. Junior aparece exibindo uma serigrafia com a logomarca da empresa, explicando que está pronta para ser colocada no *shape*. É importante destacar que a reportagem foi produzida por Samuel Souza que, na época, tocava em uma banda de *death metal* com Junior.

Sobre isso, Boissevain (2010), em seu estudo sobre redes sociais e coalizões, observa que algumas pessoas conseguem exercer poder não pelo seu papel, mas pelo conjunto de contatos cultivados e estabelecidos. Para ele, as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo como indivíduos – vistos como empreendedores sociais – buscam operacionalizá-las para atingir determinados fins.

A rede de relações interpessoais e o acúmulo de capitais econômicos, cultural e social (Bourdieu, 2001; Moore, 2018) são aspectos que podem ser alvo de reflexão neste estudo, já que, desde os primeiros contatos com o *skate*, Junior mobilizou uma série de recursos que foram desde o patrimônio familiar, o acesso às revistas especializadas, fitas de videocassete (recurso “caro” no início da década de 1990) e mobilização de um conjunto de agentes com características sociais similares que lhe propiciaram um *habitus* e um *status* dentro do *campo*.

Isso pode ser observado na própria construção da logomarca da empresa, quando o *skatista*-empresário contou com o auxílio de Daniel Tavares, de Fortaleza-CE, irmão mais novo do dono da empresa Pena Surf, no desenvolvimento do *design* da marca. Também foi auxiliado pelo *skatista* Marcelo Agra, um recifense pioneiro na fabricação de *shapés* que lhe possibilitou um curso de 15 dias em sua própria fábrica, em São Paulo. Ele explica que Daniel Tavares foi

patrocinado pela *Go Skateboard* e que o primeiro *shape* dele tinha a assinatura da empresa. O *skatista* sergipano Julio Detefon também era patrocinado. Localmente, a equipe era composta por “Marquinhos” e “Japa”, que eram da cidade vizinha de Davinópolis. Com a mobilização dessa rede, foi possível a realização dos campeonatos QIX Nordestinos de 2007 e 2008. Ao analisar o anúncio da edição de 2007 (imagem 2), é possível verificar toda a mobilização das redes de relações sociais, dos atletas externos, patrocinados, no lançamento de modelos de shapes, e do patrimônio da família, já que foi realizado no Freitas Park.

Imagem 2 – Anúncio do QIX



A cidade maranhense de Imperatriz recebe a primeira da série de seis etapas que compõem o braço nordestino do Circuito Qix 2007.



O vencedor geral leva, de cara, uma moto Honda 150cc, uma filmadora e uma máquina fotográfica, ambas digitais.



Além disto, ele, o vice e o terceiro do ranking ganham passagens e estadia para competir na grande final, que rola em Novo Hamburgo no fim do ano.



O palco da etapa inaugural será o Freitas Park Aquático, que disponibiliza uma área de camping próxima da área de competição.

Fonte: Disponível em: <<https://triboskate.ativo.com/noticias/circuito-qix-nordestino/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Enfim, longe de se tratar de um ambiente de vagabundos ou drogados, como afirmavam os três entrevistados quando se referiam aos estigmas sofridos por conta da prática do *skate*, a observação da trajetória desses três atores sociais vinculados à *Go Skateboard* mostra um trabalho coletivo e a mobilização de vários recursos para a construção de uma ideia de profissionalização da prática do *skate* por meio da inserção dela ao mercado de peças e acessórios relacionados

ao estilo *street*. Quando se comenta sobre perfil empreendedor do esporte, Divino Noletto Freitas explica: “Tem todo um mercado por trás. Tem fábricas de *skate*, tem fábrica de tênis, tem fábrica de *shape* de rodinha. É como futebol, tem os times de futebol, né, e tem os patrocínios” (Freitas, Divino Junior, entrevista realizada em 04/03/2017, grifos nossos).

Assim, tanto as primeiras representações estigmatizadas por conta da Praça Mané Garrincha quanto a sua oposição focada no glamour do esportista do *skate* que é financiado, defensor de uma estética e modo de vida, podem ser compreendidos como os primeiros obstáculos epistemológicos (Bachelard, 1996) da pesquisa. Assim, foi necessário um exercício de geometrização e retomada de questões centrais para a sociologia, como não explorar a juventude, por exemplo, focando não apenas nas similaridades entre os jovens, mas também nas diferenças (Pais, 1990).

Nesse sentido, autores como Bourdieu (1983), Novaes (2006), entre outros, explicitam a importância de não se tomar a “juventude” e outras categorias de classificação (de idade) como um dado, e de tomá-la como definição em disputa como construção histórica e social. Também no mesmo caminho de desnaturalização das primeiras noções, Feixa (2004) toma esse problema sociológico em termos de “cultura juvenil”, compreendendo-a como “a maneira como as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente por meio de determinados estilos de vida que têm como referência o tempo livre”. Magnani (2012) percebe o problema no viés da construção de identidades, estratégias, da experiência cotidiana dos atores sociais e do lazer. No caso da presente pesquisa, o ponto a ser problematizado é a questão do lazer, já que o *skate* analisado em Imperatriz passou por um processo de esportivização e profissionalização vinculado às lógicas do mercado.

A equipe da *Hard Flip*: um giro forte

Um ano antes do surgimento *Go Skateboard* já existia a marca *Hard Flip*, em 2002, em Imperatriz. Além dos *shapes*, a empresa também fabricava as rodinhas e o *trucks* que compõem o *skate*. Segundo Claudio da Silva Pereira, também conhecido como Cláudio Secco, o nome da marca significa “giro duro”, título de uma manobra difícil no mundo do *skate* e que, em termos de *marketing*, tem uma expressão que representa a marca. De modo sintetizado, Cláudio Secco tem 45 anos, é um *skatista* e empresário que veio de Dom Pedro, localizada a 435 km de Imperatriz. Ele chegou na cidade com 7 anos e é um dos praticantes mais veteranos atualmente.

Ele iniciou nesse esporte entre 1986 e 1987, e viu o primeiro *skate* em uma loja de Imperatriz-MA. Contudo, só obteve o primeiro graças a uma troca que fez entre um *skate* de um amigo e seis fitas de videogame Atari, que, na década de 1980, era uma diversão muito moderna e de ponta. Inclusive, o entrevistado relatou que inicialmente compreendia o *skate* como outro tipo de brinquedo.

Ele foi gerente da loja *Gringo Skate Wear* no início da década de 1990, comércio que Junior Freitas conheceu na condição de consumidor e jovem em processo de integração com o *skate* local. Para compreender a importância dessa loja no processo de sociabilidade entre os *skatistas*, basta recordar que além de ser a única da época a fornecer equipamentos e informações relacionadas a esse mundo, foi a que promoveu o primeiro campeonato da cidade.

Imagem 3 – 1º campeonato de skate em Itz



Imagem 4 – Troféu do campeonato



Fonte: Arquivo do autor, 2018.

Fonte: Arquivo pessoal de “Cláudio Secco”

Segundo reportagem do jornal o Progresso (29/04/1992), o campeonato imperatrizense foi realizado entre os dias 2 e 3 de maio de 1992, na rua Simplício Moreira, já que a cidade ainda não possuía *skatepark* na época, e contava com uma previsão de participação de mais de 30 *skatistas*. Um dos destaques dados na matéria é para o *skatista* Tico, que executava “manobras altamente radicais”. Tico, que se chama Francisco Admael de Souza Costa, residia no centro da cidade, e é considerado pelos donos das duas marcas analisadas aqui como um dos pioneiros no *skate* local, juntamente com outros jovens conhecidos como “Rato”, “Largato” e “Faraó”¹⁰. Cláudio relatou que assim que obteve um *skate* teve

10 Desses primeiros, obtive contato com o Francisco Admael de Souza Costa (Tico) e Francisco Marcelo Correia (Faraó), ambos com 45 anos, que residiam no centro da cidade e que ingressaram no *skate* com 17

contato com esses primeiros *skatistas* e com outros que andavam no centro da cidade. Assim, o princípio do movimento em Imperatriz estava atrelado a esse primeiro núcleo de cinco jovens.

Retornando a trajetória profissional de Cláudio e o surgimento da marca *Hard Flip*, é importante considerar que em meados de 1994 foi proprietário da *Bando Street Wear*, o que lhe possibilitou mais contato com os fornecedores de peças de São Paulo. A loja durou seis anos e, após essa experiência, Cláudio ficou “parado” por dois anos, até observar que estava começando a surgir uma demanda por peças. Segundo ele, essa demanda por peças e equipamentos foi um dos motivos para o surgimento da *Hard Flip*. Já para este estudo, é resultado de todo o acúmulo de experiência desse ator social e mobilização de uma rede mais ampla de jovens *skatistas*.

Nesse sentido, embora o *skatista*-empresário tenha uma trajetória que lhe garanta respeito no meio dos jovens praticantes desse esporte, é necessário explicitar que a existência da marca também resulta de outros trabalhos e atores engajados. Assim, é importante enfatizar que na referida empresa há uma divisão do trabalho bem definida na qual o Claudio da Silva é o proprietário, patrocinador e veterano no *skate*; Aldermar Coelho da Silva era o atleta da marca, Audierio Marinho o responsável por encontrar novos atletas e produzir vídeos das manobras em vários cantos da cidade, ou o *Team Manager*, como define o próprio empresário.

Audierio Marinho foi o primeiro contato obtido com os *skatistas* engajados na *Hard Flip*. Ele tem 33 anos e pratica *skate* desde novembro de 2000, quando tinha 16 anos. Reside com os pais no bairro dos Três Poderes e diz que obteve os dois primeiros *skates* dando em troca uma *gameshark* de *plastation* 1¹¹ para um amigo. Sobre a integração dele com o *skate street* e com o mercado, ele explica:

Um amigo meu lá perto de casa que andava de skate me influenciou muito a andar e continuar andando de skate, que é o Branquelo. Das antigas tem o Cláudio Secco, que ele é até Dono da *Hard Flip*. Eu mesmo já conheci

anos em um período anterior aos tempos de inserção de “Junior” e “Claudio Secco”. Tico relatou que ele e “Lagarto” tiveram contato o *skate* por meio de um primo paulista de “Lagarto” que trouxe a novidade para Imperatriz-MA. Já Faraó recorda que o primeiro contato que teve foi graças ao Tico, que o levou para mostrar o “novo” esporte. Esses foram os primeiros processos de socialização e de formação dos primeiros jovens da cidade que realizavam o *skate street*.

11 Trata-se de um acessório que era acoplado no videogame *Playstation 1* produzido pela Sony. O entrevistado relata que, embora tivesse um *gameshark*, não possuía um *Playstation* e que só foi obter um quando começou a trabalhar e ganhar o próprio dinheiro. Com o *gameshark*, é possível trapaçar nos jogos e obter vidas infinitas e outras vantagens para os personagens dos jogos.

logo o dono dessa marca, **daí eu já fui aprendendo com ele, aprendendo o que é peça boa. Inclusive eu to produzindo essa Marca há mais de dez anos.** E eu fui fazendo *marketing* e aprendendo, vendendo e influenciando (Marinho, Audierio entrevista realizada em 10/03/2017, grifos nossos).

Dessas sociabilidades com o amigo Aldemar Coelho da Silva, também conhecido como Branquelo, Audierio se projetou em um processo de integração com o *skate* que o colocou como um dos mais ativos da marca *Hard Flip*, possuindo um papel similar ao “Japa” no processo de inserção na marca concorrente.

Nesse sentido, observamos que, no ano de 2004, a *Hard Flip* montou uma pista em um galpão no bairro do Maranhão Novo. Assim como a pista da marca concorrente, construída três anos depois no Freitas Park, é importante salientar que tais investimentos possibilitavam uma experiência de *skatepark* que até então era desconhecida na cidade, pois mesmo que a Praça Mané Garrincha já existisse na época, ela ainda não possuía um conjunto de rampas e equipamentos especializados para o desenvolvimento das manobras de *skate*.

Nessa pista do Maranhão Novo, a escala de trabalho era organizada da seguinte maneira: Audierio cuidava dela durante a semana, e nos fins de semana ficavam “Cláudio Secco” e um “atleta da marca” chamado Douglas. Segundo o empresário, houve uma tentativa de boicote por parte das pessoas que não desejavam a evolução dele, nem do próprio esporte. Ele ressalta que, associado a isso, poucas pessoas pagavam para utilizar a pista, ocasionando prejuízo e incapacidade de pagar o aluguel de R\$ 600,00 mensais. Dessa maneira, uma das ações (estratégicas) adotadas, antes de decidir fechar o empreendimento, foi a promoção de um campeonato que ficou como último fato ocorrido na pista.

Além da organização do trabalho, que era uma constante na formação da *Hard Flip*, algo que chamou a atenção foi a tensão em torno da pista, ou seja, o movimento de “boicote” que surgiu no universo dos próprios *skatistas* da cidade. Segundo Cláudio Secco, uma das principais acusações seria de que “ele estava querendo ganhar dinheiro”, uma classificação que difundia uma ideia que reforçava o papel de empresário e diminuía o papel de *skatista*, na medida em que buscava atribuir uma motivação econômica e não de afeto, prazer e emoção, ou da prática do *skate* com filosofia de vida.

É importante considerar que se tratava de primeira pista privada instalada na cidade e que, até então, a prática do *skate* se desenvolvia nas ruas e em obstáculos caseiros produzidos ou confeccionados em serrarias locais, que eram

socializados entre os jovens *skatistas*. Dessa maneira, é possível considerar um antagonismo entre a liberdade do *skate street* e o condicionamento econômico da pista. Na primeira concepção, a ideia é de lazer e explorar os espaços da cidade, na segunda percepção, há um intuito de preparação competitiva para campeonatos, demonstrando, assim, estruturalmente, um momento de tensão e transição.

Tal contexto é importante para compreender os aspectos estruturais que podem auxiliar na resistência do grupo em pagar pelo uso do espaço. Somado a esse contexto, os papéis de empresário e *skatista* assumidos por Cláudio são atacados, segundo o entrevistado, com vistas a prejudicar a constituição de um *status* de *skatista*. Pode se destacar que o enquadramento feito sobre a representação da pista do Maranhão Novo ocorre por conta da manipulação de informações dos bastidores da sua produção, ou seja, os antagonistas enfatizam o que deveria ser ocultado ou ficar em segundo plano. Sobre isso, Goffman (2013: 55) explica que “o ator pode estar empenhado em uma forma lucrativa de atividade que aculta de seu público por ser incompatível com a noção dessa atividade que ele espera que o público tenha”. Quando se indaga para um ex-atleta da marca sobre o contexto da pista, ele explica:

Teve a pista do Maranhão novo e o Junior também tinha uma. Aí era aquela coisa... Era a época em que era meio dividido o Skate em Impe-ratriz e graças a Deus acabou isso, hoje em dia todo mundo se fala normal. E essas desavenças era mais assim porque quem não usava falava mal de quem usava e quem usava falava mal de quem não usava. Então deixamos quietos e não nos juntamos não, deixa do jeito que ta (Silva, Alder-mar Coelho, entrevista realizada em 10/04/2017, grifos nossos).

Reforçando a ideia da existência de tensão entre as duas equipes, o relato conforma a divisão entre *skatistas* e que a opção da equipe *Hard Flip* foi de não se juntar com os antagonistas. Por mais retórico que pareça, tal conflito possui uma função de reforço na identidade da marca, ou seja, quando situamos as duas marcas e se pergunta “quem será que usava?” e “quem será que não usava e criticava quem usava?”, significa que está ocorrendo uma clara definição de diferentes projetos, e construção de identidade por meio da oposição dos grupos.

Assim, se até agora se estava analisando a formação das marcas em relação às divisões do trabalho e processos de sociabilidades entre os membros, não se pode desconsiderar as tensões e a função social delas, pois, como percebe Simmel (1983), o conflito também possui uma função sociológica de afirmação das unidades. Seguindo o viés da interação, o

clássico explica que “as relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras. Só as duas juntas constituem o grupo como uma unidade viva e concreta (Simmel, 1983: 128). Assim, por esse viés, tais marcas teriam um caminho a trilhar para a formação de unidades (com mais consenso) com o auxílio da situação de concorrência e conflito, por um lado, e do trabalho aglutinador de suas lideranças, por outro. Mais adiante, será explicado que não se trata apenas de uma disputa de mercado, mas que todas as diferenças sociais e de conduta serão postas nessa arena de conflito.

Atualmente, em ambas as marcas, os membros possuem uma visão acerca do *skate* que distoa daquela, mais antiga no senso comum, que os toma como desocupados e indelíquitos; e também da veiculada nos meios de comunicação, que valorizam apenas o lado do entreterimento. O próprio Audiério explica que “Não é só algo legal, radical e doido, não. É algo que tem uma cultura, que **sustenta famílias, é algo que gera negócios** e rendas em um país. Gera impostos (Marinho, Audierio entrevista realizada em 10/03/2017, grifos nossos). Quando se considera a tensão por conta da cobrança do uso da pista em 2004 e a explicação de Audiério, percebemo-lo como um agente que busca conciliar os papéis de esporte e mercado empresarial em torno do *skate*, por meio do alinhamento das ideias de trabalho, família e obtenção de renda, desmobilizando qualquer versão pejorativa sobre quem “estiver querendo ganhar dinheiro” inserindo-se no esporte. Trata-se de uma ação que reafirma o pertencimento desse ator social, já que, como nota Goffman (2013), um membro da equipe é alguém cuja cooperação dramaturgica contribui para manter uma dada definição de situação diante da plateia.

Nos meses em que foi realizado o trabalho de campo, foi possível ter a oportunidade de acompanhar o trabalho de Audierio na produção (imagem 5) de um jovem *skatista* chamado Alex Chabunas, que na época estava nesse processo de integração com a marca *Hard Flip*. Assim, a tarde do dia 26 de março foi marcada pelo deslocamento até a escadaria da passarela localizada na BR 010, conhecida como Belém-Brasília, onde foi realizada a gravação de um vídeo¹², no qual Alex faria um *Hard Flip*. Após encostar as bicicletas juntas no canto da barreira de proteção que separa a BR da MA, foram escolhidos ângulos privilegiados para captar as manobras do jovem *skatista*.

12 O vídeo pode ser acessado no link disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xzauboOhyco>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Imagem 5 – Audierio no trabalho de produção visual para a *Hard Flip*

Fonte: Autor, 2017

Além da produção, ele também alimenta um canal de vídeo no YouTube¹³ com vários outros que mostram os atletas da *Hard Flip* fazendo manobras no *skatepark* na Praça Mané Garrincha e nos principais picos da cidade, ou seja, os locais com mais declives, escadarias ou qualquer outro que favoreça o desenvolvimento das manobras. Notou-se, assim, que esse trabalho de comunicação e *marketing* em favor da referida marca constitui um canal de difusão de uma estética global (Diogenes, 1998) materializada não apenas nos equipamentos em si, mas na forma de se vestir, na expressão corporal e em uma relação específica de interação com a cidade.

Além desse trabalho de promoção de visibilidade, observou-se a presença dele na Praça Mané Garrincha, local onde ele observa e faz contato com os jovens *skatistas* que possuem alguma habilidade diferenciada que possa potencializar a marca. Sobre o engajamento de Audierio, um ex-atleta da marca e amigo dele comenta: “O Audierio sempre foi o *Team manager* da Marca, ele é um cara que foi patrocinado desde o início mesmo sem saber andar, mas pelo fato de ser amigos de todos e tal” (Silva, Aldermar Coelho, entrevista realizada em 10/04/2017, grifos nossos).

Pode-se dizer que esse ator social faz um importante papel de mediação entre proprietário da *Hard Flip* e os “novos talentos” e quaisquer outros atores que possam beneficiar a marca. A relação entre eles traz aspectos de um conjunto de ação atrelado a conjuntos de *status* e papéis,

13 Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCYgo5CoRXSkZRDC8msZAsgg>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Pois, como o ego, a **pessoa detém um conjunto de papéis composto pelas relações mantidas com os intermediários e respondentes terminais**; e, como intermediário, detém um conjunto de papéis diferentes ante o ego, o respondente e, eventualmente, outros intermediários. Em nível diferente, **ego e seus intermediários, de um lado, e intermediários e respondentes, de outro, acham-se articulados por papéis escolhidos de seus respectivos conjuntos de status** (Mayer, 2010: 169).

Tais conjuntos de *status* e papéis são importantes quando visualizamos, mentalmente, Cláudio como proprietário e *skatista* tendo que desenvolver um controle de impressões com autoridades públicas, como foi o caso do diálogo com membros da administração pública para a promoção de eventos de *skate* na Praça Mané Garrincha, mas ao mesmo tempo dialogando com diferentes gerações, e relacionando-se profissionalmente e amistosamente com Audiério, que, por sua vez, atua como um importante intermediário¹⁴ que faz uso da popularidade para ampliar a rede de relações interpessoais para além do conjunto de atores da *Hard Flip*. Na outra ponta do processo, Alex da Costa Chabunas, de 16 anos, que pratica *skate* há dois anos e diz que participou de dois campeonatos e de uma *sessions*¹⁵, quando depois foi convidado a participar da *Hard Flip*, e atualmente busca uma profissionalização cada vez maior no esporte.

É interessante destacar que, nessa etapa da esportivização, o processo de sociabilidade é distinto daqueles praticados na época inicial, quando os jovens se conheciam nas ruas. No âmbito da *Hard Flip*, pode-se citar o ex-*skatista* Aldemar Coelho da Silva (conhecido como Branquelo), de 33 anos, que morava no Maranhão Novo, próximo de Audiério, de quem era amigo. Branquelo andou de *skate* dos 16 até os 23 anos, foi o terceiro¹⁶ atleta da *Hard Flip*, e teve contato com Claudio Secco por conta do *skate street*, já que naquela época ainda não existia o *skatepark* da Praça Mané Garrincha.

Enfim, o conjunto de indivíduos constituído em torno de “Cláudio Secco” apresentava características sociais mais homogêneas, pois os integrantes do núcleo inicial eram todos da região central ou próxima ao centro da cidade. Com características distintas, a liderança do grupo teve que se valer de uma

14 No caso atual da Go SkateBoard, “Japa” concentra as funções de divulgação, fabricação de *shapes* sob encomenda e contato com jovens *skatistas*.

15 São encontros de *skatistas*, nos quais os jovens executam as manobras e os patrocinadores e jurados ficam observando e os classificando. É um importante lugar para a integração entre jovens *skatistas* e patrocinadores.

16 Antes dele, o primeiro foi o Ivanilson Lima de Souza (conhecido como Kioday) e Marquinhos (não foi possível encontrar o nome real).

estratégia de conciliar os investimentos na fabricação de *shapes* com as atividades empresariais de venda de peças, promoção de eventos, entre outras.

Sobre os campeonatos, observou-se que, no dia 8 de outubro de 1997, houve a reinauguração da Praça Mané Garrincha com a construção das mini-rampas para a prática do *skate*. Sobre o evento, o *Jornal Capital* (15/10/1997: 6) traz a narrativa a respeito de uma programação vasta de várias modalidades esportivas e descreve: “Na apresentação de skate, o garoto Cláudio recebeu o título de melhor atleta na categoria Mini-ramp”. Já entre os dias 23 e 25 de novembro ocorreu o campeonato Rei do Nordeste, em Imperatriz. Embora os jornais e *blogs*¹⁷ afirmem que a promoção foi de Cláudio Secco e Leonardo Carioca, em diálogo com Cláudio Secco, soube-se que a reta final da produção do evento foi desenvolvida apenas por Leonardo Carioca. Na divulgação do evento, obtida de um *blog* especializado no esporte, encontra-se a seguinte informação a respeito do histórico do esporte em Imperatriz:

O skate Imperatrizense tem raízes fortes desde a década de 90, através dos skatistas pioneiros “Tico Or Die, Marcelo Faraó, Lagarto e **Cláudio Secco**”, sendo um dos únicos a permanecer na ativa competindo e fazendo com que o esporte cresça.¹⁸

Atualmente Leonardo da Paz “Carioca” e Claudio Secco se encontram dentro do esporte não só como atletas, mas como empresários no mundo do skate, pois os mesmos são fabricantes de shape, considerado a alma do skate, já que a peça é primordial para a prática do mesmo. (...)

Imperatriz também foi palco para **duas competições a nível nacional, com competidores de todo o país que pode ser visto na internet, que ocorreu no ano de 2008 e 2009 no Freitas Park, que foi idealizada pelo skatista Junior Freitas e patrocinada pela empresa fabricante de tênis QIX INTERNACIONAL**, uma das mais conceituadas marcas de skate no país (Encontros radicais, 2012¹⁹).

17 Disponível em: <<http://oprogresonet.com/esporte/sedel-promove-torneio-de-skate-na-reinauguracao-da-pista-da-praca-mane-garrincha/12974.html>>. Acesso em: 11 set. 2019.

18 Segundo os relatos coletados e algumas observações diretas, obteve-se a informação de que “Rato” envolveu-se com o crime e mudou-se para Palmas; “Lagarto”, apesar de ter falecido por conta de complicações ocasionadas pela diabetes, também teve o nome vinculado ao crime. Os outros dois restantes, ainda vivos, trafegam pela cidade e possuem envolvimento com o consumo de drogas. Dessa forma, das primeiras referências, o único que se mantém até hoje na prática e afastado das práticas ilícitas é o Cláudio Secco. É possível que o estigma mais geral construído em relação aos *skatistas* da praça possa ter alguma relação com essa primeira geração desviada (Becker, 2008).

19 Disponível em: <<https://encontrodosradicais.blogspot.com/2012/10/no-post-logo-em-baixo-boa-noticia-sobre.html>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Algo que chamou atenção é que, no histórico do esporte publicizado no evento de divulgação do campeonato, a empresa *Go Skateboard*, já como propriedade do “Japa”, não aparece no histórico. A narrativa reforça a experiência do veterano da *Hard Flip* e o cita, juntamente com Leonardo Carioca (*StreetCity Skateboarding*), como únicos fabricantes de *shape* na cidade. O campeonato Qix Nordeste, promovido pela *Go Skateboard*, é desvinculado da marca e atribuído a Junior Freitas, que já não era mais proprietário dela. Enfim, a narrativa traz uma lógica de ênfase de alguns aspectos e ocultamento de outros que caracteriza bem a tensão entre as marcas. Após essa constatação, verificou-se no anúncio do QIX de 2008 que a *Hard Flip*, apesar de ser a marca mais antiga de *shapes* em Imperatriz-MA, não estava na promoção do maior evento realizado na cidade. Considerando a observação das relações entre as duas equipes, não é de se estranhar tais fatos.

Imagem 5 – QIX 2008 e as estratégias de ocultamento e ênfase



Fonte: Acervo do autor, 2017

O conhecimento prévio sobre alguns membros das duas marcas gerou um afastamento total da ideia de *skate* relacionado, exclusivamente, ao lazer da “juventude” e aos estigmas lançados sobre a Praça Mané Garrincha, ou sobre os jovens *skatistas*. Longe de ser apenas lazer, há uma lógica empresarial por meio da qual se pode delinear as tensões entre as marcas e o próprio processo

de *esportivização* (Brandão, 2008) do *skate* em Imperatriz. Os silenciamentos, ocultamentos e determinadas ênfases apontam para a delimitação de fronteiras e tensões entre esses conjuntos de atores sociais.

Antes de seguir, algo que deve ser explicitado é que, no primeiro conjunto analisado (*Go Skateboard*), o primeiro proprietário tinha um monopólio de capitais que possibilitava uma boa especialização e ressaltavam indiretamente as diferenças entre os membros da equipe, inclusive por conta das formas de sociabilidade, locais de moradia (distantes e em diferentes bairros), papel e inserção na marca. Já o segundo (*Hard Flip*) apresenta características mais homogêneas, alguns casos de relações de vizinhanças que antecedem a inserção no *skate* e uma estratégia mais ancorada nos capitais sociais, e menos no econômico. Uma situação emblemática que representa isso foi obtida com o relato de Cláudio Secco:

Ninguém sabia nada, não tinha internet não tinha divulgação. Tudo era em revistas. O Tico viajou pra Belém, lá o fluxo era maior daí ele já trouxe mais manobras. **Porque na realidade a gente via o cara parado no ar numa foto, então via o nome e tentava analisar que tipo de manobra era. Cara, muito difícil.** Hoje em dia não, tem slow-motion, tem net, tem tudo. Por isso que a nossa evolução em Imperatriz demorou a acontecer. Tudo que a gente *das antigas aprendemos* foi na rua (Pereira, Claudio da Silva. Entrevista realizada em 10/03/2017, grifos nossos).

Assim, a ausência do videocassete para facilitar o aprendizado das manobras, mais que uma simples ausência de recurso, sinaliza um elemento de distinção clara entre as duas histórias e demonstra os diferentes caminhos e estratégias adotados pelos *skatistas* empresários.

Já uma característica comum nos dois conjuntos de atores foi a centralização de todos os membros em torno dos dois *skatistas* e empresários proprietários das duas marcas, que se constituíam como os focos organizadores de tudo. Por tal aspecto, seria possível pensar tais ajuntamentos como um conjunto (Mayer, 2010), orientado em torno de dois egos. Por outro lado, é importante lembrar que também se agrupam em função de interesses comuns e no contexto da execução de determinadas atividades relacionadas ao mundo do *skate*. No âmbito das interações, também podem ser pensados como equipes já que

pode ser definida como um conjunto de indivíduos cuja íntima cooperação é necessária para ser mantida uma determinada definição projetada de situação. **Uma equipe é um grupo, mas não um grupo em relação a uma**

estrutura ou organização social, e sim em relação a uma interação, ou série de interações, na qual é mantida a definição apropriada de situação (Goffman, 2013: 118).

Enfim, a análise do *skate* com base nas interações e nos papéis desenvolvidos acerca das projeções de cada conjunto de atores, podemos observar continuidades entre as experiências de vida e itinerários dos jovens *skatistas*. Como percebe Frúgoli (2007) e Hannerz (2015), é possível pensar a cidade como teatro, já que é nos espaços urbanos que se costuma afluír os diferentes grupos.

Explicando a abordagem Goffmaniana, Hannerz (2015) diz-se-ia que no processo de construção dessa fachada e das representações em torno do *skate* podem ser pensados em termos de palco e bastidores, pois, para o pensamento de Goffman (2013), ocorreria um processo de ocultamento dos conflitos e falhas nas representações para a apresentação de um “produto final”. Um ponto de partida para a compreensão dos bastidores que não são visíveis para o público de observadores de primeira viagem foi o de buscar as condições estruturais e os processos relacionados às interações, ou seja, não focar apenas na interação em si, mas nas experiências dos participantes e como eles interpretam a situação de participação (Nunes, 1993).

Percebemos que a reprodução social do *skate* se forja em unidades compostas com base nas mais diversas relações (amizade, trabalho, admiração, reciprocidade etc.) em torno das lideranças das marcas, caracterizando um conjunto cuja organização, os papéis e os *status* são direcionados de acordo com os “egos”. Ela ocorre quando os conjuntos de indivíduos passam a interagir entre si em busca de certas finalidades e interesses, produzindo as sociabilidades que fazem com que os agregados de indivíduos ganhem forma nas relações entre si (Simmel, 2006). Assim, é possível pensar na associação de jovens *skatistas* em direção aos núcleos dos grupos.

Uma vez que cada tipo de relação traz consigo as mais diversas experiências, os enquadramentos e contra-enquadramentos construídos nas relações entre os dois conjuntos de atores acaba formando um jogo de oposições. Nesse sentido, membros de um conjunto se colocam totalmente contra os usos de maconha e drogas, citando também uma divisão entre “os que usam” e “os que não usam”, enquanto membros de outro grupo entendem a maconha como uma droga leve comum no mundo do *rock* e do *skate*, possibilitando-nos compreender um processo de enquadramento direto do grupo A sobre o grupo B²⁰. A questão da

20 Para evitar conflitos diretos e constrangimentos, optamos por não identificar os entrevistados.

condição econômica e patrimônio familiar também foi outro ponto observado nas tentativas de construção de diferenciação: enquanto membros de um grupo enfatizam a dificuldade e ressaltam a condição econômica privilegiada, os membros mais abastados enfatizam a simplicidade aprendida no mundo das ruas graças ao *skate*. Dessa forma, mesmo sem citar nomes, as interpretações sempre estavam direcionadas, e o trabalho de pesquisa parecia ser um tipo de elo entre as diferentes versões.

Por outro lado, observa-se que o trabalho social caracterizado na promoção de campeonatos, na valorização das marcas locais, na difusão de vídeos, na mobilização de recursos e de redes de relações interpessoais foram fundamentais na construção de uma visibilidade pública para o *skate*. Atrelado a isso, há a construção e difusão de um discurso focado no esporte, e não apenas no lazer. Por outro lado, parafraseando Berger (2011), tais atividades reforçam um conjunto de hábitos por meio da repetição, ao longo dos anos. Trata-se, também, de um caminho favorável à institucionalização do *skate*, já que a repetição de um hábito estimula a direção para a especialização de pessoas na área, e passa a gerar significados para os jovens que se integravam naquele meio.

Considerações finais

O contato mais próximo desconstruiu uma visão totalizante e estigmatizante que toma os *skatistas* como irresponsáveis, vagabundos ou drogados. Ao acompanhar a trajetória de alguns atores sociais desse meio, foi possível se deparar com um trabalho social que tem sido desenvolvido desde a década de 1990, acerca da promoção da prática do skate. Tem-se, assim, importantes aspectos de uma história social, ou seja, de um movimento temporal movido por interações de atores sociais que possibilitaram a construção de uma definição de *skate* na cidade.

Da época da preponderância dos praticantes do *skate* de rua (*streeteiros*) até o atual período em que a profissionalização e o *skate park* estão marcados na cidade, inclusive na Praça Mané Garrincha, verificou-se um longo percurso marcado por itinerários e sociabilidades que demonstram o processo de institucionalização da prática do *skate* na sociedade Imperatrizense. As ruas, as pistas e a praça aparecem como lugares comuns nos processos de sociabilidade das três gerações. Espaços de encontro de histórias da vida, de expectativas de transmissão de saberes, de conflito e aglutinação dos atores em torno das marcas. Fosse por amizade, pela relação profissional ou pela relação de vizinhança, constitui-se uma série de processos sociais de cooperação e conflito que foi

fundamental na construção dos conjuntos de atores em torno das marcas, ou dos egos. Por conta disso, as relações entre os egos e os intermediários são marcadas pela mobilização de vários papéis e *status*.

Embora os conjuntos não possuam um contato direto para a construção de um diálogo a respeito da classificação comum do total de *skatistas* ou entre si, as classificações e interpretações que fazem de si próprios quase sempre apontam para as características do concorrente, demonstrando a existência de um campo de relações, uma espécie de arena invisível aos olhos mais distraídos, mas perceptível nos detalhes expressos na forma como se apresentam.

Funcionando como uma microsociedade, a comunidade do *skate* em Imperatriz é caracterizada pela disputa de narrativas históricas sobre a fabricação de *shapes*, marcada por disputas que podem ser percebidas em silenciamentos e ocultamentos com capacidade de delimitar as fronteiras dos conjuntos de atores. O palco e os bastidores são pontos por meio dos quais foi possível notar que a esportivização do *skate* também significou uma tensão entre os papéis de empresário e *skatista*, que com o tempo e auxílio da equipe foi solucionada graças ao empenho dos membros, principalmente desde o início da década passada.

Referências

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.
- ADERALDO, Guilherme. *Reinventando a “cidade”: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Annablume, 2017.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 33 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Editora UNESP, 2010, pp. 205-235.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude” é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, pp. 112-121.
- _____. “O capital social: notas provisórias” In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.
- BRANDÃO, Leonardo. *A Cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural*. Dourados, Ed. UFGD, 2011, p. 160.

- BRANDÃO, Leonardo. Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil. *Recorde: revista de história de esporte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 01-24. dez. 2008. Disponível em: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV1N2_2008_15.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2012.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n. 24, pp. 40-52.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo, Annablume; Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto, 1998.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iuminuras*, v. 4, n. 7, 2003.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em Lugares Públicos – Nota sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. de Maria Célia Campos Raposo. 20. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.
- LENOIR Remi. “Objeto sociológico e problema social”, *Objeto sociológico e problema social*. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Dilemas em torno da prática do street skate em São Paulo. *Esporte e Sociedade*, v. 19, pp. 1-24, 2012.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Circuito de jovens. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. São Paulo, Editora Terceiro nome, 2012.
- MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora UNESP, 2010, pp. 139-171.
- MOORE, Rob. Capital. In: *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2018.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.) *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 105-120.
- NUNES, João Arriscado. Erving Goffman, a análise de quadros e a sociologia da vida quotidiana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, Coimbra, CES, pp. 33-49, 1993.
- PAIS, JOSÉ Machado. *A construção sociológica da juventude – alguns contributos*. *Análise social*, v. 25, n. 105-106, pp. 139-165, 1990.

- PEREIRA, Alexandre Barbosa. As Imaginações da Cidade: práticas culturais juvenis e produção imagética. *Revista Iluminuras*, v. 18, pp. 11-37, 2017.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- . Conflito e estrutura de grupo. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, pp. 150-164.
- . A Natureza Sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, pp. 122-134.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2010.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

Recebido em: 24/03/2018

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

PEREIRA, Jesus Marmanillo. *Streeteiros e a cidade: Sociabilidades, itinerários institucionalização do skate em Imperatriz-MA*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 963-987.



A evitação do assédio sexual no transporte público: uma leitura pragmatista das práticas de desconfiança de mulheres na cidade do Rio de Janeiro

Vittorio da Gamma Talone¹

Anna Bárbara Araújo²

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as práticas/cursos de ação de mulheres usuárias do transporte público para lidar com situações de assédio sexual durante viagens de ônibus, aqui entendidos pela mobilização do dispositivo de evitação: uma competência socioespacial comum às passageiras dos ônibus, resultado de suas experiências passadas e correntes. Nós mostramos como, por meio desses, as passageiras dão continuidade à rotina em um cenário marcado pela vulnerabilidade e vitimização de mulheres. Dessa forma, a discussão é feita com base em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: assédio sexual, desconfiança, dispositivos, transporte público, gênero.

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil – vittorio.talone@gmail.com

2 Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil – annabarbaraaraujo@gmail.com

The avoidance of sexual harassment in public transportation: a pragmatic reading of women's distrust practices in the city of Rio de Janeiro

Abstract: *The aim of this paper is to discuss the practices/courses of action of women users of public transportation in order to deal with situations of sexual harassment during bus rides, herein understood to be the deployment of the avoiding device: a socio-spatial competence common to women bus passengers, a result of their past and current experiences. We show how, through those, women passengers give continuity to their routine in a scenario marked by their vulnerability and victimization. We based the discussion on a research conducted in the city of Rio de Janeiro.*

Keywords: *sexual harassment, distrust, devices, public transportation, gender.*

Introdução

“O transporte é público, o corpo da mulher não”. Essa frase apareceu em destaque em cartilhas e cartazes distribuídos em terminais rodoviários do Distrito Federal em 2014, como parte de uma iniciativa do governo local contra o assédio sexual no transporte público. Essa campanha não é, no entanto, o foco analítico deste trabalho. O *slogan* é aqui mencionado por sugerir duas noções caras a este texto, quais sejam: 1) são as mulheres as maiores vítimas do assédio sexual no transporte público e; 2) é passível de crítica a correlação entre espaço público e corpos (femininos) tornados públicos mediante a presença neste espaço.

Dito isto, o objetivo deste texto é discutir as práticas/cursos de ação de mulheres usuárias de transporte público para lidar com situações de assédio sexual durante viagens de ônibus, aqui entendidos pela mobilização do *dispositivo de evitação* – característico da *desconfiança*. A discussão é feita com base em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro.

O texto é dividido da seguinte forma: 1) discute-se com mais detalhes a pesquisa em que baseia este artigo e apresentamos o enquadramento utilizado no texto para a compreensão da *desconfiança* – e seus dispositivos – e do assédio sexual; 2) em seguida, há uma breve discussão sobre a relação entre espaço público e gênero; levando-nos, finalmente, a 3) analisar o dispositivo de *desconfiança da evitação* como mobilizado por mulheres em viagens de ônibus. Por último, realizamos algumas considerações finais sobre o tema tratado.

O assédio sexual no transporte público como uma questão da desconfiança

Em pesquisa anterior realizada por Talone (2015)³, foram exploradas situações de viagens de ônibus em que a confiança é rompida e as pessoas mobilizam práticas de desconfiança para dar continuidade à rotina. A confiança e desconfiança tratadas dizem respeito às *ações humanas orientadas para o futuro* (Giddens, 1991; Hardin, 1996), como uma estratégia para lidar com a incerteza, perigos e riscos⁴. Quando há certeza sobre o que ocorrerá no futuro, não há necessidade de mobilização desta forma da confiança, em inglês indicada pela palavra *trust* (Sztompka, 2006) – estando investida apenas em ações humanas, suas construções e nas pessoas que se relacionam. A desconfiança seria uma aposta negativa no comportamento alheio igualmente futuro, para o qual assumimos uma postura defensiva em relação ao desconhecido (*Id., Ibid.*).

Mas a desconfiança pode sustentar a continuidade da rotina (Talone, 2015). Trata-se de um olhar possível por meio de uma abordagem pragmatista – tanto filosófica americana (James, 1907) como francesa (Boltanski; Thévenot, 2006[1991]) –, em que temos um aparato analítico para compreender uma ação por meio de seus *efeitos*, atentando às consequências daquilo concretizado pelos atores estudados. Aqui pensa-se por uma matriz que, segundo Werneck (2012a), constitui o arcabouço de sustentação de uma sociologia da moral levando a sério a *agência competente* (Garfinkel, 1967) dos atores – o agir competente é aqui entendido como um agir com desenvoltura de acordo com regras que verificam critérios de concretização de ação em uma determinada situação (Boltanski, 1990; Latour, 1987).

Assim, a desconfiança pode ser compreendida como um operador passível de ser decomposto em uma série de práticas e dispositivos mobilizados pelos

3 Esta pesquisa e o presente artigo se baseiam em um trabalho de campo em três diferentes linhas de ônibus que oferecem serviço à cidade do Rio de Janeiro: 332 (Castelo-Taquara), 474 (Jacaré-Jardim de Alah) e 498 (Penha Circular-Cosme Velho). A análise tomou forma por meio da observação participante nos coletivos entre março e maio, e em setembro de 2014, e por entrevistas realizadas entre setembro e dezembro do mesmo ano com passageiros pagantes e funcionários dos ônibus citados. Este texto privilegiará as narrativas e interações das mulheres passageiras.

4 Beck (1992) diferencia risco de perigo. Este se caracterizaria por ser visível, localizável e externo aos agentes que o consideram: seria visualizado como um problema transitório e reversível. Já o primeiro seria um problema central da modernidade, diz respeito a efeitos não previstos e permanentes – o próprio ato de confiar envolveria correr riscos (Luhmann, 1988; Sztompka, 2006). Apesar dessas considerações, deve-se pontuar que nem todo caso real reflete com perfeição a distinção conceitual entre esses elementos (Trajtenberg, 2006). Dessa forma, e com base no trabalho de campo, lidaremos com os conceitos de perigo e risco no sentido de algo localizado que pode causar um dano imediato e de elementos imprevisíveis futuros característicos da vida na cidade, mas também podendo tomar a forma de algo prejudicial de forma imediata, respectivamente.

atores na gerência de suas ações em suas trajetórias pela cidade. *Dispositivos* aqui são entendidos como instrumentos para o melhor empreendimento possível da autonomia dos atores (Peeters; Charlier, 1999), definindo-se em uma função de suporte, de baliza, de quadro organizador da ação, colocando em ordem a ação do indivíduo. Falar de dispositivos, dessa maneira, consiste em pensar a forma mais efetiva segundo a qual uma pessoa é capaz de se situar em seu ambiente, “para domá-lo, modificá-lo, o ingerir e o regurgitar” (Berten, 1999: 43). É, como propõe Werneck (2014: 28), “uma coisa da qual se pode lançar mão, algo que pode ser mobilizado para lidar com os desafios gramaticais”. Dessa forma, evidenciam-se certas formas encontradas pelas pessoas para dar continuidade à rotina, efetivar ações e produzir efeitos ainda que sob a tensão de se depararem com o que constroem como um perigo iminente ou um risco em seus deslocamentos pela cidade: mobilizar práticas/dispositivos de desconfiança é, para os atores, uma forma permitir a continuidade das atividades rotineiras.

A mobilização da desconfiança está diretamente ligada a uma interpretação da cidade do Rio de Janeiro como lugar efetivamente violento por parte daqueles que por ela se deslocam, no sentido de que nesse espaço reiteradamente tomariam forma elementos colocando em perigo a integridade física, psicológica e patrimonial dos atores (Machado da Silva, 2010; Talone, 2015). Tratam-se de situações em que os passageiros entendem lidar com a “violência”⁵, em semelhança aos signos caracterizados por Machado da Silva (1993) e Misse (1999).

Vários são os signos representados socialmente como “violência” destacados por aqueles deslocando-se pela cidade, como por exemplo, roubo, furto, tiroteio, homicídio e agressão, temas recorrentes nas entrevistas e na etnografia enquanto preocupações dos passageiros de ônibus. Além disso, no caso específico das narrativas das mulheres passageiras de ônibus – bem como nas situações observadas durante o trabalho de campo – houve menção a outro signo da violência, qual seja, o assédio sexual no ônibus. É sobre este elemento da representação da violência que trataremos aqui.

O assédio sexual no transporte público é frequente. Uma pesquisa realizada no México em 2008 revelou que 90% das mulheres já sofreram violência sexual no transporte público (Duckel-Graglia, 2013). No Brasil, onde 86% das mulheres já sofreram assédio no espaço público, segundo pesquisa da *ActionAid*, 68%

5 Trabalhamos aqui com um entendimento da violência como representação social (Machado da Silva, 1993; Misse, 1999; Porto, 2006). Segundo Misse (1999: 43), não há algo como “violência”, mas sim violências, “múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades”. Como destaca Werneck (2012b), Machado da Silva e Misse indicam não existir objetivamente algo como “violência”, o substantivo, em si, mas sim uma ação que pode ser classificada, adjetivada como violenta.

das entrevistadas revelam ser o transporte público o lugar em que têm mais medo (Câmara, 2016). O termo *assédio sexual* foi aqui escolhido para sumarizar os relatos e experiências das passageiras, em que a violência, por vezes, aparece representada sob a insígnia de “abuso” ou do “tarado no ônibus”. Assédio sexual pode ser definido então como:

Todo o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador (CITE, 2017).

Uma vez que se encara o assédio sexual no transporte público como algo problemático, ou como um signo da violência – por oposição há um fato naturalizado ou ignorado –, diferentes ações podem ser tomadas para modificar esta situação. Algumas delas partem de agentes coletivos, com a mediação governamental, como é o caso da campanha contra o assédio mencionada no início do artigo ou as leis reservando vagões de metrô e trem exclusivos para mulheres⁶, já presentes em muitas cidades do Brasil e do mundo.

Não obstante, para os fins deste artigo, nos atentaremos a um dispositivo de desconfiança mobilizado *cotidianamente* pelas mulheres, durante viagens de ônibus, como forma de lidar ou minimizar as chances de ocorrência de assédio sexual. A existência e mobilização de tal dispositivo possui relevância justamente em um contexto de inexistência ou ineficiência de medidas institucionais para coibição de tais práticas, e são aqui entendidos como formas de resistência e de manutenção da rotina, como explicitado anteriormente.

Ao se depararem com certas situações, as mulheres passageiras de ônibus interpretam ser necessária a mobilização de dispositivos da desconfiança, como a *evitação*: “Se tiver homem passando [*no corredor de um ônibus cheio*], eu vou me jogar na pessoa da frente”, afirma uma estudante sobre como reage à possibilidade de lidar com o que considera um “tarado” – fugindo do contato com este para se sentir mais segura. Trata-se de uma desconfiança ocasionada por uma “regra de experiência” (Weber, 1993) ou por um trauma passado marcante (Das, 2007) ligando-se a uma expectativa negativa quanto às ações futuras de determinados atores, os homens, tomando a forma do dispositivo da evitação quando efetivada.

6 Não se pode, no entanto, supor a eficácia destas medidas. Em 2006, uma pesquisa realizada com passageiras dos trens e metrô da cidade do Rio de Janeiro, pouco tempo depois da implantação dos chamados “vagões femininos” constatou que o assédio sexual representava o principal problema do transporte público para 42% das usuárias do trem e 30% das usuárias de metrô (Teixeira; Barros; Balassiano, 2015).

Antes de nos determos aos pormenores do dispositivo de evitação colocado em prática pelas passageiras de ônibus, convém lembrar a frase inicial deste texto, que contrapõe a ideia de transporte público e corpos (femininos) públicos. A relação entre transporte público, espaço público e gênero é fundamental para compreender o problema do assédio sexual nos ônibus e as práticas mobilizadas pelas mulheres para evitá-lo. Desta forma, dedicaremos a próxima seção à discussão destes temas.

Gênero e espaço público: relações de poder, vulnerabilidade e agência

A divisão entre público e privado constitui-se como um eixo central da modernidade ocidental e tem sido objeto de acalorados debates teóricos e políticos. Não costuma haver, no entanto, unanimidade em relação aos conteúdos de cada parte da dicotomia⁷. Aqui, optamos por mencionar este binômio com base no significado assumido hegemonicamente na teoria feminista⁸, em que o público é definido como o não doméstico ao passo em que o privado é entendido como sinônimo de doméstico (Okin, 2008). Certamente, nos dias de hoje, a configuração associando masculino *versus* feminino ao domínio público *versus* privado, respectivamente, se alterou e perdeu força⁹ (c.f. Giddens, 1994; Therborn, 2006). Não obstante, as teorias feministas têm mostrado como essa diferenciação artificial, cuja gênese remonta ao Século XIX¹⁰, tem como efeito a produção de uma ordem desigual de gênero, que tende a excluir as mulheres do espaço público¹¹. Além disso, estas teorias têm buscado mostrar as diferentes opressões impactando as mulheres tanto no espaço público, quanto no espaço privado (Aboim, 2012), sendo especialmente eficientes em mostrar como a separação entre público e privado é central e estruturante da divisão sexual do trabalho (Araujo, 2015).

7 Para uma breve discussão sobre os diferentes significados atribuídos ao público e ao privado, ver: Aboim (2012).

8 Ainda que de forma implícita, como aponta Okin (2008).

9 Uma vez que se entende a divisão público e privado como produto de arranjos históricos particulares, entende-se seu caráter eminentemente processual e descontínuo, isto é, sujeito a mudanças, conflitos e contestações. Isto não implica considerar, no entanto, que a mencionada divisão deixou de ser operativa socialmente ou elucidadora das experiências de homens e mulheres no mundo ocidental contemporâneo.

10 Nancy Fraser (1990) aponta esta separação como marca da formação da classe burguesa, servindo como uma estratégia de distinção das classes aristocráticas, por um lado, e das classes populares e plebeias, de outro. O fato da separação ter se tornado hegemônica poderia ser percebido como um símbolo da eficiência da dominação exercida pelos burgueses.

11 Este processo de exclusão também se deu por meio da invisibilização da participação das mulheres na esfera pública, além de constituir-se como um ideal moral que excluía as experiências de mulheres pobres, racializadas e migrantes. Sobre este debate no contexto norte-americano, ver Glenn (2010), especialmente o segundo capítulo.

Dessa forma, por meio das contribuições feministas, podemos compreender os espaços doméstico e extra-doméstico como espaços generificados. Mais importante do que esse reconhecimento, no entanto, é a compreensão de como se dá esta generificação. Neste sentido, vale atentar para este processo em um espaço extra doméstico específico, o ônibus. Assim, para os fins deste texto, o ônibus é visto como um espaço que, por meio das práticas, intenções, competências e repertórios de seus ocupantes, liga-se a arranjos constitutivos de situações na sociedade, em especial, a ordem de gênero. Neste sentido, as relações de poder, sendo fundamentais para as relações sociais de gênero, também são um componente central na constituição dos espaços (Löw, 2006)¹².

A sociologia pragmática, cujo modelo teórico-analítico nos inspira neste artigo, não se satisfaz em reduzir uma situação a uma distribuição preestabelecida de papéis, como, por exemplo, de dominante e dominado. No entanto, isso não significa desconhecer a existência de *fenômenos de poder*, mas busca-se um nível de descrição desses fenômenos em que possam ser vistos e analisados enquanto realizações práticas (Barthe *et al.*, 2016): atenta-se aos efeitos de poder e aos ajustes tornando-os possíveis (Latour, 2011). Chateauraynaud (2017) propõe levarmos a sério as *assimetrias de captura*¹³ duráveis entre os atores: essas podem se transformar em relação de posse, cuja característica é impedir atos de desvelamento e de denúncia, seja ao torná-los muito custosos para os autores, seja ao diferenciá-los no tempo de tal modo que parecem defasados ou caducos. Assim, o poder, pautando relações sociais (de gênero) e a ordenação de pessoas no espaço, é lido como produto contínuo de operações de tomada de controle sobre processos de “constituição de problemas” e suas respectivas resoluções – por exemplo, em situações de uma mulher acusando um homem de assédio sexual, este é recorrentemente “bem-sucedido” em deslegitimar a fala da passageira caracterizando-a como “exagerada” ou “absurda”, negando a realidade vivida e comunicada pela usuária frente outras pessoas, questionando sua competência em identificar um problema¹⁴.

12 Os escritos de Foucault (1987) sobre vigilância também se debruçam sobre a relação entre espacialidade e poder.

13 O autor opta por falar em “captura”, pois assim desloca o olhar vis-à-vis conceitos de poder e de dominação que não reenviam às mesmas lógicas, nem às mesmas tradições teóricas. Brevemente, a “captura” seria a tomada de controle das experiências no mundo social por certos atores, indivíduos ou grupos – algo positivo ou negativo dependendo das considerações da pessoa ou grupo estudado, seus quadros de valores, e contexto vivido.

14 Este exemplo privilegia a ordem discursiva como *lôcus* de análise social, como muitos dos estudos partindo de controvérsias, debates e escândalos públicos de viés pragmatista (Barthe *et al.*, 2016). Entendemos que a análise deste âmbito da vida social pode não dar conta suficientemente das situações observadas no dia-a-dia e seus mais diversos efeitos. Deste modo, estendemos aqui nossa investigação – e nossa preocupação com as assimetrias de captura – ao corpo, sua movimentação, restrições, alcance, e ao espaço em que se localiza.

Logo, a análise dos modos pelos quais os corpos transitam pelos espaços torna-se relevante para a discussão das relações de gênero. A literatura sobre a presença de mulheres no espaço público e no transporte público tem sido elucidativa: a socióloga Amy Dunckel-Graglia (2013) conclui, por meio de pesquisas sobre o sistema de transporte público mexicano, que este é composto por espaços potencialmente considerados como “hipermasculinizados”, isto é, espaços em que os homens se comportam de formas que podem ser julgadas opressivas para as mulheres – a realidade de uma “competência masculina” é imposta às mulheres, que experimentam de formas distintas, inclusive corporalmente, a vida (cotidiana), tendo de responder a diferentes competências para concretizar suas ações no dia-a-dia e se deslocar pela cidade¹⁵.

Já Yavuz e Welch (2010) apontam que as mulheres se sentem mais vulneráveis e percebem mais riscos no transporte público (e no espaço público) do que os homens. No texto, os autores citam variados estudos anteriores sobre transporte público que indicam os mesmos resultados. Também é comum considerar, por meio de determinadas evidências empíricas, que as mulheres têm mais medo de crime quando comparadas aos homens, algo passível de ser explicado pela opressão de gênero, que tende a definir entendimentos comuns e duráveis sobre o lugar “natural” da mulher na sociedade¹⁶ (Pain, 2001). Hille Koskela (2000: 254) afirma a própria existência de violência masculina como modificadora da interpretação das mulheres sobre o espaço. Franck e Lynn (1989) evidenciam a desigualdade de gênero enquanto limitadora das experiências das mulheres nos espaços públicos.

Estes estudos mostram como o espaço público – e o transporte público, especificamente – é tido como um local de primazia do masculino. Esse seria um dos efeitos observáveis das assimetrias de poder/captura. Um dos efeitos – e índice – da primazia do masculino no espaço público é a manifestação de tensão, medo e de sentimentos associados ao perigo mencionados e experimentados pelas mulheres quando ocupam esses locais. Apesar disso, é preciso compreender que as mulheres não vivenciam o espaço público e o transporte público de forma passiva, paralisadas pelo medo e pela vulnerabilidade, mas ao contrário, são agentes na construção e reconstrução deste espaço (Koskela, 1999), e lançam mão de dispositivos para reivindicá-lo.

15 Sendo a violência representada pelo assédio, um elemento constitutivo dessa realidade para o qual mobiliza-se a desconfiança, por sua vez tomando forma pelas experiências passadas, correntes e memórias das passageiras.

16 Algo paradoxal uma vez que boa parte da violência de gênero ocorre nos domicílios e não no espaço anônimo da rua. A despeito disso, os domicílios são frequentemente descritos (e idealizados) como locais seguros e confiáveis para as mulheres.

Como dissemos anteriormente, a desconfiança no transporte público consiste em uma série de operações e dispositivos justamente visando a manutenção da rotina, e, no caso das mulheres, a permanência em um espaço profundamente marcado pela incerteza e pelo risco de assédio sexual – além de outros riscos concorrentes, como mostraremos a seguir. Desse modo, trataremos agora especificamente do dispositivo que permite, facilita ou oportuniza tal permanência, bem como das situações nas quais surge.

Passageiras de ônibus e o dispositivo de evitação

Um dos problemas recorrentemente comunicados no interior de um ônibus cheio na cidade do Rio de Janeiro é o “abuso” de alguns passageiros no sentido de uma “invasão de espaço” dos outros. Um morador da zona oeste, por exemplo, diz achar “chato quando [alguém] viola a privacidade especialmente do som e do espaço. As pessoas que sentam com a perna muito aberta ou com os braços muito abertos, sentam muito esparramadas pelo ônibus e acabam invadindo o seu espaço”. Um residente da Penha – bairro da zona norte da cidade – afirma: “escutar música alta, falar alto, acho que incomoda”; e uma moradora da Taquara – bairro da zona oeste da cidade: “as pessoas, elas falam alto no ônibus, elas ouvem música alta, não botam fone. Essas situações me incomodam. (...) Acho que é o básico da educação”.

No entanto, a questão da invasão é fortemente problematizada, e toma relevância neste artigo, principalmente na experiência de passageiras, pela figura do homem que assedia mulheres. Este protagoniza situações de assédio sexual das usuárias do transporte público, formando um dos signos a compor o “fantasma da violência” (Misse, 1999). Ou seja, enquanto ouvir música alta ou sentar-se de forma esparramada¹⁷ no ônibus são frequentemente entendidos como algo inconveniente, desagradável e incômodo, o “abuso” direcionado às mulheres, de cunho sexual, é compreendido como violência e, portanto, como algo relacionado ao risco e ao perigo. Os corpos lidos como femininos tornam-se vulneráveis à violência sexual por parte dos homens (Law, 1999).

17 Iris Marion Young (2005[1980]), no celebrado texto *Throwing Like a Girl*, coloca que as experiências e práticas corporais tendem a variar bastante entre homens e mulheres. Neste sentido, os modos de ocupar o espaço teriam certamente um componente de gênero. O termo *manspreading*, designa a prática comum de homens que sentam no transporte público com as pernas abertas e acabam ocupando mais espaço do que um assento. Cidades com Nova Iorque, Seattle e mais recentemente, Madri fizeram campanhas nos transportes públicos para conter o problema. Sobre as campanhas. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jun/08/madrid-tackles-el-manspreading-public-transport-with-new-signs>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

O assédio sexual torna-se, assim, motivo de alerta, e práticas são mobilizadas no sentido de impedir sua concretização. Desta forma, surgem nas entrevistas com passageiras de ônibus frases como: “Eu vou tentar me esquivar, quando eu vejo que é um homem [*que passará no corredor*]”, “Homens tentando puxar assunto comigo e aí eu respondia educadamente, mas não dava trela e um já ficou muito puto” e “Tenho muito medo de tarado no ônibus”. Ou ainda, no relato desta estudante:

E eu acho que para mulher tem uma coisa que, depois daquele estupro que teve no ônibus, aquele da Avenida Brasil¹⁸, eu penso nisso constantemente assim. Então, eu fico muito mais atenta. (...) Evito [*certas situações*], tenho muito medo de tarado no ônibus, entendeu? Nunca aconteceu comigo, acho até que aconteceu essa semana. (...) Semana passada estava no 639 e tinha um cara me olhando muito, muito, muito, muito. No metrô também já aconteceu isso. (...) E ele fazia uns movimentos sendo que eu não sabia se ele estava me mostrando alguma coisa, tipo na calça, ou se estava mexendo no celular, porque sou míope. Aí o que eu fiz? Fingi que estava dormindo, da maneira mais escrota possível. (...) E eu não abri o olho. Essa coisa da menina que foi estuprada no ônibus pelo assaltante foi sim uma coisa que sempre passa na minha cabeça. Cara, porque foi bizarro, né, porque é isso: foi no ônibus. Tá todo mundo ali. E o ônibus você pega todo dia, você nunca imagina que aquilo vai acontecer ali. Fico muito atenta nessas situações. Mas enfim, estratégias de ônibus, são essas as coisas que eu faço. Procuo sempre sentar num lugar visível, minha preferência é um lugar perto [*do trocador*,] até mesmo porque é um lugar sozinho, não tem ninguém encostando em mim.

Essa foi a resposta de uma estudante universitária, quando indagada sobre o que a faria saltar de um ônibus antes de chegar ao ponto de desembarque desejado. Percebe-se que a passageira em questão associa o risco do assédio sexual a outros, como estupro e assalto, por exemplo, mencionando um caso que ganhou destaque na mídia local. Vemos a estudante responder ativa e competentemente aos perigos e riscos do transporte público, pensando e mobilizando práticas como a *evitação*. Por este dispositivo de desconfiança, busca-se descontinuar o andamento de uma situação cuja concretização poderia resultar em um assédio.

18 Caso de 2013 que pode ser consultado no seguinte *link*, noticiado pelo jornal online do O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mulher-estuprada-dentro-de-um-micro-ônibus-na-avenida-brasil-8293063>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

O assédio sexual é um problema que, na visão das estudadas, pode ser potencializado nos horários em que há muitos usuários embarcando em um mesmo veículo. Como exemplo, citamos uma situação ocorrida durante o trabalho de campo. Na ocasião, alguns passageiros embarcando no ônibus para a Taquara reclamam da pouca quantidade de veículos em relação ao número de passageiros ou da falta de opção de transportes alternativos ao ônibus, como o trem ou o metrô. A linha 332, às 18h, por exemplo, ao sair do ponto final do Castelo – centro da cidade –, tem seus 37 assentos rapidamente ocupados. Apesar de indicar caberem 41 pessoas em pé na extensão do veículo, com 20 pessoas o coletivo já parece estar cheio: “Aqui cabem 41 pessoas se botar gente uma no colo da outra”, “Isso daí é para fazer lata de sardinha com a gente”, argumentam duas usuárias da linha sobre o número comunicado da lotação.

Na longa parte do trajeto de Copacabana ao Recreio dos Bandeirantes – zona sul à zona oeste da cidade – se torna difícil contar quantas pessoas estão no ônibus. Diante de quadros como esses, uma passageira em pé no corredor comenta em tom irônico com sua colega: “Não sei se coloco a bolsa atrás para evitar safado de passar ou se deixo na frente mesmo para não me roubarem”. Em um ônibus cheio, a usuária se mostra em dúvida entre se proteger da possível atitude de um homem que poderia se aproveitar da mesma, colocando a bolsa na parte de trás de seu corpo, área de contato com os passageiros na passagem pelo corredor, ou correr o risco de ter que lidar com um “safado” sem a proteção da bolsa para prestar mais atenção quanto aos pertences dentro da mesma, pois considerou a possibilidade de furto caso não atentasse a pessoas que poderiam mexer em suas coisas.

Este caso mostra que, para as mulheres, tanto a violação física e psicológica (incluindo a sexual), quanto a patrimonial estão em seu horizonte de possibilidades no transporte público, representando assim, um perigo e, além disso, podendo concorrer entre si na mobilização de dispositivos de desconfiança. Na mesma pesquisa, em entrevistas com homens – usuários ou funcionários dos coletivos –, as preocupações colocadas referem-se somente à violação patrimonial (roubo e furto) e/ou física (agressão e balas perdidas), mas esta nunca incluindo a sexual (“passarem a mão”, ser encurralado em assentos sendo impedindo o deslocamento, escutar xingamentos/insinuações de sexo de desconhecidos, dentre outros elementos).

Em outras viagens de ônibus, ouve-se: “Desencosta!”. A frase é dita com veemência por uma adulta sentada ao meio da extensão de um 498, em um assento de contato com o corredor do ônibus, para um rapaz que estava se “esfregando” nela, como ela relatou. Ou ainda: “Amiga, me dá sua pasta para usar de escudo

aqui”, diz uma jovem em pé que gostaria de usar um objeto para *evitar* o contato com os homens que passavam por ela em um 474. Normalmente se pede, em um ônibus cheio, que as pessoas no corredor retirem as mochilas/bolsas das costas para melhorar o fluxo de passageiros no veículo, mas ter um objeto atrás dos corpos pode ser justamente uma forma de impedir situações de assédio para as mulheres. Dunckel-Graglia (2013) documenta uma tática parecida, ao afirmar que é comum as mulheres mexicanas usarem seus namorados e maridos como uma espécie de barreira no transporte público, impedindo o acesso de outros homens, desconhecidos, aos seus corpos. O dispositivo da evitação aqui toma forma materialmente, seja em um objeto ou em uma pessoa.

As falas das mulheres citadas anteriormente podem ser entendidas como tentativas de reivindicar o espaço do ônibus e de garantir que seu espaço pessoal não seja invadido. Por meio delas, as passageiras tentam definir a situação, negociando ou impondo firmemente quais ações (assédio) não podem ocorrer naquele espaço, ao mesmo tempo construindo discursivamente seu corpo e o espaço que ocupam no ônibus como um local particular, privado, sobre o qual não permitem ingerência.

Em entrevista, uma ex-moradora da Taquara conta que alguns homens já ficaram olhando para ela ou mesmo puxaram conversas normalmente desrespeitosas, como comentários a respeito de seu corpo, atenção sobre suas roupas e demonstração de interesse em relações sexuais com a mesma. Em uma das vezes, um homem chegou a saltar do veículo para segui-la:

Eu tava no [assento ao lado do] corredor, aí ele sentou no lado também. Ficou só o corredor separando a gente. E ele olhando para minhas pernas e eu fingindo que não tô vendo. E aí na hora que eu resolvo saltar, ele resolve saltar junto comigo. Aí veio me seguindo, atrás de mim me chamando: “Ei, psiu”, não sei o quê, blá blá blá. Aí comecei a andar mais rápido.

A mesma afirmou só ter se sentido mais tranquila no caminho após passar por uma viatura da Polícia Militar, o que acredita ter desmotivado o homem de segui-la. Aqui voltamos à questão explorada anteriormente entre gênero, espaço e relações de poder. Ou mais propriamente, como o gênero seria inscrito, por meio das práticas corporais, na produção dos espaços (Löw, 2006: 129). Neste sentido, vale dizer que as mulheres são frequentemente observadas nos espaços públicos. O olhar que incide sobre elas é frequentemente masculino, e tem como resultado, muitas vezes, coação, constrangimento e desestabilização. As relações de poder – como entendidas no tópico anterior – estão presentes no fato de que a mulher é recorrentemente objeto deste olhar (*Id.*), ao passo que o

homem é sujeito – e as respostas a ele são justamente, e de antemão (característica da desconfiança), de evitação (andar mais rápido, mudar de lugar, desviar o olhar etc.).

A socióloga alemã Martina Löw (2006) mostra como na praia, um lugar usualmente associado à liberdade, as mulheres têm o hábito de buscar perceber o espaço e analisá-lo, para decidir onde se sentar, em quais posições, por quanto tempo, de modo a evitar olhares masculinos indesejados. Essas decisões fazem parte do cotidiano das mulheres a anteciper uma ação (o olhar, por exemplo, dentre outros componentes do assédio masculino) e a orientar sua ação de modo a evitá-la – *desconfiando* do procedimento de ação futura dos homens. Esses hábitos das mulheres evidenciam a sexualização dos homens sobre seus corpos como uma expressão de relações de poder: algo observável e que causa efeitos sobre suas condutas.

A mesma passageira complementa a última descrição afirmando que o ônibus cheio não é condição única para esse tipo de situação:

Já passei por situações do cara ficar roçando no meu braço assim. Tipo, ele em pé, e tinha total espaço porque o ônibus não estava tão lotado. Tinha total condições de ficar em pé do meu lado, mas sem ficar encostando em mim, mas ficou roçando em mim. No meu braço.

Mais passageiras sugerem o mesmo: “[*Eles ficam*] roçando sem a mínima necessidade”, “Passam a mão”, “[*Quem não é assediador*] toma cuidado em não ficar roçando”, “Eles já te olham de forma diferente” e “Os ônibus às vezes nem estão cheios”. Ou seja, as passageiras expressam que o contato físico pode ser inevitável em razão da lotação do ônibus, apesar disso, o assédio não é compreendido como efeito ou é justificado pela lotação uma vez que: 1) ocorre mesmo quando o ônibus não está cheio; 2) não é entendido com um contato físico qualquer, mas como uma ação intencional, de caráter sexual e que constrange as mulheres. Então, essa é uma questão sobre a qual as mulheres recorrentemente comunicam preocupação/alerta e para a qual mobilizam a *evitação*.

Assim, “não [se] dá brecha para que as coisas aconteçam”, como diz uma passageira do 332 após se desvencilhar com força de dois rapazes praticamente fechando o espaço do corredor com seus corpos, ao que um diz, rindo: “Não vou fazer nada”. Com isso, as mulheres procuraram sentar ou ficar em pé em lugares sem contato com homens para diminuir a possibilidade de ação deles:

Assim, quando dá para sentar, costumo sentar na frente. Perto do trocador, motorista. Como estou sozinha, né, prefiro mais sentar na frente. (...) Porque,

sei lá, né, às vezes abusam, alguma coisa assim acontece. Pelo menos algumas pessoas estão me vendo, não to lá atrás escondida. Acho que muitas mulheres fazem isso, preferem ficar mais para frente. (...) Penso [*na questão do assédio sexual*] porque é sempre bom pensar. Melhor evitar do que passar certas situações. Então muitas vezes sento na frente por causa disso.

Esta é a fala de uma jovem moradora do bairro de Benfica – bairro popular da zona norte da cidade do Rio de Janeiro – que se desloca para trabalhar em Copacabana – famoso bairro da zona sul carioca – por meio da linha de ônibus 474, ao ser indagada sobre os assentos que procura sentar no ônibus.

É com base em suas expectativas sobre como os homens podem agir em um ônibus e/ou com o decorrer presente de uma situação que certas passageiras lançam mão de diferentes formas de impedir o contato com os mesmos de antemão, buscando anteparar um possível assédio de se concretizar. O dano projetado como possível pelas usuárias é o princípio da ação desconfiada. Algumas das mulheres entrevistadas afirmam atentar para certas situações e deixar de sentar em alguns lugares do coletivo baseadas no receio de serem abordadas agressivamente por homens. Logo, o descer do ônibus antes do ponto desejado, a escolha de sentar ou ficar em pé no intuito de não ser assediada, localizar-se em um assento unitário para não haver contato com ninguém, ficar perto de alguém tido como não-ameaçador no intuito de se sentir mais protegida, são todos dispositivos de evitação mobilizados pelas mulheres cotidianamente em viagens de ônibus. A ação desconfiada das mesmas é, portanto, um meio de resguardar a integridade: “Ah, meu filho, melhor não arriscar”, “É para ficar de olho mesmo”.

Considerações finais

Lança-se mão da evitação para anteparar um *outro que pode ser danoso* na sua efetivação de ações ou mesmo de impedi-lo de estar em uma situação para tal, ou seja, são formas de precaução. Lidamos aqui, como indicam Chateauraynaud e Torny (2000), com construções sobre a experiência ordinária de perigo, risco e vigilância: a evitação pode ser observada nas situações em que pessoas (mulheres) dividem o espaço do ônibus com aquilo ou aquele em que certo foco de perigo é alocado (homens) ou em que passam por espaços considerados por elas como perigosos, e “levantando barreiras” quanto às possibilidades dos mesmos de agirem (efetivação do assédio). Ou seja, lança-se mão deste dispositivo (algo a auxiliar a efetivação de intenções e ações) para impedir os outros de concretizarem as ações projetadas como prejudiciais. Este dispositivo é um

elemento sempre variável pelas situações em razão dos próprios participantes disporem de equipamentos mentais e físicos também variáveis de uma situação para outra (Freire, 2014).

É por meio do contato com desconhecidos pela cidade, não só despertando desconfiança puramente por essa característica, mas também por sua alocação em formas de agir identificadas como ameaçadoras com base em “regras de experiência” (Weber, 1993), que se desconfia: como por exemplo, diferentes homens no espaço do ônibus assediando mulheres.

Os exemplos analisados evidenciam como as mulheres elaboram uma série de dispositivos que lhes permitem exercer algum tipo de controle¹⁹ sobre um ambiente percebido como perigoso, arriscado e violento. Este controle é frágil, descontínuo e sujeito a várias contestações, mas permite, a despeito dos constrangimentos experimentados nos ônibus, as mulheres de seguirem suas viagens minimizando a chance de riscos e perigos. O dispositivo de desconfiança aqui analisado, a *evitação*, refere-se a uma competência socioespacial comum às passageiras dos ônibus, resultado de suas experiências e memórias, sendo formas de lidar com a vulnerabilidade e possibilidade de vitimização experimentadas em razão de seu gênero. São, portanto, formas de resistência no espaço público.

Referências

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 20, n. 1, Janeiro-Abril, 2012, pp. 95-117.
- ARAUJO, Anna Bárbara. *Gênero, profissionalização e autonomia: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ), 2015.
- BARTHE, Yannick *et al.* Sociologia Pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, ano 18, n. 41, 2016, pp. 84-129.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Sage, 1992.
- BERTEN, André. Dispositif, médiation, créativité: Petite généalogie. *Hermès*, n. 25, 1999, pp. 33-47.
- BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción*. Paris, Métailié, 1990.

19 Karen Franck e Lynn Paxson (1989) chegam a uma conclusão parecida ao analisar, no contexto norte-americano, a relação entre gênero e medo de crime no espaço público.

- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On Justification: Economies of Worth*. Princeton University Press, Princeton & Oxford, 2006 (1991).
- CÂMARA, Juliana. Em pesquisa da *ActionAid*, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos, 2016. Disponível em: <http://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- CITE, Comissão para a igualdade no trabalho e emprego. Conceito de assédio sexual, 2017. Disponível em: <<http://cite.gov.pt/pt/acite/dirdevtraboos.html>>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. A captura como experiência. Investigações pragmáticas e teorias do poder. Tradução: Diogo Corrêa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017, pp. 1-21.
- CHATEAURAYNAUD, Francis; TORNAY, Didier. Les sombres précurseurs: Une sociologie de l'alerte et du riche. *Politix*, v. 13, n. 52, 2000, pp. 243-247.
- DAS, Veena. *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, Berkeley/Los Angeles/London, 2007.
- DUNCKEL-GRAGLIA, Amy. 'Pink transportation' in Mexico City: reclaiming urban space through collective action against gender-based violence. *Gender & Development*, v. 21, n. 2, 2013, pp. 265-276.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRANCK, Karen A.; PAXSON, Lynn. Women and urban public space: research, design and policy. In: ALTMAN, Irwin; ZUBE, Ervin (Eds). *Public Places and Spaces*. Plenum Press, New York, 1989, pp. 121-146.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25-26, 1990, pp. 56-80.
- FREIRE, Jussara. Sociologia da moral, ação coletiva e espaço público. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (Orgs.). *Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014, pp. 71-91.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs (EUA), Prentice Hall, 1967.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1994.
- _____. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- GLENN, Evelyn Nakano. *Forced to care: coercion and caregiving in America*. Cambridge, Harvard University Press, 2010.
- HARDIN, Russel. Trutworthiness. *Ethics*, v. 107, n. 1, 1996, pp. 26-42.
- JAMES, William. *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*. Cambridge, Harvard University Press, 1907.

- KOSKELA, Hille. Fear, control and space: geographies of gender, fear of violence and video surveillance. PhD Thesis, Geography, University of Helsinki, 1999.
- . ‘The gaze without the eyes’: video-surveillance and the changing nature of urban space. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, 2000, pp. 243-265.
- LATOUR, Bruno. *Science in action. How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, Harvard University Press, 1987.
- . *Pasteur: guerre et paix des microbes. Suivi de Irréductions*. Paris, La Découverte, 2011.
- LAW, Robin. Beyond ‘women and transport’: towards new geographies of gender and daily mobility. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 4, 1999, pp. 567-588.
- LÖW, Martina. The social construction of space and gender. *European Journal of Women’s Studies*, v. 13, n. 2, 2006, pp. 119-133.
- LUHMANN, Niklas. Familiarity, Confidence, Trust: Problems and Alternatives. In: GAMBETTA, Diego (Ed.). *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations*. Oxford, Basil Blackwell, 1988, pp. 94-107.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência urbana: Representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; BARREIRA, Irllys (Orgs.). *Brasil urbano: Cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993, pp. 131-142.
- . Violência urbana, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 32, n. 59, 2010, pp. 283-300.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Sociologia, IUPERJ, 1999.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, Maio-Agosto, 2008, pp. 305-332.
- PAIN, Rachel. Gender, race, age and fear in the city. *Urban Studies*, v. 38, n. 5-6, 2001, pp. 899-913.
- PEETERS, Hugues ; CHARLIER, Philippe. Contributions à une théorie du dispositif. *Hermès*, n. 25, 1999, pp. 15-23.
- PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*. UFRGS Impresso, v. 8, n. 16, 2006, pp. 250-273.
- TALONE, Vittorio. *Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito: um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ), 2015.
- THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: A família no mundo 1900-2000*. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo, Contexto, 2006.
- TRAJTENBERG, Nicolás. Confianza. Documento de Trabajo n. 77, Departamento de Sociología, Universidad de la República de Uruguay, 2006.

- SZTOMPKA, Piotr. *Trust: A Sociological Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- TEIXEIRA, Eunice; BARROS, Paula; BALASSIANO, Ronaldo. O vagão exclusivo para mulheres no sistema metro-ferroviário: a visão da usuária. *ResearchGate*, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268364200_o_vagao_exclusivo_para_mulheres_no_sistema_metro-_ferroviario_a_visao_da_usuario>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais, parte I*. São Paulo, Cortez, 1993.
- WERNECK, Alexandre. *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012a.
- . A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (Orgs). *Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012b, pp. 337-354.
- . Sociologia da moral, agência e criatividade. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (Orgs). *Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014, pp. 114-138.
- YAVUZ, Nilay; WELCH, Eric. Addressing fear of crime in Public Space: Gender differences in reaction to safety measures in train transit. *Urban Studies*, v, 47, n. 12, 2010, pp. 2491-2515.
- YOUNG, Iris Marion. *On Female Body Experience: "Throwing like a girl" and other essays*. New York, Oxford University Press, 2005.

Recebido em: 11/08/2017

Aprovado em: 27/08/2019

Como citar este artigo:

- TALONE, Vittorio da Gamma e ARAÚJO, Anna Bárbara. A evitação do assédio sexual no transporte público: uma leitura pragmatista das práticas de desconfiança de mulheres na cidade do Rio de Janeiro. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set.- dez. 2019, pp. 989-1006.

Resenhas



O Lazer subordinado ao capital recreativo

Nildo Viana¹

Resenha do livro:

ORIO, Mateus. *O Capital Recreativo: A Apropriação Capitalista do Lazer*. Curitiba: CRV, 2019.

O lazer é um fenômeno amplamente pesquisado, sob variadas perspectivas, e recebe uma nova contribuição com a obra de Mateus Vieira Orio, doutor em sociologia pela Universidade Federal de Goiás. O autor, com base em uma perspectiva crítica, retoma o debate teórico e conceitual sobre o fenômeno do lazer. Assim, além da concepção funcionalista, descritivista, entre outras já antigas na pesquisa sociológica, Orio contribui ao apresentar uma concepção crítica do lazer, sob o prisma da mercantilização.

A mercantilização do lazer é o foco da obra, mas, assim como os demais pesquisadores que partem dessa perspectiva, o fenômeno e a análise não se reduzem a apenas isso. Ao seu lado, outros processos ocorrem, como a burocratização, a alienação, entre outros, bem como é percebido que se trata de um processo perpassado por contradições, mudanças, variações. Orio destaca, nesse contexto, a questão do capital recreativo. A originalidade da obra emerge justamente a partir desse conceito, que é o título da obra.

O autor aponta que os parques floridos, piscinas, casas de praia, clubes, esportes, tacos e raquetes, dados, discos, galerias, vitrines, entre diversos outros exemplos apresentados, são “alegorias do lazer”. Por um lado, podem significar “curtir a vida”, mas, por outro, é possibilidade de investimento, meios para

1 Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (PPGS / UFG) – Goiânia – Brasil – nildosviana@gmail.com

aquisição de lucro. Assim, o objetivo do livro é mostrar que o fenômeno do lazer, síntese de múltiplas determinações e carregando sua especificidade como fenômeno social, está inserido na totalidade da sociedade moderna. E, nesse contexto, ele delimita a sua problemática em estabelecer a resposta para a questão de como o lazer contribui com a reprodução ampliada do capital, ou, em outras palavras, qual o seu significado para a acumulação capitalista.

Assim, o autor percorre um caminho que se inicia com uma reflexão teórica sobre o capital, o mais-valor, acumulação de capital, entre outros elementos, e sobre o lazer, desde sua historicidade, até chegar às diversas concepções de lazer e sobre sua relação com os regimes de acumulação. A discussão teórica inicial fornece as bases para se entender o desdobramento seguinte. A análise do modo de produção capitalista e da acumulação capitalista é fundamental e condição para se compreender a relação do lazer com os regimes de acumulação. Por outro lado, a história do lazer e as concepções de lazer são importantes para compreender a diferença entre a abordagem proposta e as demais existentes. Esses elementos permitem uma reflexão bastante ampla e profunda sobre a inserção do lazer na sociedade moderna.

O lazer se desenvolve a partir da expansão da produção capitalista e de suas consequências, especialmente a mercantilização. Nesse contexto, o autor relaciona lazer, acumulação de capital, classes sociais. Trata-se de uma discussão densa, especialmente para aqueles que não dominam a teoria do capitalismo elaborada por Marx ou então sua teoria das classes sociais. A mercantilização, enquanto um elemento derivado da produção capitalista, intensifica-se com o processo histórico e vai invadindo cada vez mais a sociedade e sua expansão acaba chegando até a vida cotidiana, tal como no caso do lazer. O dinheiro se torna meio de troca universal e tudo vai se tornando paulatinamente mercadoria ou mercancia. Nesse processo, alguns elementos da teoria de Marx, esquecidos por muitos dos seus analistas, reaparecem, tal como a questão da repartição do mais-valor.

No segundo capítulo, o autor já aponta para análise da historicidade do lazer no capitalismo. Seguindo o preceito do materialismo histórico, segundo o qual a historicidade de qualquer fenômeno particular sobre pode ser compreendida no interior da historicidade da sociedade na qual ele se manifesta, então temos a justificativa para tal procedimento. A relação entre lazer e capitalismo é histórica e isso é explicado pela historicidade do modo de produção capitalista. Tal historicidade, por sua vez, é trabalhada por meio do conceito de regimes de acumulação. Os regimes de acumulação que se desenvolvem na história do capitalismo mostram alguns elementos importantes, especialmente a questão da mercantilização, que será desenvolvida no capítulo seguinte para explicar a

evolução do lazer. A compreensão dos diversos regimes de acumulação ajuda a entender a dinâmica capitalista e suas mutações, elementos fundamentais para entender a história do lazer.

Por fim, o autor chega ao capítulo fundamental e no qual oferece e explicação do lazer e suas mutações históricas. A mercantilização assume um significado explicativo fundamental, pois o lazer é cada vez mais mercantilizado. Essa mercantilização significa a transformação do lazer em mercadoria e mercancia e isso é realizado pelo capital. Aqui, o círculo analítico se fecha. A mercantilização do lazer se manifesta tanto através da sua transformação em mercadoria quanto de sua consumação como mercancia. Para explicar esse fenômeno, o autor lança a mão da teoria da mercadoria, já antiga, e da teoria da mercancia, bastante recente. No primeiro caso, explica como que o lazer é realizado via mercadorias (brinquedos, aparelhos eletrônicos etc.), e é proporcionado de forma mercantil (cinema, *Shopping Center*, parques etc.). No segundo caso, explica como que o lazer se manifesta como mercancia: o *show* musical, os malabarismos do palhaço na festa infantil, entre outros processos.

Assim, partindo da teoria da mercancia, que complementa a teoria da mercadoria, o autor distingue entre a produção de mercadorias, que ocorre nas relações de produção capitalistas e é de bens materiais, e a consumação de mercancias, que ocorre no âmbito das relações de distribuição e da chamada “superestrutura” ou “formas sociais”, sendo bens culturais e coletivos. No caso da mercadoria, é produzido um bem material separável do trabalhador, enquanto que no caso da mercancia, geralmente ela é consumada (realizada) e consumida no ato do consumo. Um operário que trabalha em uma empresa automobilística contribui para a produção de carros, que independem dele. Um professor que dá uma aula só permite o acesso a aula no momento de sua consumação. Mesmo quando essa consumação é *a posteriori*, como no caso de uma videoaula, ele efetivou a consumação quando a gravou. No primeiro caso, temos a geração de riqueza, no segundo, apenas sua reprodução.

Com base nessa discussão, Orio chega à questão fundamental. A mercantilização do lazer significa, simultaneamente, sua transformação em mercadoria e mercancia. Mas quem realiza esse processo? É aqui que emerge o problema de pesquisa que o autor se dedicou e a resposta que ele encontrou. O que Orio busca descobrir é: como o lazer é empregado na reprodução da acumulação capitalista? O autor, no término de sua obra, esclarece que o lazer é apropriado pelo capitalismo não apenas como “forma de descanso”, mas também como elemento de reprodução da acumulação de capital. O terceiro capítulo é dedicado a explicar esse processo.

A mercantilização do lazer explica o seu processo de transformação em mercadoria e mercancia e assim emerge a figura do capital recreativo. O capital recreativo é o elemento fundamental para explicar a apropriação do lazer no capitalismo. O lazer é apropriado como mercadoria e como mercancia e gera lucro para o capital recreativo. Os cinemas lotados, os estádios de futebol e suas torcidas barulhentas, os parques de diversão, a televisão, o videogame, os jogos de celular e computador, para citar poucos exemplos de milhões de casos, são produtos da mercantilização do lazer. O capital recreativo é responsável pela maior parte do lazer mercantilizado a nível mundial. O capital recreativo pode ser apenas produtivo (produtor de mercadorias, como brinquedos, aparelhos eletrônicos, jogos etc.) ou apenas improdutivo (promotor de *shows*, filmes, eventos, por exemplo) e, no primeiro caso, transforma o lazer em mercadoria e, no segundo, transforma-o em mercancia.

Nesse momento, temos a percepção de que o capital recreativo serve para retroalimentar a acumulação de capital em nível global. O capital recreativo produtivo adquire meios de produção, sendo mercado consumidor de outros setores do capital produtivo, bem como remunera os seus trabalhadores produtivos, que também integram o mercado consumidor de meios de consumo, além de sua apropriação de parte do lucro como renda pessoal. Ele paga impostos e se envolve na dinâmica geral do capitalismo. O capital recreativo improdutivo, por sua vez, adquire meios de consumação, advindos do capital produtivo (um *show*, por exemplo, usa aparelhos de sons, que são mercadorias adquiridas para sua efetivação), bem como gera um mercado consumidor ao remunerar os seus trabalhadores (além de parte do lucro convertido em renda privada pelo capitalista). O capital recreativo se torna mercado consumidor de outros setores do capital, tanto do produtivo quanto do improdutivo. O capital recreativo é mercado consumidor do capital produtivo diretamente (adquirindo meios de produção e meios de consumação) e indiretamente (por meio da remuneração de seus assalariados que são consumidores de mercadorias, além da renda do próprio capitalista ou conjunto de capitalistas). Da mesma forma, ele é mercado consumidor do capital improdutivo, tanto de forma direta (ao contratar uma banda para cantar em um *show*, paga ao empresário desta, que, por sua vez, lucra improdutivamente com isso), quanto de forma indireta (por meio da remuneração dos seus trabalhadores assalariados que são consumidores de mercancias). Em síntese, o capital industrial recreativo extrai mais-valor e o capital mercantil recreativo se apropria de mais-dinheiro, duas formas de aquisição de lucro, tal como se expressa na teoria da mercantilização.

Assim, o vínculo entre lazer e capitalismo emerge sob nova luz. O conceito de capital recreativo torna perceptível o caráter lucrativo e funcional dele para

a acumulação de capital. Sem dúvida, é o mesmo significado que todo capital improdutivo, mas que o realiza sob forma específica. Assim, com a da retomada da teoria do modo de produção capitalista, da mercantilização e da mercancia, o autor consegue apresentar uma compreensão abrangente e atual do fenômeno do lazer na sociedade moderna.

A única parte do livro que poderia ser questionada de forma mais contundente é a referente ao desenvolvimento histórico do lazer, no qual o autor remonta ao passado da história da humanidade, desde a sociedade escravista antiga, o que entra em contradição com sua afirmação posterior segundo a qual o lazer surge com o capitalismo. Contudo, não se trata da posição do autor e sim do conjunto de outros autores que trabalharam com a questão do lazer e remontam, sem ter em mente a teoria da especificidade histórica de Marx, ressaltada por Karl Korsch e outros, que os conceitos são históricos e só podem ser compreendidos no interior da totalidade histórica e social em que são inseridos. De qualquer forma, o título do item (“o desenvolvimento histórico do lazer”), pelo menos, poderia ser outro, para não dar essa impressão de concordância do autor com a bibliografia consultada sobre a história do lazer. A história do lazer é a que ele aborda no item seguinte sobre os regimes de acumulação, ou seja, a historicidade do lazer é apresentada no interior da historicidade do capitalismo.

Assim, o autor lança nova perspectiva para entender o fenômeno do lazer na sociedade moderna, mostrando seus vínculos profundos com o modo de produção capitalista, a mercantilização, a mercancia, o capital recreativo. A teoria do capital recreativo, assim como a teoria do capital comunicacional, abre amplas perspectivas para se pensar um setor do capital, com suas especificidades, suas relações com os demais setores do capital, sua relação com o conjunto da sociedade capitalista. Nesse sentido, esta obra assume grande importância e torna-se referência fundamental para todos que queiram discutir o lazer, concorde-se ou não com o autor, pois é uma explicação profunda e desenvolvida desse fenômeno, como poucas, e por isso não pode ser desconsiderada até mesmo por aqueles que se baseiam em outras perspectivas e teorias.

Recebido em: 05/05/2019

Aprovado em: 10/05/2019

Como citar esta resenha:

VIANA, Nildo. O Lazer subordinado ao capital recreativo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set. – dez. 2019, pp. 1009-1013.



Em tempos de ódio emergente e candente, à reflexão

Mateus Pranzetti Paul Gruda¹

Resenha Do livro:

GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. 117p.

Penúltimo lançamento da coleção “Tinta Vermelha”, da editora Boitempo, “O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil” (2018), organizado por Esther Solano Gallego, tal como nos outros títulos da citada coleção, propõe apontamentos e reflexões acerca de tópico extremamente quente e atual, tendo a particularidade de serem editados e publicados justamente em meio aos acontecimentos que se propõe a debater (a fim de ilustração, as obras que compõem a coleção versaram sobre: o movimento dos Occupy [2012]; as manifestações de junho de 2013 [2013]; os megaeventos – Copa do Mundo e Olimpíadas – que aconteceriam no Brasil [2014]; a violência policial brasileira [2015]; o processo de remoção da presidenta Dilma Rousseff [2016]; e a defesa da educação pública, gratuita e democrática [2019]). Neste compilado – o qual poderíamos denominar, sem receio de incorrer em erro, por um “livro-intervenção” – que aqui resenhamos, o foco é a onda conservadora mundial que também impacta e produz efeitos no Brasil por meio, sobretudo, da emergência de uma, por assim dizer, nova direita – ou, melhor seria escrever e pensar neste termo no plural, “direitas”, pois, ao menos seguindo a chave de entendimento da dialética e da complexidade, tudo detém aspectos de multiplicidade e heterogeneidade, ao

1 Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Assis – Brasil – mateusbeatle@hotmail.com

contrário da perspectiva de compreender os processos e coisas como sendo tão-somente monolíticas e completamente homogêneas. Este fenômeno do fortalecimento e espraiamento do pensamento conservador de direita que já é possível de ser percebido ao redor do mundo nas últimas décadas, em nosso país tem se tornado cada vez mais visível, tanto nos tantos aspectos do ponto de vista de ideias econômicas, jurídicas etc. quanto em episódios (organização de institutos/*think tanks*, perseguição às minorias, ataques à exposição de arte, para mencionar apenas alguns) arrolados ao longo dos textos contidos nesta coletânea de artigos agora publicada. Sem podermos deixar de também mencionar o quanto isto impacta e se materializa enquanto realidade social e subjetiva nos últimos pleitos eleitorais brasileiros, mormente, nas eleições majoritárias ocorridas no mês de outubro de 2018.

Os dezessete textos de “O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil” nos apontam para uma multiplicidade de abordagens e fios de discussão a serem puxados frente ao tema central, ainda que em nota da própria editora fique expressa uma única convergência: “não há autores de direita entre os dezoito que colaboram com o livro.” (Gallego, 2018: 11), característica a qual poderia ser imputada como problemática por indicar uma possibilidade de pensamento único contaminado por conceitos e ideias pré-concebidas e que impediriam reflexionar sobre o fenômeno que se propõe analisar e discutir, entretanto, seguindo na mesma nota da editora, tal significativo impasse é dirimido: “No entanto, todos eles buscaram mergulhar nesse universo, de certa forma novo e assustador, sem qualquer preconceito, com o desejo honesto de conhecer e interpretar seu significado.” (Gallego, 2018: 11). Ao percorrermos todas as contribuições textuais, podemos de um modo geral confirmar tal assertiva inicial da editora, uma vez que os autores e autoras discutem aspectos destas direitas emergentes sem demonizá-las *a prioristicamente*, o que, obviamente, não exclui haver demarcação dos contrapontos existentes, os quais são desdobrados teoricamente e com base em argumentos articulados.

Antes de passarmos a comentar acerca do conjunto de colaborações presentes na obra, indicamos o prólogo redigido pelo ator e escritor Gregório Duvivier, o qual, ainda que bastante sintético, se assemelha a um manifesto em que, de modo contundente, denuncia alguns dos pilares de sustentação de certa perspectiva da direita conversadora, justamente aqueles que têm sido defendidos ferrenhamente por boa parte de quem se reivindica a se posicionar neste campo e espectro ideológico – e, frente ao nível e condições de discussões atuais envolvendo tal termo/ideia (ideologia), é importante enfatizar, como tantos autores o fizeram ao longo da história do pensamento (Žižek, 1996), que é impossível

viver fora da ideologia, sendo aquela frase gasta e clichê necessária de ser reafirmada – o que nos lembra, inclusive, da indagação atribuída ao dramaturgo e poeta alemão Bertold Brecht (1890-1956) “que tempos são esses que temos que defender o óbvio?”, a qual, devemos concordar, nunca foi tão atual – se afirmar fora da ideologia já é um ato altamente ideológico. As treze contundentes linhas de Duviver ao lado de uma charge crítica (e não menos contundente) à operação Lava-Jato da cartunista Laerte iniciam a obra nos indicando que, sim, estamos diante de um livro-intervenção e que nos preparemos para movimentar nosso senso e pensamento críticos.

Agora sim, debruçando-nos panoramicamente (reforçando que destacaremos alguns dos pontos de cada texto, não a totalidade de discussões presentes. Para apreensão aprofundada, evidentemente, recomendamos a leitura do livro) acerca dos textos que compõem o compilado: no primeiro, “A reemergência da direita brasileira”, Luis Felipe Migual discorre sobre os aspectos centrais desta reemergência (o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do sentimento anticomunista); em “Neoconservadorismo e liberalismo”, de Silvio Luiz de Almeida, o autor coloca em perspectiva as ideias de liberalismo e conservadorismo e suas atualizações para receberem o prefixo NEO, criticando que sob as condições materiais de existência que perduram, é pouco crível falar em liberdades; em “A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo”, Carapanã tece um paralelo entre a reciclagem do sentimento anticomunista (discutida no primeiro texto, como mencionamos), a qual, para o autor, não é o principal da nova direita, pois esta “[...] flerta com ideias do nazifascismo e, consciente ou inconscientemente contribui para normalizá-las. Quando são criticados por esses aspectos se refugiam em questões de ‘liberdade de expressão’ e de uma suposta ‘hegemonia de esquerda.’” (Gallego, 2018: 39); em “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”, Flávio Henrique Calheiros Casimiro discorre sobre o projeto de reorganização das classes dominantes que se materializa em um modo de ação política-ideológica bastante perceptível na atualidade, fundamentada, dentre outras coisas, pela afirmação de apartidarismo e neutralidade, da truculência disseminada pelas redes sociais etc.; no texto seguinte, “O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?”, Camilo Rocha discute que, para além das possibilidades de recursos financeiros e de exposição midiática volumosos, a ascensão das direitas também estão associadas com outros fatores, como a disseminação do medo na opinião pública (notemos que o revivalismo de um sentimento de temor a um suposto comunismo se faz presente, ainda que de modo lateral, em mais uma das análises), a força de articulação nas redes sociais da militância, dentre outros.

Em “Da esperança ao ódio a juventude periférica bolsonarista”, Rosana Píneiro-Machado e Lucia Mury Scalco relatam um estudo etnográfico longitudinal, realizado desde 2009 na periferia de Porto Alegre, em que discutem política e consumo com os(as) jovens que habitam esse espaço urbano, perpassando pelas tendências evocadas pelas categorias esperança e ódio; o texto subsequente, “Periferia e conservadorismo”, do Ferréz, é uma crônica sobre as condições periclitantes que favorecem o espraiamento do discurso reacionário, a dificuldade em argumentar contra as explorações vivenciadas, a manipulação midiática e o quão multifacetada é a periferia, sendo este último aspecto reflexionado dialeticamente, pois, ao mesmo tempo que há multiplicidade há uma permanência e previsibilidade únicas, segundo o autor, o caos; em “A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção”, Edson Telles enfatiza o quanto a militarização e o militarismo são padrões na organização social e subjetiva do nosso país, justificando o genocídio de determinadas populações, perseguição e criminalização de qualquer ato de resistência à ordem hegemônica e dominante, a criação do antagonismo cidadão de bem *versus* vagabundos, e se imiscuindo nos discursos e práticas sociais cotidianas; em “Precisamos falar da direita jurídica”, Rubens Casara discute a ideia de que o direito serve à manutenção da ordem dominante e de que há uma tendência conservadora neste, trazendo reflexões sobre o ativismo judicial (tópico que é extremamente candente na atualidade em que provas são menos importantes do que convicções), sobre “a adesão do mundo jurídico à racionalidade neoliberal” (Gallego, 2018: 76), além de uma crítica a quanto o poder judiciário permite o arbítrio antidemocrático, ao invés de coibi-lo, e, para tal, mobiliza inclusive o conceito de *personalidade autoritária*, de Adorno.

Já em “O discurso econômico da austeridade e os interesses velados”, de Pedro Rossi e Esther Dweck, a autora e o autor recuperam as raízes filosóficas do termo *austeridade* para demonstrar que este não se ancora ou advém do léxico econômico, também questionam o que geralmente sustenta o tal discurso da austeridade, se debruçando sobre duas ideias principais (“a metáfora do orçamento doméstico” e a “fada da confiança”) e indicam que este discurso é um dos três pilares do neoliberalismo (os outros seriam a liberalização dos mercados e as privatizações); o artigo seguinte, “Antipetismo e conservadorismo no Facebook”, de Márcio Moretto Ribeiro, apresenta uma investigação de buscar características prototípicas de pessoas que poderiam compor um grande grupo, o dos “antipetistas”, mergulhando em páginas do Facebook alinhadas à visão conservadora de mundo e com números expressivos de interações por parte dos usuários; em “Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência

do sagrado nas religiões”, Henrique Vieira joga luz na importância de se discutir as concepções de mundo do fundamentalismo religioso, o qual cada vez mais tem se associado ao poder político e midiático e tido força para influenciar nas pautas institucionais e discussões e rumos nacionais. Alguns dos pontos refletidos são a ideia de verdade absoluta, inquestionável, e a história, a conexão entre medo e culpa, a intolerância com a multiplicidade e diferenças, bem como a reivindicação da pluralidade envolvida na história do cristianismo.

Em “Moralidades, diretas e direitos LGBTI nos anos 2010”, de Lucas Bulgarelli, o autor recupera e analisa eventos recentes envolvendo os direitos da população LGBTI, sublinhando o quanto a aliança entre os setores conservadores (nomeadamente a chamada *bancada evangélica* na câmara federal) negam qualquer avanço nos direitos dessas pessoas ao barrarem qualquer projeto de lei neste sentido, citando a disputa envolvendo a exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre, e da reação à visita da filósofa Judith Butler ao Brasil (ambos eventos corridos no segundo semestre de 2017) e fazendo menção aos equívocos relativos à expressão “ideologia de gênero”; o texto “Feminismo: um caminho longo à frente”, Stephanie Ribeiro chama atenção para pautas candentes e necessárias, como a questão do direito ao aborto seguro e legal, o feminicídio, a importância de não excluir as opressões de raça e gênero na crítica e luta por transformações sociais, uma autocrítica ao feminismo “pop”, maiormente disseminado pelas redes sociais, além de comentar o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o assassinato da vereadora Marielle Franco; por fim, o último texto, “O discurso reacionário de defesa de uma ‘escola sem partido’”, de Fernando Pena, discorre sobre o projeto Escola Sem Partido, debatendo o quanto este não está sepultado mesmo após ter sido considerado inconstitucional e nos apresentando razões para se posicionar de modo contrário a tal ideia.

Outro aspecto que vale mencionarmos é que neste volume da coleção, tal qual ocorre igualmente nos outros livros que integram esta, encontramos charges dispostas ao longo das páginas, o que, neste mundo em que o código humorístico se imiscui por toda parte (Gruda, 2017; Lipovetsky, 2005), tanto não nos estranha a presença delas no livro-intervenção quanto entendemos relevante o emprego destes textos visuais. Inclusive, ao contrário do humor meramente eufórico, *light e/ou* carente de potência crítica, o qual maiormente estrutura as relações sociais contemporâneas – tal como indicado na ideia de “sociedade humorística”, de Lipovetsky (2005), ainda nos anos 1980 –, as produções gráficas que compõem “O ódio como política” apresentam sinteticamente um olhar afiado e de questionamento contundente a aspectos defendidos pelas novas direitas. Desse modo, ao contrário de meramente ilustrar o livro-intervenção ou

produzir riso nas leitoras e leitores, as charges são instrumentos tão ou mais fecundos de análises do tópico central da obra.

Como delineado pela organizadora do livro na apresentação e mesmo em diversas intervenções públicas – entrevistas, palestras e participações em mesas redondas – disponíveis *online*, se faz necessário compreender profundamente as dinâmicas das direitas por meio da reflexão crítica e, principalmente, escutando as pessoas que se associam a tal cosmovisão. Nos próprios dizeres de um dos participantes de uma das pesquisas da organizadora: “Professora, vocês da acadêmica estudam tanto e parece que ainda não entenderam muitas coisas. Tratam a gente como se fôssemos todos burros. Não somos. Deveriam escutar mais, porque vocês não sabem de tudo.” (Gallego, 2018: 13).

Destarte, em um momento em que o tecido social brasileiro se encontra explicitamente fraturado, a ponto de termos tido não apenas, provavelmente, as eleições mais polarizadas de nossa história, como por conta do sentimento candente de ódio entre as pessoas, escutar e tentar compreender, talvez, seja de fato um grande desafio. Valendo a ressalva, que esse tipo de perspectiva não inclui aceitar e relativizar, por exemplo, a intolerância e o desrespeito aos direitos humanos. Nisso, é sempre válido lembrar o “paradoxo da tolerância”, de Popper (1998), em que a tolerância ilimitada, estendida aos intolerantes, desemboca na extinção da própria tolerância. Ainda sobre o processo de polarização e clima de ódio vigentes, é possível notar o quanto ambos têm galgado níveis insuportáveis para a convivência nas mais diversas instâncias da vida cotidiana (as discussões e rompimento entre familiares e amigos e amigas de longa data atestam isso) e já estão desembocando no aumento exponencial de agressões físicas (incluindo pessoas assassinadas) perpetradas por determinados grupos localizados em um campo específico do espectro ideológico – há um levantamento realizado por parte da Agência Pública (2018) acerca de agressões ocorridas nos dois turnos das eleições de 2018, que recomendamos que seja acessado. Assim sendo, frente a tal cenário em que não temos disputas de projetos ou debate de ideias, a reflexão crítica envolvendo esses fenômenos e movimentos emergentes na organização política contemporânea pode ser uma ação profícua para ocorrer, ao menos, uma civilização dos conflitos, os quais, sem dúvida, não devem ou precisam ser apagados, uma vez que, seguindo a perspectiva aqui adotada, as contradições constituem a vida. Conquanto e para além disso, como escreve Esther Gallego (2018: 13), “não é possível ficar numa postura desorientada e titubeante, sob o risco de as forças democráticas serem engolidas por aquilo que deveríamos combater com veemência.” À leitura, à reflexão, à ação.

Referências

- AGÊNCIA PÚBLICA. Violência eleitoral recrudescceu no segundo turno. *Pública – Agência de Jornalismo Investigativo*, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/11/violencia-eleitoral-recrudescceu-no-segundo-turno/>>. Acesso em: 18 set. 2019.
- GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018 (128).
- GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. *O discurso do humor politicamente incorreto no mundo contemporâneo*. São Paulo, Cultura acadêmica, 2017. (247)
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Trad. Theresinha Deutsch. Barueri, SP, Manole, 2005 (224).
- POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1998.
- ŽIŽEK, Slavoj. (org.). *Um mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996 (337).

Recebido em: 22/10/2018

Aprovado em: 17/05/2019

Como citar esta resenha:

- GRUDA, Mateus Pranzetti Paul Gruda. Em tempos de ódio emergente e candente, à reflexão. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set. – dez. 2019, pp. 1015-1021.



O capítulo final do lulismo?

Leonardo Octavio Belinelli de Brito¹

Resenha do livro:

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (org). *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

Em matéria de ciências sociais, existem certas conjunturas históricas que potencializam interesse por reflexões sobre certo assunto ou objeto. Esse é o caso da relação entre o momento turbulento pelo qual o país passa e o livro *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* (2016), organizado por André Singer e Isabel Loureiro, que contém textos de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos do Direito e da Cidadania (Cenedic), da Universidade de São Paulo (USP), no contexto do projeto “Desigual e combinado: capitalismo e modernização periférica no Brasil do século XXI” (2014-16).

O livro se estrutura segundo uma lógica que vale a pena assinalar. Depois do texto introdutório dos organizadores, o artigo que se segue, de autoria de André Singer, tem marcado conteúdo, por assim dizer, “político”; os cinco subseqüentes, escritos por Ruy Braga, Leonardo Mello e Silva, Isabel Loureiro, Carlos Alberto Bello e Cibele Rizek se debruçam sobre o que poderia ser chamado, com alguma licença conceitual para a generalidade do epíteto, de matérias de acento “sociológico”; em seguida, os dois textos que fecham a coletânea, escritos por Wolfgang Leo Maar e Maria Elisa Cevasco, fazem leituras com base em matrizes “teórico-críticas” sobre os quadros históricos forjados pelos ensaios precedentes. Em suma: parece haver certa ordenação que reúne análises sobre

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – belinelli.leonardo@gmail.com

temas mais “particulares”/conjunturais e que segue até atingir reflexões mais “gerais”/estruturais.

Esse movimento, no entanto, é feito com cautela. Ciosos das expectativas dos leitores e dos riscos intelectuais e políticos que uma análise apressada traz à reflexão, Singer e Loureiro avisam de saída “[...] que o [livro que o] leitor tem em mãos [faz] uma análise que se interrompe em 2014 e que não visa dar conta da situação que se seguiu, tema para novas pesquisas. Em outras palavras, limita-se à tentativa de apontar traços do processo anterior ao colapso do lulismo.” (Singer; Loureiro, 2016: 14). Porém, essa afirmativa prudente não deve reduzir o ânimo da leitura. Ao contrário, as expectativas pelas ansiadas explicações sobre o momento crítico que vive o Brasil encontram retornos em seus artigos, os quais se dedicam a variados temas cujos sentidos devem ser buscados em algumas análises precedentes de seus autores. Por isso deve ser levada a sério a observação de Singer e Loureiro (cf. *Idem*: 11-2) segundo a qual o presente volume deve ser entendido, em parte, como uma continuação de *A era da indeterminação* (2007) e *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (2010), livros que organizaram os resultados de pesquisas feitas pelos acadêmicos reunidos no Cenedic em momentos anteriores. Lidos em conjunto, os livros conformam um notável painel de análise crítica do período no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) estava no topo do sistema político brasileiro. Não é o caso de resumir os argumentos desses livros no espaço dessa resenha, de maneira que resta ao leitor verificar se essa hipótese faz sentido. Em favor da ideia, cabe frisar um elemento que permite a leitura conjunta desses livros: o alerta, em forma de crítica insubordinada, de que as gestões conciliatórias do PT no governo federal causaram não só o aprofundamento de alguns dos elementos centrais da nossa má-formação histórica, como também geraram, para seu próprio sucesso, uma despolitização da democracia brasileira. Se esse for o caso, o leitor poderá observar que é possível que algumas das sementes da crise atual da democracia brasileira já estivessem presentes nos momentos de sucesso do modelo de governo levado adiante pelo PT.

No entanto, cada processo histórico tem suas especificidades, de modo que suas tendências podem, ou não, realizar-se. Por isso, ressaltou-se que esse livro é apenas “em parte” continuação dos demais. Há diferenças no presente volume que são decisivas para a compreensão adequada da economia argumentativa do livro. É novamente no texto introdutório dos organizadores que encontramos as pistas para percebê-las. Uma delas se refere ao seu objeto: “Em particular, o objeto desse estudo são as características surgidas a partir de 2008, quando, pressionado pela crise econômica internacional, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva acentuou o caráter progressista da experiência, o que foi seguido e acelerado por Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (2011-2014).” (idem: 10). Assim, os leitores da obra ficam avisados de que aquele fenômeno político contraditório batizado por André Singer (2012) como “lulismo” passou por um deslocamento que será decisivo para compreender o seu destino: a sua intensificação.

Esse é um ponto importante a ser analisado, pois é significativo que o livro parta de alguns dos argumentos que Singer apresentou em *Os sentidos do lulismo* (2012). Essa baliza conceitual não era aquela que articulava os diagnósticos conjunturais produzidos pelos livros anteriores do Cenedic². Sendo assim, é razoável indagar: qual é o impacto dessa mudança? Salvo melhor entendimento, *As contradições do lulismo* parece ressaltar um elemento articulador entre suas análises e as anteriores – incluída aí a de Singer sobre o lulismo –, qual seja: o da despotilização da vida social e econômica, por sua vez, causada pela maneira como o PT efetuou os pactos sociais e políticos para concretizar seu momento de hegemonia. Essa tese, por exemplo, rege os capítulos escritos por Cibele Rizek, Carlos Alberto Bello e Wolfgang Leo Maar. Ao mesmo tempo, no entanto, os ensaios parecem sugerir que a crise pela qual o lulismo passou – passa? – significa que o pouco que o conjunto de políticas reunidas sob esse termo fizeram eram, na verdade, sinais de esperanças por uma sociedade mais igualitária que ficam, por agora, suspensas.

Se a ênfase na dimensão despolitizadora do lulismo é o que confere o “ar de continuidade” entre o presente volume e as demais coletâneas produzidas pelo Cenedic (bem como o livro *Os sentidos do lulismo*, de Singer), não é menos verdade que a atual conjuntura apresentou elementos novos. Nesse plano, as formulações recentes de André Singer parecem configurar os marcos que encaminham a compreensão dessas novidades, como revela o lugar especial que as teses defendidas no seu artigo “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)” (Singer, 2015) ocupa no livro; não à toa, o texto foi reformulado e é reapresentado nesse volume sob o título “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista” (Singer, 2016). Nesse texto, o autor constrói uma narrativa sobre a luta travada entre o governo Dilma Rousseff e os representantes do que denomina “núcleo do capital” no que tange ao processo de estabelecimento da chamada “nova

2 Nesse espírito, convém lembrar que Singer e Francisco de Oliveira – fundador do Cenedic e para quem *As contradições do lulismo* é dedicado – protagonizaram um rico debate acerca da natureza dos governos do PT (Goes; Brito, 2015).

matriz econômica”. Os centros da disputa foram algumas medidas de política econômica que, segundo a visão do governo, poderiam constituir um conjunto coordenado de políticas que poderiam iniciar um processo de reindustrialização do país. Estaria subjacente ao esforço do governo a ideia de que tal conjunto de propostas faria com que os setores industriais da burguesia nacional se tornassem seus aliados. O momento conjuntural mais ressaltado pela análise do autor é aquele que denomina a “batalha do *spread*”, no qual o governo pressionou os bancos a reduzirem suas taxas de lucro.

A análise de Singer é especialmente feliz quando concatena os mínimos detalhes dos embates políticos noticiados pela imprensa diária com reflexões de larga escala, operando um tipo de análise que, paulatinamente, reúne os elementos particulares para construir o seu sentido político mais amplo. Exemplo disso é a síntese que o autor faz de nove medidas que o governo Dilma Rousseff teria tomado para criar as condições materiais para o *start* de seu ensaio desenvolvimentista. O autor sublinha: “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida.” (idem: 33). A tomada de posição de Dilma, entretanto, teria sido preparada, ainda que discretamente, pelo seu antecessor, que o fez em resposta à crise mundial do final da década de 2000 (cf. Singer; Loureiro, 2016: 10).

Depois de certa demonstração de força inicial, o plano econômico do governo teria passado a sofrer uma série de derrotas que foram reduzindo as possibilidades de sucesso de seu plano e teria atingido seu ponto crítico com o aumento da taxa de juros ocorrido em 18 de abril de 2013, interpretado pelos seus adversários liberais como um reconhecimento do risco inflacionário. As medidas seguintes do governo – aumento contínuo dos juros, corte do investimento público, aumento da taxa de retorno das concessões, privatizações da área de transportes – demonstrariam que a maré positiva estava em vias de acabar. As críticas contra o “intervencionismo” do governo ganharam um aliado poderoso: o conjunto de revoltas de junho de 2013, que acuou ainda mais o governo em sua posição, agora minoritária. É importante observar: de acordo com Singer, a perda gradativa de potência do ensaio desenvolvimentista se deveria ao fato de que a “burguesia industrial” passou a se afastar, a partir de 2012, daquilo que chama de “coalizão produtivista” – composta pelo governo Rousseff, pela burguesia industrial e pelas organizações dos trabalhadores – e passou a se aproximar do lado “rentista”, coalizão composta pelos representantes do capital financeiro, do agronegócio e de parcelas da classe média. (cf. Idem: 44)

Para explicar esse afastamento, o autor utiliza quatro ideias: a) de que a “burguesia industrial” seria também rentista, o que lhe imputaria interesses contraditórios; b) o pleno emprego mantido pelo governo no período fez com que os empresários dele se afastassem, pois uma das ferramentas mais eficazes para exercer sua preponderância social seria justamente o controle da taxa de desemprego; c) teria havido uma transformação da relação entre a “burguesia interna” e o capital internacional a partir da crise de 2008, o que se deveria à tentativa por parte dos EUA de rearranjar o comércio internacional ocidental com base nas movimentações crescentes de China, Índia e Rússia. Por essa razão, os industriais teriam se aproximado dessa proposta de alinhamento aos EUA em detrimento daquela que advogava a aproximação com o Mercosul; d) os empresários industriais seriam sensíveis aos argumentos dos economistas ortodoxos, que encontram grande circulação na mídia. A combinação desses quatro fatores teria sido potencializada pela oscilação da taxa de lucro do empresariado, em parte comprometida por ações diretas do governo. Em suma, o autor resume assim sua tese sobre as crescentes dificuldades do governo Dilma Rousseff: “Em outras palavras, ao mesmo tempo em que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital, se indis pôs com franjas produtivas, sem atentar que o movimento pretendido precisaria de forte apoio social.” (idem: 51). Essas e outras insatisfações, além do impacto da operação Lava-Jato, enfraqueceram decisivamente o governo.

Seguindo os argumentos apresentados por Singer para explicar o afastamento da burguesia industrial do projeto dilmista, podemos deduzir que a sua aversão ao projeto desenvolvimentista é estrutural – embora contenha elementos, por assim dizer, “conjunturais”. Cabe perguntar, então: o projeto de Dilma Rousseff tinha chances de dar certo? Ou ele estava baseado numa avaliação equivocada da realidade? A posição do autor é clara a esse respeito: “Caso estivesse disposta a comprar tal briga até o fim, Dilma teria que mobilizar extensas camadas populares para sustentar ofensiva tão ampla. Só com uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores e camadas populares seria possível conter as feras.” (idem: 53). Diante dessa assertiva, caberia ainda indagar: caso fossem tomadas tais medidas de mobilização, não se trataria de outro projeto político? No texto, não há resposta clara para essa indagação. Vale lembrar ainda que, como o mesmo autor observou em outra ocasião (Singer, 2012), o lulismo é desmobilizador. Sendo assim, diante dessa argumentação, podemos aduzir que a diferença entre o “reformismo fraco” (o lulismo) e o “reformismo forte” (o desenvolvimentismo), do ponto de vista estratégico, pode ser tomado como qualitativo e não apenas quantitativo, como podem

fazer acreditar os termos “fraco” e “forte”. Levada a constatação de Singer sobre os equívocos políticos do governo Dilma a sério, parecem se abrir duas possibilidades políticas para a(s) esquerda(s) brasileira(s) no futuro: ou se prende ao reformismo fraco lulista ou se busca ir além da tentativa de Dilma, o que significaria mobilizar os setores mais desfavorecidos da população.

Já no eixo propriamente “sociológico” do livro, graça o “ar de continuidade” entre o governo Dilma e os governos Lula. Na esteira de seus trabalhos anteriores, dentre os quais se destaca *A política do precariado* (2012), Ruy Braga estuda o comportamento político das classes sociais subalternas para compreender de que maneira a tensão entre o que chama de “regulação política” e “acumulação econômica” chegou ao ponto de colapsar o que denomina como “hegemonia lulista”. Mais especificamente, o autor estuda dois elementos preponderantes na vivência e na atuação política das classes que estuda: a segregação urbana e a organização sindical. Segundo Braga, seria com base no estudo das transformações do comportamento político dessas classes que se poderia compreender os motivos pelos quais foram para as ruas em junho de 2013.

Uma das principais contradições que identifica no modelo de desenvolvimento lulista é o fato de que nele há o predomínio do que Singer chamou de “reformismo fraco” (cf. Braga, 2016: 56) com a crescente precarização do trabalho – baixos salários, rotatividade e flexibilização dos empregos. Esse processo não teria passado em branco pela classe trabalhadora, como indicaria a sua crescente mobilização desde 2008. Por outro lado, a hegemonia lulista teria uma particularidade no que se refere à sua relação com os trabalhadores: uma parcela importante do alto estrato dos sindicalistas teria sido incorporada à máquina do Estado para gerir fundos de pensão de funcionários públicos que ajudam na própria dinamização dos investimentos do capitalismo brasileiro, de maneira que configurariam o que Braga denomina como “uma nova burguesia de Estado” (Cf. Idem: 59), conceito que remete explicitamente ao conceito de “burguesia de Estado” formulado por Fernando Henrique Cardoso (1975) para explicar as vias de acesso da relação entre o Estado e a sociedade durante o período do regime militar. Nesse sentido, Braga não deixa de assinalar que essas paralisações, a seu ver crescentes, tiveram a especificidade de acontecerem contra a vontade de lideranças ligadas ao PT e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Outro elemento decisivo no texto de Braga se refere à maneira como caracteriza o modelo lulista de desenvolvimento. Ao tomá-lo como “pós-fordista” e relativizar os ganhos econômicos dos trabalhadores, Braga parece ter optado por sublinhar a continuidade entre os períodos de governo do PT e os de seus antecessores, como revelariam o processo de terceirização do terceiro setor,

com destaque para o “onguismo”, e a aposta no desenvolvimento do país via conjunção obscura entre os setores público e privado, representada pelo programa *Minha Casa, Minha Vida*. Nesse plano, o sociólogo parece acompanhar a argumentação de Francisco de Oliveira (2011), cujos trabalhos, além de pautarem as pesquisas anteriores do Cenedic, enfatizava a ideia de que os elementos precarizados – informais, “atrasados” – são parte constitutiva dos processos de modernização do país, o qual gera crescente desagregação social, como exemplifica o caso da segregação urbana.

Pelo que dissemos no início da resenha, importa frisar o fato de Ruy Braga discutir o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff na parte final de seu texto. Na sua interpretação, o *impeachment* seria resultado das contradições do próprio modelo de desenvolvimento lulista. “Aqui, vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo Dilma Rouseff não devido ao que este concedeu aos setores populares, mas por aquilo que não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.” (Braga, 2016: 92)

Em seu texto, Leonardo Mello e Silva retoma alguns problemas da sociologia do trabalho que caracterizam os seus estudos nos âmbitos dos projetos anteriores do Cenedic. Nesse artigo, o autor toma como objeto de estudo as estratégias de ação utilizadas por sindicatos para atuarem no processo de desconcentração produtiva das empresas multinacionais. Um ponto de interesse do estudo é chamar a atenção para a resiliência do operariado industrial, o que o coloca na contramão de parte da sociologia contemporânea, que enfatiza a sua dissolução. Segundo Mello e Silva, não haveria dissolução, mas o espalhamento dos empregos industriais ao redor do globo nas formas de terceirização e de empregos industriais com menores salários nos países periféricos.

Na sua contribuição ao livro, Mello e Silva destaca as redes internacionais de sindicatos, herdeiras das federações internacionais de sindicatos que se organizavam por ramos de atividade. O momento marcante do surgimento de tais redes foram os movimentos de resistência à globalização dos anos 1990, em especial aquele ocorrido em Seattle (EUA). Diante dos desafios impostos por esse processo de mundialização do capital, teriam surgido redes de cooperação entre operários do Norte e do Sul do planeta que se caracterizariam pelo seu “basismo” e pela sua ação nos moldes de campanha – em contraposição ao modelo de negociação salarial intramuros. Além disso, esses sindicatos globais permitiriam que a circulação de informações sobre as estratégias das empresas multinacionais seja mais eficiente, permitindo uma organização trabalhista

superior, porque mais bem informada. Em plano local, a CUT foi a primeira organização brasileira a aderir ao processo, no que vem sendo acompanhada mais recentemente por outras organizações, como a Força Sindical. Além disso, alguns sindicalistas brasileiros ocupariam papéis importantes nessas organizações internacionais, o que o autor atribui, em certa medida, ao protagonismo da relação entre CUT e o PT nos âmbitos nacional e internacional.

Já a filósofa Isabel Loureiro se debruça sobre as relações do agronegócio e da agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com as políticas lulistas. Loureiro observa que os governos petistas não só nada fizeram para levar adiante a reforma agrária, como realizaram medidas que aprofundaram a concentração de terra. Além disso, os governos do PT liberaram os transgênicos em 2009, bem como permitiram os avanços das fronteiras agrícolas sobre biomas vulneráveis. Dito em poucas palavras: a hegemonia do agronegócio foi reforçada durante os últimos quatorze anos, em parte devido ao *boom* das *commodities* nesse período. Simultaneamente, entretanto, os governos desse período fizeram concessões aos movimentos populares organizados do campo brasileiro, como sinalizam o aumento de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o fortalecimento dos programas de compras de alimentos produzidos pelos pequenos camponeses por parte do governo e o programa de treinamento em agroecologia, que teve resultados modestos. Em outro plano, a autora também analisa o processo de incorporação da agroecologia na pauta do MST, modelo de produção de alimentos que o movimento entende como antagônico em relação à adotada pelo agronegócio. Porém, por variados motivos – dentre os quais, a falta de recursos que sejam específicos para esses fins, falta de técnicos especializados em agroecologia –, o MST não consegue colocar em prática a sua proposta agroecológica, salvo em parte muito reduzida de seus assentamentos.

No seu capítulo, o sociólogo Carlos Alberto Bello estuda, com base em diversos ângulos, as percepções sobre a relação entre pobreza e políticas de transferência de renda, em especial o caso do Bolsa Família (BF). Seu texto parte de uma discussão complexa: o que significa ser pobre no Brasil? Quais são os critérios para estabelecer as linhas de demarcação entre os segmentos sociais? Depois de discuti-la, o autor destaca, em linhas gerais, o modo de funcionamento do BF e as interpretações dos estudiosos sobre o assunto. Embora reconheça, na linha da argumentação de Singer (2012), que o conjunto de medidas – além do próprio BF, aumento do salário mínimo, programa Luz Para Todos, ProUni, Fies, entre outros – adotadas pelos governos petistas possam ter tido um impacto considerável nas regiões mais pobres, Bello caracteriza o BF como um

programa muito limitado para atingir o propósito que lhe é atribuído, o de erradicar a pobreza. Em especial, isso se deveria à sua desarticulação com a noção de direitos da cidadania, bem como à ausência de vínculos com outros programas sociais, falta de mecanismos de participação dos beneficiários, inexistência de organização da população que recebe o benefício e o seu distanciamento de outros setores sociais (Cf. Bello, 2016: 163).

São especialmente interessantes as seções nas quais Bello se dedica a escrutinar, entre as pesquisas já feitas por outros pesquisadores, quais são, no geral, as percepções do conjunto da população brasileira sobre a pobreza e, em particular, quais são as avaliações das elites e dos beneficiários do BF sobre esse programa de transferência de renda. Os resultados são esclarecedores. Neles, haveria a convergência para a ideia de que boa parte da sociedade brasileira não aprova programas de redistribuição de renda e acredita que a culpa da pobreza é de suas vítimas. No que se refere à percepção dos beneficiários do BF sobre o programa, o autor apresenta uma revisão da literatura sobre o assunto e procura indicar de que maneira sua tese acerca da relação entre os beneficiários do BF e o programa está em estreito diálogo com os achados dos demais pesquisadores do tema. No essencial, sua tese é a de que o BF é encarado pela maioria dos seus beneficiários como uma “ajuda” do governo, o que revela sua falha em mobilizar seus beneficiários na busca por reconhecimento de sua cidadania, o que se liga à ideia sobre o caráter “despolitizante” do lulismo.

Por sua vez, o texto de Cibele Rizek também apresenta traços salientes de continuidade com os demais produzidos pela pesquisadora com base em pesquisas anteriores do Cenedic. Nessa pesquisa, a autora tomou como tema as políticas sociais e culturais do período lulista, com o objetivo de compreender seus impactos no cotidiano de uma fração da cidade de São Paulo.

Embora reconheça certos avanços dos governos petistas no que tange à política cultural, Rizek argumenta que eles não alteraram algumas das balizas que configuraram as políticas culturais do período neoliberal, como a chamada Lei Rouanet e as leis de incentivo, que passaram a ser tomadas como se esgotassem o tema da produção e difusão da cultura no país, razão pela qual passaram a funcionar como obstáculos ao aprofundamento dos debates sobre a democratização da cultura no Brasil. Sinal disso seria o fato de que a destinação das verbas para cultura são decididas pelos departamentos de *marketing* das empresas privadas, o que revelaria a prevalência do interesse privado sobre o interesse público (cf. Rizek, 2016: 187). A novidade no cenário cultural, que se estabeleceu entre o período final do segundo mandato de Lula e início do primeiro mandato de sua sucessora, foi a ênfase no discurso da chamada

“economia criativa” e no “empreendedorismo cultural”. A autora é contundente em sua análise sobre o assunto: o processo de financiamento da cultura por meio da “economia criativa”, na qual reinam os processos de flexibilização do trabalho acabam por tornar “sujeitos econômicos em atores de autoempresariamento, no rumo de um arranjo societário assentado na empresa devidamente louvada e naturalizada como modelo de eficiência.” (Rizek, 2016: 191). É esse o processo que a socióloga analisa na sua etnografia, na qual se destaca o acompanhamento da trajetória do “agente cultural” Lísia que, na sua “viração”, iluminaria o processo promíscuo de interpenetração entre elementos públicos e privados no Brasil contemporâneo. Em sua análise, Rizek busca demonstrar como as classes populares se tornaram um nicho de negócios em que os trabalhadores são sistematicamente superexplorados pelos processos de precarização do trabalho, como revelaria a vida “por projetos”, na qual os trabalhadores só podem contar com seu emprego até o fim de um projeto cultural. Depois disso, seria preciso “se virar” e procurar outro.

É justamente esse processo de privatização da sociabilidade no Brasil que constitui o tema do texto de Wolfgang Leo Maar. Recorrendo ao arsenal teórico da Teoria Crítica, o filósofo faz um panorama sobre a evolução da sociabilidade capitalista no Brasil do século XX, com foco na linha evolutiva da estruturação da esfera pública do país, interpretada como a origem da forma sócio-histórica da luta de classes no período atual teria raízes anteriores. Argumentando que o conflito entre público e privado sempre foi determinante na conformação da esfera pública brasileira, o autor frisa que o polo do “público” nem sempre quer dizer “republicano”, pois frequentemente foi utilizado para, na verdade, financiar o polo “privado” da equação.

Ao abordar os casos dos governos petistas, Leo Maar observa que eles herdaram um Estado em crescente processo de privatização, o que reconfiguraria os termos históricos da luta de classes no país. “Nessa medida, a disputa em torno do caráter público nas políticas econômicas e sociais constitui a questão central da luta de classes atual entre nós.” (Leo Maar, 2016: 225). O terreno dessa disputa é um terreno movediço, cujo cerne seria o processo de reestruturação produtiva que atingiu o Brasil a partir dos anos 1990, origem da reorganização das classes sociais brasileiras. O que estaria em xeque no momento atual seriam as possibilidades de criação de uma solidariedade social que fosse capaz de impulsionar um projeto verdadeiramente público de sociabilidade. Embora reconheça que os governos petistas não se opuseram com o vigor necessário ao processo de privatização do Estado e da esfera pública brasileira, o autor critica a “esfera pública tecnológica” – isto é, a mídia e seus tentáculos na *web* – por não ter

repercutido as propostas de políticas públicas dos governos petistas. Apesar disso, o autor parece apostar na limitação do discurso conservador sobre os governos petistas, o que reinscreveria no horizonte a possibilidade de existência de lutas por participação popular e direitos da cidadania.

Nas trilhas da tradição crítica brasileira, Maria Elisa Cevasco fecha a coletânea com um ensaio sobre a crítica cultural materialista de Roberto Schwarz. Debruçando-se sobre alguns dos principais ensaios do crítico literário acerca das conjunturas brasileiras entre o período de 1970 e 2001, Cevasco realiza um painel sobre a visão de Schwarz acerca do processo histórico brasileiro no período citado, com especial atenção nos desdobramentos políticos, sociais e culturais resultantes da modernização pela qual o Brasil passou e na transformação da esquerda brasileira em uma “esquerda conformista”.

Dito isso, ficam claras as razões pelas quais Cevasco começa sua reflexão sobre a obra de Schwarz pelo texto, publicado pelo crítico literário em 1970, “Cultura e Política, 1964-1969”, recolhido em *O pai de família e outros estudos* (1978), no qual o crítico literário examina o papel cultural e político do tropicalismo. Cevasco assinala que esse movimento artístico, segundo Schwarz, “vai conseguir figurar o dualismo que define uma maneira de pensar nossa experiência social e mostrar como o novo momento histórico o modifica e troca os sinais dos termos que antes definiam oposições irreconciliáveis.” (Cevasco, 2016: 257). Em síntese, Schwarz afirma que o golpe de 1964 gerou um regime político modernizador que funcionalizava o “atraso” para se reproduzir. No plano cultural, esse cenário teria permitido uma nova configuração cultural, percebida pelos tropicalistas: o país entrava na onda modernizadora, da qual a implantação da indústria cultural local fazia parte, e nada mais brasileiro do que se valer dela para cantar nossas misérias, agora tidas como insuperáveis. Eis aí a sua dimensão conformista. Em seguida, a autora sintetiza o balanço que Schwarz faz do período da redemocratização até 1994 em “Fim de século”, ensaio coligido em *Seqüências brasileiras* (1999). Terminado o ciclo desenvolvimentista – cuja promessa socialmente integradora não se completou –, teríamos entrado num período de desmanche do ideário anterior, o que se deveria, em parte, aos fortes apelos da globalização. Para situar seu diagnóstico, Schwarz recorreu à teoria do sociólogo alemão Robert Kurz, autor de *O colapso da modernização*. Por fim, a autora se dedica aos ensaios que compõem o último livro de Schwarz, *Martinha versus Lucrecia*, no qual tem lugar especial a análise sobre *Verdade Tropical*, autobiografia de Caetano Veloso. Nela, Schwarz procura mostrar de que maneira a trajetória intelectual e artística de Caetano figura um aspecto mais geral da contemporaneidade: a já aludida conformação da esquerda aos moldes da

sociabilidade capitalista. Não à toa, esse problema apareceria, de variadas maneiras, nos vários outros perfis que compõem este livro de Schwarz.

Em suma, o livro parece ter sido escrito em espírito de conclusão, especialmente adequado para nos animar a fazer uma revisão do que passamos na última década. Talvez ela nos auxilie a descobrir alguns dos elementos que impediram que o Brasil consolidasse uma inflexão civilizatória. Diante desse quadro desolador, é preciso dar o primeiro passo em sentido contracorrente. Esse é o cerne da crítica, tal como nos lembra *As contradições do lulismo*.

Referências:

- BELLO, Carlos. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 157-184.
- BRAGA, Ruy. Terra em transe o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 55-92.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.
- CEVASCO, Maria Elisa. A crítica cultural lê o Brasil. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 251-279.
- GÓES, Camila; BRITO, Leonardo. Crise da política contemporânea no Brasil: notas de um debate sobre o lulismo. *Revista Eletrônica de Ciência Política*. Curitiba, v. 6, n. 2, Jul/Dez. 2015, pp. 180-199.
- LEO MAAR, Wolfgang. Luta de classes na socialização capitalista: Estado privatizado e construção privada da esfera pública. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 219-250.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornotorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2011 (150).
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012 (280).
- SINGER, André. Cutucando as onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 102, julho 2015, pp. 43-71.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Apresentação – Elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 9-19.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 21-54.

Recebido em: 31/05/2018

Aprovado em: 06/09/2019

Como citar esta resenha:

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. O capítulo final do lulismo? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set. – dez. 2019, pp. 1023-1035.

Normas para o envio de originais:

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês – A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos, todos originais, avaliados por pares – o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional – Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – xxxxx@ufscar.br

Indicação do Financiamento da Pesquisa – Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé – a partir do título – indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé – Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas – As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders*- Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Procedimentos de Avaliação:

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, o qual encaminha as peças para consultores *ad hoc*. Quando há pareceres contraditórios o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Não são aceitos trabalhos já publicados, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave).

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

